

Residências Ecléticas em Santa Teresa:

A Rua Joaquim Murtinho entre 1910-1920

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-graduação em Arquitetura

PROARQ – FAU/UFRJ

Postulante

Ana Maria Mendes de Figueiredo

Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Beatriz Santos de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Maio, 2011.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FAU / UFRJ – PROARQ: Programa de Pós-graduação em Arquitetura

Residências Ecléticas em Santa Teresa:

A Rua Joaquim Murtinho entre 1910-1920

Postulante

Ana Maria Mendes de Figueiredo

Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Beatriz Santos de Oliveira

MEMBROS DA BANCA

Prof.^a. Dr.^a. Beatriz Santos de Oliveira (Orientadora)

Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Nóbrega (PROARQ)

Prof.^a. Dr.^a. Cláudia R. de Carvalho (Fundação Casa de Rui Barbosa)

Prof.^a. Dr.^a. Elizabete Rodrigues de C. Martins (PROARQ)

DEDICATÓRIA:

A minha mãe e ao meu pai (in memoriam), por tudo.
Aos meus irmãos Alberto Henrique e José Eduardo e
as minhas cunhadas Márcia e Maria Helena,
pelo carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à professora Beatriz Santos de Oliveira pela sua orientação competente e pelo seu incentivo nos momentos mais difíceis da pesquisa.

Aos proprietários da Rua Joaquim Murtinho que me dedicaram enorme atenção durante as visitas realizadas.

À Coordenadora de Ensino, Professora Rosina Trevisan Ribeiro, pelo inestimável apoio nas reuniões realizadas pelo Conselho do PROARQ.

Às funcionárias da Secretaria do PROARQ, Maria da Guia, Rita e Wanda pela atenção sempre dispensada.

Aos funcionários e estagiários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro pelo atendimento e presteza no fornecimento das cópias dos projetos apresentados neste trabalho.

Ao profissional Bruno Lopes pelo competente trabalho gráfico realizado.

Aos colegas de turma, pelo bom relacionamento proporcionado, e aos professores das disciplinas cursadas durante o Mestrado pelos ensinamentos transmitidos.

F475

Figueiredo, Ana Maria Mendes de,

Residências ecléticas em Santa Teresa: a Rua Joaquim Murtinho entre 1910-1920/ Ana Maria Mendes de Figueiredo. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.

ix,229 f. Il.; 30 cm.

Orientador: Beatriz Santos de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROARQ/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2011.

Referências bibliográficas: p.223-229.

1. Arquitetura – Teoria. 2. Arquitetura – História. 3. Eclétismo na arquitetura – Rio de Janeiro, RJ). I. Oliveira, Beatriz Santos de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Título.

CDD 720.1

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é compreender a maneira como, diante da especificidade local, foi exercido o ecletismo presente nas casas edificadas na Rua Joaquim Murinho, em Santa Teresa, entre 1910 e 1920, período em que se deu a ocupação efetiva do lugar, conforme constatado nos projetos encontrados e consultados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Foi necessário investigar os fatores vinculados às decisões projetuais, no que diz respeito à relação histórica e física entre contexto e projeto, à ordenação espacial, à concepção volumétrica e ao emprego das tendências estilísticas. Este estudo procurou cumprir uma das etapas necessárias ao desenvolvimento de um trabalho crítico em arquitetura, que consiste em dar ênfase à obra a partir de uma análise formal. Esta metodologia de investigação morfológica teve como suporte a seleção das categorias recorrentes nos trabalhos desenvolvidos por autores como Geoffrey Baker, Philippe Boudon e Francis Ching.

Este estudo foi estruturado em três capítulos. O primeiro focaliza aspectos históricos referentes ao bairro, além de analisar a rua e seus primeiros proprietários, a casa do início do século e particularidades da arquitetura local. O segundo capítulo apresenta os quinze projetos selecionados dentre aqueles encontrados no AGCRJ, e destaca dados gerais sobre os mesmos com base em análise comparativa. O terceiro e último focaliza cinco dentre esses quinze, levantando as informações contidas nos mesmos, a fim de formular os argumentos necessários interpretados na conclusão.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to understand how, before the local specific characteristics, was exercised the eclectism in the buildings of Rua Joaquim Murinho in Santa Teresa, between 1910 and 1920, period in which happened the occupation of that place as evidenced in the projects found and consulted in the Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. It was necessary to investigate factors related to the project decisions with respect to the relationship between physical and historical context and design, spatial ordering, volumetric design and employment of the stylistic trends. This study sought to fulfill one of the steps needed to develop a critical work in architecture, which is to give emphasis on the work from a formal analysis. This methodology of morphological investigation has been supported by the selection of recurrent categories in the works developed by authors such as Geoffrey Baker, Philippe Boudon and Francis Ching.

This study was organized into three chapters. The first focuses on the historical aspects concerned with neighborhood, and, also, analyses the street and its first owners, the house of the beginning of the century and the particularities of local architecture. The second chapter presents fifteen projects selected among those found in AGCRJ, and highlights some general data about them based on comparative analysis. The third and final chapter focuses on five of these fifteen, raising information in these projects in order to formulate the necessary arguments interpreted in the conclusion.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: O Bairro de Santa Teresa e a Rua Joaquim Murtinho	8
1.1 – Considerações sobre a ocupação do morro de Santa Teresa	8
1.2 – A Rua Joaquim Murtinho	16
1.2.1 – A ocupação e os proprietários que nela se instalaram	16
1.2.2 – As residências ecléticas: Santa Teresa e a casa do	
Início do século	23
Capítulo 2 : Os projetos residenciais da Rua Joaquim Murtinho (1910-1920)	34
Capítulo 3: Projeto e análise de cinco residências	83
3.1 – Casa de Marcolino Rodrigues	90
3.2 – Casa de João Pedro de Fraga Lourenço	117
3.3 – Casa de Tobias Correa do Amaral	143
3.4 – Casa de José Ferreira Macedo Terra	165
3.5 – Casa de Mário Aurélio da Silveira	187
Conclusão	208
Lista de figuras	213
Referências Bibliográficas	223

Introdução

A motivação em desenvolver um estudo sobre a arquitetura eclética carioca está na minha antiga admiração pela paisagem arquitetônica que, felizmente, ainda hoje compõe o cenário histórico do centro da cidade do Rio de Janeiro. Procurei, durante o processo seletivo do Curso de Mestrado, conhecer um pouco melhor a história da arquitetura produzida na cidade no início do século XX e percebi que o Bairro de Santa Teresa, que já conhecia de visitas esporádicas, tinha se transformado em um dos principais redutos da elite carioca desse período. Foi assim que surgiu um conjunto de sobrados de inegável valor histórico, admirado por pesquisadores, artistas e turistas, e que, desde 1984, encontra-se preservado pela Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), um dos principais instrumentos governamentais de execução da política de valorização do patrimônio cultural.

Interessada pelo tema, comecei a levantar o estado da arte sobre o assunto e encontrei, em relação ao bairro, o relevante trabalho de doutorado da professora Elizabete Rodrigues de Campos Martins¹, no entanto, sobre os imóveis lá construídos, embora exista uma boa bibliografia a respeito do ecletismo no Brasil², pouco material foi

¹ MARTINS, Elizabete Rodrigues de Campos. **Santa Teresa, entre a cidade e a floresta: a estruturação e preservação de um bairro carioca**. 2002. Tese de Doutorado. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.

² AMARAL, Aracy (Org.). **Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos**. São Paulo: Memorial: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso. **Ecletismo no Rio de Janeiro (século XIX-XX)**. Em *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Nobel – EDUSP, 1987.

FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Editora Nobel – EDUSP, 1987.

FILHO, Nestor G. R. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1983.

CZAJKOWSKI, J. (Org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira – 1867/1918**. São Paulo, Nobel, 1996.

LEMONS, Carlos A.C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

SÁ, Marcos Moraes de. **A mansão Figner: o ecletismo e a casa burguesa no início do Século XX**. Rio de Janeiro: SENAC, 2002.

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro, 1977.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.

encontrado, dentre eles o catálogo realizado pela professora Maria Cristina Fernandes de Mello, o qual apresenta registro de plantas, com pequeno texto histórico, mas sem informações mais aprofundadas sobre eles. Em vista da ausência de estudos que pudessem esclarecer melhor as obras do lugar e do período de meu interesse, determinei, a partir deste momento e dentro do tema já delineado, o objeto de estudo da presente dissertação, qual seja, a arquitetura residencial eclética edificada no bairro de Santa Teresa, na Rua Joaquim Murтинho, uma das principais vias do lugar, entre 1910 e 1920, período ao qual pertencem os projetos concebidos para esta rua e encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A escolha da Rua Joaquim Murтинho não foi aleatória e deve-se a sua importância na história na ocupação do bairro e ao grupo de casas edificadas. Corresponde ao início do antigo Caminho do Aqueduto aberto no século XVIII, e atualmente a principal entrada do bairro. No final do século XIX, este caminho recebeu os trilhos do bonde, facilitando o acesso ao local, que aliado à localização na parte alta do morro, à distância em relação ao adensamento da área central e à vista deslumbrante da cidade, transformaram a rua em local atraente para uma classe de elevado poder aquisitivo que decidiu construir ali suas residências, muitas ainda existentes, cujos projetos encontrados e analisados revelam a pertinência ao ecletismo da época, bem como com a posição social do grupo de proprietários que resolveram se instalar no bairro.



Fig.1: Rua Joaquim Murтинho, Santa Teresa. Pintura de Antonio Esteves, 2002.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.

Ao analisar mais atentamente esses projetos, percebi que, ao lado dos arquitetos e engenheiros já conhecidos e sobre os quais existem importantes estudos historiográficos, outros agentes haviam atuado de forma efetiva nesse efervescente campo profissional do início do século XX. Foram os construtores imigrantes, em sua grande maioria de origem portuguesa e não diplomados, que acabaram despertando o meu interesse e redirecionando a pesquisa para este tema. Infelizmente, a dificuldade em se obter informações específicas e consistentes sobre os construtores se refletiu no material que havia sido pesquisado, compilado e redigido para o exame de qualificação. Neste momento, o foco voltou a ser as construções residenciais nas quais esses profissionais haviam atuado. Estabeleci, então, definitivamente, o objeto de estudo da dissertação.

Cabe esclarecer que o objetivo deste trabalho foi o de compreender o modo como o ecletismo foi ali exercido na especificidade do lugar e da obra construída. Importava, portanto, investigar os fatores envolvidos nas decisões dos projetistas e relacioná-los com o resultado, de modo a se ter uma noção mais clara das especificidades da produção local, ou seja, desvendar as fases pelas quais os profissionais passaram durante a concepção dos projetos, e que envolvem, necessariamente, a relação histórica e física entre contexto e projeto, as decisões relativas à ordenação espacial, concepção volumétrica e emprego das tendências estilísticas. Espera-se, então, através deste estudo, aprofundar o conhecimento sobre o casario eclético de Santa Teresa e, conseqüentemente, tornar relevante a sua preservação para a memória arquitetônica deste período, a fim de se evitar situações que possam, no futuro, constituir em ameaça a esse patrimônio.

Entendo, em concordância com Montaner, que a atividade crítica e interpretativa deve ser estruturada em duas ações complementares: a contextualização do objeto em uma leitura tanto diacrônica quanto sincrônica e a análise estritamente formal³. É preciso sublinhar que, dada a limitação de tempo imposta a um trabalho de mestrado, este estudo pretendeu cumprir parte das etapas necessárias ao trabalho crítico em arquitetura, dando mais ênfase ao conhecimento da obra a partir da análise formal.

³ MONTANER, Josep Maria. **Arquitectura y crítica**. Barcelona : Gustavo Gili, 1999, p. 18-19.

Esta certamente contribuirá, mesmo que singelamente, para o desenvolvimento de futuros trabalhos sobre o assunto. Ir às obras mesmas e verificá-las enquanto documentos físicos e gráficos atendida à hierarquia analítica recomendada por Montaner:

(...) toda crítica arquitectónica tiene que entrar a fondo en el análisis estrictamente formal, superando aquellas lecturas que se quedan sólo en interpretaciones generales. Las características espaciales, la relación entre lógica estructural y composición, las cuestiones funcionales, los itinerarios y las percepciones, los leguajes y materiales utilizados, deben ser los patrones esenciales del juicio. Tal como exigía Susan Sontag, se deve prestar una atención central a la forma y, siguiendo las consideraciones de Peter Bürger, toda crítica debe ser dialéctica. Esto significa que no ha de adoptar una postura dogmática, externa y ajena al objeto de análisis, sino que debe entrar de lleno en la sustancia misma del objeto que va a ser criticado, recibiendo estímulos sensibles de sus mejores cualidades, de sus propias contradicciones y de los problemas irresueltos que permanecen escondidos en la obra. Una obra es una criatura viviente y vivida; una pieza que cada generación verá e interpretará de maneras distintas. La mejor crítica, por lo tanto, es la que concilia las consideraciones sobre el contenido con las consideraciones sobre la forma.⁴

Para uma implementação da metodologia de investigação formal valorizando os aspectos resultantes dos fatores que intervieram no processo de projeto, assinala Bernard Leupen que

Desde finales de los años sesenta, conceptos tales como los de análisis de proyectos y análisis morfológico han ido adquiriendo importancia en la enseñanza y la investigación sobre el diseño. Por una parte, hemos asistido al despliegue del discurso sobre la tipología en los países mediterráneos, en especial en Italia y Francia, por parte de Muratori, Aymonino, Rossi, Panerai y Castex, entre otros. En los países anglosajones, por otra parte, figuras como las de Rowe, Ching y Bacon, entre otros, han desarrollado el análisis de la

⁴ Idem, ibidem, p.19.

estructura arquitetónica. En ambos planteamientos se explota el dibujo como valiosa herramienta de análisis de los diseños arquitectónicos y urbanos⁵.

No caso da presente análise, foram realizadas leituras de alguns trabalhos desenvolvidos por três desses autores, cuja metodologia é de conhecida eficácia, são eles: Geoffrey Baker, Francis Ching e Phillipe Boudon

Para Baker, a análise de um edifício não deve nunca prescindir dos fatores de ordem local e cultural, haja vista serem essenciais, ao lado do programa de necessidades, ao desenvolvimento das soluções arquitetônicas. Por outro lado, Ching afirma que o projetista, ao definir claramente os problemas de projeto, depende do seu nível de conhecimento sobre o vocabulário arquitetônico e de uma análise de suas possíveis articulações para alcançar as soluções necessárias. Quanto a Boudon, o seu método conhecido como arquiteturaologia consiste em compreender a elaboração das soluções projetuais segundo critérios ou escalas distintas relacionadas, dentre outras, aos aspectos técnico, funcional, simbólico, geográfico, de visibilidade e sócio-cultural. Tais referências metodológicas, que serão detalhadas no terceiro capítulo, possibilitaram a fixação dos critérios empregados no desenvolvimento das análises morfológicas implementadas nesta dissertação, quais sejam, a relação do projeto com o contexto físico e cultural, o vínculo com as referências da arquitetura do presente e do passado, e a utilização de vários conceitos extraídos dos trabalhos apresentados por esses autores, que se tornaram fundamentais na estruturação das análises das cinco casas, cujos projetos, complementados pelas fotos, foram utilizados como material de estudo. Foram consideradas também as observações oriundas das visitas realizadas *in locus*, das entrevistas - quando possível com pessoas vinculadas aos primeiros proprietários das casas - das informações sobre estes, e do levantamento documental desses exemplares.

A abordagem sobre os edifícios não podia, no entanto, prescindir de uma breve preleção sobre o lugar ao qual estão vinculados, cuja investigação consistiu no levantamento de material a partir de uma pesquisa bibliográfica. Desse modo, a dissertação foi dividida em três capítulos, onde a apresentação do conteúdo pesquisado

⁵ LEUPEN, Bernard et al. **Proyeto y análisis: evolución de los principios em arquitectura**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999, p. 9.

focaliza, primeiramente, o todo, ou seja, o bairro, aproximando-se, em seguida, da rua e, por último, das respectivas casas.

O primeiro capítulo trata da ocupação do bairro, focalizando aspectos históricos como a instalação do Convento, o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro e a construção do aqueduto, a representação aristocrática adquirida no século XIX com a vinda da Família Real, e o avanço da tecnologia no setor de transportes com a chegada do bonde elétrico. Analisa, ainda, a rua e sua ocupação pelos primeiros proprietários, além de caracterizar a casa do início do século, a presença dos construtores imigrantes e as peculiaridades arquitetônicas inerentes ao local.

O segundo capítulo refere-se à apresentação das pranchas dos quinze projetos de arquitetura edificados na Rua Joaquim Murinho no período estudado, e selecionados dentre os dezenove encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Devido à impossibilidade de abordar os quinze projetos, apresento, no terceiro capítulo, a análise morfológica dos cinco selecionados: do lado par, nos terrenos em declive, Casa de Marcolino Rodrigues, nº 552 (1916); Casa de João Pedro de Fraga Lourenço, nº 598 (1916), Casa de Tobias Corrêa do Amaral, nº 716 (1914); do lado ímpar, nos terrenos em aclave, Casa de Mario Aurélio da Silveira, nº 273 (1912); Casa de José Ferreira Macedo Terra, nº 531 (1916). Quanto aos critérios adotados para esta seleção, levei em consideração, primeiramente, a escolha de exemplares em aclave e declive para revelar que propostas foram adotadas diante de condições topográficas distintas. Tomei como critério também a existência de um projeto de arquitetura completo do imóvel. Por último, interessei-me pelos exemplares que apresentavam fachadas com vocabulário correspondente a diferentes opções estilísticas. Neste momento, exponho os argumentos deste estudo, ou seja, as informações necessárias que justificam as propostas arquitetônicas adotadas nestas casas em relação às categorias já mencionadas. Na conclusão, procuro atingir o objetivo da dissertação, apoiada na interpretação dos argumentos apresentados no capítulo precedente.

Ofereço, deste modo, um estudo sobre um dos principais conjuntos arquitetônicos existentes na cidade, seguindo o caminho já traçado pelos trabalhos

existentes sobre o ecletismo carioca e dando continuidade à fase de reconhecimento e preservação desta arquitetura no Rio de Janeiro.

Capítulo 1: O Bairro de Santa Teresa e a Rua Joaquim Murinho

Inicialmente, antes de abordar os projetos propriamente ditos, é essencial que se façam algumas considerações sobre o lugar, de modo que se compreenda o motivo da presença daquele conjunto arquitetônico em um sítio tão diferenciado do restante da cidade. Sendo assim, este capítulo propõe mostrar como ocorreu a ocupação do bairro a partir do século XVII, com a construção do Convento de Santa Teresa, bem como a abertura do caminho do aqueduto e a construção do mesmo para resolver o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Destaca também, a partir do século XIX, a representação do bairro como área pitoresca, de grande beleza natural e propícia para agradáveis passeios, e a sua efetiva ocupação, devido às epidemias do centro da cidade, à imagem gerada pelo seu ambiente de clima saudável e à especulação imobiliária. No final do século, revela como se deu a introdução do bonde elétrico no local.

Após o bairro, o capítulo se detém na Rua Joaquim Murinho, sua origem, ocupação e destaca a classe sócio-econômica de elevado poder aquisitivo que nela se instalou, revelando informações sobre o primeiro proprietário de algumas residências, a fim de atestar a posição ocupada por eles na sociedade carioca. Revela alguns aspectos atribuídos às residências ecléticas do início do século, dentre eles a existência de imigrantes de origem portuguesa trabalhando como construtores e, em alguns casos, também como projetistas contratados por esses proprietários. Este capítulo ressalta, ainda, as singularidades do lugar no que diz respeito à arquitetura.

1.1 – Considerações sobre a ocupação do morro de Santa Teresa

O início da ocupação do morro de Santa Teresa, habitado pelos míticos índios tamoios e pelos escravos fugidos, área considerada impenetrável e que exercia forte atração sobre os colonizadores portugueses, foi motivada por dois acontecimentos de naturezas bem distintas: uma religiosa vinculada ao aparecimento da ermida de N. S. do Desterro no primeiro quartel do século XVII, e que deu nome ao lugar; e outra humanística de cunho administrativo associada à necessidade de abastecimento de água e, conseqüentemente, à construção do aqueduto.

Conforme relata Joaquim Manuel de Macedo em “Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro”,

A antiguidade dessa ermida excede a era de 1629. Não se sabe ao certo o ano da sua fundação; ao menos, porém, conservaram as memórias daquela época o nome do bom católico a quem se deveu esse tempozinho que se mostrava, no seio do deserto, como um santelmo da fé no meio da solidão tenebrosa. Foi Antônio Gomes do Desterro o fundador da ermida que mais tarde teve de transformar-se em um mosteiro de freiras.⁶

Além da capelinha, o proprietário da Chácara do Desterro construiu uma casa de romeiros e a sua modesta residência de ermitão, atraindo uma grande quantidade de devotos e peregrinos que subiam o morro pela atual Ladeira de Santa Teresa, para obter as graças através da intercessão de Nossa Senhora, e para assistir às cerimônias que ali eram realizadas regularmente. É importante frisar que essa concepção teológica de se erguer igrejas e conventos em meio à natureza exuberante se deve à mentalidade que havia se disseminado pela Europa, em séculos anteriores, de se associar sentimentos religiosos com o recolhimento, equilíbrio e harmonia proporcionados pela natureza primitiva e intocada pelo homem.

Quase um século depois, por volta de 1714, alguns religiosos vindos de Salvador e conhecidos por frades marianos se instalaram nessa ermida, que na época estava em mau estado e abandonada. Durante a permanência desses religiosos, que durou pouco mais de dois anos, já freqüentava as missas uma devota fervorosa de Santa Teresa, de nome Jacinta Rodrigues Aires, pertencente a uma destacada família da época, e conhecida pelo seu acentuado espírito religioso.

⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, V.42. Edição revisada por Gastão Penalva, 2005, p. 137.



Fig. 2: Imagem de Jacinta Rodrigues Aires.
Fonte: <http://capeladomeninodeus.blogspot.com/p/historia.html>

Vivaldo Coaracy revela que

certa manhã, ao regressar da missa que lá fora ouvir, passando pelo Caminho de Mata-Cavalos (Rua do Riachuelo), impressionou-a a tranqüila solidão da semi-abandonada Chácara da Bica, imaginando o local propício para um recolhimento consagrado à vida religiosa.⁷

A jovem obteve a chácara mediante a intervenção de seu tio materno Manoel Pereira Ramos que a comprou do Coronel Domingos Rodrigues Távora, proprietário na época. Ali, se recolheu na casa em ruína, juntamente com sua irmã Francisca, erguendo, mais tarde, uma pequena capela consagrada ao Menino-Deus. Em 1742, as devotas mudaram os nomes, ficando conhecidas, a partir de então, como Jacinta de São José e Francisca de Jesus Maria.

Comovido com tão expressiva devoção, o Governador Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, resolveu auxiliar Jacinta com a construção de um convento de carmelitas sob a Ordem de Santa Teresa. O local escolhido foi a ermida do Desterro, e em 1750 foi lançada a primeira pedra da edificação da Igreja e do convento, sob a direção de um dos mais importantes nomes da arquitetura do século

⁷ COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro: quatro séculos de história**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008. p. 132.

XVII, Brigadeiro José Fernandes Alpoim. Um ano depois, Jacinta e suas discípulas deixaram a Chácara da Bica e se instalaram no convento. O Conde de Bobadela doou, à Ordem das Carmelitas, a Chácara das Mangueiras adquirida por ele com o intuito de aumentar o patrimônio da instituição. O morro que era do desterro logo passou a se chamar de Santa Teresa.

Antes do término do século XVII, o local já havia sido ocupado por chácaras, e por grandes propriedades agrícolas favorecidas pela água farta na Região do Maciço da Tijuca.

Os recursos hídricos presentes na região e a carência de abastecimento de água na cidade deram origem ao empreendimento público de canalização dessas águas em direção à várzea. Somente em 1720, durante o governo de Aires de Saldanha, após vários percalços, foi concretizado o plano de levar as águas do Rio Carioca até o chafariz provisório localizado no Campo da Ajuda. Este local foi substituído pelo Campo de Santo Antônio (Largo da Carioca) para onde foi enviado um chafariz de mármore com 16 bocas de bronze que jorrou água pela primeira vez em 1723.

No entanto, segundo Maurício de Abreu,

O epílogo dessa longa história só iria ocorrer (...) no governo de Gomes Freire de Andrada. Autorizado pela Carta Régia de 28 de Abril de 1744, resolveu o governador dar novo direcionamento ao aqueduto da carioca, abandonando o sinuoso traçado antigo, que percorria a atual Rua Evaristo da Veiga para depois, inflitando em direção ao norte, atingir o Largo da Carioca. Construiu, então, o novo aqueduto da Carioca, (...) que ainda se mantém até os nossos dias, embelezando a área central da cidade.⁸

Foi a partir deste momento, já na segunda metade do século XVIII, que o morro de Santa Teresa passou a ser ocupado de forma mais efetiva ao longo do traçado correspondente ao Caminho do Aqueduto.

⁸ ABREU, Maurício de Almeida. **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editoração, 1992, p.58.

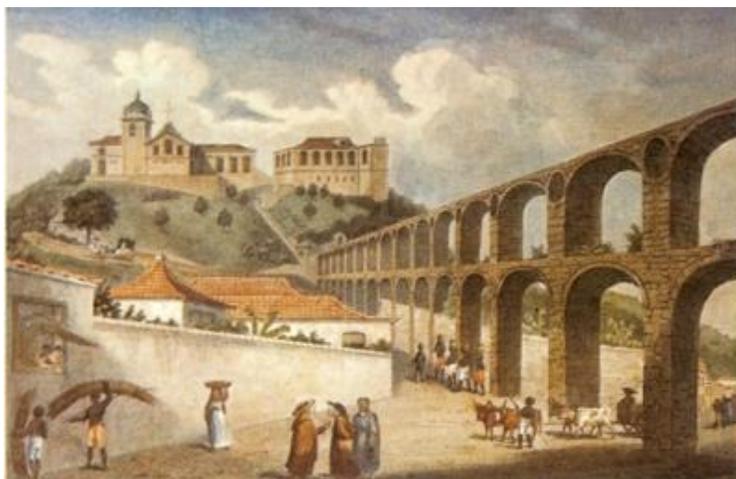


Fig. 3: Arcos e Convento de Santa Teresa, Richard Bate, 1º metade do século XIX.

Fonte: <http://www.pintoresdorio.com/userFiles/Image>

A vinda da Família Real introduziu a prática contemplativa da exuberância paisagística através dos passeios aristocráticos e da instalação de chácaras de fim de semana, resultado da influência das *villas* que se espalharam pelos arredores das grandes cidades européias. Segundo Keith Thomas, a apreciação da natureza selvagem proporcionava “uma fuga do burburinho crescente das cidades e fábricas”⁹ Além disso, as recomendações dos médicos sanitaristas diante das epidemias que assolavam o centro da cidade elegeram as regiões mais altas como ideais para moradia, transformando o morro de Santa Teresa em um dos locais preferidos da aristocracia carioca.

A partir de então, observa-se uma relação direta entre natureza e civilidade. A existência de parques e jardins na cidade, o hábito de se passear ao ar livre em locais de exuberante beleza natural, a presença de jardins residenciais e de casas em lugares considerados salubres e higiênicos eram aspectos que definiam o grau de civilidade ao qual estava vinculada uma cidade ou um grupo social. Conseqüentemente, o costume de passar a vida dentro de casa, um resquício da sociedade tradicionalista colonial, era criticado pela literatura local como no artigo de 1908 de Mário Perdeneyras, escrito para

⁹ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.318.

a Revista Kosmos e intitulado “O Quintal e a Porta”. Neste artigo, o autor ressaltava a falta de costume do carioca em usufruir os benefícios da vida ao ar livre oriundos dos melhoramentos do início do século. Seguindo a mesma temática, em 1912, a Revista Fon Fon lançava o artigo “O Rio Civiliza-se”, que comentava sobre o costume retrogrado do carioca em continuar dentro de casa, deixando os jardins e a orla da cidade, praticamente, vazios.

Um dos passeios mais concorridos da cidade e que atraía cariocas e viajantes estrangeiros era a caminhada em direção ao pico do Corcovado, passando por Santa Teresa e Silvestre, um *belvedere* único ao longo do Caminho do Aqueduto, hoje denominada Almirante Alexandrino.

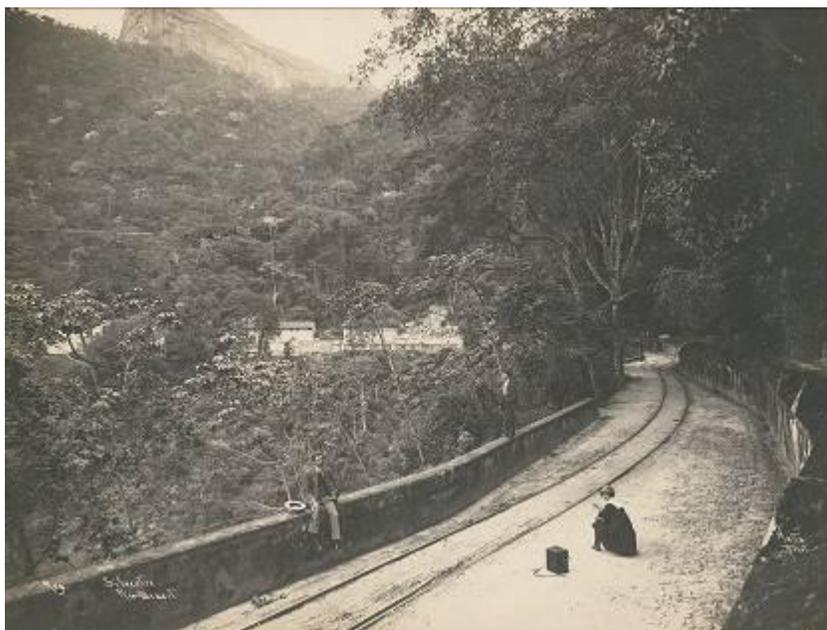


Fig. 4: Caminho do Aqueduto na região de passeio conhecida como Silvestre.
Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som.

O relato sobre este passeio vivenciado pela francesa Adele Toussaint- Samson, que morou no Rio durante doze anos e que, em 1883, publicou um livro sobre os costumes da cidade carioca, reflete o deslumbramento provocado por esse trajeto.

A partir da Mãe d'água, é preciso escalar estreitas e mal traçadas veredas a pique; e, enfim, depois de cinco ou seis horas de caminhada, chega-se ao alto do corcovado. O mais magnífico panorama estende-se então diante de seus

olhos: é um espetáculo grandioso. Contudo, confessarei, fui tomada de mais entusiasmo no meio da montanha do que em seu cume. Eu pudera imaginar um pouco a esplêndida vista que me esperava em tal altura, mas não pudera pressentir a emoção profunda que sentiria à visão de uma natureza saindo virgem das mãos de Deus.¹⁰

Na segunda metade do século XIX, as epidemias que castigavam a cidade converteram Santa Teresa em um dos principais refúgios da aristocracia carioca, dando início à ocupação de forma mais efetiva do morro. As chácaras, que antes eram apenas destinos temporários de descanso nos finais de semana, transformaram-se em residências fixas. Teve início, então, um processo de loteamento do espaço por parte dos proprietários com a abertura de várias ruas. Ao invés do abastecimento de água e da procura por lugares propícios ao cultivo de produtos de exportação, o processo de adensamento do lugar estava atrelado, agora, ao lucro proveniente dos negócios imobiliários.

Esse ambiente pitoresco serviu não apenas como local de moradia e de passeios turísticos, mas também como instância termal terapêutica, estimulando o investimento em casas de recuperação em meio ao clima agradável e à higiene do lugar.

A introdução do bonde à tração animal em 1872 reforçou a ocupação promovida pela classe mais abastada, a qual passou a deixar definitivamente o centro da cidade para moradia dos mais pobres. A empresa responsável pela concessão da linha de carris entre Santa Teresa e o centro instalou um plano inclinado que ligava a Rua do Riachuelo às proximidades do Largo dos Guimarães, ponto inicial dos bondes que dali partiam para o curvello.

No entanto, o grande investimento estava por vir e em 1896 foi inaugurado o primeiro trecho de tração elétrica da Companhia Ferro Carril Carioca até o Largo do França, dando início, nesta data, ao tráfego dos bondes elétricos em Santa Teresa. Tudo começou em 1892 quando o presidente da companhia, Casimiro José Pereira de Meneses, firmou contrato pelo prazo de 35 anos com o poder público municipal. Em 1895, a Diretoria de Obras e Viação autorizou a passagem da linha sobre os arcos da Lapa e, em abril deste mesmo ano, foi concedida à Companhia “o direito de

¹⁰ SAMSON-TOUSSAINT, Adèle. **Uma parisiense no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003, p. 92.

desapropriação, por utilidade pública, dos terrenos necessários aos traçado de suas linhas, segundo os planos aprovados pela prefeitura, respeitado o edifício e dependências do hospital da Ordem Terceira do Carmo”¹¹. No entanto, essa questão não foi tão tranquila quanto parece, já que no relatório apresentado à Assembléia Geral em 1896, a Diretoria destacou o destino de alguns recursos “para instruir as questões de desapropriação e outras pendentes e liquidadas com os ganaciosos proprietários dos morros de Santa Thereza e Santo Antônio”.¹²

Elogios e perplexidade não faltaram na fala de Vieira Fazenda em 1896, sobre a inauguração do bonde elétrico em Santa Teresa.

Vê os bondes que parecem carrinhos de crianças. Vê o povo embasbacado, de ante deste bonde que nos leva sem ser puxado por burros.

(...)Chega o jornal, e este anuncia aos seus leitores que tudo isso custa a módica quantia de mil réis (ida e volta) amanhã será um Deus nos acuda no Largo da Carioca, em frente à casa, onde se toma leite de Minas. Conta tudo isso, e a companhia Ferro Carril se tornará em breve um colosso.¹³



Fig. 5: Na foto, o traçado tortuoso da rua e os trilhos do bonde elétrico.
Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som

¹¹ **Decreto nº 134**, 10 de abril de 1895. Diário Oficial, p. 1653, 11 abril 1895.

¹² **Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral Ordinária da Companhia Ferro Carril Carioca**. Diário Oficial, p. 1350, 19 Março 1896.

¹³ FAZENDA, Vieira J. **Antiquilhas e memória do Rio de Janeiro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. Tomo 86, volume 140, 1921, p. 400.

1.2 –A Rua Joaquim Murtinho

O trajeto por onde passa o bonde elétrico corresponde ao traçado que serpenteia toda a montanha e que ficou conhecido como Rua do Aqueduto, fruto da ampliação do caminho que serviu de passagem ao encanamento das águas em direção ao chafariz do Largo da Carioca. Com base em informações levantadas por Hilda Machado junto ao livro não publicado de Neyde Gomes de Oliveira¹⁴, percebe-se que o trecho inicial chamado de Ferro Carril, hoje Rua Joaquim Murtinho, foi aberto, em quase sua totalidade, nas terras pertencentes às chácaras da Bica e do Desterro, que passaram a constituir no século XVIII, ao lado da Chácara das Mangueiras, o patrimônio do Convento de Santa Teresa. Na verdade, esse trecho era uma das vertentes do encanamento por onde desciam as águas, sendo que a outra passava pela Rua do Curvello, atual Dias de Barros. Nesta bifurcação, ficavam os primeiros Dois Irmãos, dois obeliscos piramidais em pedra que demarcavam a mudança no percurso do rio carioca que descia do aqueduto e que foram destruídos pela conveniência do traçado da linha de bonde. O segundo conjunto dos Dois Irmãos ficava no Silvestre.

1.2.1 – A ocupação e os proprietários que nela se instalaram

Com o intuito de custear as despesas, as freiras carmelitas começaram a lotear e arrendar suas propriedades já no final do século XVIII. Em 1898, o engenheiro M. Brandão realizou o projeto de loteamento de um trecho de terras foreiras ao Convento e cortadas pela Rua Ferro Carril Carioca. Até hoje, os proprietários, que possuem apenas o domínio útil, são obrigados a pagar, anualmente, o foro devido pela aquisição do imóvel. Esses lotes ainda eram estreitos, porém mais largos que os oriundos de períodos precedentes. O traçado curvilíneo da rua permitiu obter, nas extremidades do trecho, terrenos com configuração diferenciada e testadas bem maiores, características que interferiram, de certa forma, na concepção dos respectivos projetos.

¹⁴ MACHADO, Hilda. **Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p.21.

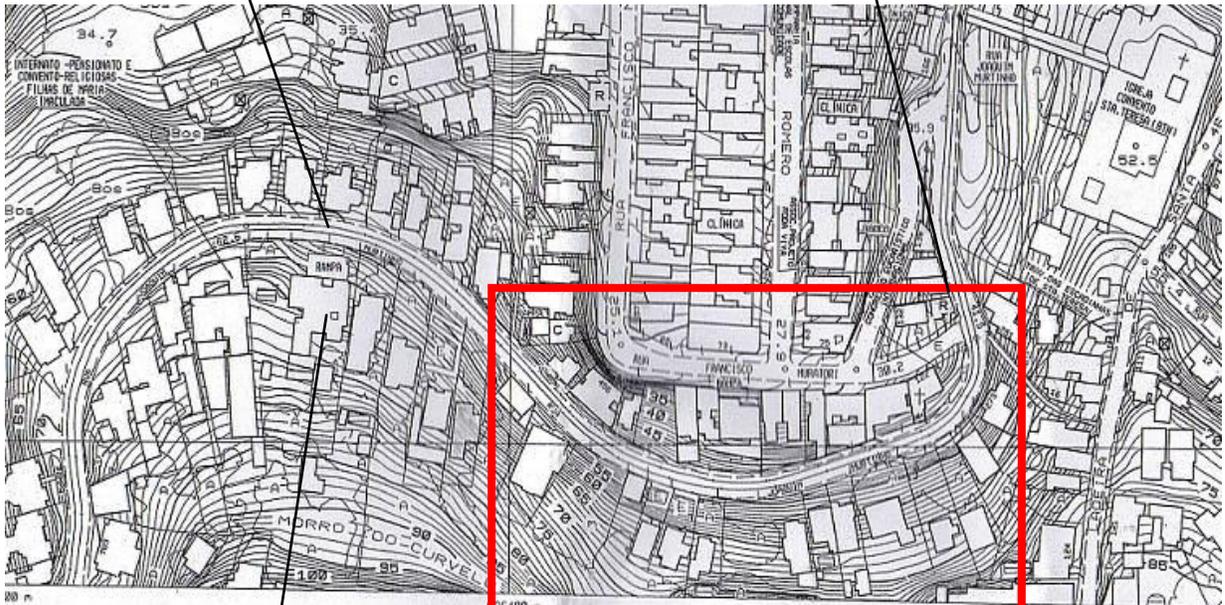


Fig. 6: Projeto de Loteamento de terras pertencentes ao Convento, datado de 1898, realizado na Rua Ferro Carril.
Fonte: Arquivo do Sr. Gilberto Perdeneiras, 2010.

Rua Joaquim Murinho



Traçado sinuoso da Rua Joaquim Murinho



Pousada Mango Mango, antiga
residência da escritora Júlia Lopes de
Almeida

Fig. 7: Trecho correspondente ao projeto de loteamento de 1898, entre os números 273 e 491.

Fonte: Planta Cadastral de 2000. Secretaria Municipal de Urbanismo.

É bem provável que este não tenha sido o primeiro loteamento da rua, pois a casa da escritora Júlia Lopes de Almeida e de seu marido Filinto, que ficava em outro trecho, já existia no último quartel do século XIX, tendo em vista os movimentados salões de literatura promovidos pela escritora em seu famoso jardim durante este período. Atualmente, esta casa refere-se ao número 587, sede da pousada “Mango Mango”. A título de ilustração, a escritora Hilda Machado reproduziu em seu livro sobre Laurinda Santos Lobo um pequeno trecho de um texto de autoria de João do Rio, onde este dizia que a casa de Filinto ficava “a dez minutos da cidade e é como se estivesse perdida num afastado bairro. Não havia vizinhos: não há trânsito pela estrada, a não ser o *bond* de quarto em quarto da hora...”¹⁵

A tese da professora Elizabete Martins já havia observado que a ocupação do bairro de Santa Teresa seria um reflexo da concepção do pitoresco no urbanismo brasileiro, antecipando “certas soluções presentes não só nos discursos de Ebenezer Howard sobre as *gardens cities* como nos exemplos inspirados por ele que proliferaram nas primeiras décadas do século XX na Europa nos exemplos de bairros-jardins”¹⁶.

Desde meados do século XIX que o bairro era visto como boa opção de moradia pela elite carioca. Os lotes oferecidos nas partes elevadas do morro e mais distantes do centro, ou seja, nas ruas Almirante Alexandrino e na própria Joaquim Murtinho, apresentavam encostas íngremes, mas também uma bela vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, e foram os preferidos dessa elite, segundo Lysia Bernardes:

“Constituiu-se, mesmo, uma verdadeira zonação social em função do relevo, pois enquanto as classes mais afortunadas predominam no alto do espigão, onde há belas residências, uma classe remediada se localizou nos declives intermediários das ruas que descem para a planície. No contato com essa, se processou uma degradação corrente da vizinhança com a própria área de deterioração do centro da cidade que envolve Santa Teresa.”¹⁷

¹⁵ MACHADO, op.cit., p.66.

¹⁶ MARTINS, Elizabete Rodrigues de Campos. **Santa Teresa, entre a cidade e a floresta: a estruturação e preservação de um bairro carioca**. 2002. Tese de Doutorado. Ecole Des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, P.73.

¹⁷BERNARDES, Lysia M. C. e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Biblioteca Carioca, 1987, p.109.

Essa camada sócio-econômica de elevado poder aquisitivo que se instalou na Rua Joaquim Murtinho formada por pessoas que exerciam atividades de importância na época como a medicina, advocacia, política, comércio em geral, exportação de café e engenharia.

Com o propósito de caracterizar esse grupo de proprietários que ocupou a rua no início do século XX, destacarei alguns, a começar pelo engenheiro civil Manoel Amoroso Costa. Com bacharelado em ciências físicas e matemáticas, livre docente em astronomia e geodésia, com livros publicados e internacionalmente conhecido, foi um dos pioneiros em pesquisas matemáticas no Brasil. Seu pai, imigrante português e comerciante já estabelecido, adquiriu o terreno em 1910 e deu ao seu filho Manoel que morava em Botafogo, na Rua Dona Mariana. Ali construiu, em 1913, a casa que hoje corresponde ao número 582.



Fig. 8: Engenheiro e matemático Manoel Amoroso Costa.
Fonte: <http://www.brasilecola.com/biografia/manuel-amoroso-costa.htm>

O português João Pedro de Fraga Lourenço, proprietário da casa construída em 1917 no terreno de número 598, era diretor-presidente dos Armazéns Gerais do Comércio de Café S/A. Morava em Copacabana, mas devido a problemas de sua esposa com a água do mar, resolveu se mudar para Santa Teresa. Comprou o lote de Cypriano Amoroso Costa, irmão de Manoel Amoroso Costa.

O espanhol Juan Gatell Solá nasceu em Barcelona, era engenheiro civil e inventor. Em 1899, o Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas concedeu –lhe privilégios de invenção, por 15 anos, por conta de uma nova caixa higiênica para lixo. Trabalhou também para a prefeitura realizando desenhos relativos a projetos públicos. Morava em Laranjeiras, e comprou alguns lotes na Rua Joaquim Murinho, residindo em dois desses imóveis por ele projetados, o primeiro construído no nº 307, e o segundo edificado em 1921 no nº 491. É autor também do projeto referente à Casa de João Pedro de Fraga Lourenço, nº 598, e à Casa de Antônio da Costa Lage, nº 668. Foi sócio, até 1917, na firma “Rodrigues Esteves & Comp.” do construtor Manoel Rodriguez Esteves com quem trabalhou em vários projetos.

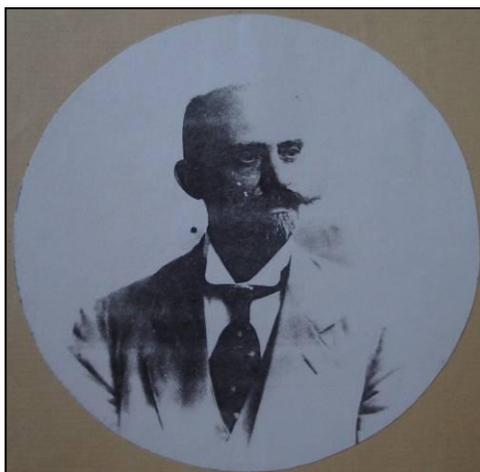


Fig. 9: Engenheiro Juan Gatell Solá
Fonte: Acervo de Maria Inês G. de Souza, 2010.

A casa de número 654, construída em 1920, teve como primeiro proprietário o médico Domingos de Góes e Vasconcellos Filho. Era filho do Dr. Domingos de Góes e Vasconcellos, membro da Academia Nacional de Medicina e um dos grandes nomes da neurocirurgia moderna que teve início no final do século XIX no Rio de Janeiro. Exerceu o magistério na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua esposa, Paulina Armsbrust de G. e Vasconcellos, era parente, provavelmente filha, do também médico Dr. Gustavo Armsbrust, proprietário da Villa Lúcia, número 636, e vizinho de Domingos.

Nascido em Fortaleza, o engenheiro Tobias Correa do Amaral era casado com Maria Thereza de Moura Brazil, filha do mais famoso oftalmologista da época Dr. José Cardozo de Moura Brasil. Em 1905, era engenheiro de circunscrição, e em 1913 foi nomeado para ocupar o cargo de sub-diretor da Diretoria Geral de Obras em Viação Municipal. Morava, nesta época, na Rua Guanabara, atual Pinheiro Machado. Em 1912, comprou dois lotes na Rua Joaquim Murtinho e construiu, em 1914, a casa de nº 716.

Italiano, depois naturalizado brasileiro, Evaristo Bianchini foi representante comercial, no Rio de Janeiro, da Companhia Melhoramentos de São Paulo (atual Editora Melhoramentos). Era considerado, pela diretoria, como experimentado homem de negócios e grande conhecedor da organização industrial da companhia. Proprietário da casa de nº 335, mudou-se para a Praia do Flamengo e dividiu entre os filhos o direito de propriedade sobre a casa de Santa Teresa.

Primo de Joaquim Murtinho, Juvenal Murtinho Nobre adquiriu lote na rua e construiu sua casa em 1913. Foi fundador do Touring Club do Brasil em 1923. Seu casamento virou notícia na coluna social da Revista Fon Fon em 1907¹⁸.

Adolpho Pereira Burgos Ponce de Leon foi deputado federal pelo Rio de Janeiro no período de 1899 a 1901. Em 1913, já era proprietário da casa de nº 641 da Rua Joaquim Murtinho. Em 1921, a casa foi doada por sua filha Maria Sebastiana Ponce de Leon à Congregação das Religiosas de Maria Imaculada, de origem espanhola.

Júlia Lopes de Almeida, a mais importante escritora do final do século XIX e início do XX, casou-se com o escrito português Filinto de Almeida, na época diretor da revista “A Semana”. Morou em Santa Teresa, na casa de nº 587, onde realizava os seus famosos salões de literatura.

¹⁸ **Notas Mundanas – Enlace Murtinh-Lobo.** Revista Fon Fon. Rio de Janeiro, abril de 1907.



Fig. 10: Escritora Júlia Lopes de Almeida

Fonte: http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/juliaLopes_vida.html

Apesar de ter sido proprietário da casa de nº 20, Joaquim Duarte Murtinho, membro de uma tradicional família matogrossense, morava em uma rua próxima, atual Murtinho Nobre. No Rio, acabou não se formando em engenharia, mas se tornou o mais disputado homeopata carioca do final do século XIX. Foi também um famoso político brasileiro, um das figuras mais importantes da Velha República, exercendo o cargo de senador e ministro. Construiu uma respeitável fortuna, vindo a falecer em 1911. Em 1917, a prefeitura, através do Decreto 1165, deu seu nome à antiga Rua do Ferro Carril.

1.2.2 – As residências ecléticas: Santa Teresa e a casa do início do século

A maioria dos projetos da Rua Joaquim Murtinho, encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, foi edificada na segunda década do século XX. Algumas casas foram modificadas, outras não existem mais, no entanto ainda se tem o registro de um conjunto bastante representativo da arquitetura eclética residencial erguida pela burguesia carioca no início do século. Deve-se ressaltar que a característica pitoresca deste bairro, assim como os da zona sul da cidade, ensejou uma liberdade arquitetônica que já era comum em cidades balneárias européias, e que passou a ser visto também nesses recantos cariocas. Além disso, tais regiões, ocupadas pelos mais abastados, nasceram já sob a vigência das mudanças projetuais e construtivas aplicadas à arquitetura residencial a partir do final do século XIX e início do século XX, conforme assinala Nestor Goulart,

“Naquela época [1900-1920], nos bairros da zona sul do Rio de Janeiro, em Higienópolis e Campos Elísios em São Paulo, os arquitetos mais ousados orientavam a construção de casas com soluções arquitetônicas mais atualizadas, com jardins amplos, porões altos e programas mais complexos, que conseguiam ser, a um só tempo, chácaras e sobrados.¹⁹

Dentre essas soluções atualizadas está a distribuição espacial resultante de programas mais diversificados, oriundos das novas necessidades do homem da época. Naclério Homem, no seu trabalho sobre os palacetes paulistanos, definiu essa nova distribuição nas casas de luxo da seguinte maneira:

...não havia superposição de funções. Destinou-se um cômodo para cada função ou atividade, o que resultou em espaços específicos. O estar desmembrou-se em salão de recepção, salão de visitas, sala de música, estar, sala de senhora, de fumar, biblioteca, gabinete, etc. Entre a cozinha e sala de jantar, surgiram a copa, sala de almoço e sala de refeição das crianças,...²⁰

Outro elemento importante na concepção do espaço arquitetônico foi o jardim, também citado por Nestor Goulart, mas não tão amplo no caso específico de Santa Teresa, devido à configuração dos lotes. Resultado dos afastamentos obrigatórios, sua presença procurou reproduzir, no ambiente urbano, o caráter rural e a proximidade com a natureza das antigas chácaras, vinculando-se, deste modo, ao estilo de vida moderno e saudável característico de uma sociedade civilizada. A título de ilustração, o relatório do engenheiro Everardo Backheuser voltado para as habitações populares pode ser aplicado às construções de um modo geral no que diz respeito à importância dos jardins nas habitações residenciais.

Além do parque comum que as necessidades de sociabilidade exigem, cada casa deve, desde que o terreno não seja caro, ser provida de um jardim na frente sem que isto encareça o aluguel. Devemos nos acostumar e acostumar

¹⁹ FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Perspectiva. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 56.

²⁰ HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.125.

a população a julgar o proletario como um **homem civilizado** e não como um ser bruto inacessível às vantagens sociais.²¹ (grifo da autora)

Esses afastamentos, que possibilitaram a projeção dos jardins, surgiram no final do século XIX, primeiramente com o deslocamento do edifício em relação aos limites laterais, e, em seguida, em relação ao logradouro público. A partir de 1903, por determinação imposta pelo Decreto 391, que passou a regulamentar as construções e as reconstruções realizadas na cidade do Rio de Janeiro, tais afastamentos aparecem como decisões obrigatórias nos projetos de construção. Cabe salientar que essas exigências resultaram da ação de profissionais, sobretudo dos médicos sanitaristas, em buscar soluções para o problema da insalubridade urbana. Como consequência, as fachadas laterais passaram a receber aberturas de janelas e portas e, em alguns casos, tratamentos decorativos mais cuidadosos.

Quanto ao espaço interno, a legislação determinava também pé direito mínimo para os pavimentos, ou seja, 4,0 m para o primeiro pavimento, 3,80m para o segundo e 3,60m para os demais. No porão, a altura não poderia ser menor que 0,60 m e maior que 3,00m. O Decreto limitou a altura total do prédio, o qual não poderia exceder uma vez e meia a largura da rua onde fosse edificado, com exceção de algumas ruas do centro. Além disso, instituiu a obrigatoriedade do sobrado para algumas ruas da cidade situadas no centro e na zona sul, mas a excluiu para as construções em morro. As aberturas deveriam ser proporcionais e, por conta da higiene, não poderiam ser inferiores a 1/5 da área do cômodo. A colocação de venezianas em todos os dormitórios, latrinas e banheiros era obrigatório.

O Decreto exigia que todos os cômodos apresentassem aberturas para o exterior. Era obrigatória a presença de área livre no terreno com prédios destinados à habitação, não podendo ser inferior a 6,0m² nos edifícios de um pavimento, 8,0m² nos edifícios de dois pavimentos e 10,0m² nos edifícios de três ou mais pavimentos.

Quanto às revivescências arquitetônicas empregadas, as soluções presentes nos projetos ecléticos tiveram como referência o decorativismo dos estilos históricos europeus utilizados pelos arquitetos nacionais e por muitos estrangeiros que aqui se

²¹ BACKHEUSER, Everardo. **Relatório sobre habitação popular apresentado à comissão nomeada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores**. Diário Oficial, p.80, 1904.

instalaram²². O ápice deste período foi a reforma urbanística empreendida por Pereira Passos no Rio de Janeiro no início do século XX. As construções da Avenida Central foram aclamadas pelas revistas ilustradas, as quais se transformaram em grandes defensoras do ecletismo e passaram a exercer um importante papel, de caráter educativo e orientador, na construção das residências burguesas cariocas. Poucos anos depois, a Exposição Nacional de 1908 também surgiu como vitrine para a nova arquitetura.

Ao lado dessa influência inspirada nos estilos classicizantes, houve também a difusão do *Art Nouveau*, um estilo novo que procurou na natureza, e não no passado, um modelo para exprimir a sua época, bem como o aparecimento de outra tipologia arquitetônica, o estilo vitoriano, cuja origem está no *English Domestic Revival* de Richard Norman Shaw e de seus contemporâneos europeus, e que passou a fazer parte da paisagem da arquitetura residencial pitoresca das principais cidades brasileiras.



Fig. 11: Fotos do Bairro de Santa Teresa. Ao fundo, o casario da Rua Joaquim Murinho.
Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som.

²² Alguns arquitetos que atuaram neste período: Heitor de Mello, Adolfo Morales de Los Rios, Rafael Rebechi, Armando da Silva Teles, Antonio Jannuzzi, Joseph Gire, Archimedes Memória e Antonio Virzi.



Fig. 12: Fotos do Bairro de Santa Teresa. Ao fundo, o casario da Rua Joaquim Murinho.
Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som.

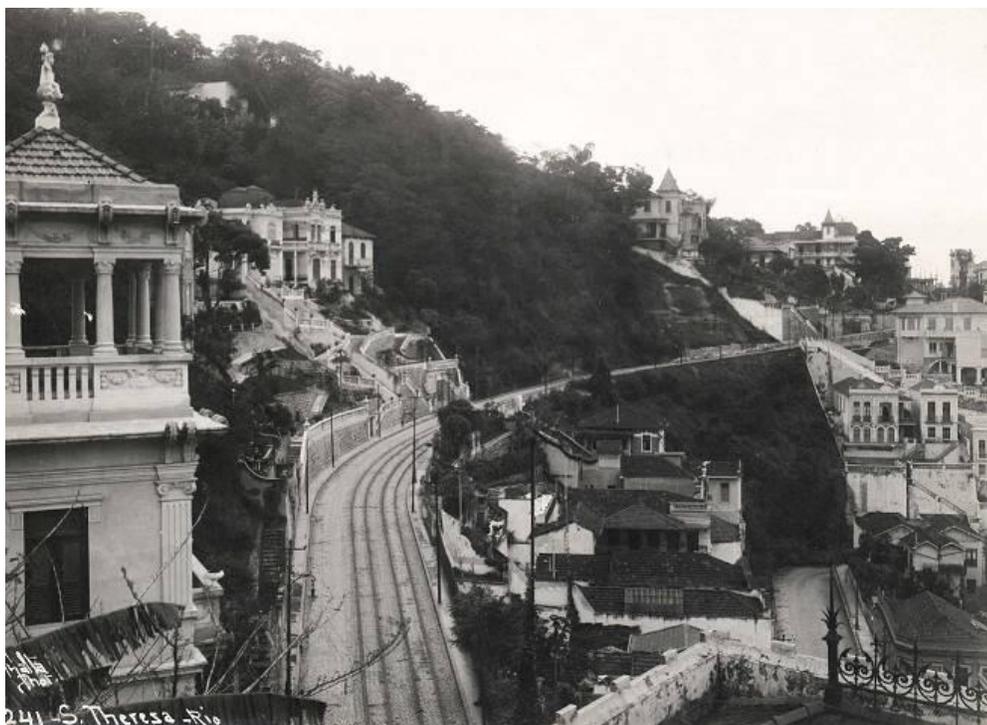


Fig. 13: A arquitetura eclética da Rua Joaquim Murinho.
Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som.

Cabe considerar, ainda, em relação à arquitetura eclética carioca, na qual encontram-se inseridas as casas da Rua Joaquim Murtinho, que os projetos concebidos segundo os preceitos legais e as transformações citadas anteriormente, teve a participação, não apenas no campo construtivo, mas também no projetual, de profissionais conhecidos na época como construtores. Eram imigrantes portugueses que exerciam esse ofício sem diploma, mas que haviam adquirido o conhecimento necessário ou através da prática profissional, ou através de uma educação formal administrada pelas instituições de ensino técnico disponíveis na época. A aceitação pelo poder público não evitou que a atuação desse profissional, neste contexto, fosse extremamente polêmica, gerando um grande esforço, por parte dos arquitetos e engenheiros, no sentido de criar uma legislação que regulamentasse a profissão.

Quanto às peculiaridades arquitetônicas do lugar, nota-se que no sistema construtivo de alvenaria portante observado nas casas da Rua Joaquim Murtinho, a pedra foi um material usado não apenas como embasamento para constituir os porões ou os pavimentos localizados abaixo do nível da rua, mas também, em alguns casos, foi utilizada para executar as próprias paredes estruturais da casa. É bem provável que essas pedras tenham sido fornecidas por pedreiras exploradas no próprio bairro, pois, segundo informações obtidas com familiares do proprietário Manoel Amoroso Costa, este assinalava que era mais fácil descer a pedra do que subir o tijolo, o que explica as paredes estruturais da sua casa terem sido concebidas, integralmente, com esse material. Além disso, o construtor Carlos Leal, que participou de dois projetos na rua, era sócio da firma “Carlos Leal & Filhos”, que obteve licença da prefeitura para a exploração de duas pedreiras, sendo uma delas situada na Rua do Aqueduto, nº 687.

A Villa Lúcia, edificada pelo médico Gustavo Armsbrust e que atualmente se encontra em ruínas, apresenta o primeiro pavimento em pedra e o segundo em tijolo. Da mesma forma, a casa em ruínas e de grandes dimensões localizada no início da rua, provavelmente o número 15 e que pode ter sido do deputado Adolpho Pereira Ponce de Leon, foi concebida em pedra até a laje do segundo pavimento.



Fig. 14: Casa situada no nº 15 da Rua Joaquim Murtinho.
Fonte: arquivo da autora, 2010.



Fig. 15: Villa Lúcia do Dr. Gustavo Armsbrust
Fonte: arquivo da autora, 2010.

Já na casa do português João Pedro de F. Lourenço e do engenheiro Juan Gatell Solá, a pedra foi introduzida até a metade das paredes estruturais do primeiro pavimento, segundo informação dos próprios familiares.



Fig. 16: Segunda residência de Juan Gatell Solá na Rua Joaquim Murtinho. A primeira ficava no número 307
Fonte: arquivo da autora, 2010.



Fig. 17: Casa de João Pedro de F. Lourenço. Foto tirada alguns anos após a construção.

Fonte: arquivo de Maria Inês G. de Souza, 2010.

A pedra era um material mais caro que o tijolo, no entanto a facilidade de encontrá-la no local, a dificuldade em se subir o tijolo e a própria topografia que demandava uma estrutura reforçada, devem ter estimulado a sua utilização nas construções da rua.

Por sua vez, a topografia constitui outra particularidade em relação a esses imóveis. Os aclives e declives que caracterizam os terrenos localizados na Rua Joaquim Murtinho obrigaram os construtores a realizar aterros e desaterros, criando patamares sobre os quais eram erguidas as casas. Manoel Amoroso Costa em seu pedido de Licença de Obras de 1913 citava a forte inclinação do seu terreno que o “obrigou a projetar o seu prédio com dois porões sobrepostos, o que já vinha sendo permitido em iguais circunstâncias”²³.

O documento datado de agosto de 1917, preenchido pelo engenheiro Juan Gatell no final da obra e referente ao imóvel de João Pedro F. Lourenço, cujo projeto foi

²³Projeto original da Casa de Manoel Amoroso Costa, 1913. Doc. 3775, caixa 83, AGCRJ.

aprovado em novembro de 1916, ilustra a difícil tarefa realizada e o grande volume de terra necessários a esses aterros. No caso específico, o responsável pela obra, Juan Gatell, relata a quantidade de 2191 “carrocinhas de terras” transportadas para o local no período de quase 44 dias entre maio e agosto. É bem provável que este serviço tenha sido realizado a medida em que a construção avançava sobre a superfície inclinada do terreno.

N. 68

João Gatell Solá
ENGENHEIRO CONSTRUCTOR

Escritório - Rua Gonçalves Dias, Francisco Morato, 122 - Oficina - Rua do Funchal, 107

M. Sr. João Pedro Braga
Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1917

Conta das carrocinhas de terra transportadas no terreno da Rua Joaquim Murinho n. 112 para o aterro do mesmo

Maio	Dia 24										35 carrocinhas	58	60	27	26	28	29	30	60	331			
Junho	1	14	15	20	22	26	2	3	4	5	75	73	45	10	11	12	13	60	60	963			
Julho	3	5	9	10	11	14	15	15	18	19	20	24	25	26	27	29	30	704	48	66	38	44	745
Agosto	10	11	12	14	75	30	31	38	60	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	152
																			TOTAL	2191			

2191 viagens correspondem a 43 1/2 dias de 3 por cento que ganham 10.500 x 43 1/2 dias

Vale este quanto
Rio de Janeiro 17 Agosto 1917
João Gatell Solá

Fig. 18: Documento preenchido por Gatell para informar ao proprietário o custo referente ao aterro da casa.

Fonte: Arquivo do Sr. Gilberto Perdeneiras, neto do engenheiro Gatell, 2010.

Vale destacar outra singularidade que a rua acabou impondo aos projetistas, ou seja, a irregularidade da configuração dos lotes resultante do traçado curvilíneo da rua, que acabou introduzindo uma implantação, onde o eixo do terreno, na grande maioria,

não coincidia com o da casa. O caso mais emblemático é a residência de Tobias Correa do Amaral, que, sem alternativa, teve a sua fachada principal praticamente oblíqua em relação à rua.

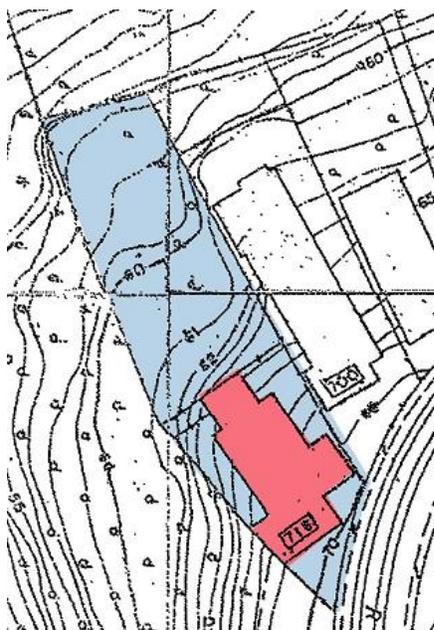


Fig. 19: Lote e implantação da casa de Tobias Correa do Amaral.
Fonte: Planta cadastral de 1953. Secretaria Municipal de Urbanismo.

Compreender a produção arquitetônica desenvolvida em um determinado período histórico requer o conhecimento do local onde foi erguida, bem como das pessoas responsáveis pela sua existência, conforme foi visto neste capítulo. A característica de local apazível atribuído à Santa Teresa durante o período da sua ocupação atraiu, para os locais elevados do morro, um grupo de considerável poder aquisitivo, que havia decidido fixar moradia com a construção de casas ecléticas, as quais se transformaram em exemplares de um novo estilo de morar, e de uma nova fase na evolução arquitetônica residencial carioca. Sendo assim, alguns dados aqui expostos também contribuirão para compor as informações formuladas nas análises morfológicas mais adiante.

O capítulo a seguir tem como objetivo estreitar o foco do estudo, até então dirigido para o bairro e a rua, registrando a produção arquitetônica local através da

apresentação dos quinze mais representativos projetos erguidos na Rua Joaquim Murinho no início do século XX e encontrados no AGCRJ.

Capítulo 2 : Os projetos residenciais da Rua Joaquim Murtinho (1910-1920)

Se a legislação dirigida à atividade construtiva no século XIX se limitou a impor, apenas, um padrão estético às fachadas urbanas, no período eclético, a ascensão da burguesia promoveu transformações arquitetônicas mais profundas, atingindo também o espaço interno, tendo em vista o novo estilo de morar e os avanços tecnológicos oriundos da Europa. A força motriz dessas transformações foi o conceito de modernidade aplicado à residência, e divulgado pelas publicações e construções oficiais e abastadas da época, o que gerou uma nova cultura arquitetônica, guiando os projetistas na concepção das casas. Sendo assim, com o objetivo de apresentar alguns exemplares cariocas resultantes desse período, e de registrar a arquitetura eclética residencial da Rua Joaquim Murtinho, este capítulo apresenta, na íntegra, os quinze projetos mais representativos dentre os dezenove encontrados no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), e informa, a partir de uma análise comparativa entre os mesmos, dados gerais relativos aos códigos de representação do desenho arquitetônico, à organização espacial, à técnica empregada e aos ornamentos.

Estes projetos foram concebidos na segunda década do século XX, conforme informa a tabela e o gráfico a seguir, revelando um significativo impulso imobiliário ocorrido na rua durante este período, sobretudo em 1913 e 1916 com a edificação de quatro imóveis em cada ano.

A ordem de apresentação é a mesma das tabelas e da Planta Cadastral de 1953 obtida na Secretaria Municipal de Urbanismo, e a forma de identificação refere-se ao nome do proprietário registrado nos respectivos projetos. Com exceção dos projetos referentes às casas de Leonel Ávila Leal, Antonio Olintho Lassance, Américo Gouveia Mourão, Manoel Amoroso da Costa e João Pedro de Fraga Lourenço, que tiveram como fonte o trabalho intitulado “Arquitetura da Rua Joaquim Murtinho”, realizado em 2003 pela professora Maria Cristina Fernandes Mello, os demais são cópias dos originais. Quanto à documentação fotográfica, o acervo de imagens foi realizado pela própria autora.

**Tabela 1: Projetos residenciais ecléticos na Rua Joaquim Murinho
Início do século XX**

	Nº Lote no Projeto de 1898	Nº da casa		Primeiro Proprietário	Data	Construtor	Arquiteto/ Engenheiro	Gabarito
		Antigo	Novo					
1	35 e 36	109	273	Mário Aurélio da Silveira	1912	Ferro A. Luiz	desconhecido	2 pavimentos e 1 porão
2	45	143	383	Leonel Ávila Leal	1913	Carlos Leal	desconhecido	1 pavimento e 1 porão
3	47	155	405	Antonio Olintho Lassance	1918	Francisco Antônio Pricarice	Eng e arquiteto L. Kastrup	2 pavimentos
4	48	159	417	Manoel Gouveia Mourão	1915	Manoel Severino Pereira	desconhecido	2 pavimentos
5	49	161	425	Américo Gouveia Mourão	1915	Joaquim Pereira Gomes	desconhecido	2 pavimentos
6		205	531	José Ferreira Macedo Terra	1916		desconhecido	2 pavimentos (Villa Aurora)
7		202	552	Marcolino Rodrigues	1916	Manoel Rodriguez Esteves	Arquiteto Augusto dos Santos	2 pavimentos e 1 porão
8		219	569	Manuel Alves de O. Lopes	1913	Andrade Lima	desconhecido	1 pavimento e 1 porão
9		212	582	Manoel Amoroso da Costa	1913	F. Roume	Desconhecido	2 pavimentos e 1 porão

10		218	598	João Pedro de Fraga Louenço	1916	Manuel Rodriguez Esteves	Engenheiro Juan Gatell Solá	2 pavimentos e 1 porão
11		240	654	Domingos de Góes e Vasconcellos Filho	1920	J. Travassos Filho	Engenheiro J. Travassos Filho	2 pavimentos e 1 porão
12		246	668	Antônio da Costa Lage	1919	Manuel Rodriguez Esteves	Engenheiro Juan Gatell Solá	2 pavimentos e 1 porão
13		256	686	Albino de Almeida Cardozo	1915	João da Cunha	desconhecido	2 pavimentos e 1 porão
14		277	711	Juvenal M. Nobre	1913	Gabriel Laureano	desconhecido	2 pavimentos
15		268	716	Tobias Correa do Amaral	1914	Carlos Leal	desconhecido	3 pavimentos e 1 porão

Obs: O lote 49 (nº 129) ficava a 40 metros do nº 117 que foi a primeira numeração da casa do Leonel Ávila.

O lote 48 era o nº 127

O lote 47 era a casa de Olintho Lassance que ficava junto e antes do nº 127

Os projetos originais correspondentes aos imóveis localizados acima do número 491 não apresentam indicação de lote. Além disso, não foi encontrado projeto de loteamento vinculado a esses imóveis.

A casa de Albino de Almeida Cardozo, nº 686, foi demolida. O terreno encontra-se vazio.

Incidência de construções/ano

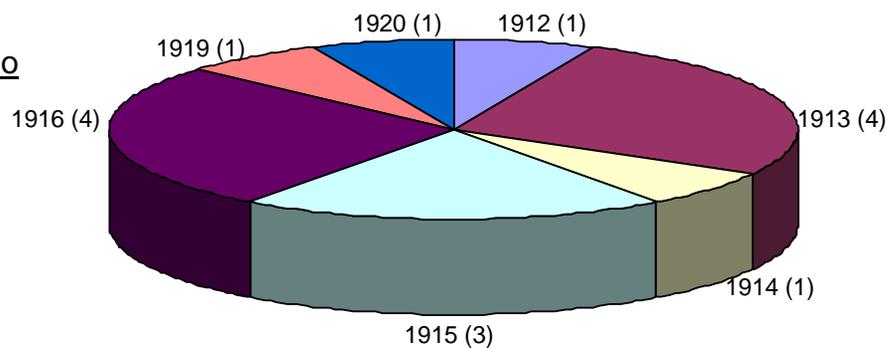


Tabela 2: Casas cujos proprietários foram identificados, mas não tiveram seus projetos localizados no AGCRJ			
	Nº da casa		Primeiro Proprietário
	antigo	novo	
16	115	297	Humberto Duarte
17	117	307	Juan Gatell Solá
18	127	335	Evaristo Bianchini
19	189	491	Juan Gatell Solá
20	231	587	Júlia Lopes de Almeida
21	220	616	Alberto Moreira da Rocha
22	232	632	Gustavo Ambrust
23	247	641	Adolpho Pereira B. Ponce de Leon

Obs: A casa de Adolpho Pereira B. Ponce de Leon, nº 641, foi demolida. Neste terreno, foi construído um prédio residencial.

LOCALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS NA PLANTA CADASTRAL DE 1953



Projetos localizados

Projetos não localizados

1- Casa de Mário Aurélio da Silveira

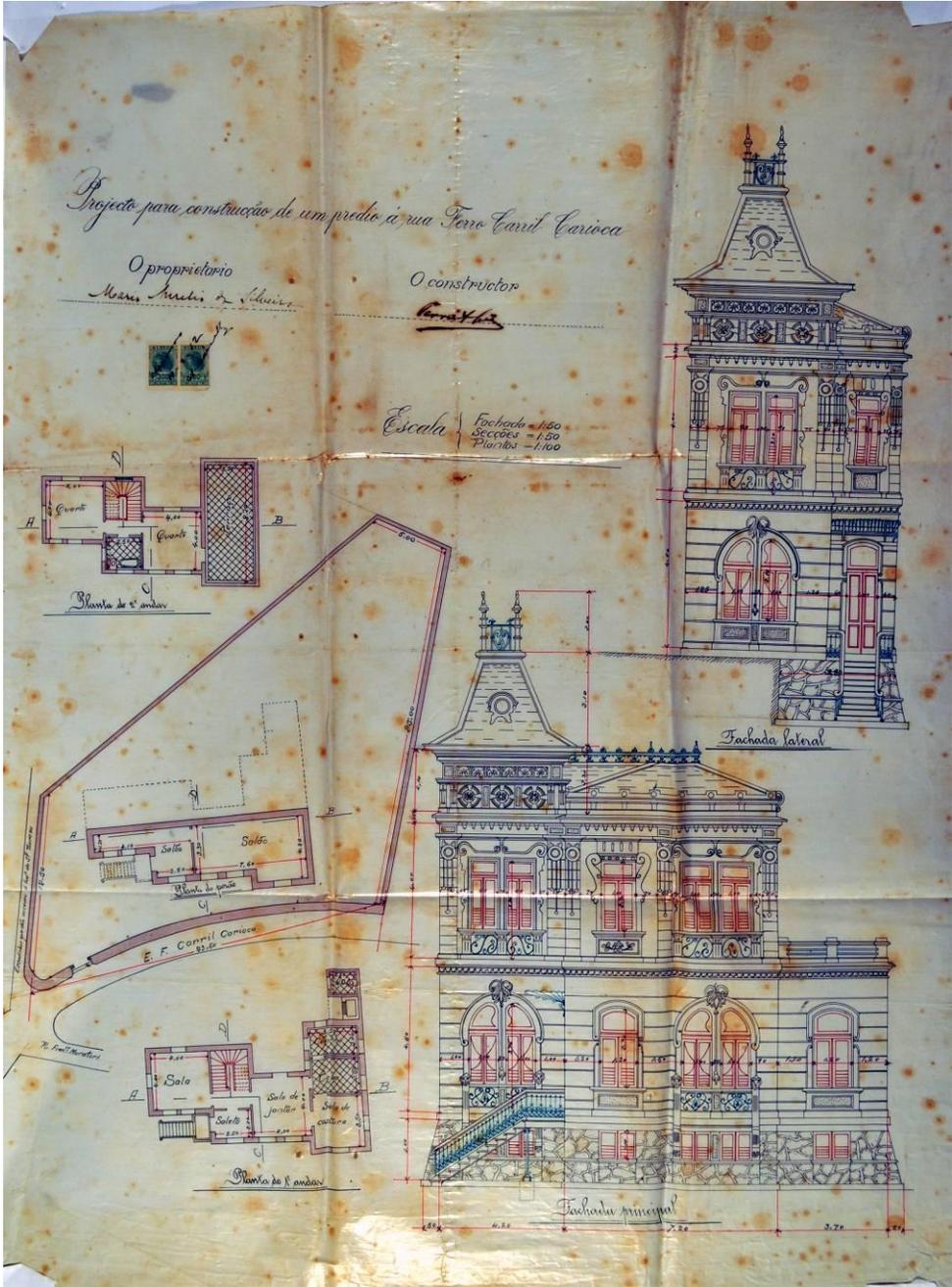


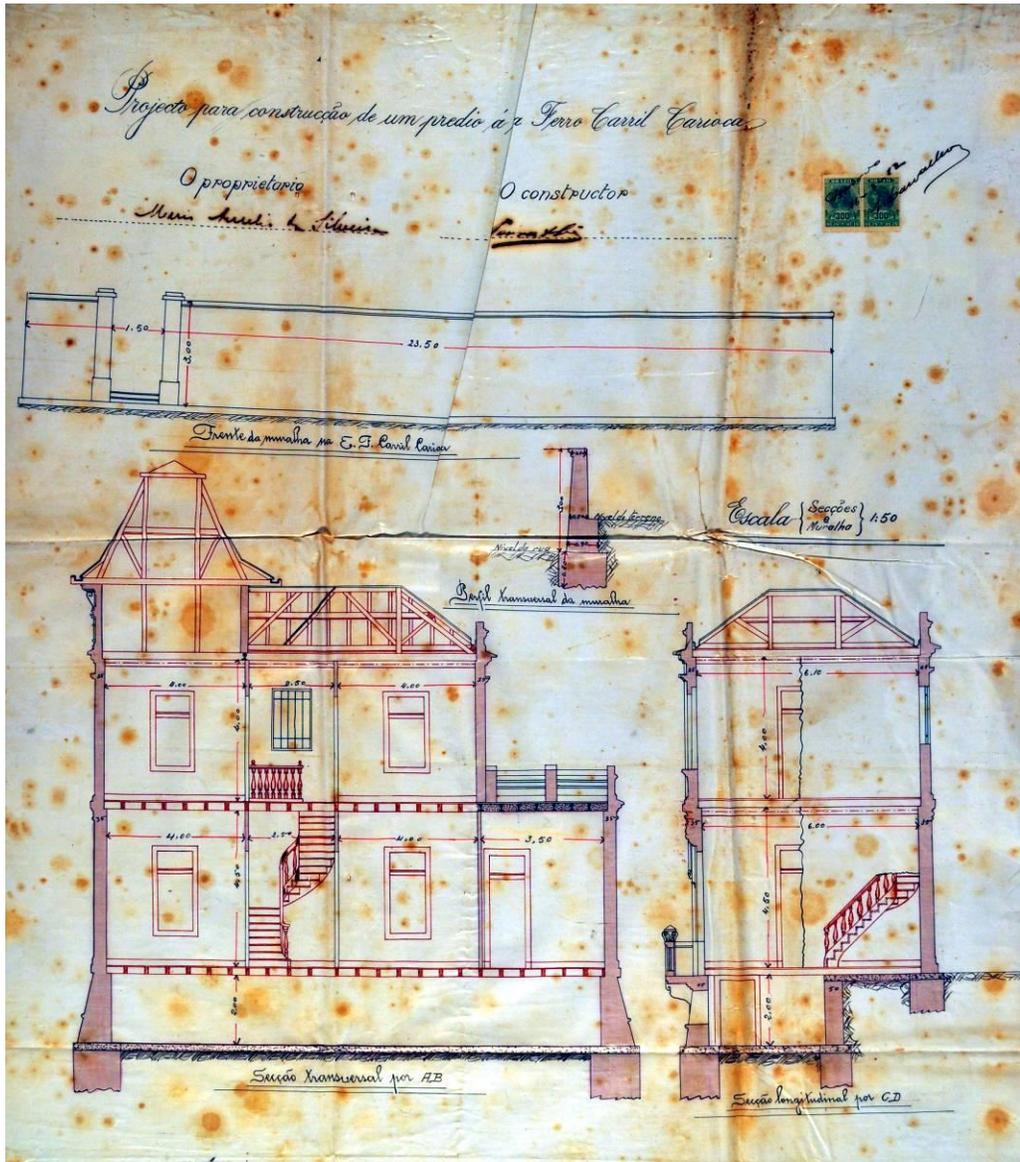
Arquiteto/engenheiro: desconhecido

Construtor: Ferro A. Luiz

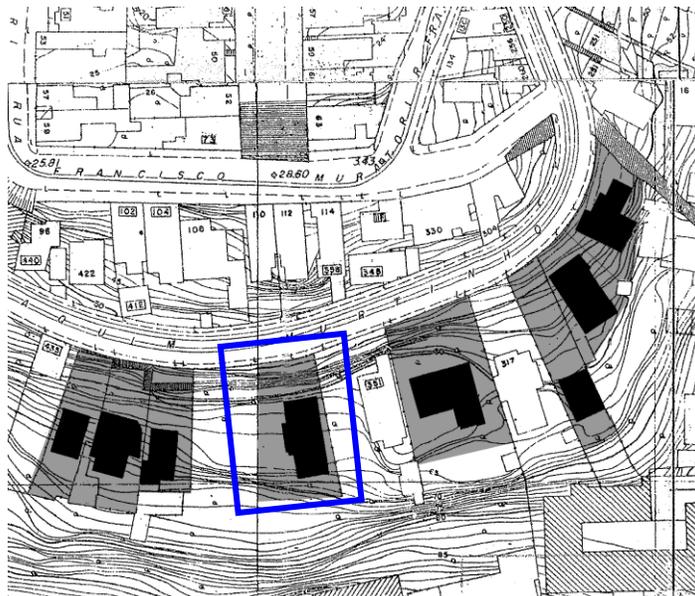
Data do projeto: 1912

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 273 (antigo 109)





2- Casa de Leonel Ávila Leal

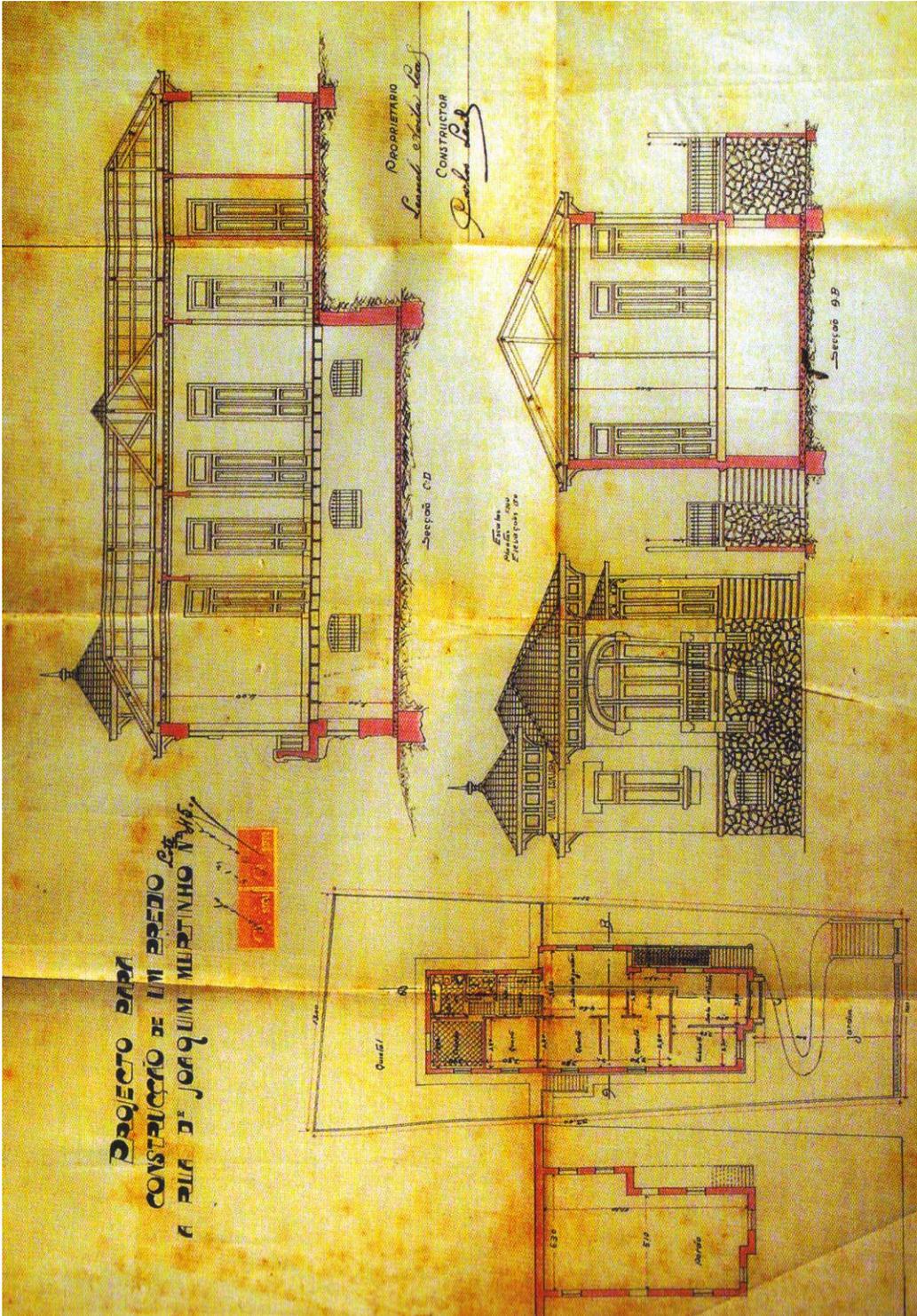


Arquiteto/engenheiro: desconhecido

Construtor: Carlos Leal

Data do projeto: 1913

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 383 (antigo 143)



DEUS QUI OMNIA
 CREAVIT IN
 VITA ET
 MORTE

3- Casa de Antonio Olintho Lassance

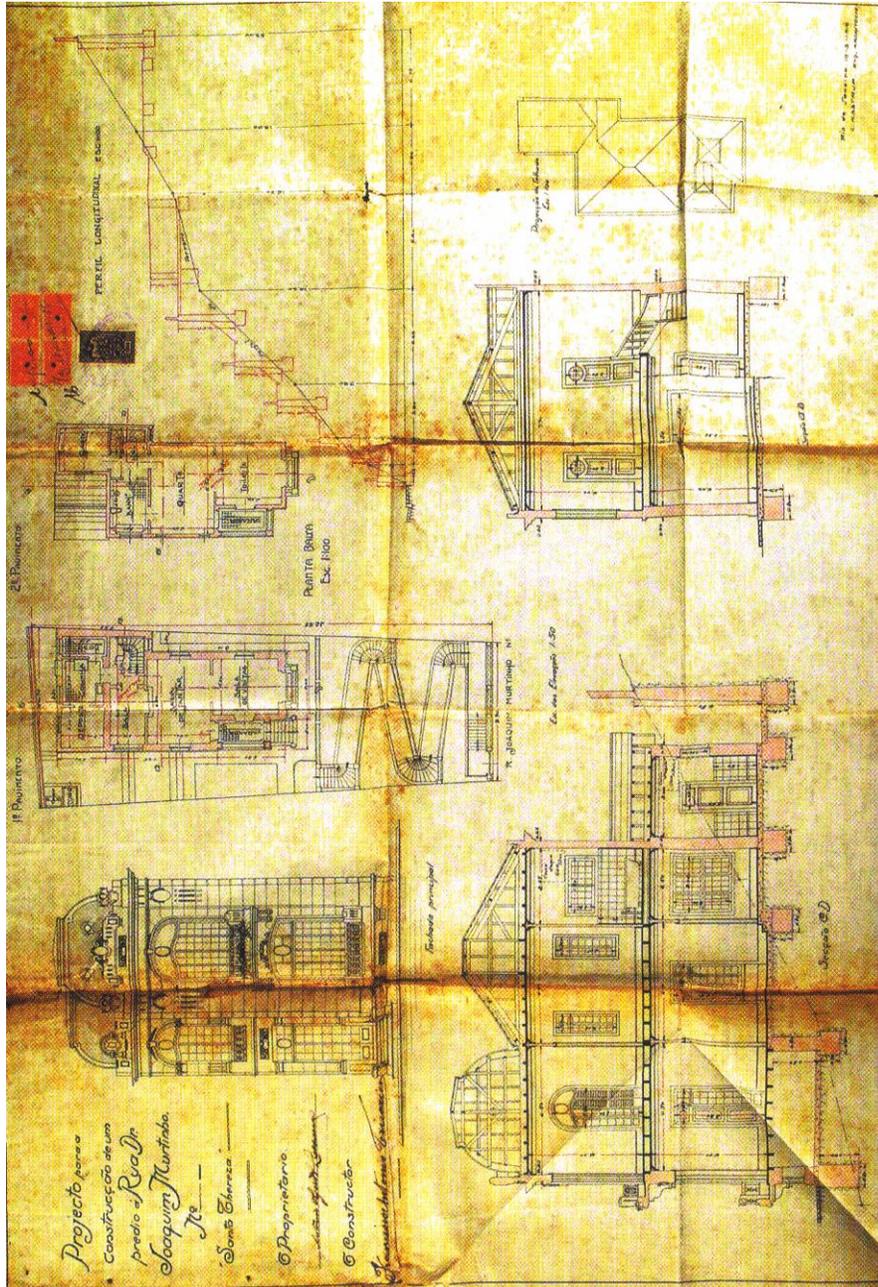


Arquiteto e engenheiro: L. Kastrup

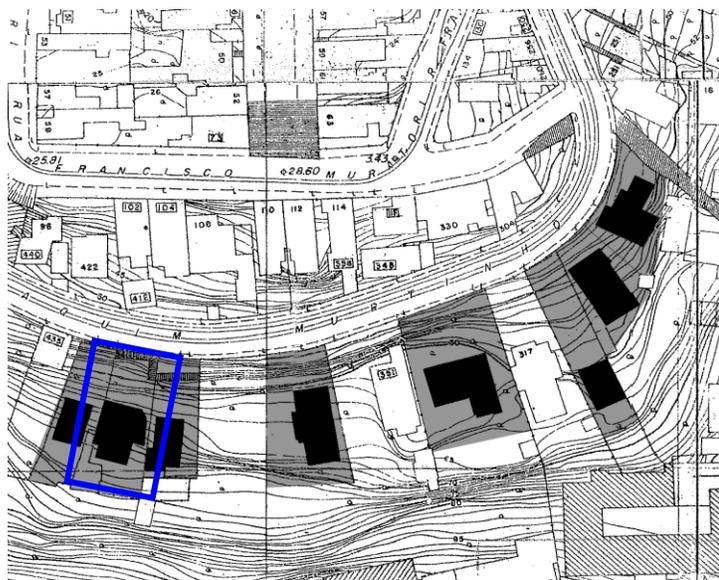
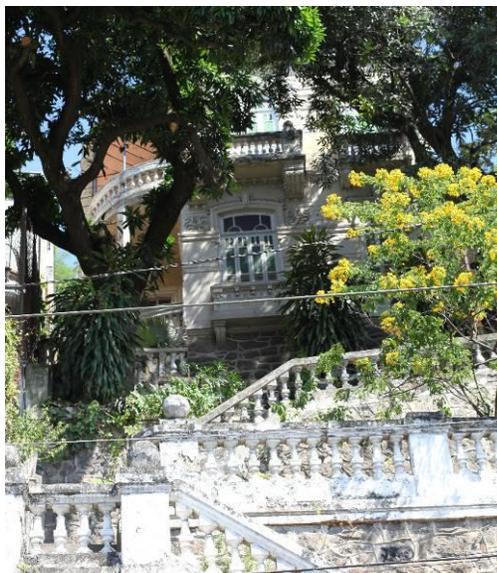
Construtor: Francisco Antonio Pricarice

Data do projeto: 1916

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 405 (antigo 155)



4- Casa de Manoel Gouveia Mourão



Arquiteto e engenheiro: desconhecido

Construtor: Manoel Severino Pereira

Data do projeto: 1915

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 417 (antigo 159)

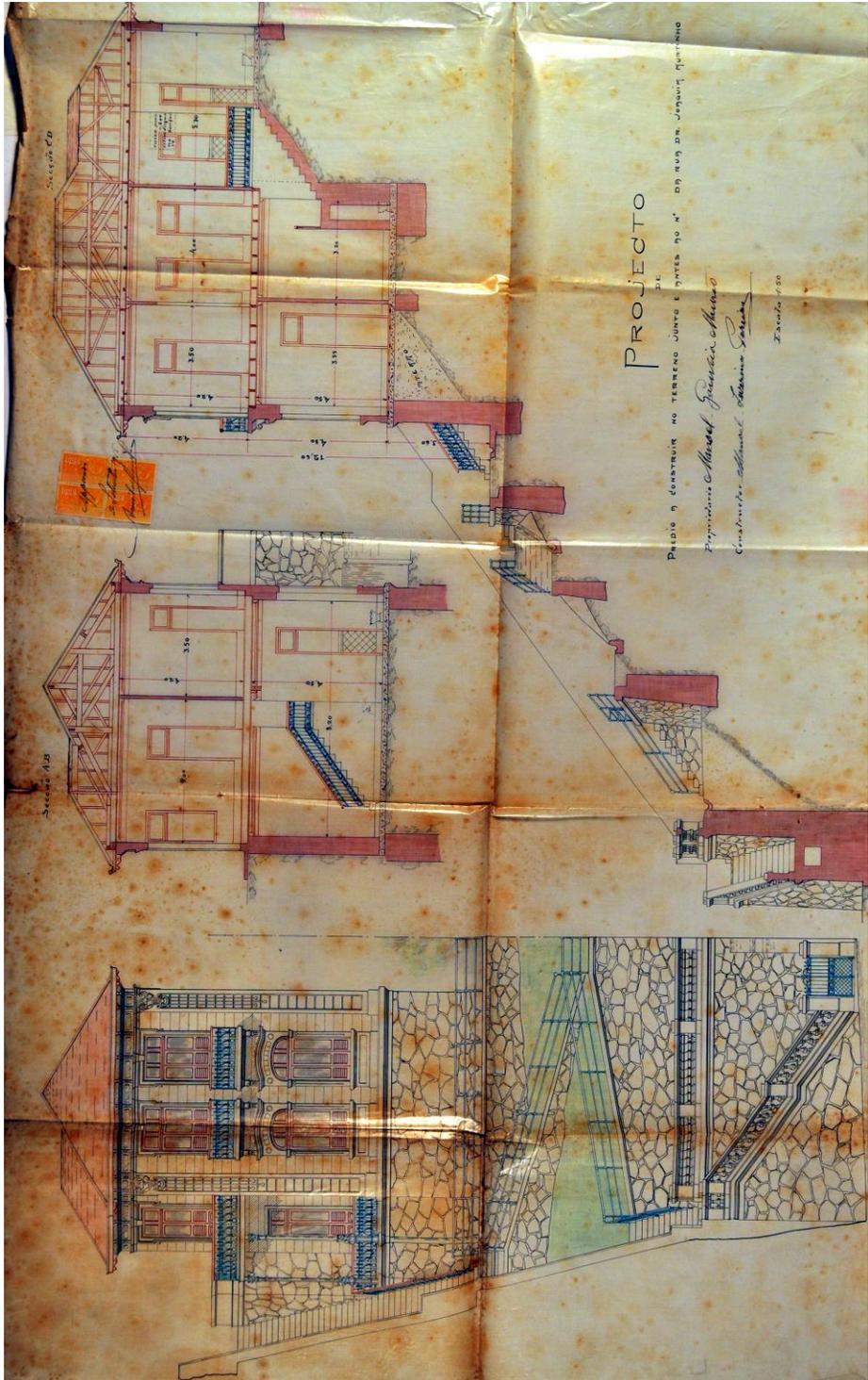
PROJECTO

DE
PREDIO q CONSTRUIR NO TERRENO JUNTO E DENTES DO N° DA RUA DE JOHANN MARTINS

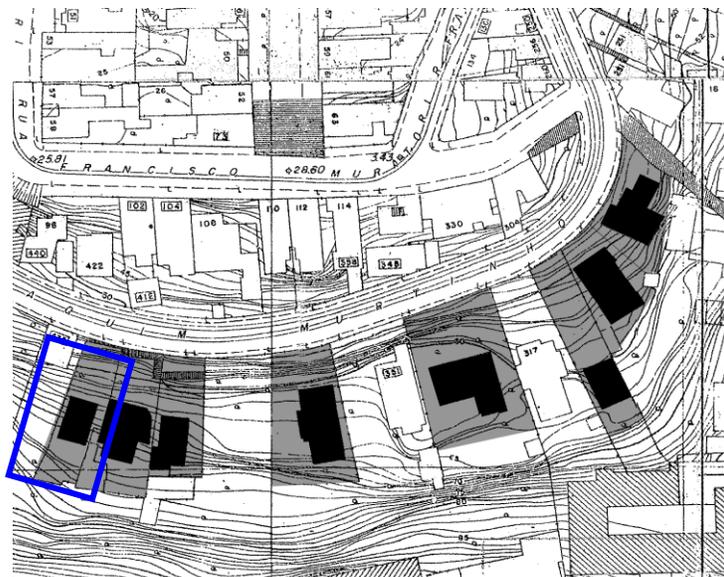
Proprietario *Manoel Garcia Soares*
Construtor *Manoel Carlos Leite*

Escala 1:100





5- Casa de Américo Gouveia Mourão

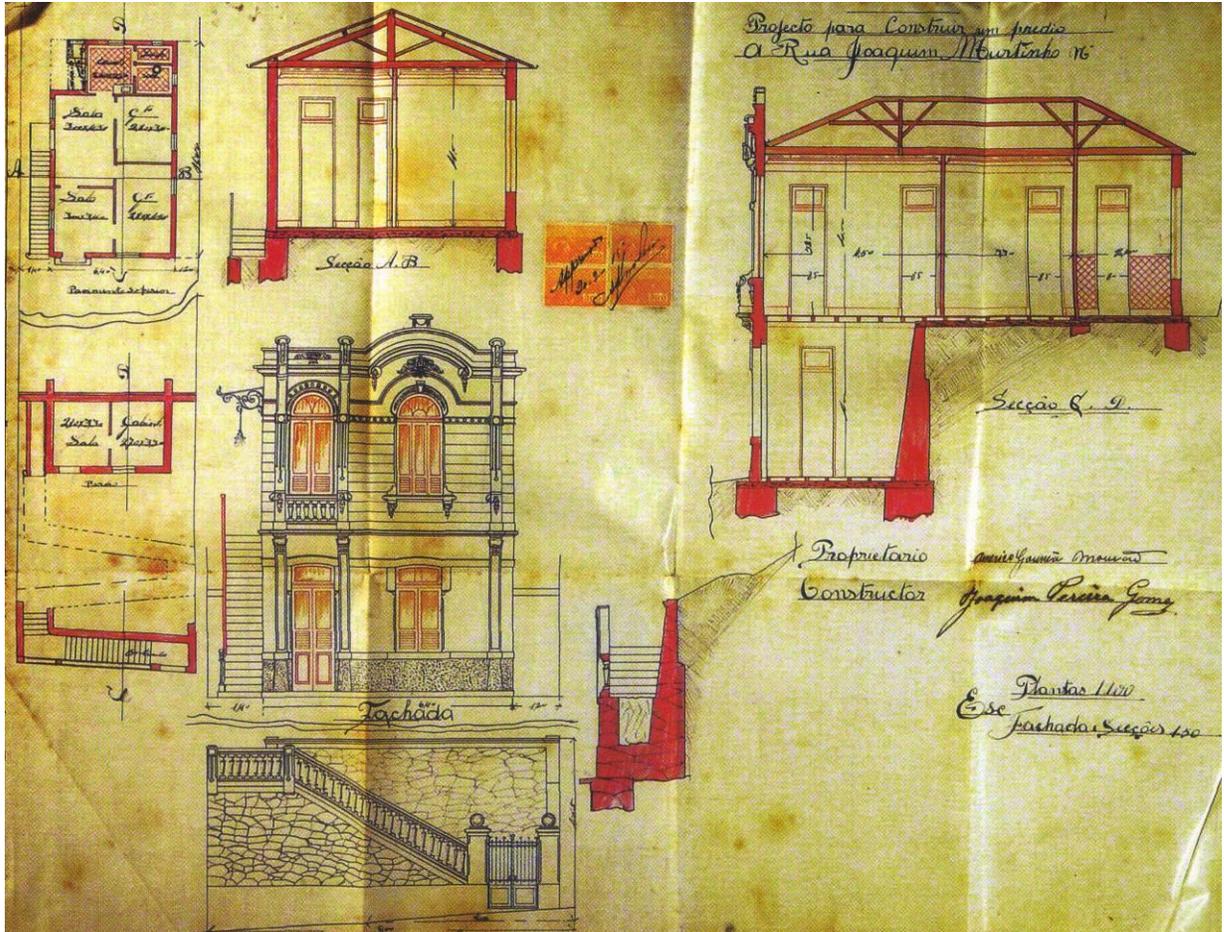


Arquiteto e engenheiro: desconhecido

Construtor: Joaquim Pereira Gomes

Data do projeto: 1915

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 425 (antigo 161)



6- Casa de José Ferreira Macedo Terra

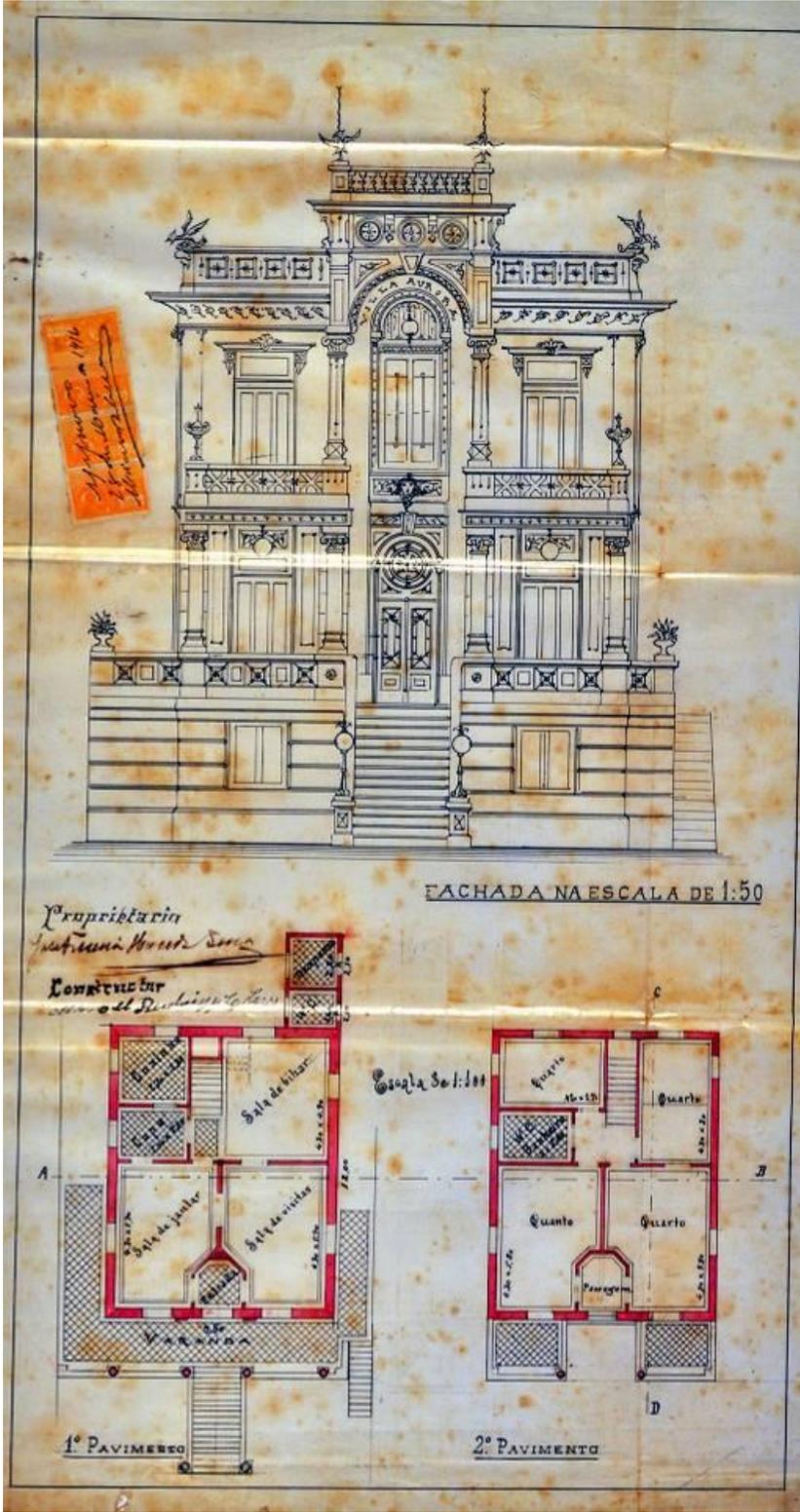


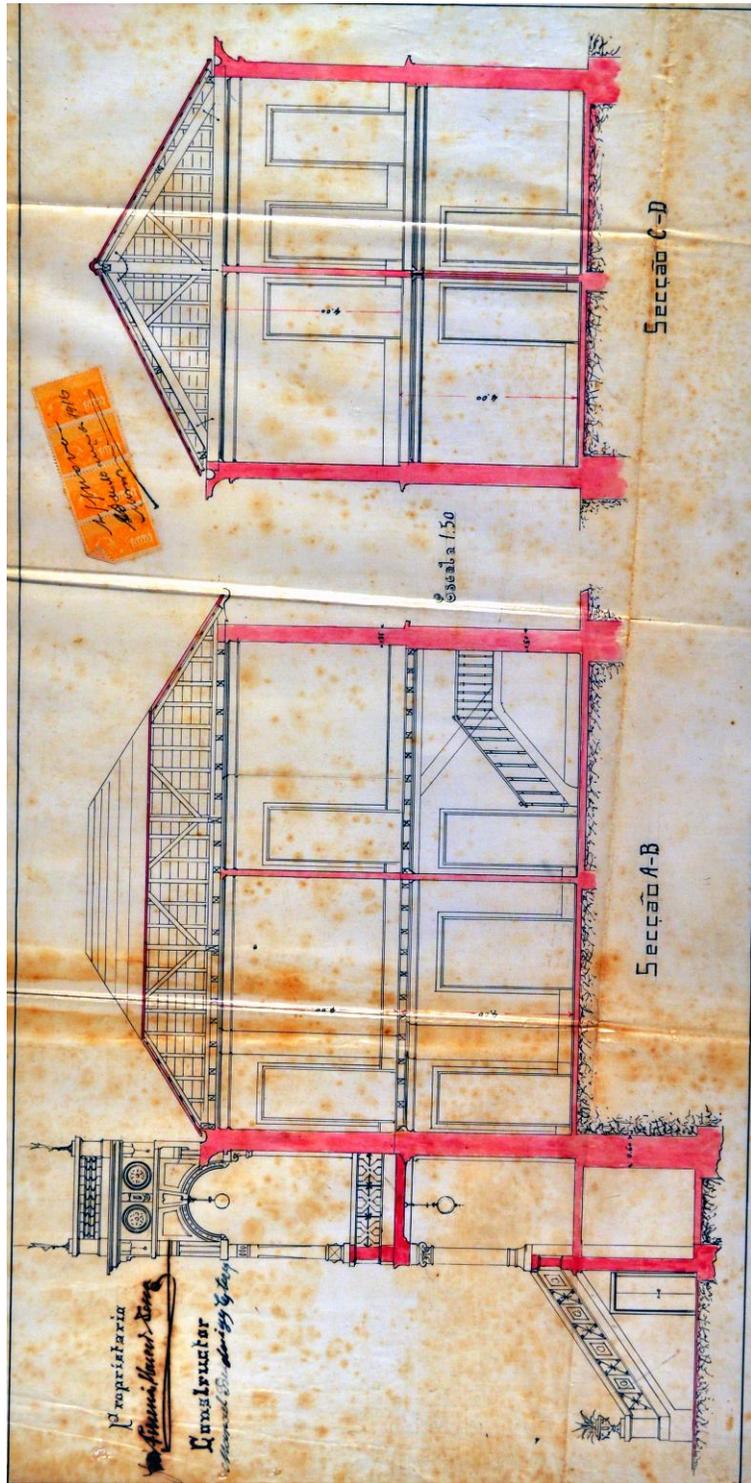
Arquiteto e engenheiro: desconhecido

Construtor: Manoel Rodriguez Esteves

Data do projeto: 1916

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 531 (antigo 205)





7- Casa de Marcolino Rodrigues

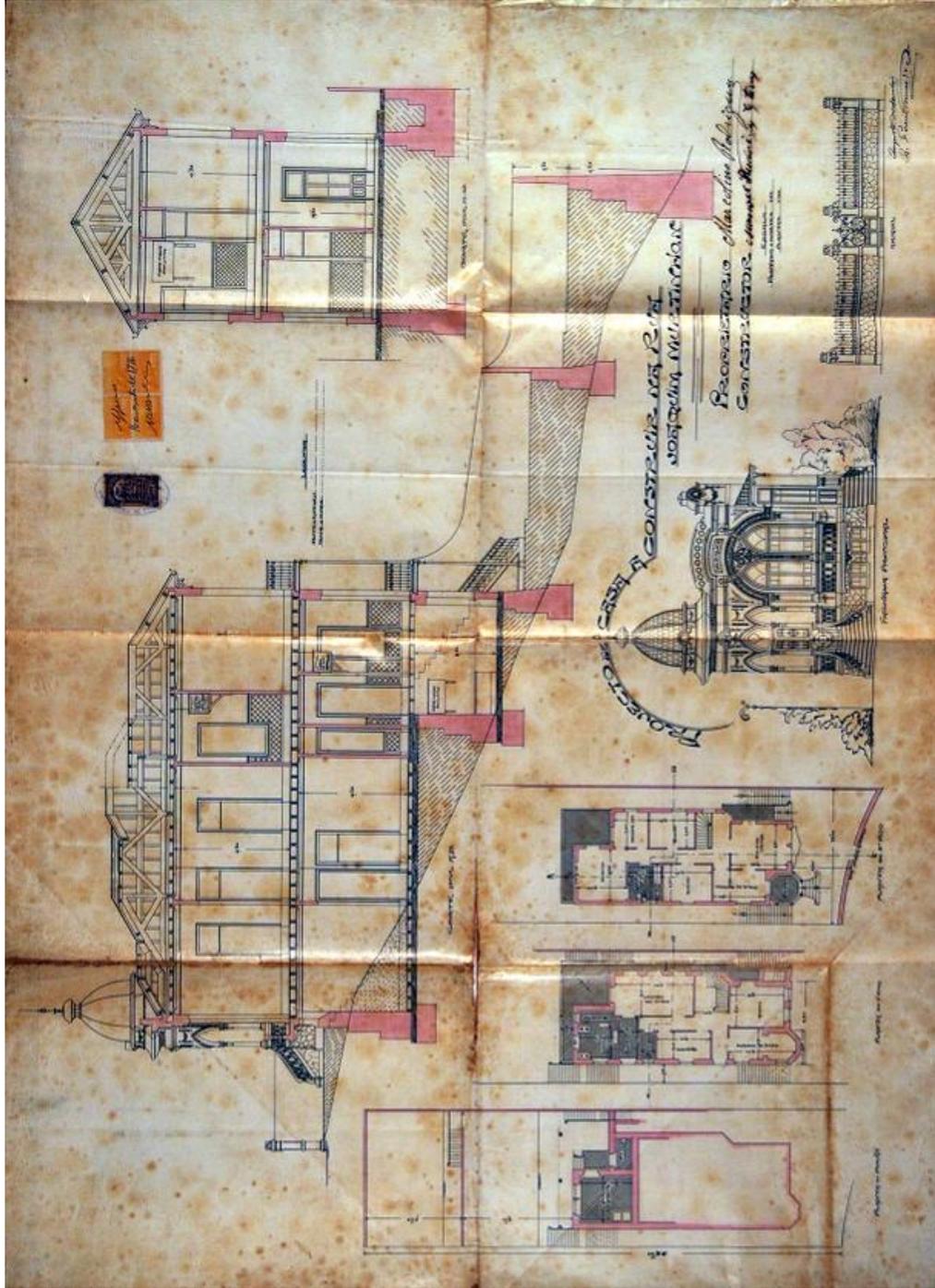


Arquiteto: Augusto dos Santos

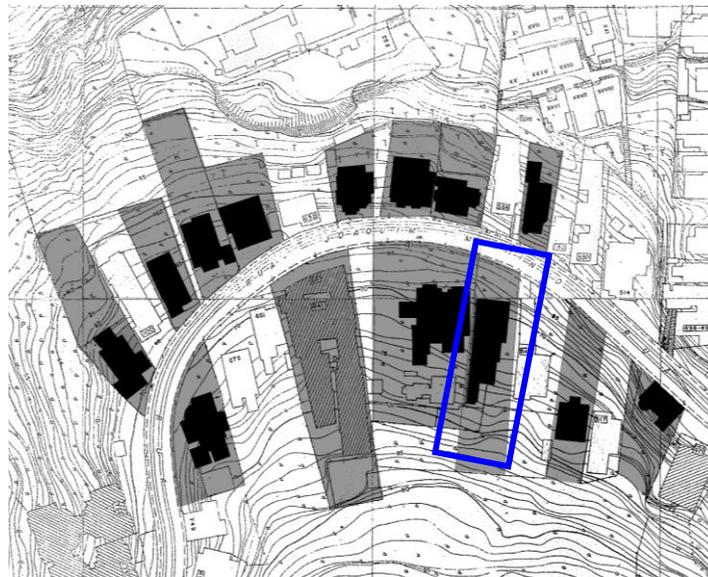
Construtor: Manoel Rodriguez Esteves

Data do projeto: 1916

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 552 (antigo 202)



8- Casa de Manoel Alves de Oliveira Lopes



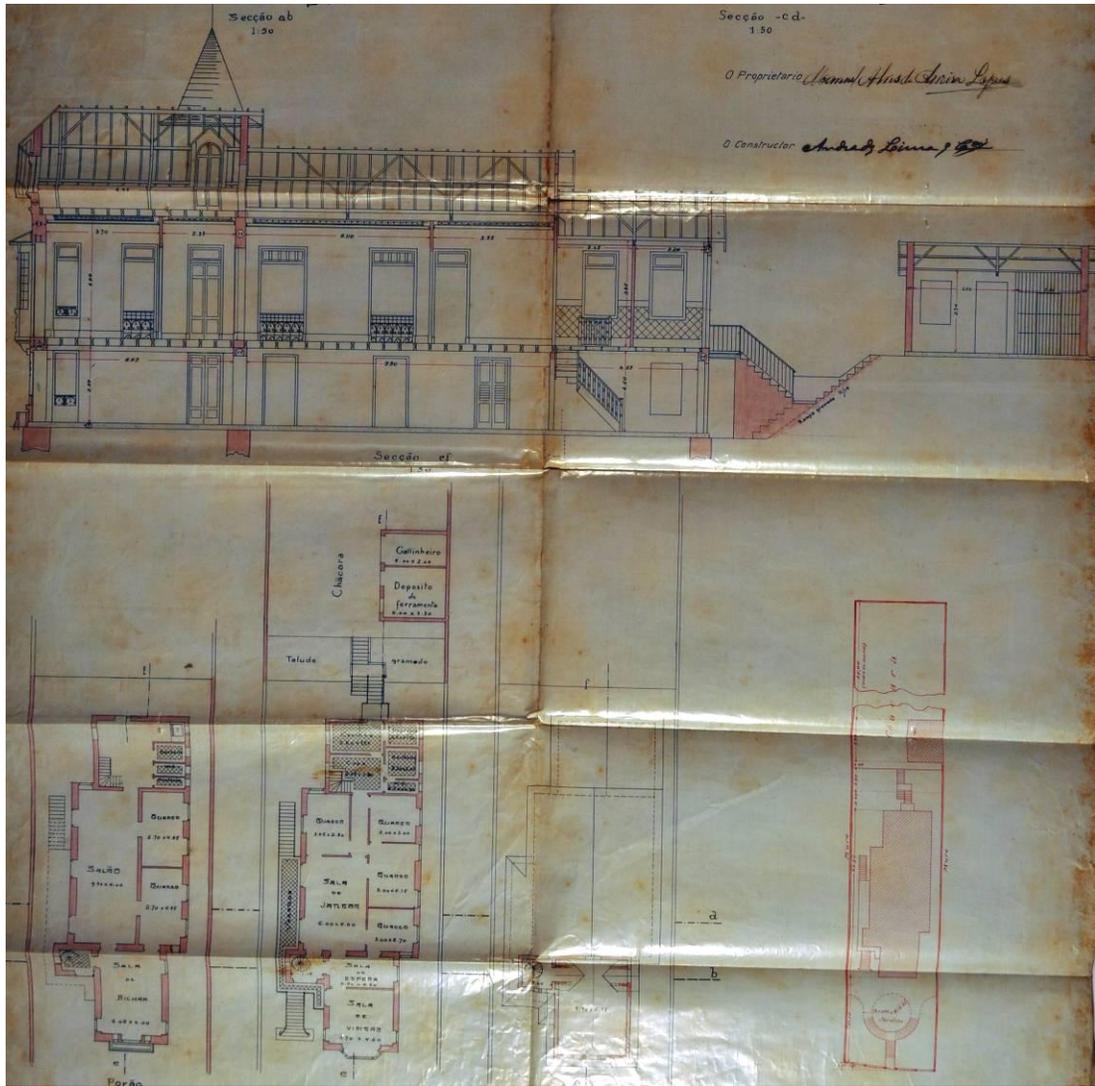
Arquiteto e engenheiro: não

Construtor: Andrade Lima

Data do projeto: 1913

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 569 (antigo 219)





9- Casa de Manoel Amaroso da Costa



Arquiteto e engenheiro: desconhecido

Construtor: F. Roume

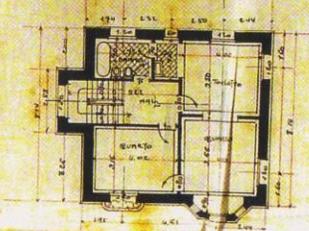
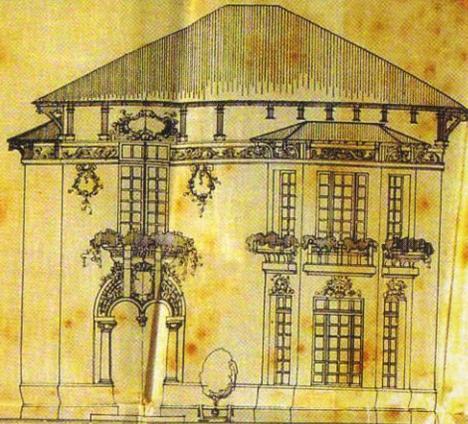
Data do projeto: 1913

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 582 (antigo 212)

PROJECTO DE UM PREDIO DE
PROPRIEDADE DE ILH^{as} S.^{as} D.
MANOEL AMOROSO COSTA

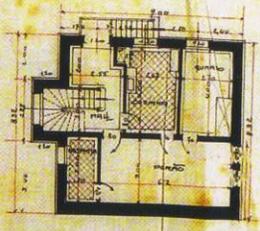
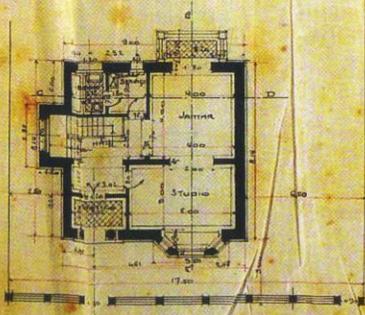
17
19
De Costa

O PROPRIETARIO
Manuel Amoroso Costa



FACHADA PRINCIPAL

PRVIAERTO

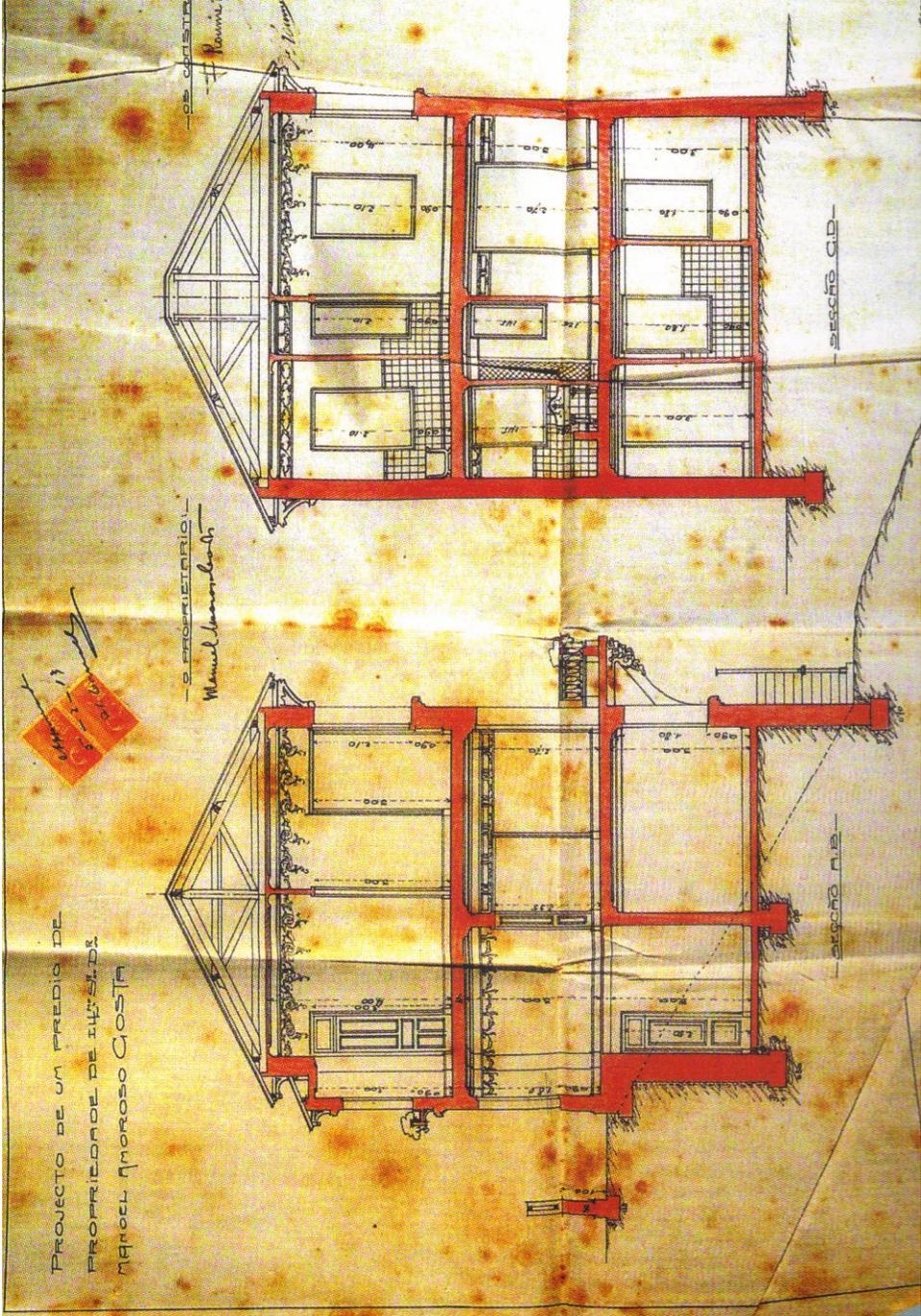


PRVIAERTO

FORNO

OS CONSTRUTORES
F. Kamm & Pichel

Comla Buchada 001
planch. 001



10- Casa de João Pedro de Fraga Lourenço

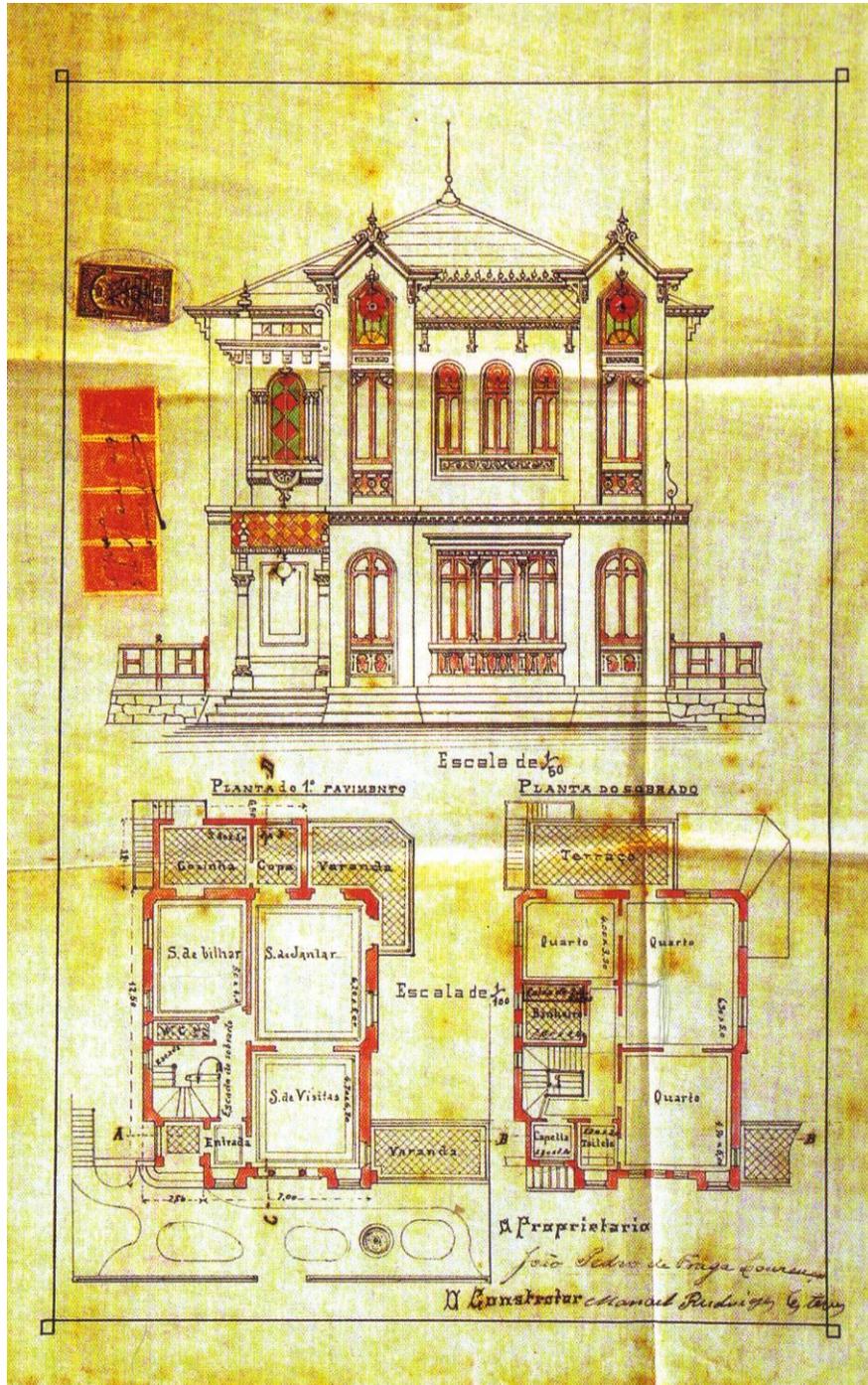


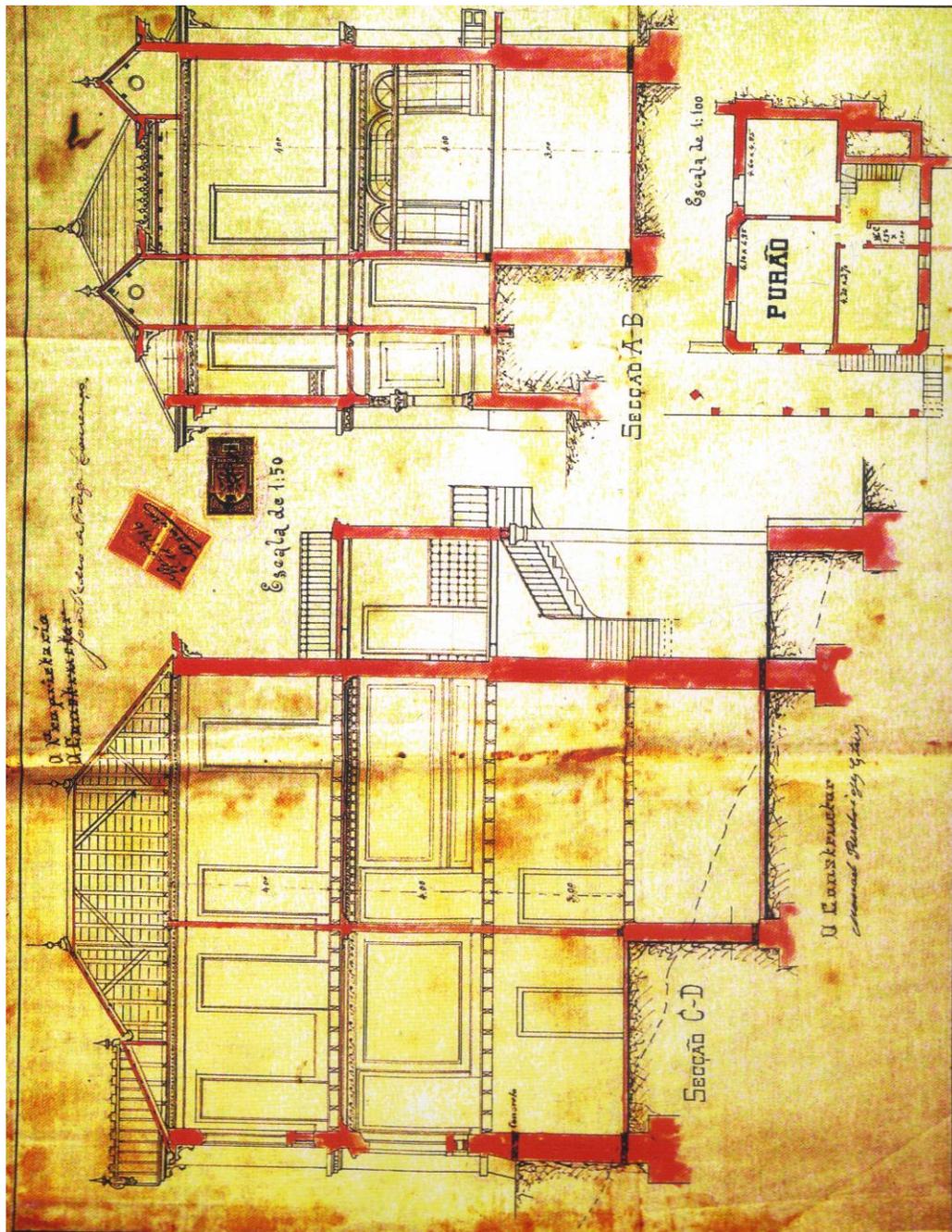
Engenheiro: Juan Gatell Solá

Construtor: Manoel Rodriguez Esteves

Data do projeto: 1916

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 598 (antigo 218)





11- Casa de Domingos de Góes e Vasconcellos Filho



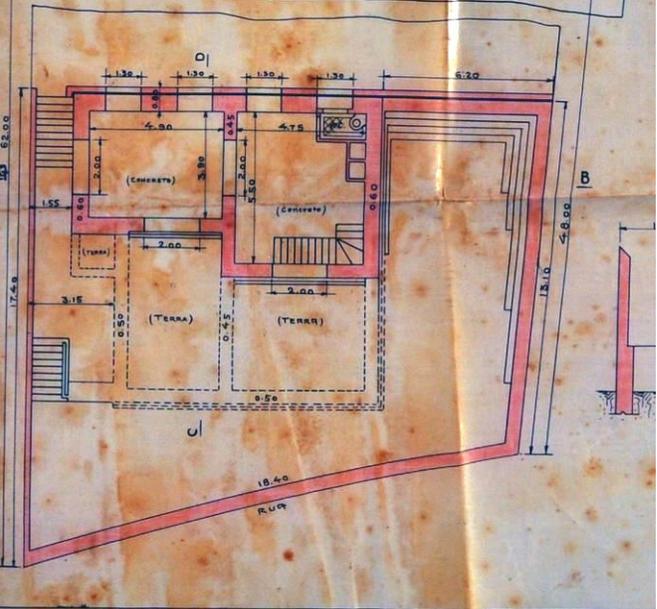
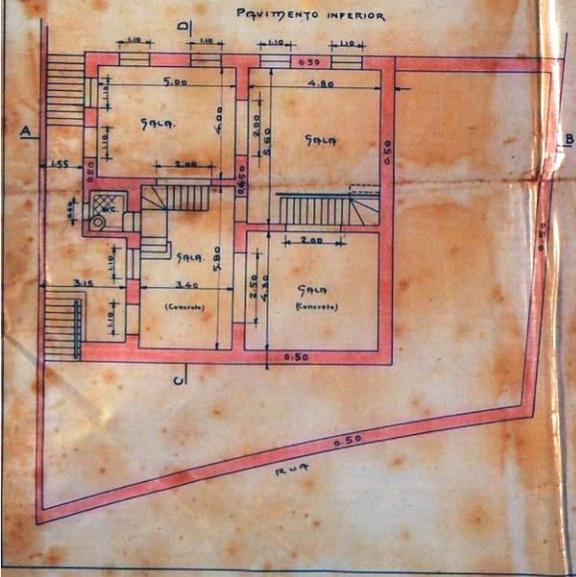
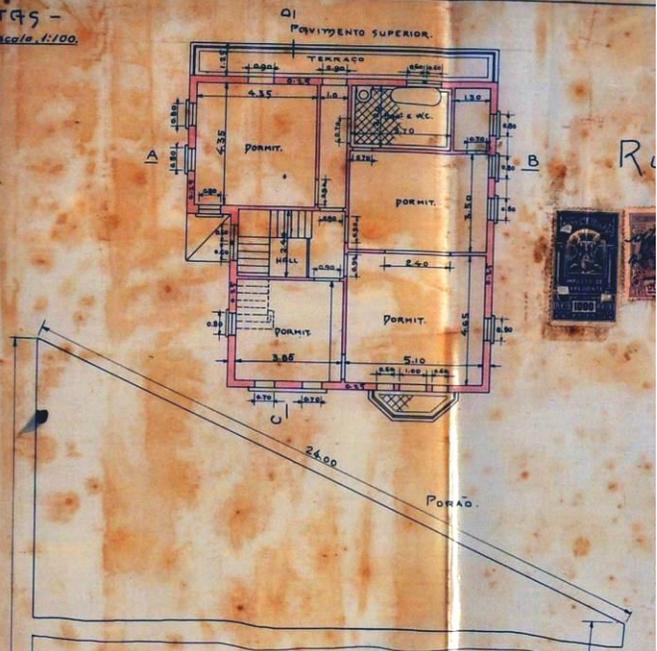
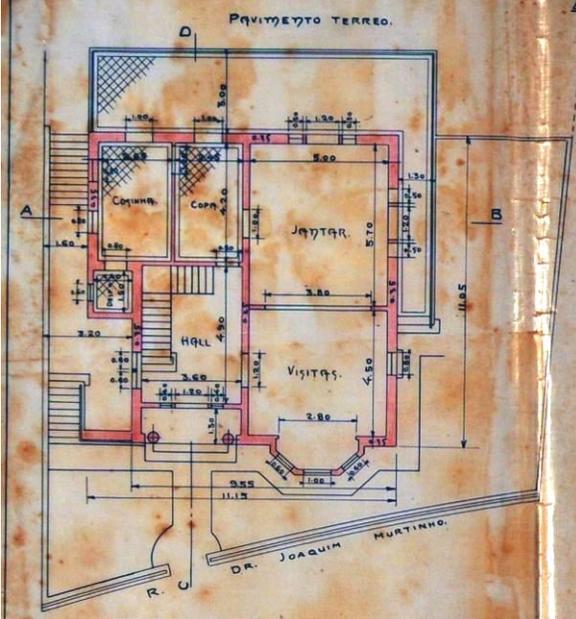
Engenheiro: J. Travassos Filho

Construtor: J. Travassos Filho

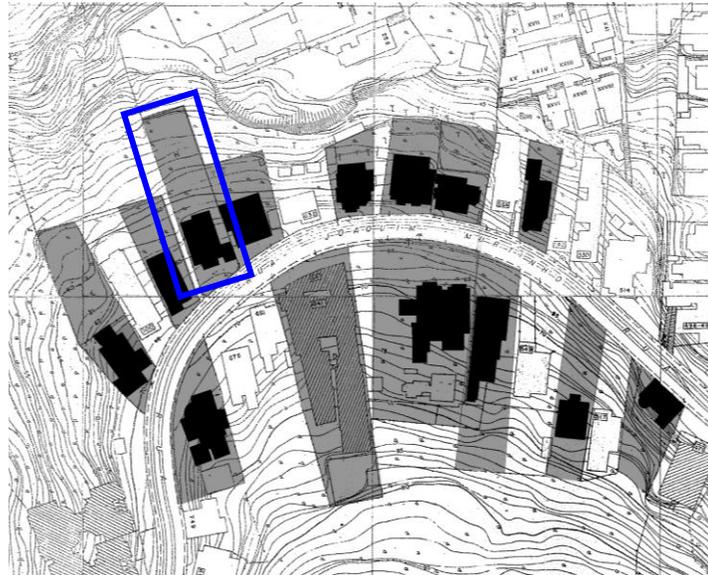
Data do projeto: 1920

Localização: Rua Joaquim Murinho, 654 (antigo 240)

- PLANTAS -
Escala 1:100.



12- Casa de Antonio da Costa Lage

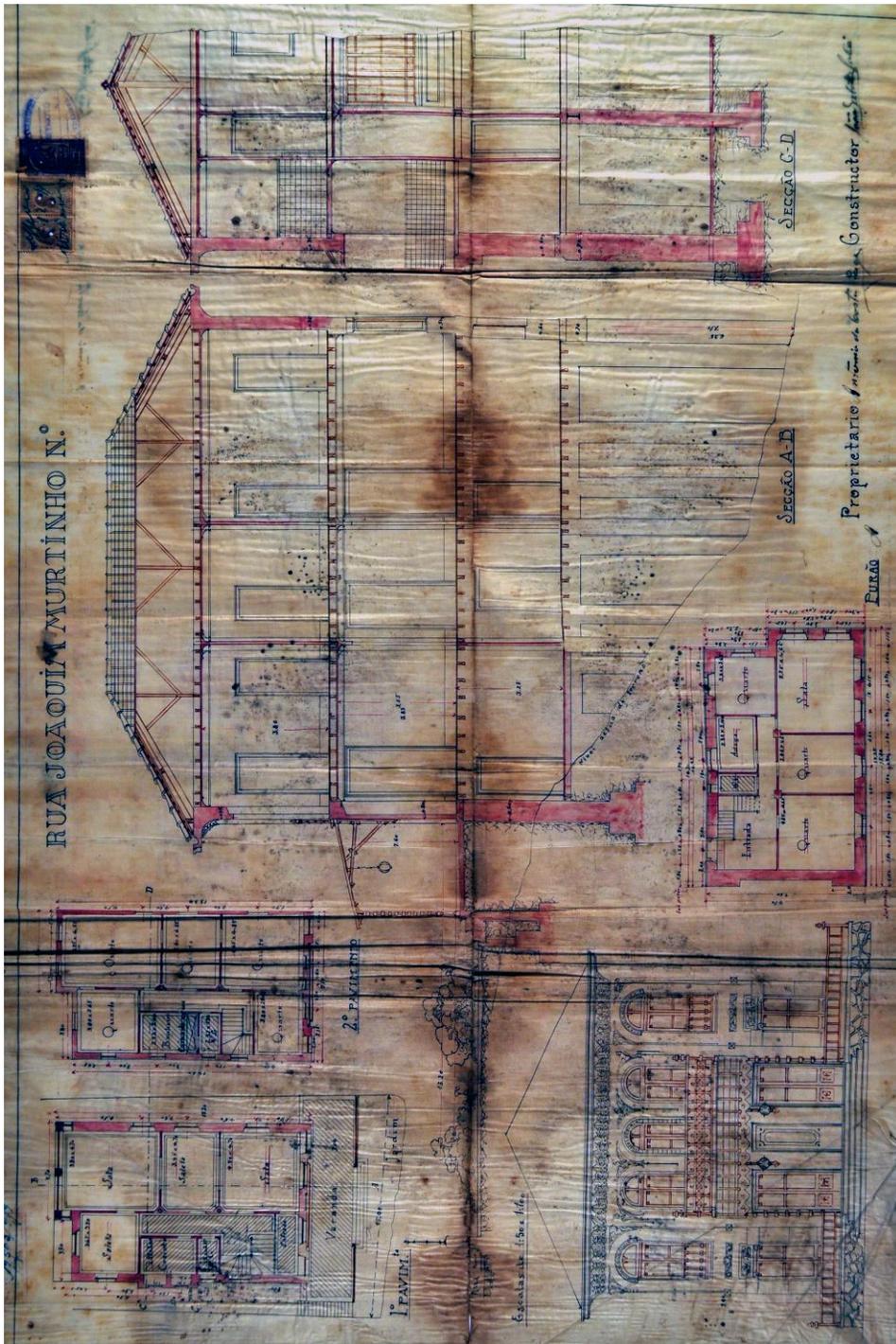


Engenheiro: Juan Gatell Solá

Construtor: Manoel Rodriguez Esteves

Data do projeto: 1919

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 668 (antiga 246)



13- Casa de Albino de Almeida Cardozo



Arquiteto/Engenheiro: desconhecido

Construtor: João da Cunha

Data do projeto: 1914

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 686 (antigo 256) – demolida

14- Casa de Juvenal Murtinho Nobre



Arquiteto e engenheiro: desconhecido

Construtor: Gabriel Laureano

Data do projeto: 1913

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 711 (antigo 277)

PROPRIEDADE DO ILMO SRS DE MARTINHO RVA JOAQUIM MARTINHO

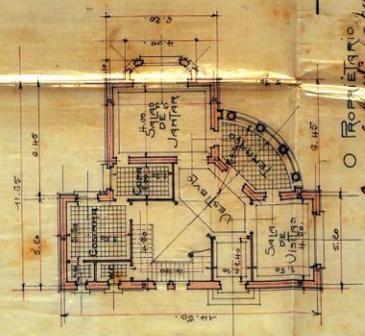
SANTA THERESA

1º RUIVENTO

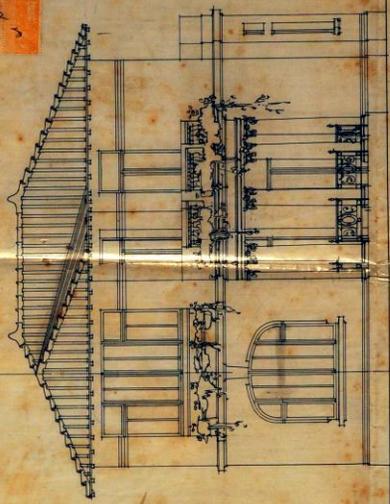
ESC. DE 001 FM

2º RUIVENTO

ESC. DE 001 FM

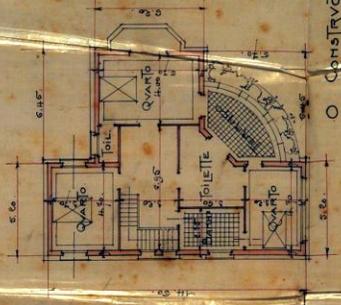


O PORTINHO
para a sala de jantar



FACHADA PRINCIPAL

ESC. DE 002 P. M.



O CONSTRUTOR

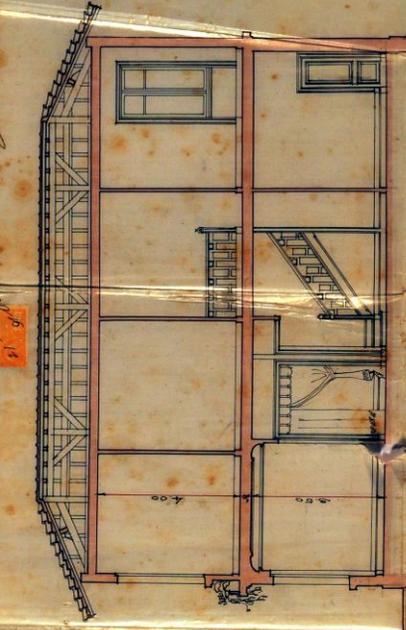
Gabriel de Jesus Carlos

— PROPRIEDADE DO ILMO S^{rs} DA MARTINHO RVA JOAQUIM MARTINHO —

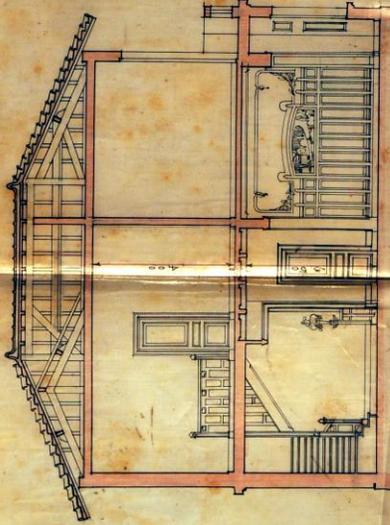
O CONSTRUTOR
Salvador Pinheiro

— SANTA — THERESA —

O PROPRIETARIO
Juvenal Martins



— SECCÃO LONGITUDINAL —



— SECCÃO TRANSVERSAL —

ESCALA DE 0.08 P.M.

15- Casa de Tobias Correa do Amaral

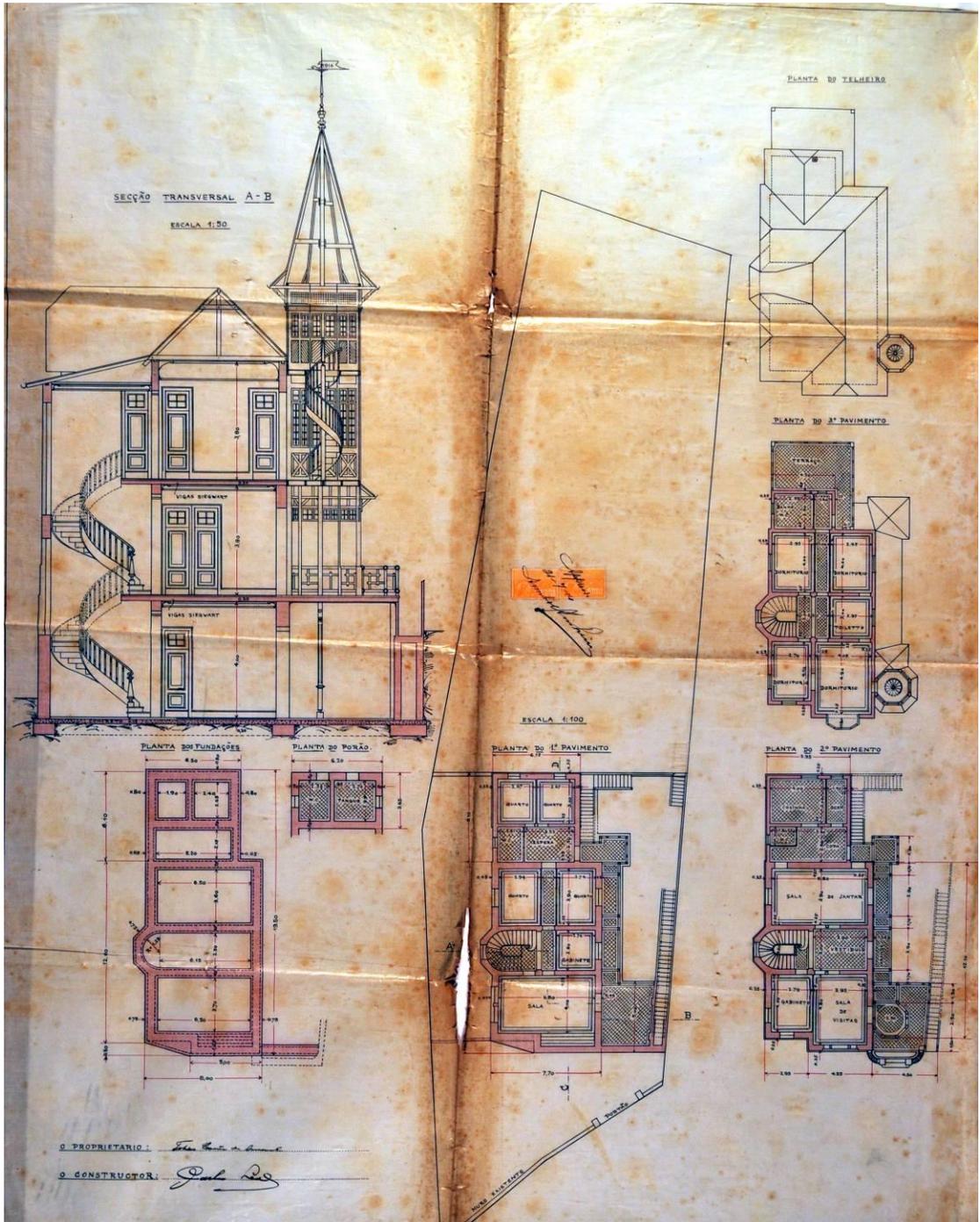


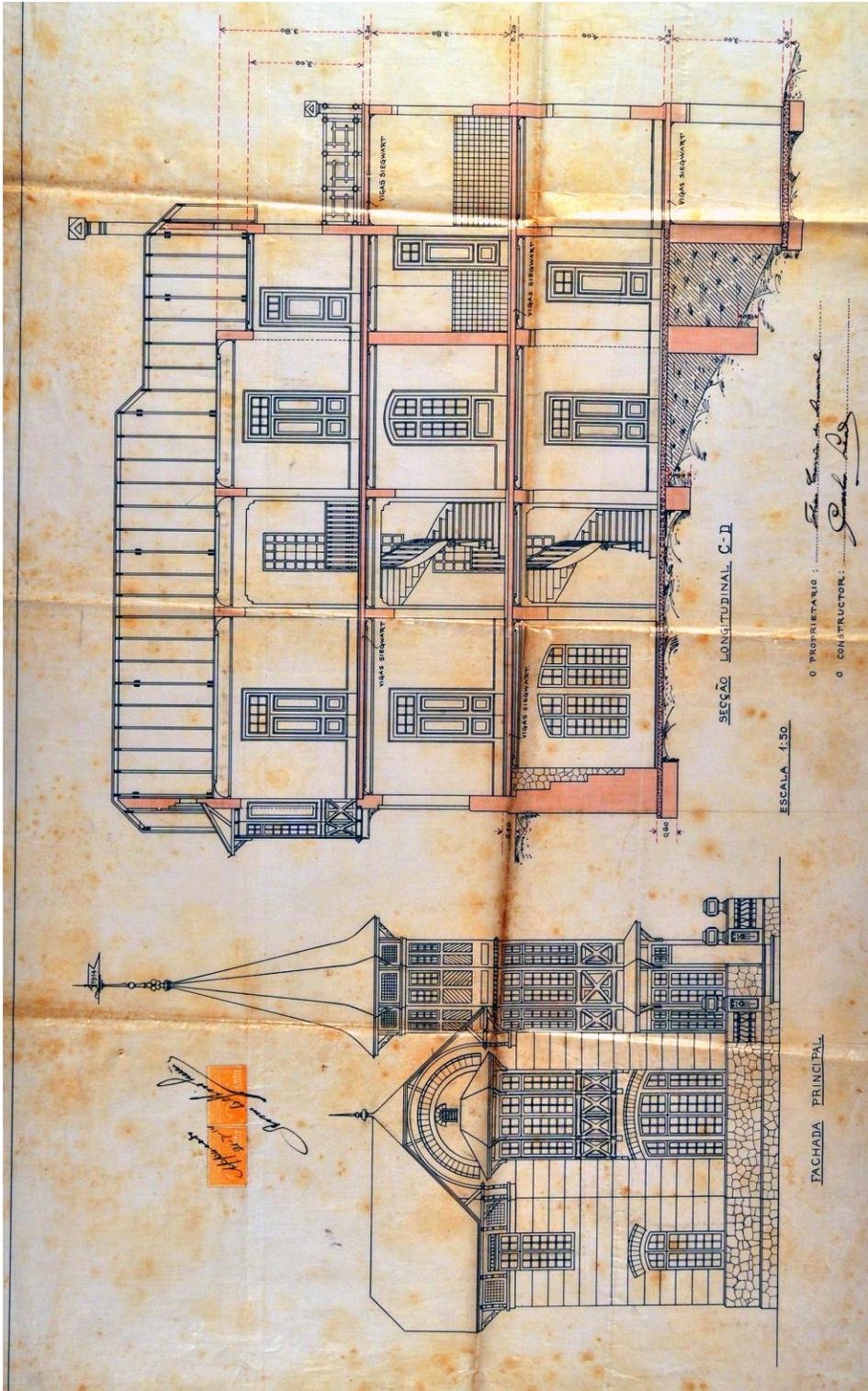
Arquiteto/Engenheiro: desconhecido

Construtor: Carlos Leal

Data do projeto: 1914

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 716 (antigo 268)





Tendo como base uma leitura comparativa entre os projetos expostos neste capítulo, foi possível levantar informações gerais sobre alguns aspectos vinculados à prática projetiva e construtiva observados na atuação dos profissionais responsáveis pela escolha desses partidos arquitetônicos.

Pôde-se perceber, em planta, que os projetistas procuraram uma solução descentralizada e frontal para determinar o acesso à casa, tendo em vista a preferência por uma composição assimétrica atribuída às fachadas. Em relação à organização espacial, é interessante constatar a presença de espaços que valorizam e ao mesmo tempo organizam a distribuição e o acesso ao interior da casa, recebendo denominações diversas como vestíbulo, sala de espera ou entrada, sendo o hall um termo pouco usado, não sendo visto, inclusive, no projeto da casa vitoriana de Tobias Correa do Amaral. Da entrada, assim como acontecia com a sala de visitas, os visitantes tinham acesso direto à sala de jantar, uma área nobre de considerável dimensão, que também recebia tratamento decorativo mais cuidadoso e que, em alguns casos, encontrava-se voltada para uma varanda, revelando a existência de uma vida social em que o ato de receber, e a necessidade de expor o status eram práticas comuns da família burguesa. Além disso, dentro do programa residencial, a sala de jantar poderia estar vinculada às práticas rituais da vida familiar onde as refeições deveriam ter comparecimento obrigatório de todos. As casas possuíam outras salas, que podiam ser destinadas a uma atividade particular, como a sala de costura, ou social como a sala de bilhar, espaço de convivência masculino, ou ainda um salão em um pavimento inferior.

A existência de uma distribuição interna realizada a partir de um hall ou de uma circulação longitudinal foi observada com frequência nesta análise, com exceções que talvez estejam relacionadas à questão econômica, onde menos espaço construído significava menos movimentação de terra. Ainda em relação à circulação, a escada principal ficava próxima à entrada, possibilitando contato direto com a área íntima, situada no pavimento superior, onde havia no mínimo três quartos, ou mesmo com as dependências de um pavimento inferior. Quanto às instalações sanitárias, havia obrigatoriamente um banheiro no setor íntimo e um WC no setor social.

Os espaços eram distribuídos, na maioria dos casos, em dois pavimentos. A área de serviços tinha acesso independente pelas escadas laterais que conduziam aos fundos da casa.

Em relação aos códigos de representação empregados nos desenhos, as plantas e os cortes apresentavam as cotas do perímetro interno dos cômodos e do seu pé-direito, porém dados que seriam imprescindíveis para execução da obra como dimensionamento de paredes, janelas, portas, acessos através de rampas e escadas e afastamentos não eram informados, fato que independe da existência do nome, no projeto, de um profissional diplomado. No caso das paredes, é provável que houvesse um dimensionamento padrão, de conhecimento dos construtores, já que nos poucos desenhos que apresentam este elemento cotado, a espessura no primeiro pavimento era de 0.35, no superior 0.25 e no inferior era de 0.45 ou 0.50. Quanto às aberturas e às distâncias da casa em relação às divisas, é possível que esse dado fosse informado no próprio canteiro de obras ou que houvesse uma planta de execução, a qual o construtor tivesse acesso. Dos projetos analisados, aquele que contém todas as informações de caráter técnico, inclusive, espessura das fundações, pertence ao profissional que se apresenta como engenheiro e construtor da obra da casa de Domingos de Góes e Vasconcellos Filho. Fica constatado que não há correlação entre a formação do profissional que assina ao projeto – se engenheiro ou arquiteto – e o nível de informações sobre a estrutura colocado nas peças gráficas. pois no caso do engenheiro Juan Gatell Solá, os seus projetos pouco ou nada informam sobre a técnica, talvez pelo fato de ter trabalhado com o mesmo construtor, Manoel Rodrigues Esteves, com quem tinha sociedade em uma firma de construção, e de passar, para este, dados no próprio canteiro de obras.

A representação de portas e janelas revela que as paredes espessas eram chanfradas. As linhas em diagonal do ladrilho e o colorido em vermelho da alvenaria das paredes são exemplos de padronização dos desenhos de arquitetura da época, sendo que esta última não foi empregada no projeto da casa de Manoel Amoroso Costa, pois, conforme foi dito pelo atual proprietário, neto de Manoel, a estrutura, em preto na planta, foi executada em pedra e não em alvenaria.

Quanto à técnica construtiva empregada, os cortes informam que, nesta década, a estrutura da laje utilizada nas áreas nobres ainda era composta pelos barrotes de madeira de seção retangular, engastados nas paredes e sobre os quais eram dispostos o tabuado ou o *parquets*, enquanto que nas áreas molhadas e nos avarandados revestidos de ladrilhos hidráulicos decorados, eram as lajes de concreto, formadas por ferros ou trilhos e tijolos cerâmicos. A exceção quanto à estrutura é a casa do sub-diretor do Departamento de Obras e Viação da prefeitura, o engenheiro Tobias Correa do Amaral, onde, segundo o projeto, foi utilizada a viga siegwart, um dos sistemas de cimento armado existentes na época, que consistia fazer mergulhar um engradamento metálico na massa do cimento ou concreto.”²⁴

Era um sistema mais sofisticado, já utilizado em prédios oficiais, conforme revela a concorrência pública de 1911, aberta para a construção do edifício principal do Hospital Central do Exército. Segundo o edital, neste prédio as galerias deveriam ser de “armação metálica, com piso de metal distendido ou vigas siegwart, concreto e ladrilho cerâmico”²⁵. Tal exigência também é verificada na concorrência pública de 1920, aberta pelo governo federal para a construção dos edifícios destinados à Escola de Aprendizes Artífices do Estado de São Paulo, cujos compartimentos em ladrilho e varandas deveriam ser pavimentados com vigas de cimento armado do sistema “siegwart”²⁶. O emprego desta estrutura estava vinculado à situação financeira do proprietário, pois o construtor que atuou nesta obra, não a utilizou na casa que fez para Leonel Ávila, outro proprietário da rua.

Outro detalhe interessante constatado neste estudo comparativo é a preocupação em mostrar, no desenho, os muros de contenção, elementos importantes na estrutura da casa, devido à topografia, bem como, em alguns casos, informar o seu dimensionamento. No que diz respeito às fundações, os projetos expõem uma laje em concreto entre estas e as paredes estruturais, provavelmente impermeabilizada, conforme assinala o engenheiro Everardo Backheuser em seu Relatório sobre habitação popular apresentado à comissão nomeada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 1904.

²⁴ BARROS, Cornélio Carneiro de. **Auxiliar do construtor**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908, p. 182.

²⁵ Diário Oficial, de 11 de julho de 1911, Rio de Janeiro p. 8187.

²⁶ Diário Oficial, de 29 de junho de 1920, Rio de Janeiro, p. 14145.

Em substituição à drenagem, a solução foi colocar-se entre o solo e o edifício uma camada impermeável para impedir que, por capillaridade, suba a humidade pelas paredes. Essa camada impermeável póde ser collocada em torno e por baixo das fundações ou entre as fundações e as paredes. O uso no Rio de Janeiro é fazê-la de concreto, isto é, de uma mistura de pedra britada e de argamassa de cimento. Esse concreto só é de fato impermeável quando as dosagens são feitas de accôrdo com as regras.²⁷

Quanto às fachadas, representavam, geralmente, a principal que era assimétrica, mostrando os dois principais pavimentos da casa nos lotes em declive, e estes mais o porão nos lotes em aclave. Estes desenhos, de um modo geral, eram muito sofisticados, alguns sombreados, apresentando detalhamentos interessantes como o trabalho em art nouveau de guarda-corpos em ferro de varandas e escadas. Segundo Paulo Santos, raro era “o prédio do centro da cidade construído, por volta de 1910, cujas grades não sejam art nouveau”²⁸. Outro dado importante está vinculado às aberturas, onde se vê diversidade de formatos em uma mesma composição, com vergas retas, em arco pleno e abatido. No que se refere-se ao tratamento atribuído às guarnições, a discrição predominou.

Após uma exposição abrangente sobre o conjunto de projetos selecionados e apresentados neste capítulo, e com o fim de focalizar as informações contidas nos mesmos para que possam ser alcançados e expostos os argumentos necessários que tornem possível atingir o objetivo da presente dissertação, será desenvolvido no próximo capítulo, um estudo mais detalhado das propostas adotadas pelos projetistas de cinco dos quinze projetos vistos, e que consistirá no levantamento de informações com base em três grupos de análise: implantação e acesso, composição das fachadas e volumetria, distribuição espacial. O método de investigação adotado foi a da análise morfológica, que teve como suporte a seleção das categorias recorrentes nos trabalhos desenvolvidos por autores como Geoffrey Baker, Philippe Boudon e Francis Ching.

²⁷ BACKHEUSER. Op.cit., p. 84.

²⁸ SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro, 1977, p. 89.

Capítulo 3: Projeto e análise de cinco residências

Residências edificadas do lado par (declive)

3.1 – Casa de Marcolino Rodrigues, nº 552 (1916)

3.2 – Casa de João Pedro de Fraga Lourenço, nº 598 (1916)

3.3 – Casa de Tobias Correa do Amaral, nº 716 (1914)

Residências edificadas do lado ímpar (aclive)

3.4 – Casa de José Ferreira Macedo Terra, nº 531 (1916)

3.5 – Casa de Mário Aurélio da Silveira, nº 273 (1912)

Antes de expor a análise morfológica das cinco casas, faz-se necessário abordar o processo de seleção utilizado para essa escolha, onde os critérios adotados envolvem o contexto físico e as determinações estilísticas, bem como esclarecer a metodologia empregada.

Na discussão sobre a arquitetura residencial eclética em Santa Teresa, o aspecto que mais desperta a curiosidade do profissional arquiteto é, sem dúvida, a forma como os projetistas responderam aos elementos pré-existentes e específicos do local. Sendo assim, para se abordar o modo como o ecletismo foi ali desenvolvido, houve a necessidade de selecionar um grupo de casas que, de preferência, estivessem situadas em locais distintos ao longo da trajetória sinuosa da rua, bem como em lotes que, embora padronizados, apresentassem certas particularidades vinculadas à sua configuração e a sua condição topográfica. Desta forma, o primeiro critério de escolha adotado foi o contexto físico, e não podia ser diferente, pois esse aspecto sempre permeia as decisões empregadas durante as fases de um processo projetual. Foram selecionadas, então, três casas em declive e duas em aclave, sendo quatro lotes longitudinais, com diferenças dimensionais, e um de esquina.

Os projetos citados no capítulo anterior revelam uma variedade de soluções no que diz respeito à composição espacial e ornamental das fachadas, apresentando o emprego, em um mesmo prédio ou não, de elementos de distintas linguagens arquitetônicas, característica da arquitetura eclética carioca. Além disso, as peças gráficas destes projetos informam também o quanto era importante para o projetista deste período representar os elementos de arquitetura e os ornamentos, sobretudo, em relação àqueles em ferro. Essa preocupação decorativa na representação dos projetos fez com que este estudo valorizasse a qualidade da opção estilística de cada um, portanto, outro critério utilizado foi de caráter estético e tem a ver com a composição da fachada principal, ou seja, com a diversidade de elementos empregados e o arranjo final obtido pelo projetista, tendo em vista o contato com os manuais de arquitetura e com os de ornamento veiculados na época. Diante da preocupação em selecionar projetos que apresentassem essa diversidade e detalhamento, as cinco casas

escolhidas se caracterizam pela presença da linguagem clássica, art nouveau, gótica e vitoriana como veremos adiante.

Quanto à metodologia, era necessário estudar os fatores envolvidos nas decisões tomadas em cada fase do processo projetual, ou seja, averiguar ideais e princípios adotados pelos projetistas. Essa leitura teve como suporte as categorias ou grupos de análise que orientaram e ordenaram os trabalhos desenvolvidos pelos renomados autores Geoffrey Baker, Francis Ching e Phillipe Boudon, cujos métodos são aplicáveis em análises de obras arquitetônicas pertencentes a diferentes períodos da história da arquitetura, devido ao seu caráter atemporal.

Baker apresenta uma metodologia que evidencia o aspecto perceptivo e subjetivo da forma, e que procura entender como o arquiteto respondeu ao programa de necessidades de um edifício, levando em consideração as particularidades do lugar, o *genius loci*, e os aspectos culturais envolvidos, inclusive a linha de pensamento do autor e suas experiências profissionais, bem como referências do passado e do presente. Afirma, então, a existência de três fatores, aos quais está condicionada a obra arquitetônica: condições do lugar, requisitos funcionais e fator cultural. O estudo especulativo apresentado por Baker utiliza muito pouco, como material básico de análise, os desenhos de projeto, apoiando-se em desenhos próprios estilizados e em perspectivas que revelam o processo de busca da forma específica a partir da transformação de uma forma genérica e do conhecimento das relações existentes entre os elementos constituintes. Este conjunto de elementos gráficos é complementado pelo conteúdo textual que procura facilitar a compreensão das fases dessa concepção, bem como as idéias e princípios adotados pelo projetista.

Para Ching, a elaboração de um projeto pressupõe o reconhecimento de uma situação problemática oriunda dos elementos pré-existentes que se apresentam ao projetista, e que será resolvida através da aplicação de um vocabulário arquitetônico previamente apreendido. Propõe, então, a ampliação e o aperfeiçoamento deste vocabulário a partir do estudo de elementos geométricos básicos da forma e do espaço aplicados à arquitetura, com a apresentação de soluções projetuais genéricas versando sobre diferentes aspectos de organização espacial, relações espaciais e princípios formais, exemplificadas por edifícios de épocas históricas distintas. Com isso, expõe um

método de análise que não se atem ao estudo de uma determinada edificação, pelo contrário, propõe o reconhecimento de atributos formais e conceitos (forma, espaço, plano, volume, superfície, escala, proporção) com base no saber e no entendimento dos elementos do vocabulário arquitetônico e de suas articulações, não levando em consideração especificidades como características do lugar, experiências pessoais do projetista, sistemas estruturais ou materiais empregados.

Apesar da diferença entre as metodologias abordadas até o momento, o esquema gráfico é semelhante, pois assim como Baker, Ching confere destaque à leitura visual através de desenhos esquemáticos e de perspectivas, empregando neste caso, com frequência, as plantas dos edifícios.

A metodologia desenvolvida por Boudon, conhecida como Arquiteturologia, tem como principal característica o conhecimento do processo de concepção projetual a partir de categorias vinculadas à arquitetura. Este método envolve dois conceitos básicos: modelo e escala. O primeiro corresponde ao que é repetido ou reutilizado em um projeto, oriundo do conhecimento e das experiências do projetista, e o segundo é o que atribui medida ao primeiro, não necessariamente métrica, com a finalidade de ajustá-lo ao espaço arquitetônico real. No entanto, para que a escala seja definida, é preciso eleger um ponto de vista, ou seja, é preciso haver relação de pertinência com determinadas referências como aquelas vinculadas ao local. São vinte as escalas adotadas pelo autor, e passíveis de identificação no estudo de análise morfológica de um edifício, dentre elas a escala humana, de modelo, técnica, funcional, de visibilidade, ótica, geográfica e parcelar. É importante assinalar que, na metodologia de Boudon, a análise textual se sobressai em relação à análise gráfica.

Tomando como referência algumas recomendações metodológicas empregadas pelos autores acima, foram definidos os critérios que tornaram possível a análise morfológica desenvolvida neste capítulo, a partir de três categorias que estão presentes na estrutura desses trabalhos: implantação e acesso, composição das fachadas e volumetria, e distribuição espacial.

Tais categorias comparecem em todos os estudos de Baker, correspondendo aos temas utilizados por ele nas descrições de suas análises. Ao citar o tema forças do lugar, o qual foi de extrema importância no desenvolvimento deste trabalho, o autor fala

não apenas dos fatores físicos condicionantes do lugar, como as vistas, o clima, as vias de acesso e o perfil topográfico, interferindo na implantação e nos acessos do edifício, mas assinala a questão cultural (material, técnica, experiência do arquiteto) como fator que também intervêm na concepção da forma arquitetônica. No estudo sobre a forma volumétrica do edifício, adota, com freqüência, como procedimento de análise as transformações partindo de uma forma geométrica básica até alcançar a forma específica. Analisa também os planos das fachadas, no que diz respeito à forma, à orientação e à relação com o espaço circundante, bem como as organizações espaciais internas, destacando sua funcionalidade através de eixos e de perspectivas axiométricas, a sua configuração e setorização espacial.

Em relação à Ching, seu trabalho de análise também foi estruturado em torno dessas categorias, através das quais revela princípios que têm como objetivo esclarecer as distintas maneiras de organização e concepção de uma forma arquitetônica. Foram úteis alguns destes princípios, como o estudo da transformação da forma apresentado no segundo capítulo, de onde foram extraídos os conceitos de forma subtrativa, aditiva e linear. Mais adiante, da relação forma e espaço, foram observados os elementos retilíneos verticais que, segundo o autor, são capazes de atribuir foco ao espaço que encerram. Na análise da organização do espaço interno, foi aplicado o conceito de espaços adjacentes exposto na metodologia de Ching, bem como o princípio de organização que define o agrupamento de tais espaços ao longo de um eixo. Foram úteis também os estudos sobre circulação, acesso e entrada, bem como sobre escalas e proporções, de onde se destacaram as linhas reguladoras como sistemas de proporcionalidade e a análise das ordens clássicas. Por último, Ching apresenta os princípios que atribuem ordem à concepção formal, e que foram empregados neste estudo, como eixo, simetria, hierarquia e ritmo.

No método arquitetológico de Boudon, as escalas atribuem medidas aos elementos arquitetônicos referentes às categorias de análise. Para este trabalho, especificamente, foi importante o estudo das seguintes escalas: escala técnica que consiste na atribuição de medida com base em considerações dessa ordem; escala funcional que se apóia na finalidade ao qual se destina o espaço para atribuir medida ao mesmo; escala de vizinhança que considera a continuidade espacial como

referência para atribuir medida à forma arquitetônica; escala de parcelamento que está vinculada à implantação do edifício e atribui medidas a partir do tamanho, forma e limites do terreno; escala geográfica que leva em consideração dados não dimensionais do terreno como o clima, orientação solar e a topografia; escala de visibilidade que se refere à atribuição de medida a um espaço para que ele seja visto de algum lugar ou que algum lugar seja visto a partir dele; escala sócio-cultural que consiste em levar em consideração costumes, convenções ou formas tradicionais na definição do espaço arquitetônico; escala de modelo que se refere à retomada de modelos do passado, com modificações de grau e natureza, na atribuição de medidas; e a escala geométrica que consiste no emprego dessas configurações com o intuito de realçar uma parte ou o todo de um espaço.

Sendo assim, na definição dos critérios adotados na análise das casas, o estudo levou em consideração, em primeiro lugar, a relação entre o contexto e o projeto, a partir do momento em que assinalou as especificidades do lugar e os aspectos culturais na concepção das casas selecionadas. Além disso, a investigação procurou destacar o vínculo com modelos arquitetônicos do passado e do presente, bem como utilizou conceitos extraídos das referências metodológicas citadas anteriormente que facilitaram e conduziram o desenvolvimento deste estudo, e que se referem a princípios de organização atribuídos às soluções adotadas pelos projetistas como simetria, eixos, ordenação, hierarquia, ritmo, orientação espacial, traçado regulador, configuração total ou parcial, dentre outros. Além disso, foram empregados conceitos que estão vinculados ao aspecto psicológico da percepção da forma como estabilidade, movimento, privacidade e visibilidade.

Diferentemente dos métodos que serviram como referência, o material utilizado nas análises, com exceção dos volumes esquemáticos, não consistiu em representações gráficas desenvolvidas pela própria autora, mas nos próprios desenhos arquitetônicos concebidos no início do século, compostos pelas plantas dos pavimentos, pelos cortes, geralmente dois, e pela fachada principal. Em alguns momentos, tais desenhos foram desmembrados ou tiveram suas partes constituintes destacadas, a fim de exemplificar, de forma mais clara, os textos explicativos. O

conjunto de fotos serviu como material complementar e ilustrativo das soluções projetadas.

Sendo assim, com base nos critérios que caracterizam a metodologia descrita até o momento, serão apresentadas, a seguir, as análises morfológicas das cinco casas selecionadas.

3.1 -Casa de Marcolino Rodrigues (Villa Alice)

Nome do proprietário: Marcolino Rodrigues

Construtor: Manoel Rodriguez Esteves

Arquiteto: Augusto dos Santos

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 552, antigo 202, Rio de Janeiro/RJ

Data do projeto: 1916

Data da construção: 1917

APAC de Santa Teresa: imóvel preservado

Estado atual de conservação: conservado

Área útil: 173,80 m²

Largura da testada:10,00 m

Gabarito: dois pavimentos e um porão



Fig. 20: Foto da fachada principal
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Implantação e acesso

Se o loteamento realizado na Rua Joaquim Murinho e no qual se encontra inserido o terreno da Villa Alice refletiu, de um lado, a necessidade de se obter testadas mais largas que aquelas vinculadas ao padrão colonial, por outro deu continuidade a um esquema de loteamento rentável através de terrenos compridos e estreitos. Essa característica, associada à declividade que confere dinamismo e direção ao terreno, induziu o projetista a adotar o lote como referência para atribuir uma solução longitudinal à implantação da casa, com eixo paralelo a uma das divisas laterais, situando-a próxima à testada e no ponto mais elevado. Essa implantação ao longo do declive, afastada dos limites do lote, possibilitou também aberturas em todas as fachadas e a introdução de um jardim no afastamento frontal, cuja estreita dimensão estava vinculada à própria topografia que, como em todas as casas deste lado da rua, obrigava aproximar o edifício da testada para maior economia de aterro e estrutura.

As características topográfica e dimensional do terreno, que mede 10,00 x 35,00, são alguns dos fatores que constituíram o que Baker²⁹ chama de forças do local, ou seja, forças distintas do contexto responsáveis também pela definição da forma arquitetônica.



Fig. 21: A implantação da casa e o acréscimo que não consta no projeto original de 1916.

Fonte: Planta Cadastral de 1953. Secretaria Municipal de Urbanismo.

²⁹ BAKER, Geoffrey H. **Le Corbusier: análise da forma**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984.

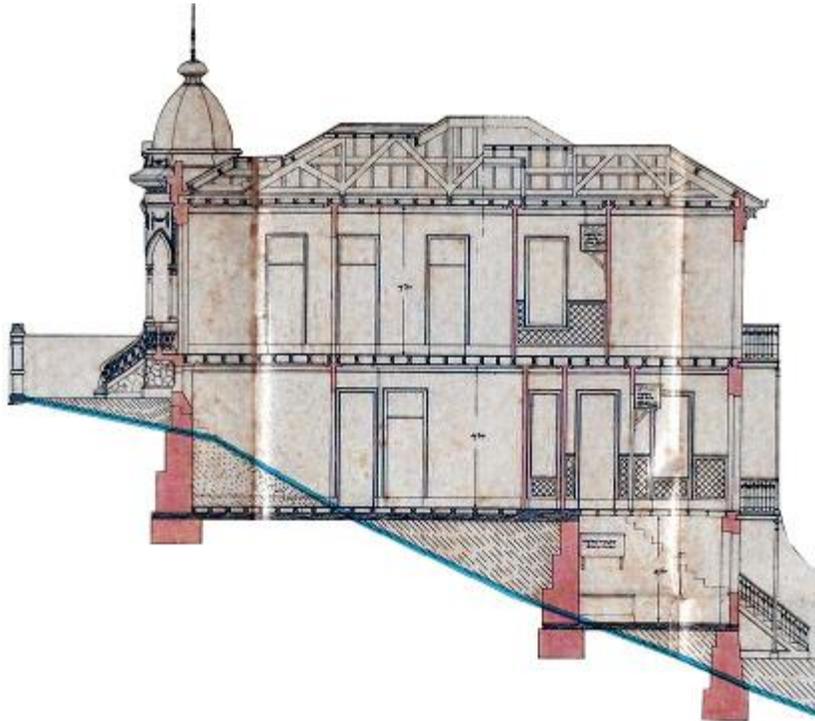


Fig. 22: Corte longitudinal revelando a declividade do lote.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

Quanto ao acesso da rua em direção à entrada principal da residência, a visão oblíqua do observador a partir do portão de ferro destaca a volumetria do pórtico octogonal, o principal elemento da fachada, e, ao mesmo tempo, indica o percurso em direção a este e às escadas laterais, que possibilitam o acesso ao pavimento inferior. Deste patamar, desce outro lance de escada para o pavimento onde foi projetado o antigo porão. Se a visão do observador, ao entrar no terreno através de um portão não centralizado, estivesse alinhada com o pórtico, a percepção tenderia à planificação da fachada e não valorizaria tanto tal volumetria.



Fig. 23: A imagem revela a visão oblíqua do observador em relação ao pórtico da entrada, a partir do portão.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

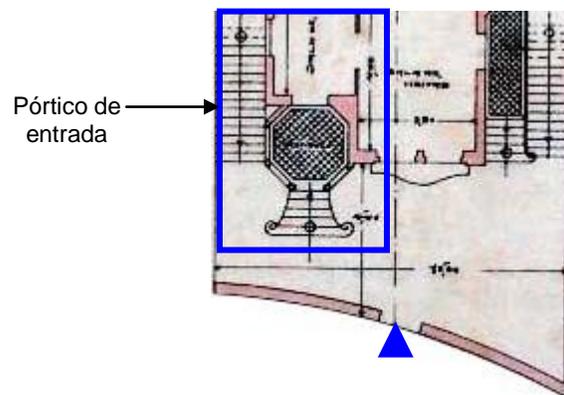


Fig. 24: Na imagem, vê-se o portão da rua centralizado no muro curvilíneo da testada e a visão do pórtico avançado em relação ao plano da fachada.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

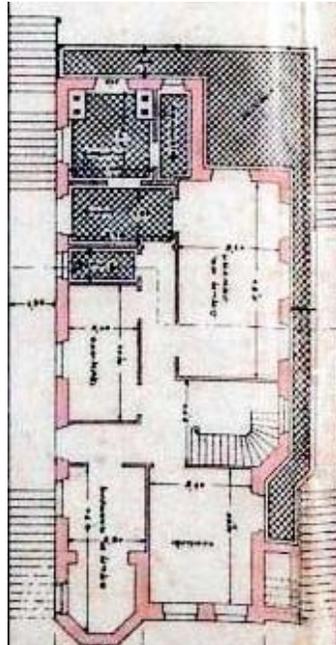


Fig. 25: Nesta planta, observa-se o primeiro lance de escadas que conduz ao patamar inferior, e o segundo lance que conduz ao porão.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ



Fig. 26 e 27: As escadas laterais que dão acesso ao pavimento inferior
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Composição das Fachadas e Volumetria

A fachada principal revela uma composição assimétrica, definida por uma configuração total quadrangular, e dividida por duas partes de dimensões distintas e bem articuladas entre si. Cada parte foi trabalhada separadamente, dentro uma solução rigorosamente simétrica, sendo uma plana e outra octogonal e avançada que corresponde ao espaço do vestíbulo. O traçado evidencia o predomínio da verticalidade, sobretudo, no torreão do vestíbulo e nas janelas e vãos em estilo gótico.

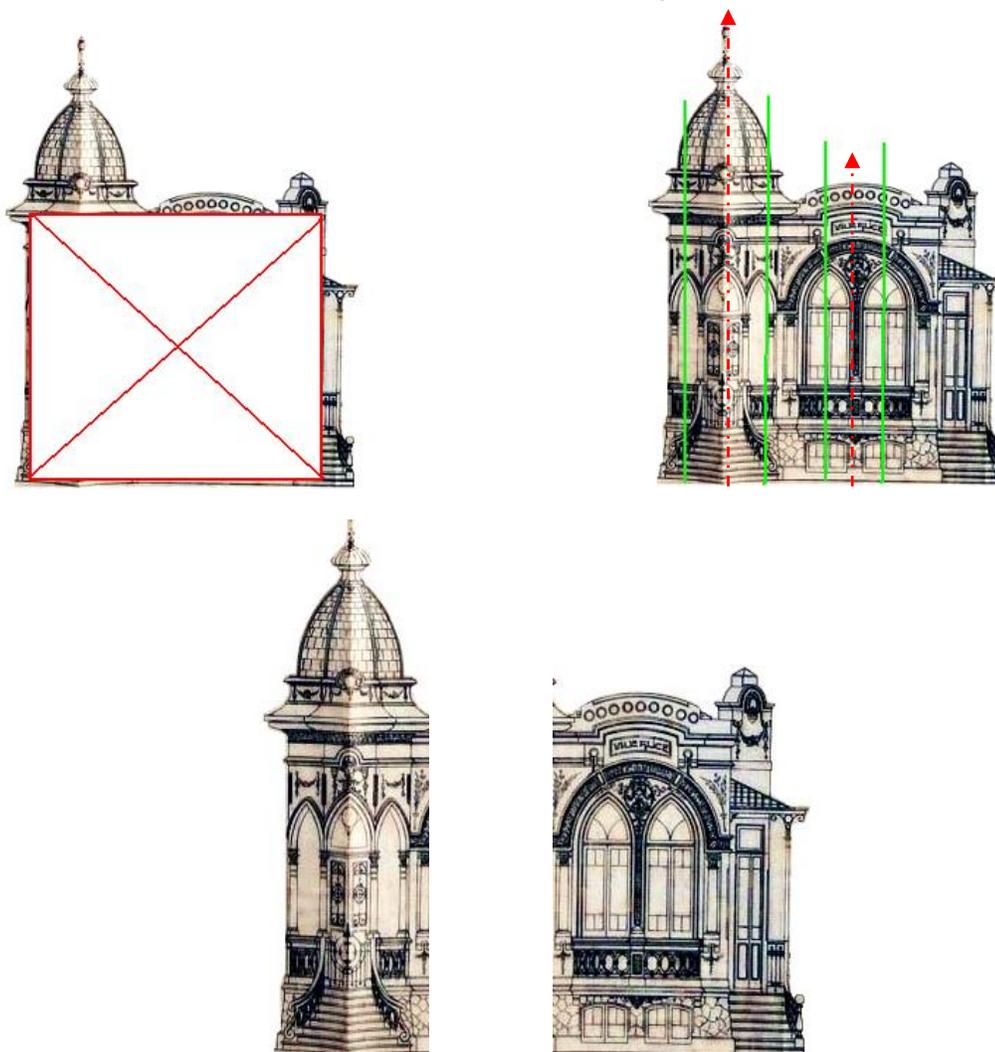


Fig. 28, 29 e 30: A configuração quadrangular, a verticalidade da fachada e as duas partes que a compõem
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ

O pórtico de volume octogonal projetado a partir do plano da fachada, coroado por uma cúpula em ardósia e acessado por uma escada curvilínea, é uma parte que

possui movimento e destaque. Cabe salientar que este elemento consistiu em solução comum nas construções ecléticas oficiais e da alta burguesia, tendo sido abordado também pelas publicações da época, representadas pelos tratados e manuais de arquitetura. A título de ilustração, cito dois destes livros impressos em língua portuguesa e que expuseram as ordens clássicas a partir do Tratado de Vignola: “Noções Theoricas de Architectura Civil”³⁰, de 1841, do professor substituto de arquitetura civil da Academia de Lisboa, J. C Sequeira, e o manual “O Vinhola dos Proprietários”³¹, publicado em 1853, mas editado também em 1879, obra escrita em francês por Moisy e traduzida para o português pelo professor de línguas portuguesa e francesa José da Fonseca. O primeiro descreve a utilização das Ordens nas decorações dos pórticos e arcadas e o segundo sugere a presença deste elemento em uma de suas composições de fachadas.

A cúpula apresenta o maior grau de importância neste contexto visual, atraindo a atenção do observador, não pelo seu dimensionamento, mas pela sua configuração, transformando-se em elemento de referência de qualquer estudo descritivo da fachada principal da casa. A escada, solução construtiva que tantas vezes foi utilizada na história da arquitetura com o objetivo de realçar a entrada, também constitui uma solução importante neste conjunto. Sendo assim, o autor do projeto acabou adotando esses elementos para criar um foco visual suficientemente potente para atrair a atenção do observador sobre a obra.

³⁰ SEQUEIRA, J. C. **Noções theoricas de architectura civil**. Lisboa: Typografia de José Baptista Morando, 1858.

³¹ MOISY, Pae. **Vinhola dos Proprietários ou as cinco ordens de architectura**, segundo J. Barrozio de Vinhola. Tradução José da Fonseca. Paris: Langlumé Livreiro- Editor, 1853.



Fig. 31: A cúpula do pórtico.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 32: A escada curvilínea que compõe o pórtico da casa.
Fonte: Arquivo da autora, 2011

Uma simulação alterando a composição deste corpo octogonal revela, claramente, como a ausência dos elementos assinalados anteriormente interfere no grau de importância deste conjunto, aproximando-o do corpo adjacente. É a importância atribuída à percepção ótica determinando a escolha do partido arquitetônico, conforme afirma Boudon³².

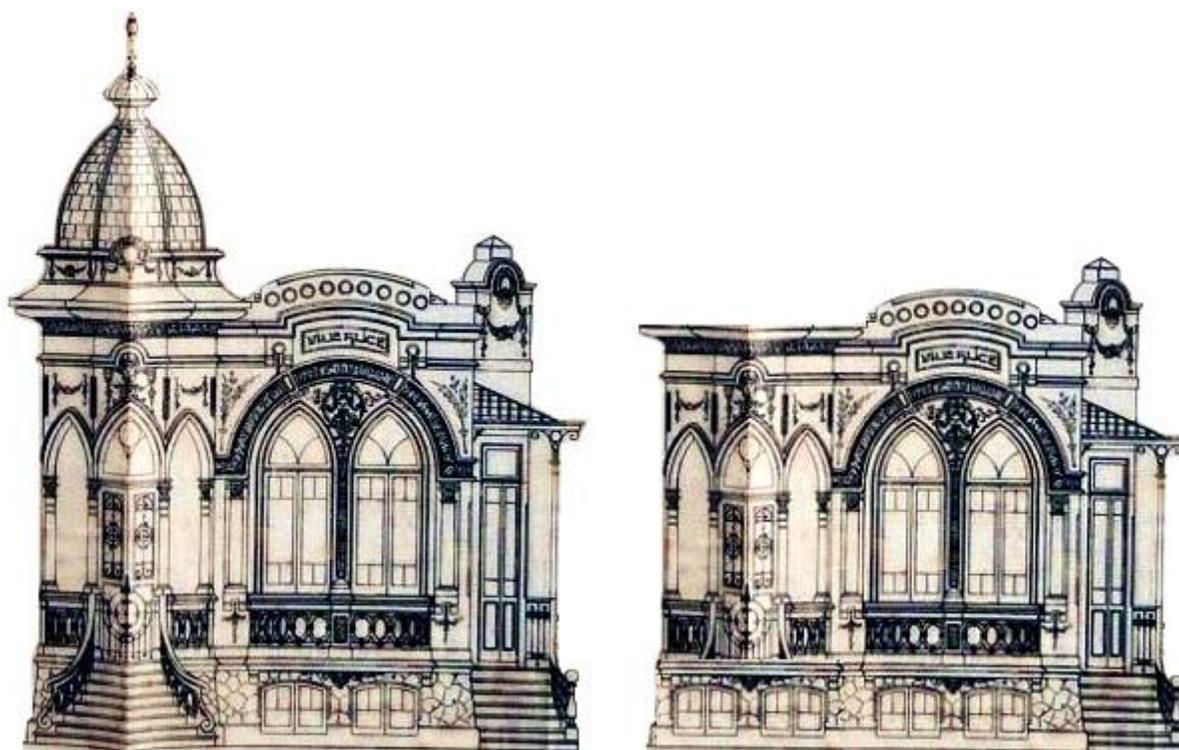


Fig. 33 e 34: Projeto da fachada principal. O desenho à direita corresponde à simulação sugerida na análise.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ

³² BOUDON, Philippe. **Richelieu, ville nouvelle. Essai d'architecturologie**. Paris: Dunod, 1978, p.

Por outro lado, o telhado em ardósia, típico dos países de clima frio, foi uma solução justificada por uma atitude romântica e liberal fundamentada no gosto e na moda de modelos europeus do passado e presente nos mais renomados edifícios ecléticos cariocas do período. Sendo assim, não só a cobertura, mas toda a composição decorativa caracterizada pelo emprego de elementos do vocabulário clássico e gótico hierarquizaram a fachada, tendo em vista a via de acesso para onde está voltada.

Obras como a Mansão Figner e o Palácio do Distrito Federal, construído para a Exposição Nacional de 1908, podem ter sido acionados pelo autor do projeto como modelos que serviram de inspiração para alguns elementos construtivos introduzidos no pórtico de entrada.



Fig. 35: Mansão Figner. Projeto de Gustavo Adolphsson, 1912.
Fonte: SÁ, 2002, p.42



Fig. 36: Palácio do Distrito Federal. Projeto de Oliveira Passos, 1908.
Fonte: LEVY, 2008, p.106

Pode-se dizer que o ecletismo da Villa Alice segue uma tendência estilística clássica marcada pelo neobarroco representado, aqui, pelos elementos de destaque cúpula e escada. Ao lado desse classicismo, presente também nos elementos decorativos em estuque, nota-se a introdução do gótico nas aberturas e na arcada do

pórtico, bem com uma influência art nouveau nos elementos em ferro que compõem o alpendre e nas linhas sinuosas do portão da rua.



Fig. 37: Detalhe do fechamento do degrau da escada do alpendre lateral.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 38 e 39: Detalhes da estrutura do alpendre
Fonte: Arquivo da autora, 2010.



Fig. 40: As linhas sinuosas do portão em ferro de acesso ao lote.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Alguns elementos decorativos (adereços, guarnições, ornatos) em estuque constituintes desta fachada podem significar a utilização, por parte do projetista, não apenas de referências construtivas, mas também de referências ornamentais encontradas em publicações estrangeiras. Um exemplo disso é o livro “*Styles of Ornament*”, publicado no início do século XX pelo alemão Alexander Speltz³³ e cujas gravuras, em grande parte, foram extraídas do livro “*Motifs Historiques D’architecture et de Sculpture D’ornament*” de César Daly (1811-1894). Era uma versão popular de uma série de outros impressos que surgiram durante o período eclético e se caracterizaram pela reunião e difusão de ornamentos de diferentes períodos históricos³⁴. Esses ornamentos vistos nas fachadas ecléticas eram, na sua grande maioria, produzidos em

³³ SPELTZ, Alexander. **Styles of Ornament**. Nova York: Grosset & Dunlap, s.d.

³⁴ LIMA, Solange Ferraz. **O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos)**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000100005&script=sci_arttext (acesso em 10/02/2010).

série e comercializados através de catálogos, aos quais os profissionais tinham acesso³⁵.

Na Villa Alice, o medalhão com figura humana situado acima das janelas góticas e da entrada do pórtico, bem como as guirlandas presentes nas faces do octógono foram motivos muito utilizados na época e que podiam ser encontrados em ornamentos de alguns edifícios históricos do livro de Speltz.



Fig. 41: Detalhe de console com figura humana no interior do Town Hall. Augsburg, Alemanha, século XVII.
Fonte: SPELTZ, s.d. p. 390

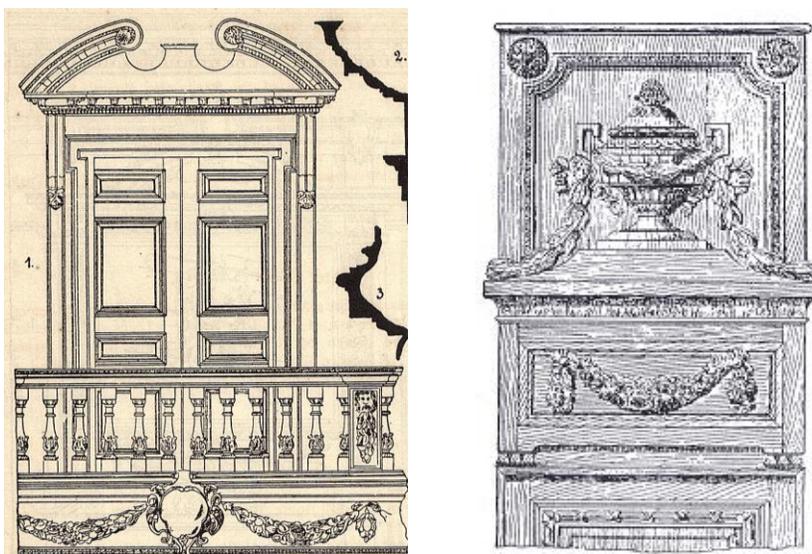


Fig. 42 e 43: Alguns exemplos de guirlandas em detalhes presentes no livro de Speltz.
Fonte: SPELTZ, s.d., p. 500 e 551

³⁵ LIMA, op. cit., p. 18.

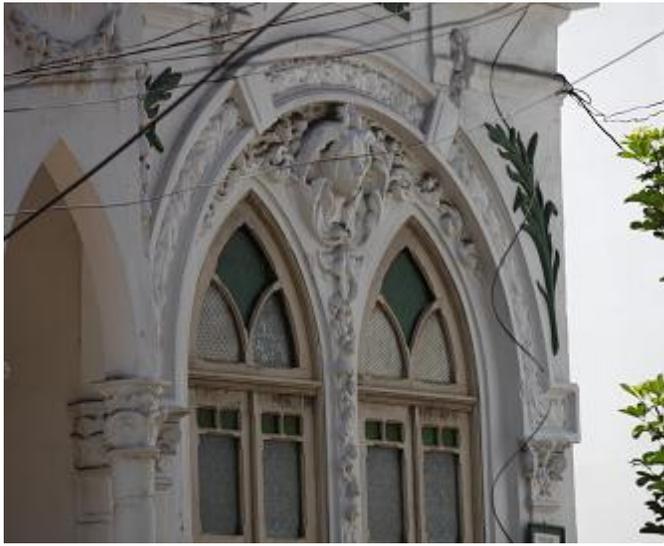


Fig. 44, 45 e 46: detalhes da composição decorativa da Villa Alice.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.

Ao lado dos medalhões, os demais ornatos eram resultado da estilização de formas vegetais. Josef Fuller em “Elementos de Modelação de Ornato de Figuras”, de 1905, destaca que, além do acanto, foram comuns também os elementos inspirados na barra da videira, em flores, na oliveira, bem como aqueles inspirados na fauna³⁶.

Da mesma maneira, as ordens clássicas a partir das quais foram concebidas as colunas do pórtico e as pilastras que fingem sustentar o arco decorado que envolve as janelas estavam presentes também em manuais de arquitetura do período, dentre eles “Noções Theoricas de Architectura Civil”³⁷, citado anteriormente.

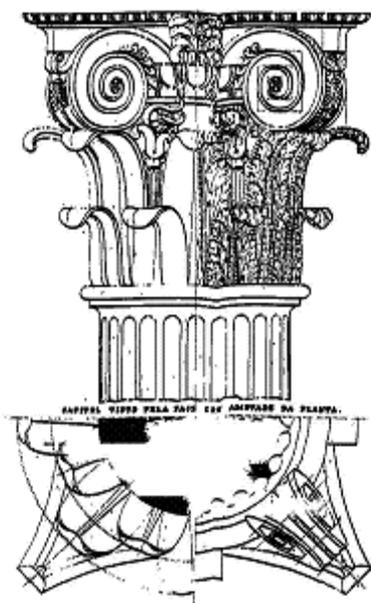


Fig. 47: Detalhe de um capitel composto.
Fonte: SEQUEIRA, 1841.



Fig. 48: Foto de uma das colunas que compõem o pórtico.
Fonte: Arquivo da autora.

Quanto à presença do gótico na fachada, raramente visto em edifícios residenciais da época, Speltz também apresenta exemplos desses elementos em edifícios europeus. Além disso, havia referências arquitetônicas importantes na cidade como o Real Gabinete Português de Leitura. Por outro lado, a possibilidade de contato do proprietário com outras fontes, através de viagens ou por meio das revistas e jornais

³⁶ FULLER, Josef. **Elementos de modelação de ornato de figuras**. Lisboa: Biblioteca de Instrução Profissional, 1905, p. 17.

³⁷ SEQUEIRA, op. cit., p. 11.

nacionais e estrangeiros que circulavam na cidade, ou mesmo através das exposições nacionais e internacionais que ditavam o padrão a ser seguido, pode ter contribuído para essa influência.



Fig. 49: Real Gabinete Português de Leitura. Projeto de Rafael da Silva e Castro, Século XIX.
Fonte: <http://www.aooale.com.br/imares?imaurl=http://1.bp.blogspot>



Fig. 50: Janelas em estilo gótico da fachada principal da Villa Alice.
Fonte: arquivo da autora. 2010.

Aqui, faço um pequeno parêntese para frisar que esse contexto arquitetônico, dentro do qual a Villa Alice foi concebida, foi fruto, como se sabe, da assimilação de um gosto importado, e que por isso exigiu mudanças na prática construtiva. A presença de uma solução arquitetônica e projetual como a cúpula por exemplo, que é um dos principais elementos da fachada principal, exigiu a importação e o conhecimento de técnicas e materiais necessários a sua execução. O arquiteto tinha que ter conhecimento do fazer construtivo ao realizar seus projetos de arquitetura, pois ambos não podiam estar dissociados. É o que Épron, ao falar sobre a construção e o projeto, afirma quando diz que “a prática do projeto engloba o domínio da construção”³⁸.

Dando continuidade à análise, o embasamento em pedra de aproximadamente um metro de altura, cujas aberturas correspondem ao quarto do pavimento inferior, constituiu, segundo Carlos Lemos, “em peça fundamental, tanto quanto dizia respeito

³⁸ ÉPRON, Jean-Pierre. **Comprendre L'Éclectisme**. Paris: Éditions Norma, 1997, p. 126.

aos programas quanto à estética da construção, pois não era elegante a casa estar ao nível do chão, do jardim...”³⁹. A presença desta base diferenciada pela aparência rústica, correspondeu a uma solução de ordem construtiva, mas também à adaptação de uma antiga tradição clássica de se introduzir no primeiro plano da fachada, ou seja, no “res-do-chão”, um tratamento deste tipo, de aparência resistente e de concepção mais singela das aberturas. Segundo Summerson, esta solução surgiu no renascimento, com a utilização de ordens sobre um andar inferior formado por arcos e paredes tratadas com rusticação⁴⁰.



Fig. 51 e 52: Uma das aberturas com gradil de ferro do embasamento.

Fonte: Arquivo da autora, 2010

A opção por definir a presença apenas do pavimento térreo na sua composição é uma peculiaridade da Villa Alice, tendo em vista a solução mais comum de dois pavimentos. Sendo assim, a topografia do terreno, em declive, fez com que o pavimento inferior e o porão não fossem visualizados da rua. Apesar de possuir apenas um andar aparente, a Villa Alice impõe presença no contexto visual da rua, pois o embasamento em pedra citado anteriormente serviu também para inserí-la no meio circundante, elevando a sua altura e verticalizando a fachada.

³⁹ LEMOS, Carlos A.C. **A república ensina a morar melhor**. São Paulo: Editora Hucitec, p. 72.

⁴⁰ SUMMERSON, John. **A linguagem clássica da arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 58.



Fig. 53: Visão da casa ao se subir a rua. Ao fundo, a casa de dois pavimentos da Família Faria.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

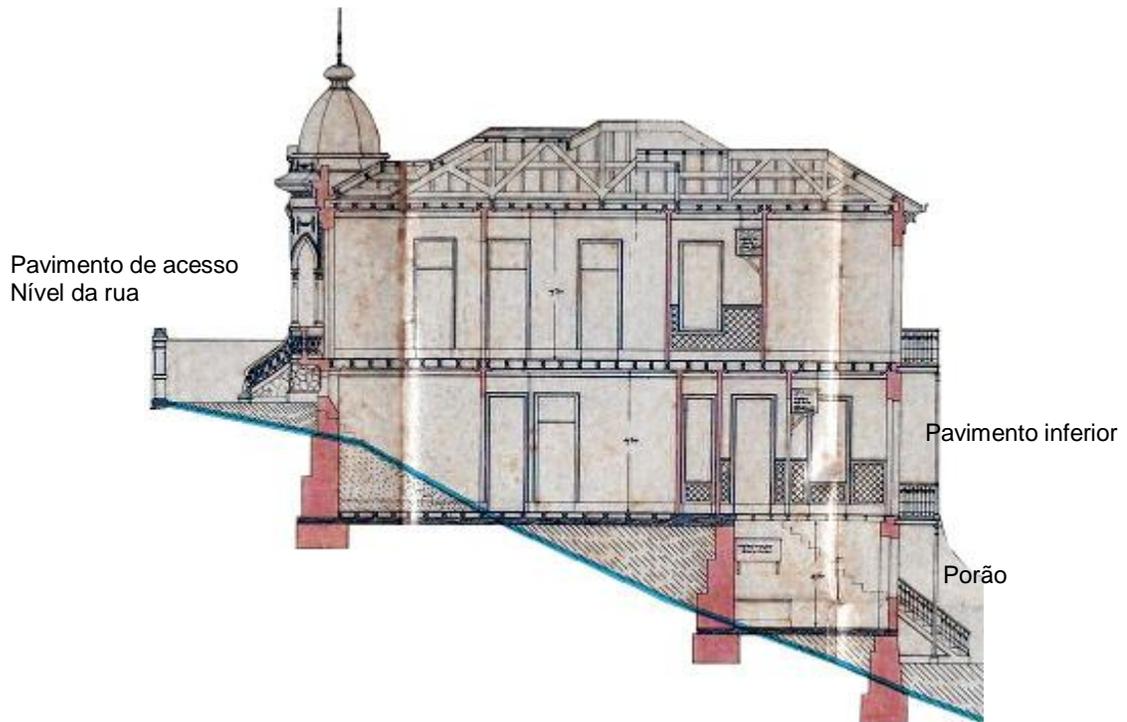


Fig. 54: Corte longitudinal. A fachada vista da rua corresponde apenas ao pavimento de acesso.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

Em relação às fachadas laterais, fatores como a estreita largura do lote, a possibilidade da construção vizinha encobrir a visão das mesmas e o próprio poder

aquisitivo do proprietário podem ter interferido na simplificação do tratamento atribuído a essas superfícies, limitando-se o projetista, neste caso, a cumprir apenas as exigências legais quanto à presença e ao dimensionamento das aberturas. Como foi dito no primeiro capítulo, era obrigatória a colocação de venezianas em todos os dormitórios, latrinas e banheiros. Em relação à fachada dos fundos, observam-se, ainda, alguns detalhes construtivos remanescentes como o terraço do pavimento de acesso, o gradil do guarda-corpo em ferro e a varanda do pavimento inferior que foi fechada. Foi realizado um acréscimo lateral que se estende em direção ao fundos da casa e que não consta no projeto original. A localização dos terraços nesta fachada e não na fachada principal, é uma característica das casas do lado par da Rua Joaquim Murtinho, ou seja, uma solução determinada pela topografia somada à visão privilegiada da cidade do Rio de Janeiro.

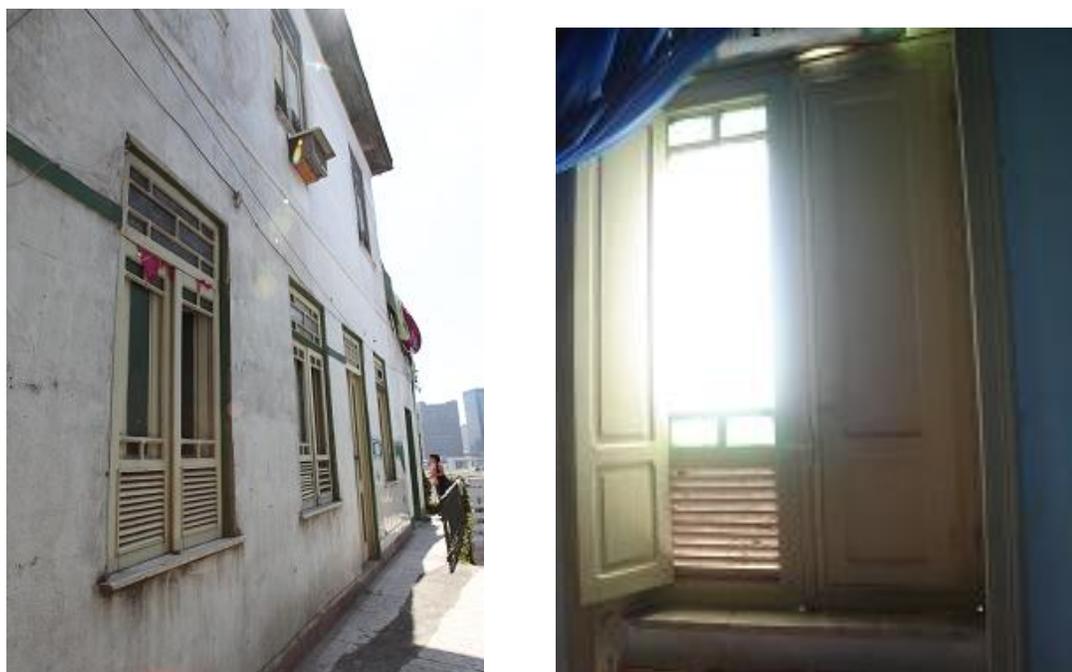


Fig. 55 e 56: À esquerda, fachada lateral direita, onde a porta localizada entre duas janelas correspondia à sala de jantar do pavimento inferior. Ao lado, uma das janelas desta sala, composta de duas folhas, em madeira, com venezianas e vidro

Fonte: Arquivo da autora, 2010



Fig. 57 e 58: Fachada dos fundos da casa com o acréscimo lateral à direita. Em destaque, a varanda que foi fechada, restando apenas um pequeno corredor e o gradil. O terraço acima permanece.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 59: Vista da fachada dos fundos.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

O volume da casa está intimamente vinculado à configuração alongada do lote onde está inserido. Este volume é composto pelo agrupamento de um prisma retangular recortado com um prisma octogonal, sendo este último uma forma aditiva, independente do corpo principal, cuja função é destacar o acesso principal da casa.

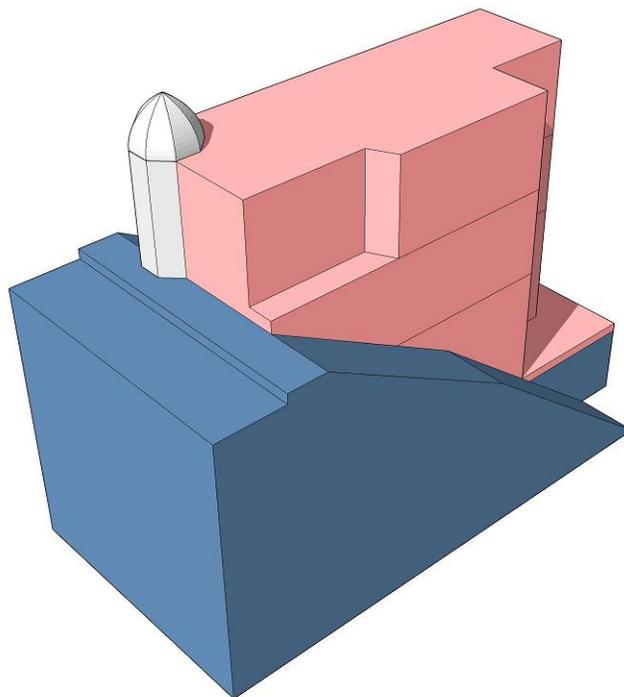


Fig.60: Configuração volumétrica da Villa Alice.

Dimensões aproximadas da casa

Largura : 6,30m

comprimento : 17,50 m

Distribuição Espacial

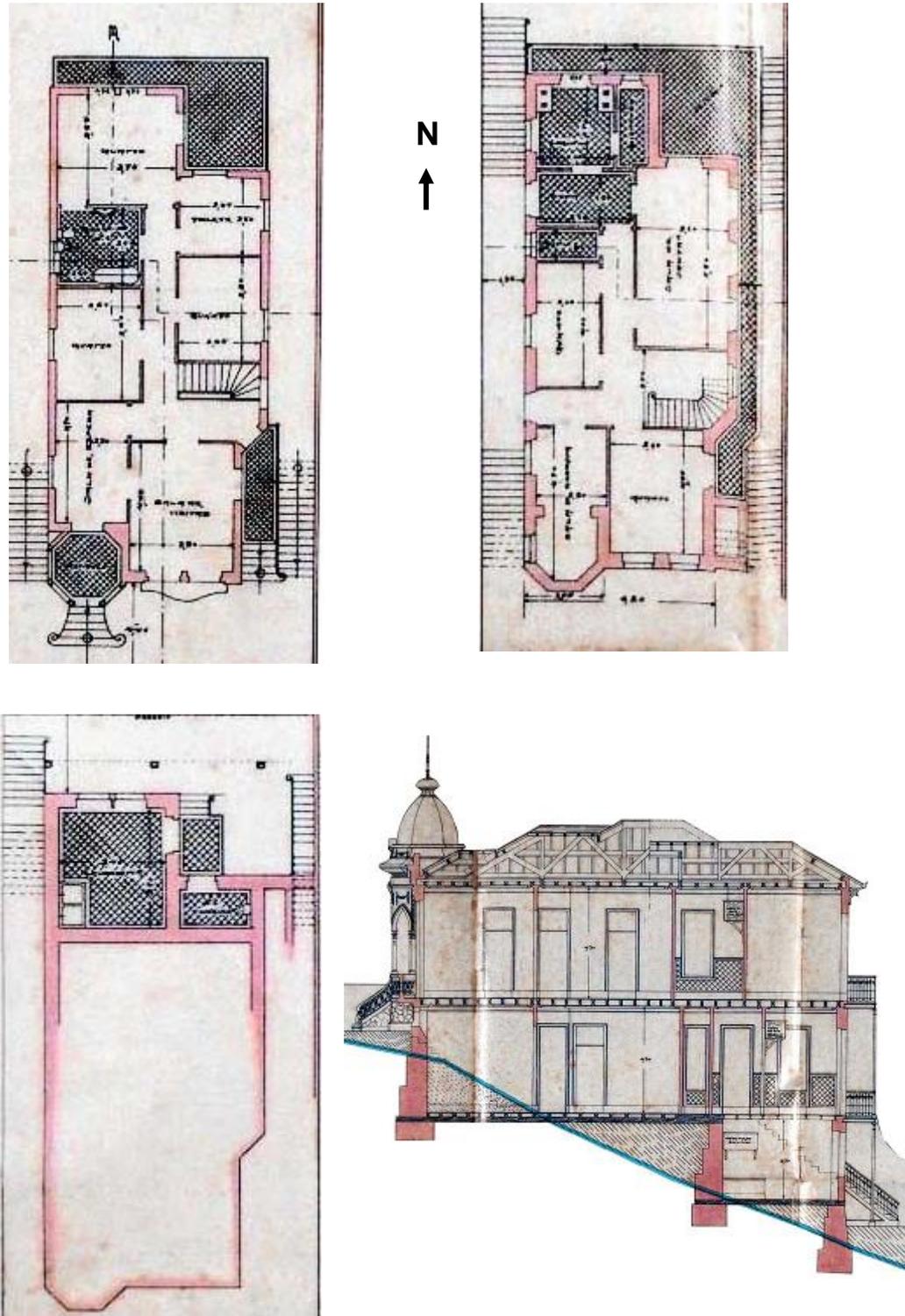


Fig. 60, 61, 62, 63: Acima, planta do pavimento de acesso e do pavimento inferior. Abaixo, Planta do porão e corte longitudinal.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

Os espaços estreitos resultantes do amplo programa de necessidades da família foram distribuídos, de forma bem peculiar, em dois pavimentos e um porão, implantados ao longo da topografia acidentada e vinculadas às limitações dimensionais do lote. O pavimento de acesso foi constituído por três áreas bem definidas e com funções diferenciadas: um vestíbulo octogonal, um alpendre lateral com colunas e guarda-corpo em ferro, uma área social composta pela sala de espera e de visitas, e uma área íntima com três quartos, um toailete e um banheiro, que ocupava a maior parte do pavimento e ficava, praticamente, isolada do social através de um corredor transversal que era acessado também pelo alpendre lateral em ferro. Este corredor, perpendicular ao corredor principal da casa, permitiu ao projetista situar quartos no pavimento de acesso, dando-lhes total privacidade, já que a solução habitual era isolá-los no pavimento superior. Já no pavimento inferior, localizado abaixo do nível da rua, os espaços correspondiam praticamente à disposição do pavimento de acesso, com algumas dimensões alteradas, devido ao deslocamento de paredes. Este pavimento era composto por uma sala de costura, dois quartos, uma sala de jantar, um banheiro, provavelmente social, copa, cozinha, despensa e terraço. No porão, ficava um banheiro de serviços e a lavanderia.



Fig. 64: O pórtico da entrada principal e o alpendre lateral que davam acesso à sala e ao corredor transversal.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 65: Detalhe do alpendre.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 66 e 67: As fotos acima mostram o corredor de distribuição do pavimento inferior. À esquerda, a porta que dava acesso a um dos quartos da casa. À direita, a imagem revela o outro lado do corredor, a antiga copa e o acesso para a cozinha. Nota-se o elevado pé-direito de 4,00m.
Fonte: Arquivo da autora, 2010

Os espaços internos, atualmente bastante modificados, se distribuíam no sentido longitudinal e foram definidos pelo traçado das linhas divisórias transversais correspondentes às paredes descontínuas, outra singularidade da casa. Eram quadriláteros adjacentes, organizados ao longo de uma circulação linear. Entre os pavimentos, a comunicação se dava por meio de uma escada de dois lances.

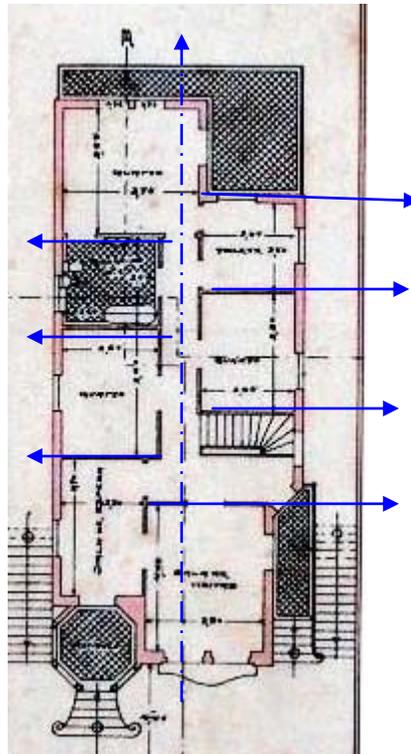


Fig. 68: Eixo longitudinal e as linhas transversais.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

Analisando a setorização da casa, observa-se que a área íntima domina a distribuição dos espaços internos com a presença de um número considerável de quartos, talvez para acomodar uma família de muitos membros. A área de serviços corresponde ao menor setor dentro da casa, desta vez não como bloco volumétrico anexado ao bloco principal da casa, mas inserido nela. Outro detalhe importante é a distribuição do setor social, ou seja, sala de visitas no pavimento de acesso separada da sala de jantar no pavimento inferior.

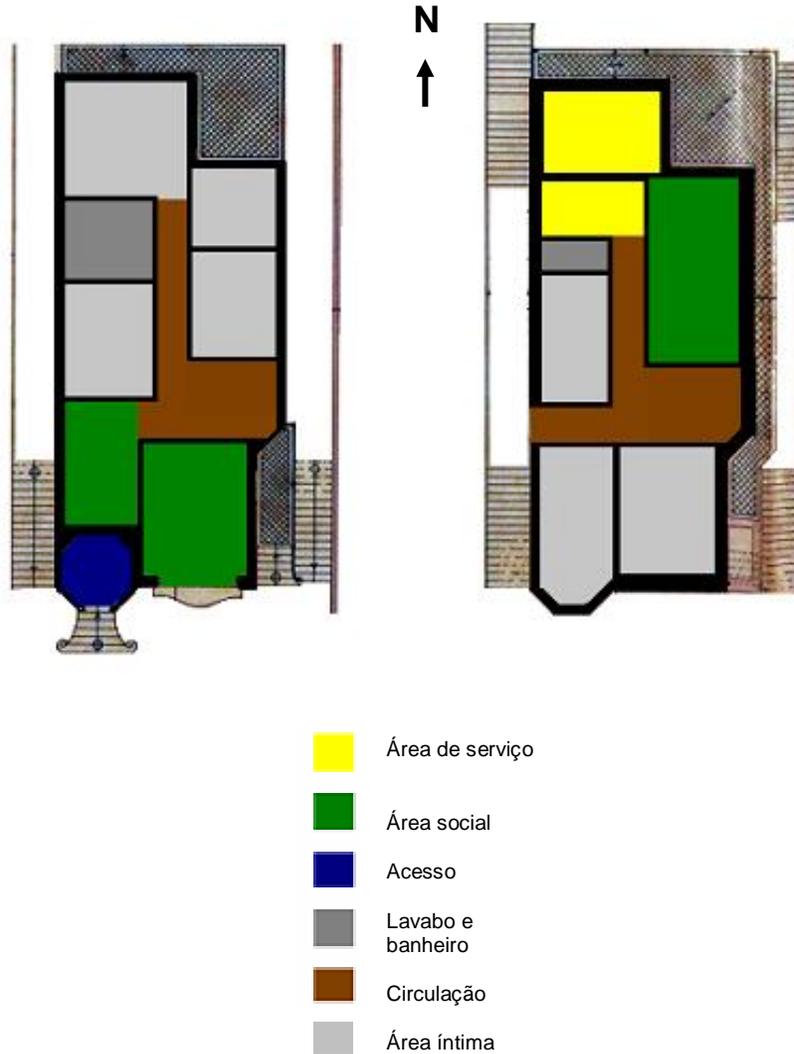


Fig. 69: A Setorização espacial da Villa Alice.
 Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

Outro aspecto a ser descrito é a incidência da luz solar sobre as áreas projetadas, que não chegou a interferir na distribuição interna, tendo em vistas as limitações do lote. No pavimento inferior, o projeto original revela que a área molhada e de ocupação temporária, que corresponde à cozinha, ao banheiro e à despensa, ficou concentrada na fachada noroeste, a mais aquecida, enquanto que o terraço, a sala de jantar, a escada e o quarto maior foram alinhados na fachada lateral oposta. No pavimento de acesso, a sala de visitas, que estava voltada para a fachada sudoeste, teve no alpendre lateral mais um elemento de proteção solar. A característica

longitudinal fez com que os quartos fossem situados ao longo das fachadas leste e oeste.

3.2 -Casa de João Pedro de Fraga Lourenço

Nome do proprietário: João Pedro de Fraga Lourenço (comércio de exportação de café)

Engenheiro: Juan Gatell Solá

Construtor: Manoel Rodriguez Esteves

Localização: Rua Joaquim Murтинho, 598, antigo 218, Rio de Janeiro/RJ

Data do Projeto: 1916

Data da construção: 1917

APAC de Santa Teresa: imóvel preservado

Estado atual de conservação: conservado

Área útil: 217,80 m²

Largura da testada: 17,00 m

Gabarito: dois pavimentos e um porão



Fig. 70: Foto tirada poucos anos depois da construção.
Fonte: Acervo de Maria Inês Garcia de Souza, 2010

Implantação e Acesso

O terreno correspondente à casa da família Fraga Lourenço possui, aproximadamente, 17 metros de largura e 33 metros de profundidade, configurando um quadrilátero. A tendência direcional da declividade no sentido longitudinal foi uma força do lugar relevante na implantação da casa e na distribuição dos espaços internos, tendo sido atenuada, no entanto, pela largura do terreno, que possibilitou uma pequena expansão neste sentido. Além disso, o imóvel está situado próximo à via de acesso, logo na região mais elevada do lote.

Esta implantação mantém correspondência com a forma do terreno, distribuindo os níveis da casa ao longo de um eixo longitudinal não paralelo às divisas laterais do lote. Nota-se que o projetista, com a intenção de acertar a posição da casa, optou por alinhar a mesma tomando como linha referencial a divisa dos fundos do lote. Esta solução fez com que a fachada não assumisse os extremos de proximidade e distância da testada do lote, o que aconteceria caso estivesse paralela as laterais do mesmo. A testada corresponde à vista sul, a de acesso pela rua Joaquim Murinho, já o alinhamento dos fundos está voltado para a melhor vista do terreno, a da paisagem do Rio de Janeiro.

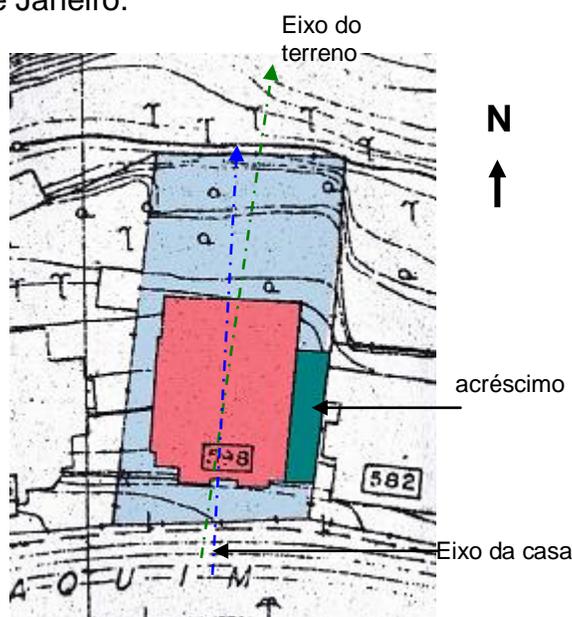


Fig. 71: Implantação da casa com acréscimo da garagem no lado direito que não consta no projeto de 1916.

Fonte: Planta Cadastral de 1953, Secretaria Municipal de Urbanismo

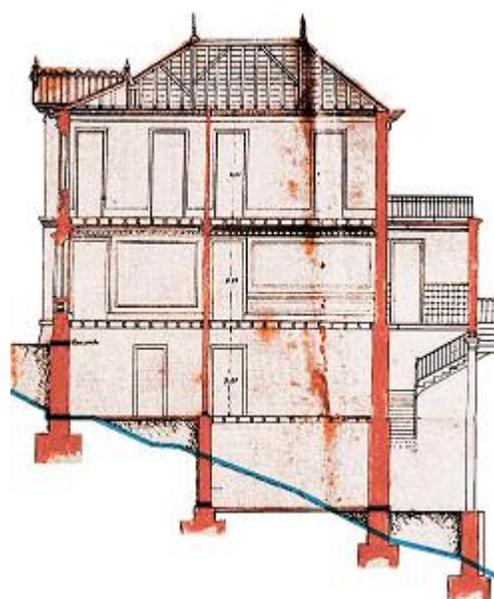


Fig. 72: Corte longitudinal revelando a declividade do terreno.

Fonte: Projeto original de 1916.AGCRJ.

Observam-se também os afastamentos dos limites do lote exigidos pelo poder público, tendo em vista a necessidade de se obter residências mais salubres. Tais afastamentos, aliados à existência de um pavimento superior e à largura do lote deram maior visibilidade às fachadas laterais. Na frente, foi introduzido um jardim na área aterrada, ficando nos fundos um amplo quintal.



Fig. 73: A largura do terreno permitiu a visualização das fachadas laterais
Fonte: Acervo de Maria Inês G. de Souza, 2010

Quanto ao acesso, observa-se uma solução descentralizada do eixo dominante da casa, mas que revela claramente a entrada através do alinhamento do portão da rua com o acesso localizado do lado esquerdo da fachada. Devido à necessidade de se buscar maior privacidade, a porta de entrada foi situada na lateral, não sendo revelada na esquina marcada pelo alpendre. Na parede, que é vista do portão da rua, foi introduzida uma delicada pintura de mulher, de traço *art nouveau*, realizada pelo pintor espanhol Colon. Parece que o projetista quis colocar o visitante, primeiramente, diante de um símbolo cultural de status destacando o ar sofisticado da casa e o nível social do proprietário, uma pessoa abastada, que muito viajava. O jardim pequeno, mas pitoresco

e o requintado alpendre recebiam o visitante que, só então, teria acesso à porta da casa. Esta solução referente à localização do portão não corresponde ao projeto original, onde o mesmo encontra-se centralizado e coincidindo com o eixo da porção principal da fachada

Outra divergência em relação ao projeto diz respeito ao arco pleno que destaca esta entrada. A solução escolhida foi um entablamento com revestimento provavelmente cerâmico em tom laranja, que acabou sendo substituído pelo arco, talvez pelo fato deste elemento já estar presente também nas vergas das janelas da fachada.

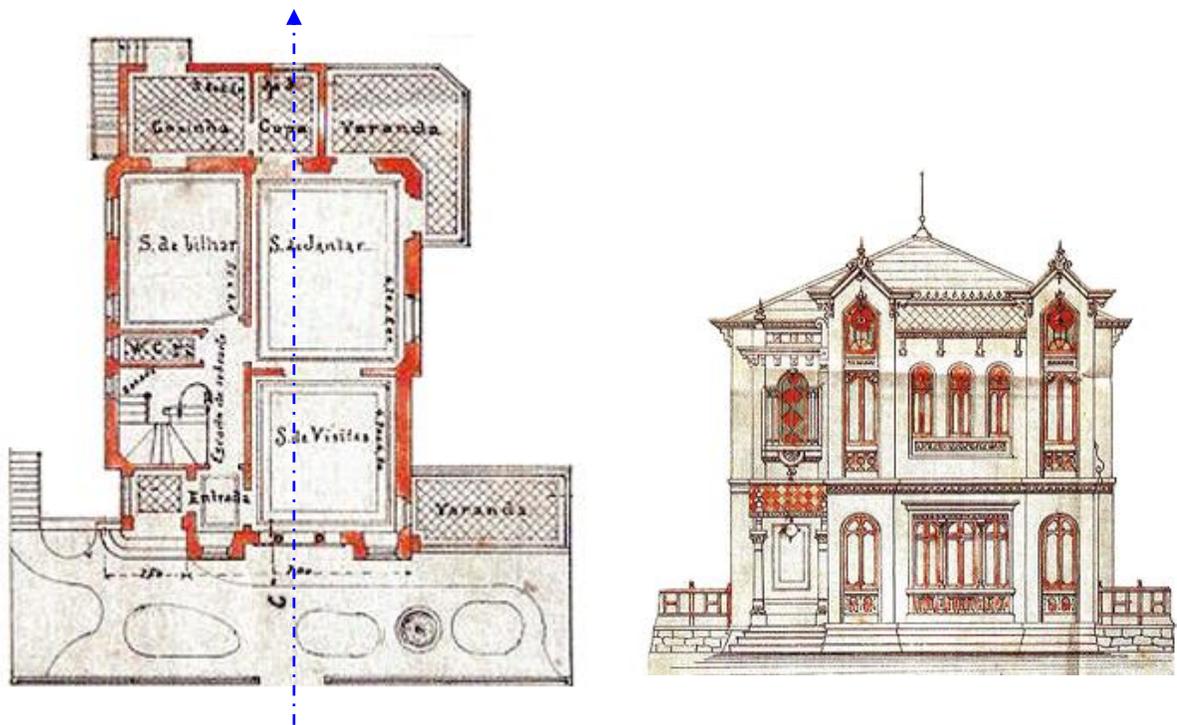


Fig. 74: Na imagem à esquerda, o portão centralizado no projeto original. À direita, a fachada projetada.

Fonte: MELLO, 2003, p.25

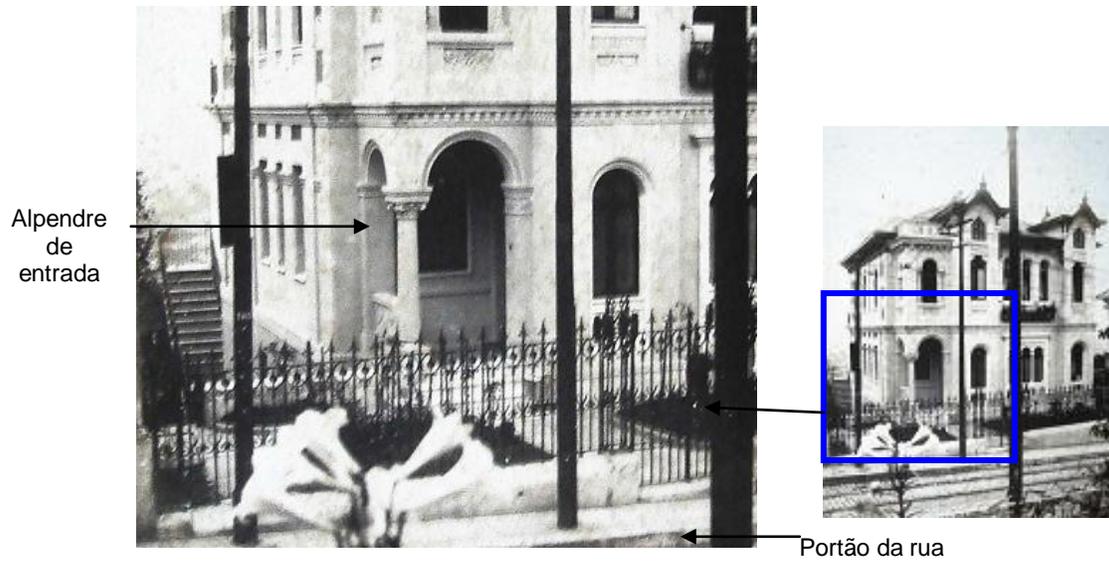


Fig. 75 e 76: Detalhe do portão e do alpendre.
 Fonte: Acervo Maria Inês G. de Souza, 2010



Fig. 77 e 78: Pintura realizada pelo artista Colon na parede do alpendre à direita.
 Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Além da entrada principal, a casa apresentava também uma escada de serviço que conduzia à cozinha nos fundos e por onde entravam os empregados, tendo sido retirada pelas atuais proprietárias devido ao seu mal estado de conservação. Há também acesso por uma longa escada de pedra de cantaria, pelo lado esquerdo, colada na parede da divisa do lote, que desce do jardim da frente, pára no patamar do porão e continua para os demais pisos externos.

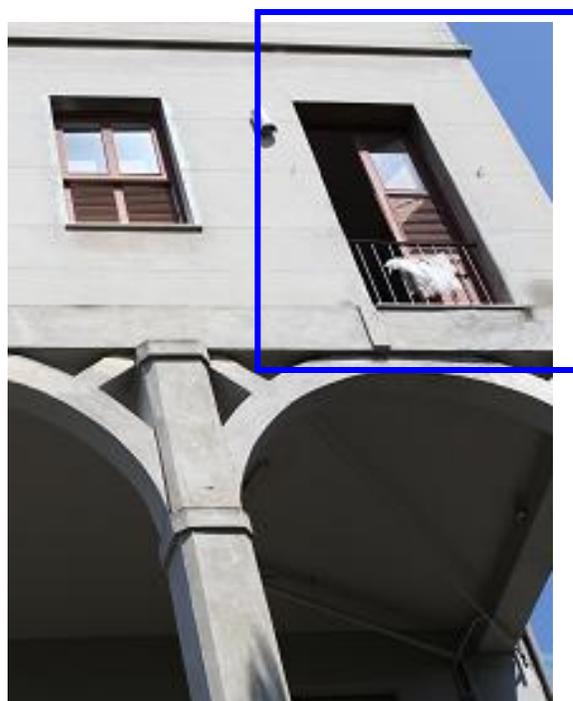


Fig. 79 e 80: A foto à esquerda mostra a escada que percorre todos os patamares do terreno pelo lado esquerdo do lote. À direita, a porta da cozinha na fachada dos fundos da casa, de onde saía a escada.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Composição das Fachadas e Volumetria

Segundo Baker, a proximidade da via de acesso constitui uma das forças dominantes que influenciam direta ou indiretamente a forma arquitetônica, podendo, conseqüentemente, determinar tratamento hierarquizado das fachadas.

Este princípio de desenvolvimento, segundo o qual a forma que adotam os organismos está de acordo com as forças que o envolvem, se assemelha ao modo como a forma arquitetônica é parcialmente fruto da resolução de um problema particular, como também das forças distintivas do contexto donde se encontram. A relação entre edifícios e entorno se estabelece de forma mais positiva, considerando fatores tais como as vistas, a trajetória solar, a proximidade de vias de acesso.⁴¹

A fachada principal recebeu um tratamento hierarquizado em relação às demais, devido, justamente, ao acesso pela Rua Joaquim Murtinho. A solução assimétrica compõe-se de duas partes: uma localizada à esquerda e um pouco mais recuada, e uma hegemônica constituída por dois elementos prismáticos e verticais avançados, que emolduram uma superfície central recuada, originando uma alternância rítmica e dinâmica na distribuição dos elementos compositivos. Na história da arquitetura, essa variação rítmica é observada a partir do barroco e do maneirismo, tendo em vista que, no Renascimento, as fachadas mantinham uma estrutura modular linear, caracterizada pela regularidade e monotonia na inserção de portas, janelas e elementos ornamentais. Summerson, ao analisar a Igreja de Gesu do arquiteto Vinhola (1507-1573), assinala que “se tentarmos soletrar a arquitetura do edifício em terrenos da Alta Renascença, logo encontraremos dificuldades”⁴²

⁴¹ BAKER, Geoffrey H. **Le Corbusier: análise da forma**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984, p. 4.

⁴² SUMMERSON, op. cit., p.65 .

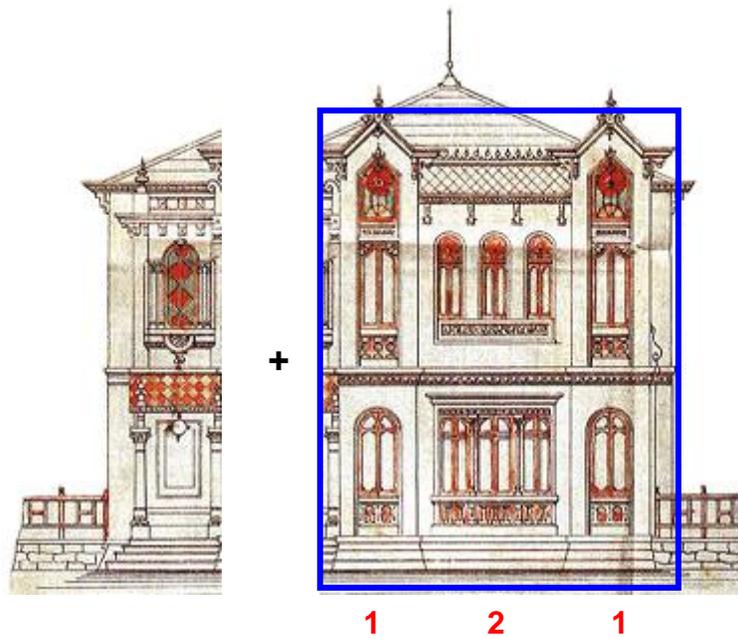


Fig. 81: Parte mais recuada à esquerda e a composição hegemônica da fachada à direita com alternância rítmica.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ

A largura da porção principal da fachada no pavimento de acesso corresponde não apenas à sala de visitas, mas também ao vestíbulo, o que faz com que o seu eixo de simetria não coincida com o eixo da sala de visitas, revelando a ausência de correspondência entre forma e função, ou seja, entre plano da fachada e organização interna. A Mesma situação ocorre no andar superior, em relação ao quarto.

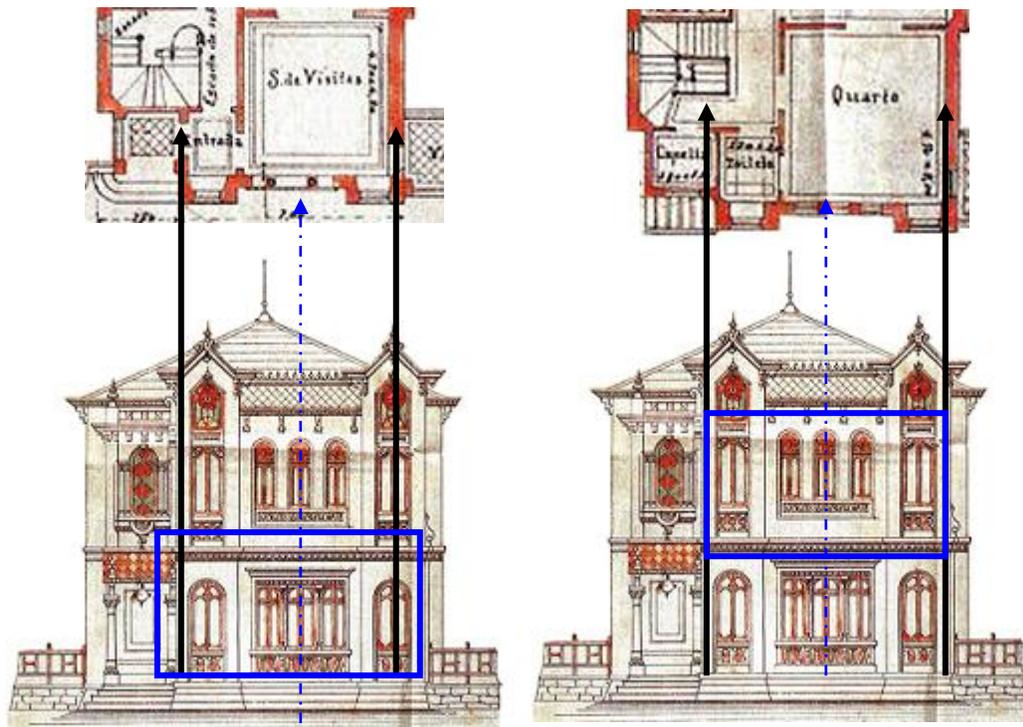


Fig. 82 e 83: O eixo da porção principal da fachada não coincide com o eixo da sala de visitas e do quarto, apesar de parecer que sim.
 Fonte: MELLO, 2003, p. 25

Apesar da configuração total se aproximar da forma quadrangular, não há equilíbrio entre as linhas que definem os planos da fachada principal. Pelo contrário, há o predomínio da orientação vertical sobre a horizontal, por conta das estreitas aberturas e dos elementos avançados que abrangem os dois pavimentos, e aos quais o resto da composição está subordinada.

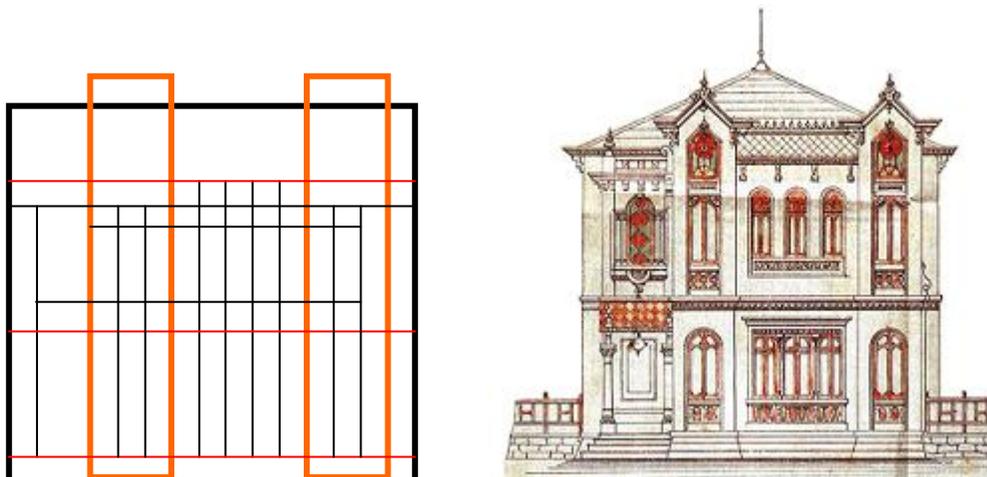


Fig. 84 e 85: Notam-se as linhas verticais dominando o traçado da composição da fachada
 Fonte: Projeto original de 1916. AGCRJ.

Quanto à composição decorativa, o telhado dos elementos verticais e avançados é arrematado por um pináculo em madeira, da onde parte um elemento decorativo em ferro que reforça a linha da cumeeira. No projeto, entre esses elementos havia, sobre o beiral, uma faixa decorativa e enfeitada por lambrequins recortados. Na verdade, o que se observa aqui, e que foi observado também no pórtico de entrada, são desenhos cuidadosamente realizados referentes a soluções que, apesar de não terem sido concretizadas, revelam a intenção do projetista Gatell em embelezar a composição da fachada, tornando-a mais suntuosa. Apesar destas referências decorativas terem sido procuradas em catálogos da época, as mesmas não foram encontradas.



Fig. 86: Telhado da fachada principal.
 Fonte: Arquivo da autora, 2010.

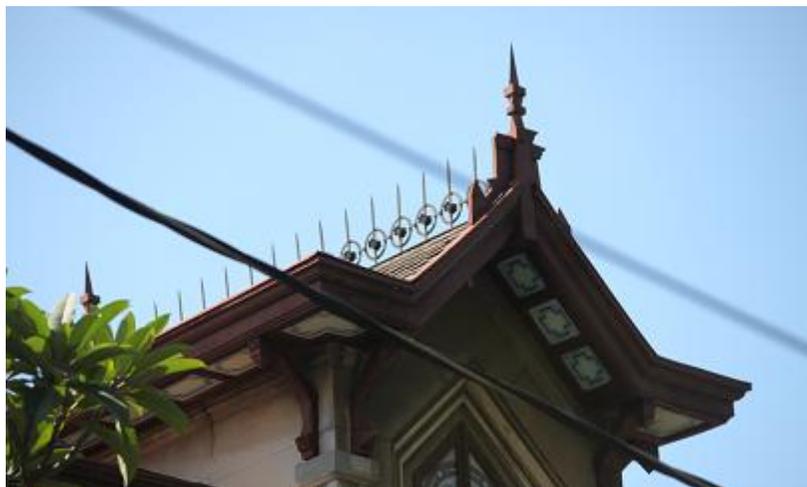


Fig. 87: Detalhe da cumeeira e do pináculo que arremata o frontão.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A fachada recebeu influência do estilo art nouveau, presente nos vitrais coloridos, no elemento em ferro do telhado citado anteriormente, bem como nos beirais decorados.



Fig. 88: Beiral decorado da fachada principal.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 89: Vitral presente na fachada.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Notam-se, também, soluções provenientes da linguagem clássica como a separação dos pavimentos através de uma solução decorativa inspirada nos entablamentos jônicos e coríntios, conhecida como dentículo, que consiste em uma série de formas retangulares, pouco espaçadas, que fazem parte da cornija. Outro destaque é o conjunto correspondente ao vão da janela da sala de visitas. Caracteriza-se pela presença de uma arcada constituída por três arcos plenos sustentados por delicadas colunas, correspondente aos três vãos da janela, e envolvida por uma moldura que se projeta em relação ao plano fachada. O alpendre também adota a solução em arco pleno apoiado sobre duas pilastras engastadas na parede, e sobre uma coluna em estilo coríntio. Neste estilo, também são as duas pequenas colunas que ladeam a janela do pavimento superior, situada acima do alpendre.

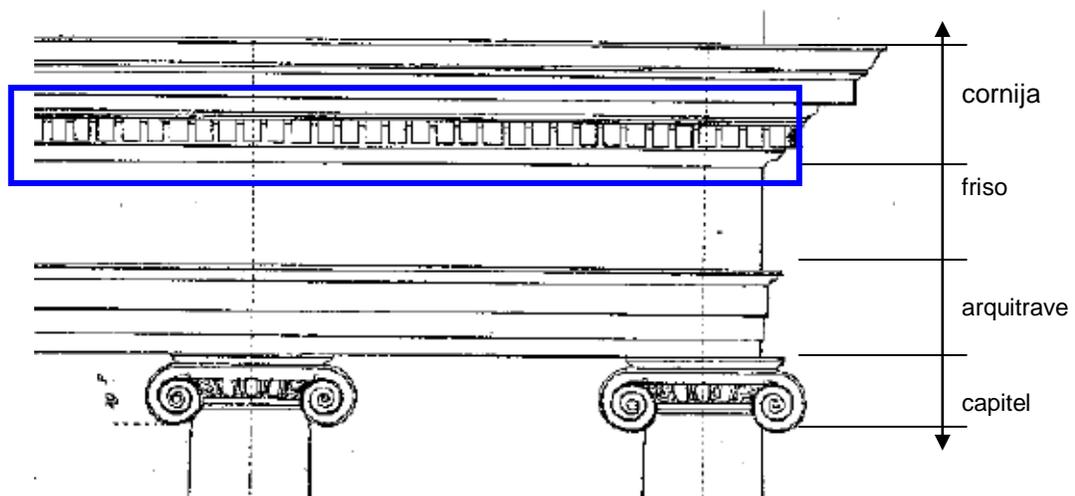


Fig. 90: Esquema de entablamento jônico em manual do século XIX
 Fonte: MOISY, 1853, prancha 17



Fig. 91: A solução em denticulo que assinala a separação entre os pavimentos
 Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 92 e 93: A arcada correspondente à sala de visitas do pavimento de acesso.
Fonte: arquivo da autora, 2011

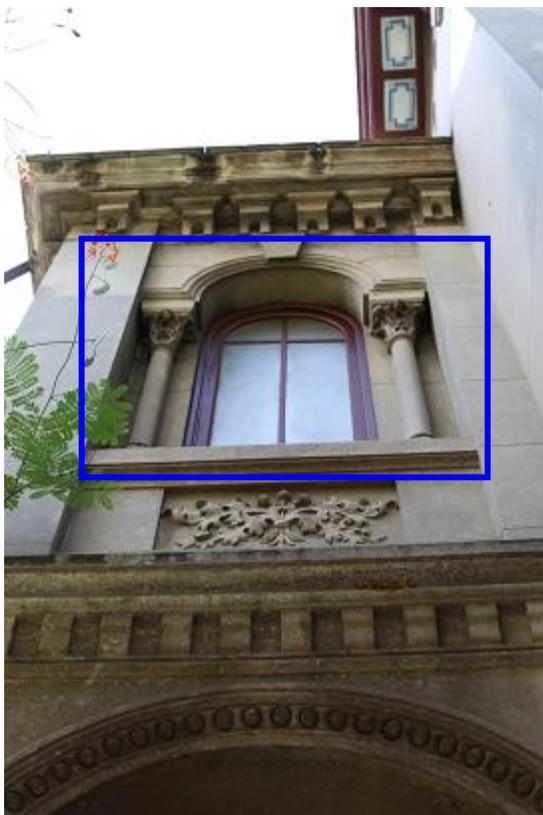


Fig. 94: A foto mostra a janela situada acima do alpendre, emoldurada por um arco pleno e colunas em estilo coríntio.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Quanto às fachadas laterais, a possibilidade de serem vistas fez com que recebessem o mesmo tratamento dado à fachada principal em relação aos beirais, no entanto, com motivo decorativo diferente.



Fig. 95: Detalhe do motivo decorativo do beiral das fachadas laterais.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 96: Ao fundo, o beiral da fachada principal. Mais abaixo, o beiral de uma das laterais.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 97: A varanda ao lado era um espaço privativo das salas, limitado por um gradil de ferro.
Fonte: Acervo de Maria Inês G. de Souza, 2010.



Fig. 98: Foto atual da mesma fachada e a garagem que substituiu a varanda.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Em relação aos fundos, a fachada foi contemplada com uma varanda no pavimento de acesso, junto à sala de jantar, e um terraço no pavimento superior que servia aos dois quartos dos fundos e correspondia ao espaço ocupado pela cozinha e banheiro. A estrutura de pé-direito duplo em arco pleno correspondia ao porão e à lavanderia aberta, logo abaixo, onde havia dois tanques em pedra de cantaria. Nota-se, ainda, o elevador platô da onde se tem visão total do quintal dos fundos.

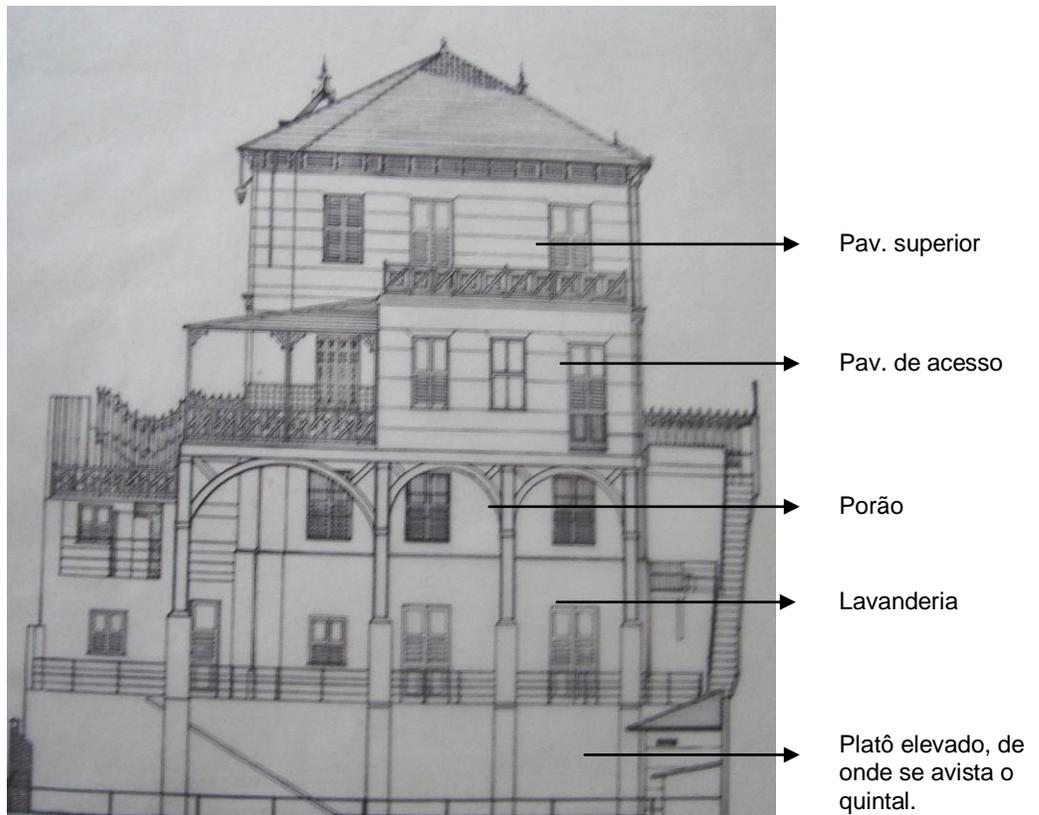


Fig. 99: Desenho da fachada dos fundos com o terraço e a varanda.
 Fonte: Acervo de Maria Inês G. de Souza, 2010

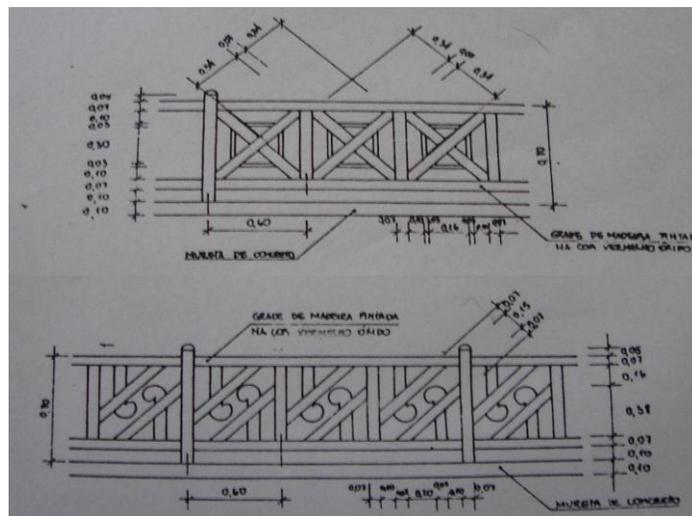


Fig. 100: Desenhos que revelam como eram os guarda-corpos em madeira da varanda e do terraço da fachada dos fundos.
 Fonte: Acervo de Maria Inês G. de Souza, 2010.



Fig. 101: Nesta foto, observa-se que o terraço e a varanda foram fechados.

Fonte: Arquivo da autora, 2011



Fig. 102: O espaço aberto de pé-direito duplo e os arcos plenos que compõem a estrutura.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A configuração volumétrica da casa consiste no agrupamento de prismas, um maior de base retangular e dois delgados. Há ainda uma forma aditiva não estrutural definindo a volumetria do pavimento de acesso na parte dos fundos, abrigando a cozinha e o banheiro.

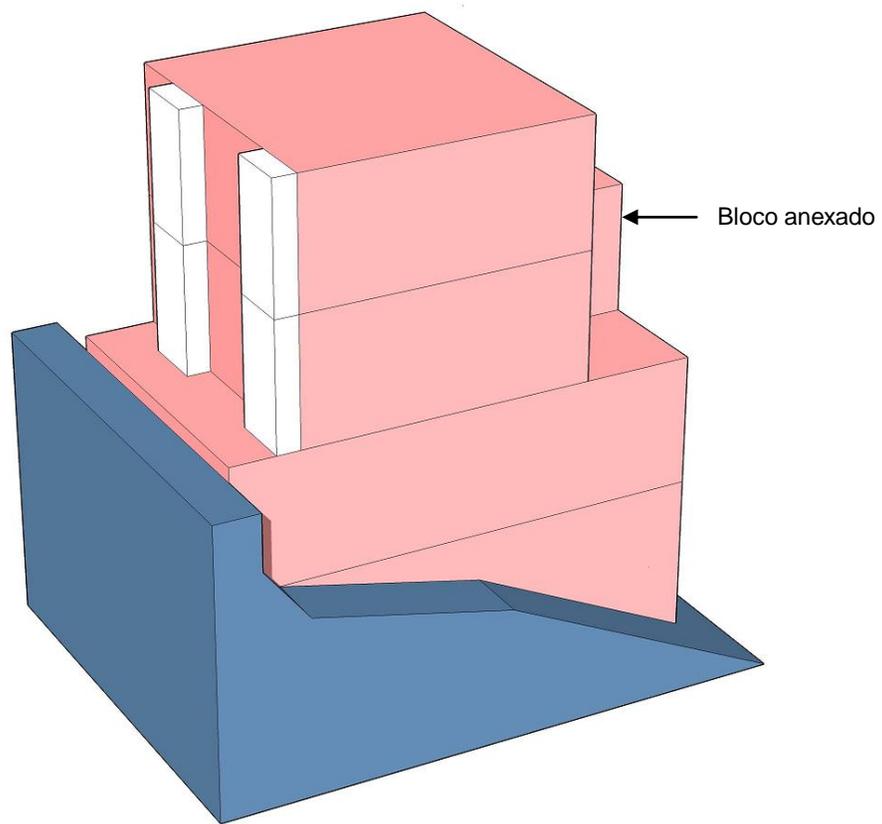


Fig. 103: Configuração volumétrica da casa.

Dimensões aproximadas da casa:

Largura: 9,50m

Comprimento: 14,40m

Distribuição Espacial

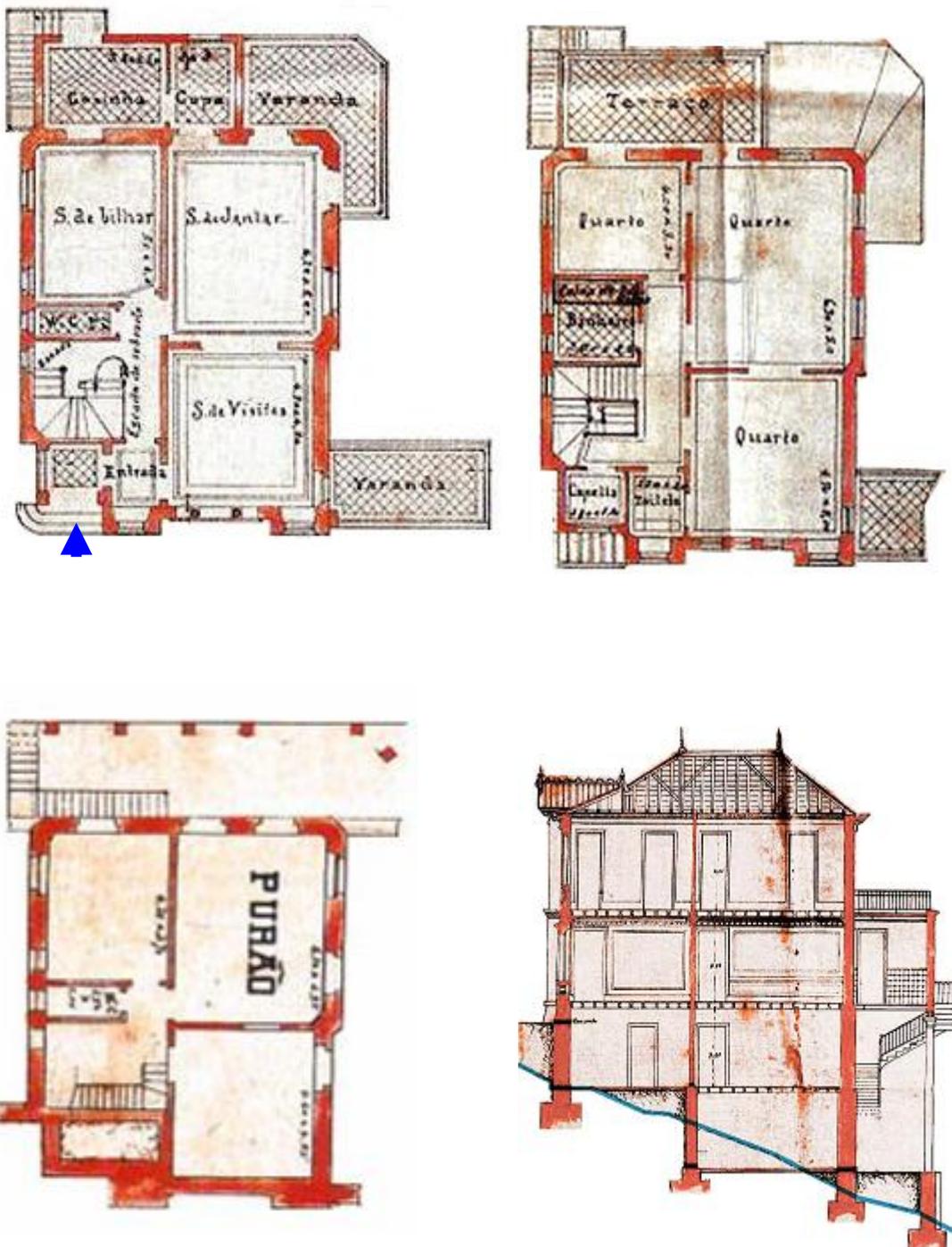


Fig. 104, 105, 106, 107: Acima, planta do pavimento de acesso e do pavimento superior. Abaixo, planta do porão e o corte longitudinal.
Fonte: MELLO, 2003, p.25

O espaço interno foi concebido conforme o programa reduzido destinado à família do primeiro proprietário, um homem de negócios que trabalhava com exportação de café, casado e sem filhos. Pela fachada principal, é possível acessar, diretamente, às salas e o pavimento superior através da escada em “U”. Segundo o engenheiro português José Emílio dos Santos Segurado, autor do manual “Edificações”⁴³, publicado no início do século e dirigido ao público português e brasileiro, essa escada deveria ficar próxima ao vestíbulo ou entrada, às vezes, fazendo corpo com ele.

O pavimento de acesso é constituído por uma área social composta pela sala de visitas voltada para a via principal, pela sala de jantar contígua à de visitas e próxima à cozinha e à copa, e pela sala de bilhar, que atualmente teve seu uso transformado, mas que na época destinava-se ao convívio social masculino. Verifica-se também a área de serviços na parte dos fundos da casa, uma varanda na frente alinhada à fachada principal, que atualmente não existe, mas que funcionava como espaço intermediário entre o interior e exterior, e uma varanda e um terraço nos fundos funcionando como mirantes. A área íntima localiza-se no segundo andar e compreende três quartos, um toailete, uma capela e um banheiro.



Fig. 108: Sala de estar e Sala de jantar
Fonte: arquivo da autora, 2010

⁴³ SEGURADO, João Emílio dos Santos. **Edificações**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [s.d].

Os ambientes descritos no pavimento de acesso foram definidos através de um eixo longitudinal, e também através da divisão da casa em duas partes de dimensões próximas no sentido transversal a esse eixo, formando uma espécie de retícula, que delimitou as áreas de acesso e social. Anexado a este núcleo principal, foram distribuídas a área de serviço, a varanda e o terraço. O pavimento superior corresponde ao arranjo observado no pavimento de acesso, com a introdução do banheiro na mesma prumada do lavabo, e do toalete e capela a partir de uma divisão da área correspondente ao acesso.

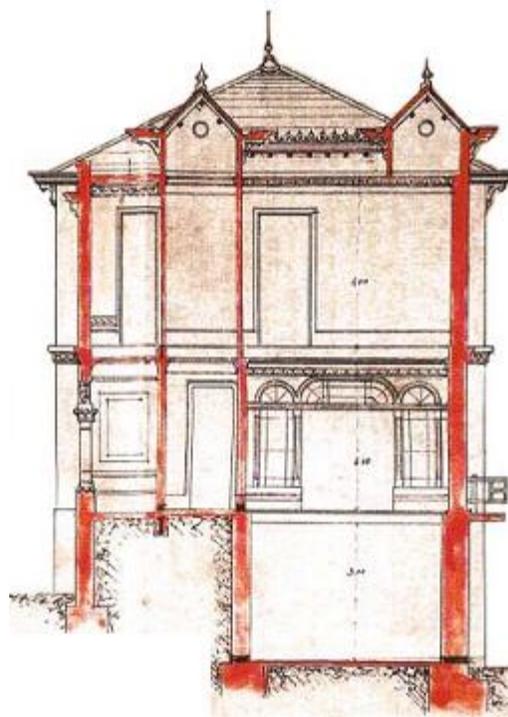


Fig. 109: O corte acima revela a continuidade das paredes internas e a correspondência entre as dimensões espaciais definidas nos pavimentos da casa.
Fonte: MELLO, 2003, p.25

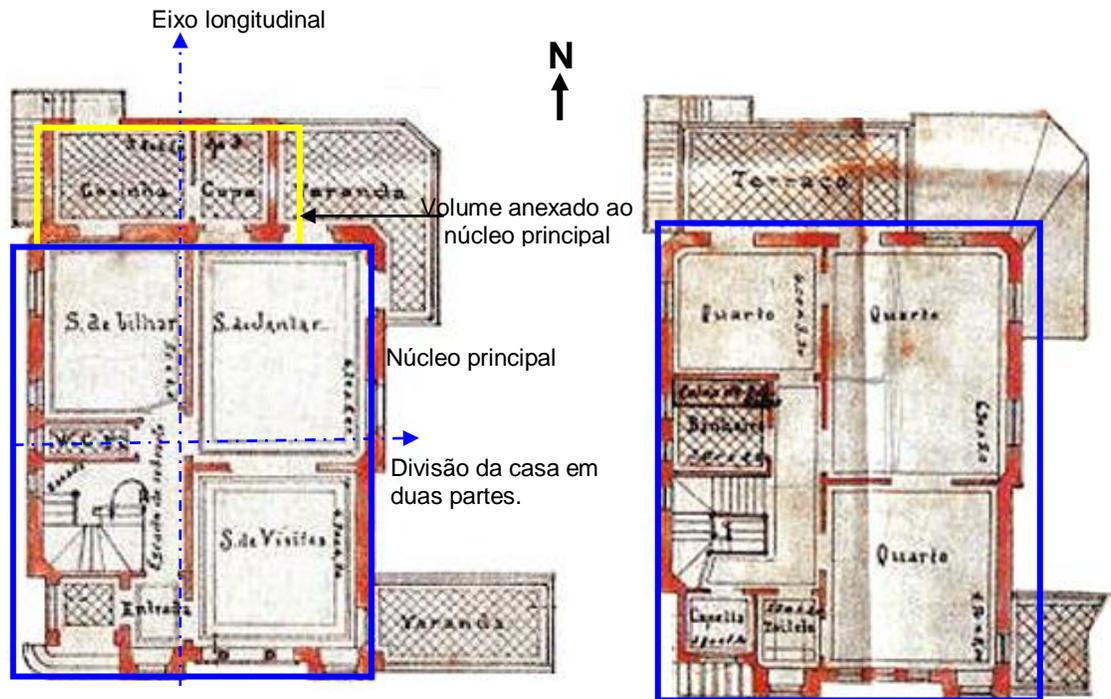


Fig. 110 e 111: Composição dos espaços internos do pavimento de acesso e do superior.
 Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

Na setorização da casa, nota-se uma ampla área social no pavimento de acesso, reflexo de uma vida social mais intensa do primeiro proprietário. O espaço ocupado pelo setor íntimo, também bastante amplo, corresponde à área do setor social, solução projetual bastante comum na época. O espaço destinado ao serviço, no entanto, ocupa uma pequena parcela da área total.

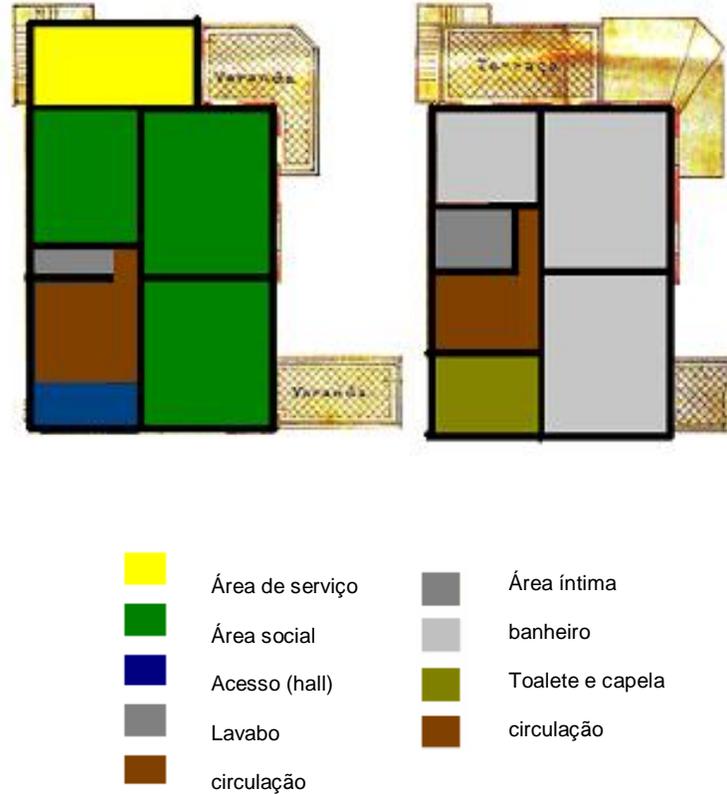


Fig. 112: Setorização espacial da casa.

Quanto à incidência do sol, na fachada dos fundos o volume anexado que corresponde à cozinha e à copa no pavimento de acesso, bem como ao terraço descoberto no pavimento superior, está direcionada para o Norte. Nas fachadas leste e sudeste, estão localizados os setores social e íntimo, que recebem o sol mais ameno pela parte da manhã

Observa-se, aqui, também o decorativismo que já havia sido assinalado anteriormente na análise da casa. As paredes das salas eram revestidas com pinturas figurativas e estilizadas. Com exceção das pinturas observadas na sala de jantar, as demais foram retiradas devido ao estado de conservação. Os quartos ainda conservam as faixas decorativas com motivos de rosas, localizadas na altura da bandeira das janelas.



Fig. 113: Detalhe da faixa decorativa de um dos quartos da casa.

Fonte: Arquivo da autora, 2010.



Fig. 114: Detalhe da pintura original que reveste a sala de jantar.

Fonte: Arquivo da autora, 2010.

3.3 - Casa de Tobias Correa do Amaral

Nome do proprietário: Tobias Correa do Amaral (Engenheiro e funcionário público)

Engenheiro ou arquiteto: desconhecido

Construtor: Carlos Leal

Localização: Rua Joaquim Murinho, 716, antigo 268, Rio de Janeiro/RJ

Data do Projeto: 1914

Data da construção: desconhecida

APAC de Santa Teresa: imóvel preservado

Estado atual de conservação: modificado

Área útil: 297,00 m²

Largura da testada: 16,00 m

Gabarito: três pavimentos e um porão



Fig. 115: Na foto de 1916, nota-se a casa construída conforme o projeto original de 1914, mas sem o torreão.

Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som.

Implantação e Acesso

A declividade e, sobretudo, a configuração irregular do terreno não deixaram outra alternativa ao projetista a não ser uma implantação longitudinal e oblíqua em relação à testada, posicionando a frente da casa no sentido contrário de quem sobe em direção ao bairro. É uma solução peculiar, onde a localização de esquina de uma casa em relação à trajetória curvilínea da rua se torna mais acentuada. A fachada situada paralelamente à uma linha reta intermediária e fictícia fez com que o eixo do terreno não coincidisse com o eixo do imóvel, o qual ocupa menos da metade do comprimento do lote de 66,00m, segundo informação obtida no Registro Geral de Imóveis. Os principais pavimentos da casa foram erguidos sobre uma superfície plana abaixo do nível da rua e próxima a via de acesso.



Fig. 116: Vista aérea do imóvel
Fonte: <http://maps.google.com.br>



Fig. 117: A imagem mostra a curvatura da Rua Joaquim Murinho e a implantação oblíqua da casa.
Fonte: Arquivo da autora, 2011

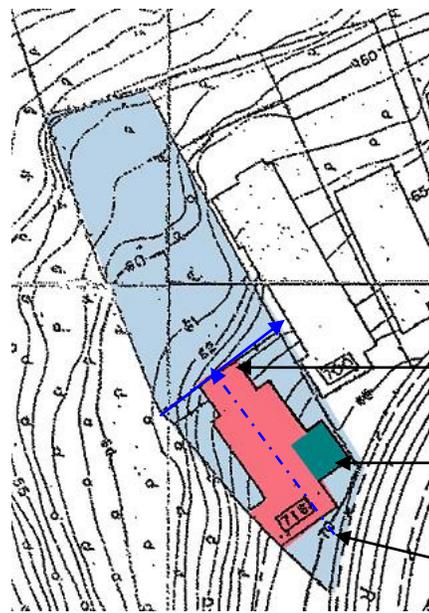


Fig. 118: Implantação da casa e o primeiro acréscimo posterior.
 Fonte: Planta cadastral de 1950. Secretaria Municipal de Urbanismo



Linha fictícia usada Como referência para implantação da casa
 acréscimo
 Eixo da casa



Fig. 119: Corte longitudinal que mostra a declividade do terreno e o patamar que sofreu aterros e desaterros e sobre o qual foi edificada a casa..
 Fonte: Projeto original de 1914, AGCRJ.

A casa, afastada dos limites do terreno, recebeu um pequeno jardim na frente. Atualmente, no lugar do alpendre (o torreão não chegou a ser edificado) há uma construção que acabou com o afastamento lateral direito e com a escada de acesso aos fundos do lote.



Fig. 120: Na foto, observa-se ainda o alpendre no lugar do torreão, os limites laterais e o pequeno jardim frontal.
 Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som.

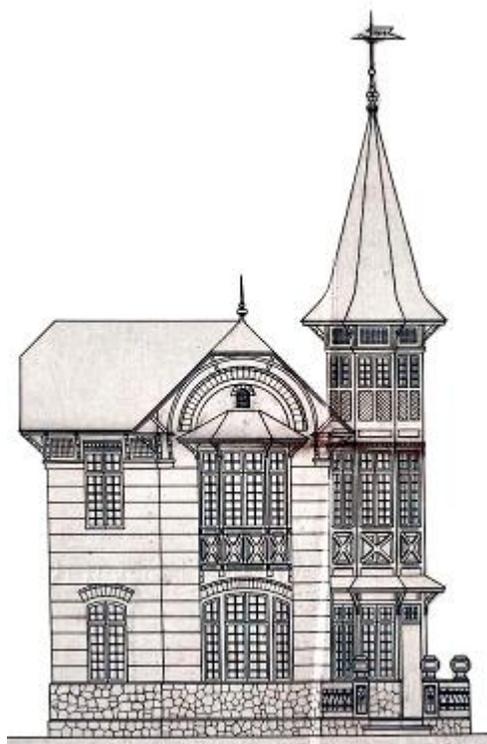


Fig. 121: A fachada principal segundo o projeto.
Fonte: Projeto original, 1914, AGCRJ



Fig. 122: Fachada atual e as modificações sofridas pela casa ao longo do tempo.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

O acesso pela fachada lateral fez com que o projetista situasse o portão próximo à extremidade direita do muro que faz divisa com a rua, alinhando-o com o alpendre que serviu de referência visual para a entrada principal da casa. No projeto, esta referência seria o torreão, o qual deveria ser contornado pelo visitante para que

pudesse ter acesso ao vestíbulo. Apesar de ser lateral, talvez o projetista não tenha tido a intenção de dar privacidade a esta entrada, pois, segundo a foto de 1916, pelo que parece o muro da divisa era baixo e permitia uma certa visibilidade da porta do vestíbulo para quem subia a rua. Aliás, vale ressaltar que três fatores podem ter motivado a solução de se deslocar o vestíbulo para esta fachada: a localização do gabinete voltado para a rua, não permitindo espaço para abertura de uma porta, a vista panorâmica vislumbrada pelo visitante ao chegar no alpendre, e a própria visibilidade do acesso da casa já na subida da Rua Joaquim Murtinho, por conta da implantação oblíqua da casa.

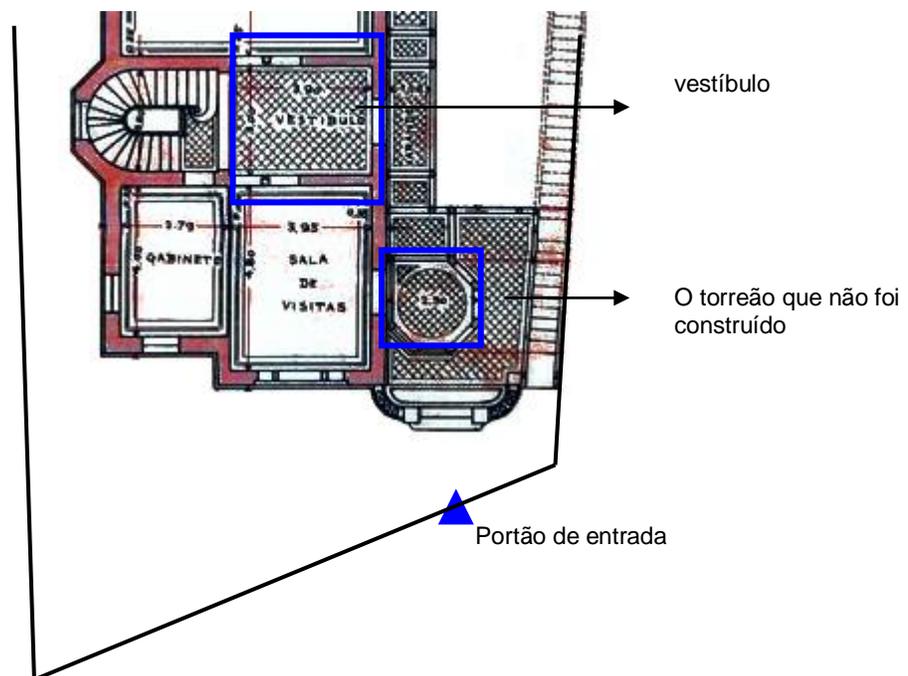


Fig. 123: Detalhe da planta baixa do pavimento de acesso
Fonte: Planta original de 1914. AGCRJ



Fig. 124: A visão que se tem da fachada lateral atual na subida da Rua Joaquim Murinho
 Fonte: Arquivo da autora. 2011.

Quanto à entrada de serviço, há uma longa escada lateral, do lado direito, que conduz ao pavimento inferior, ao porão e ao quintal. Neste pavimento inferior, foi construída uma outra escada de dois lances, na parte posterior da casa, que dava acesso à copa. No quintal, observam-se, ainda, os degraus entre um patamar e outro.

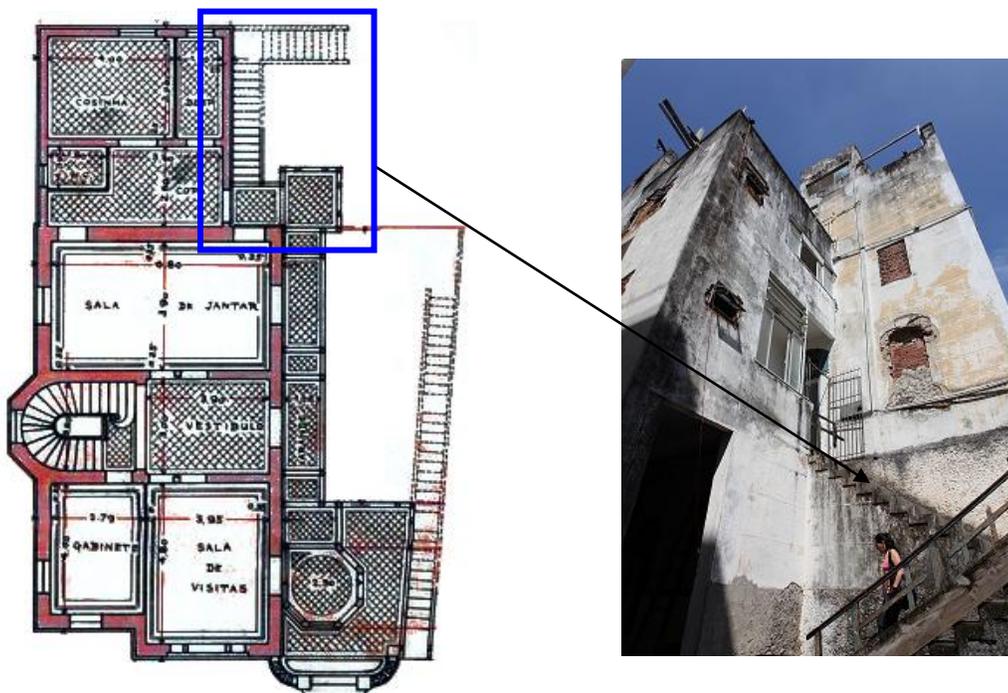


Fig. 125 e 126: Escada dos fundos que dava acesso à área de serviços.
 Fonte: Arquivo da autora. 2011.



Fig. 127: Trecho da escada lateral em pedra, que conduz ao pavimento inferior
Fonte: Arquivo da autora, 2011



Fig. 128: Foto do amplo quintal nos fundos
Fonte: Arquivo da autora, 2011

Composição das Fachadas e Volumetria

Não se pode afirmar que o tamanho e a forma do lote tenham limitado a largura da fachada, pois, conforme observado na simulação abaixo, a expansão no sentido transversal criaria um equilíbrio entre os eixos que definem a composição. O que houve foi a opção em se projetar uma fachada longitudinal, retangular, com altura definida pelo pé-direito mínimo exigido na época. Apesar de modificada, notam-se ainda alguns vestígios da fachada original assimétrica composta de duas porções de dimensões e tratamentos distintos, sobretudo em relação às janelas. A *bay window* do pavimento superior e o frontão triangular do telhado com estrutura curvilínea em madeira hierarquizaram e dinamizaram a porção esquerda mais avançada, através da combinação de elementos retos e curvos, planos e volumétricos. Além disso, as janelas desta porção estavam vinculadas aos espaços nobres da casa, ou seja, à sala de visitas no pavimento de acesso e ao quarto, provavelmente do casal, no superior.

Apesar da diferença de tamanhos, o projetista não descartou o princípio clássico de alinhar as janelas, que apresentam verga reta e em arco abatido, como também procurou não enfatizar a divisão entre os pavimentos, criando, praticamente, uma continuidade visual entre os mesmos.

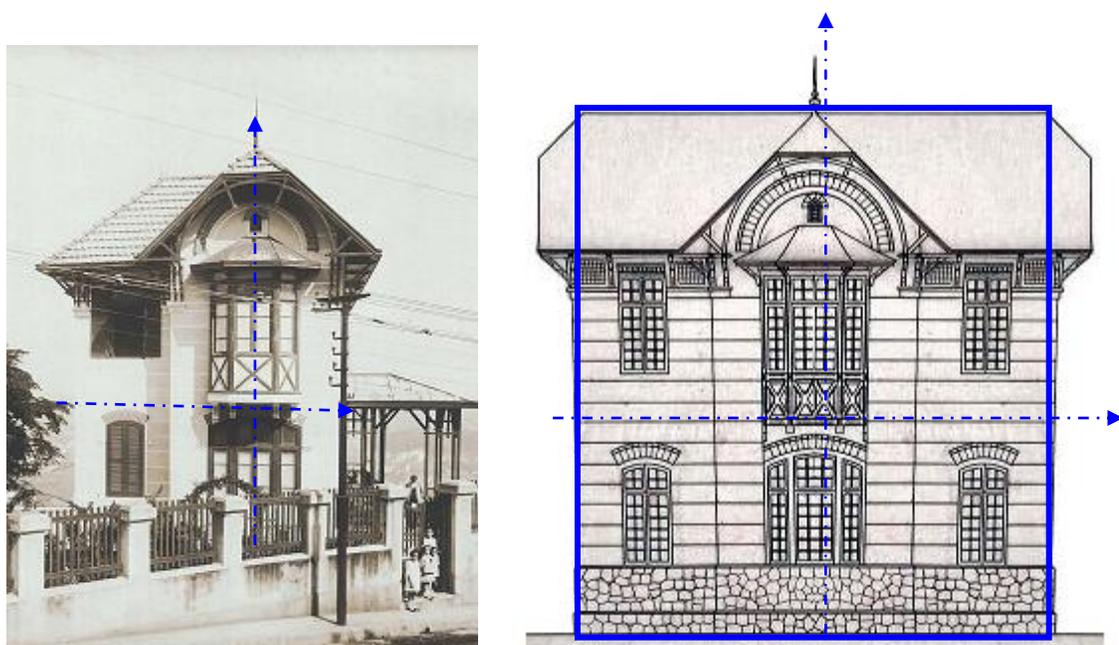


Fig. 129 e 130: Na simulação à direita, o aumento na largura da fachada criaria um equilíbrio entre os eixos. À esquerda, a fachada longitudinal construída.



Fig. 131: A estrutura em madeira ainda intacta do frontão do telhado
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A casa foi concebida com três pavimentos, no entanto, a topografia em declive do terreno definiu a presença apenas de dois deles na composição da fachada principal, solução comum nas casas do lado par da Rua Joaquim Murtinho, sendo o acesso realizado, como foi visto, por um intermediário onde ficava o vestíbulo. Abaixo deste pavimento, ficava outro de pé direito alto que não fazia parte desta composição, mas continha outras salas e quartos da casa.

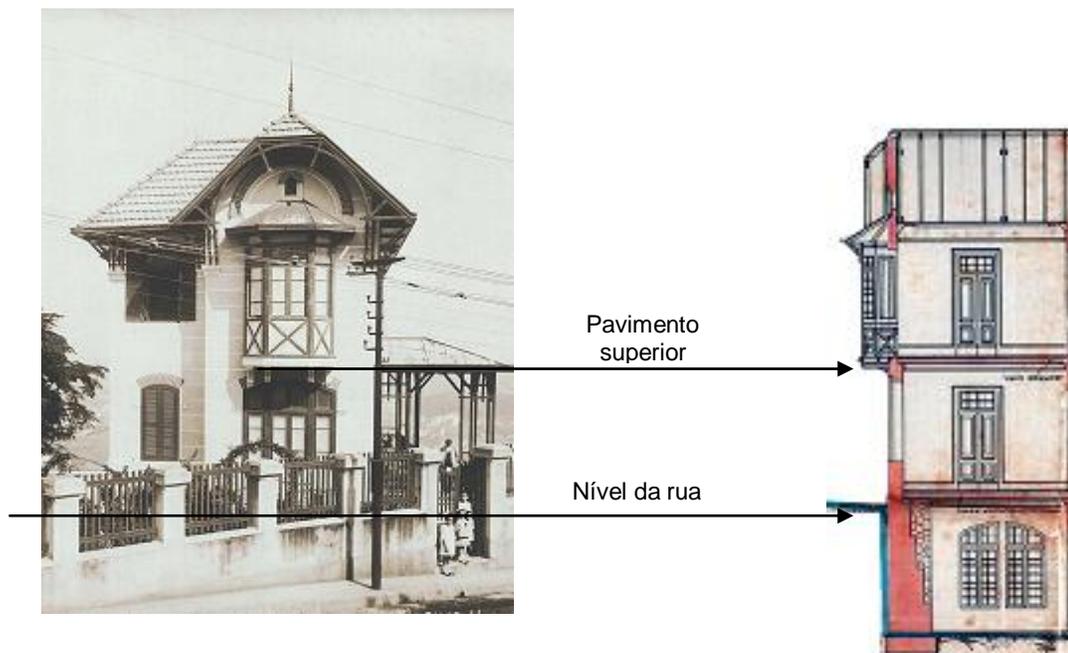


Fig. 132 e 133: Os pavimentos que compõem a fachada principal.

A tipologia foi inspirada nas revivescências dos estilos da arquitetura inglesa, ou seja, nos *cottages* e *bungalows* em estilo vitoriano que se difundiram pela Europa e pelas Américas no final do século XIX e início do XX. O principal representante desse movimento, que segundo Nikolaus Pevsner, ficou conhecido como *English Domestic Revival*⁴⁴, foi o inglês Richard Norman Shaw, que se inspirou em estilos antigos da arquitetura inglesa como o Tudor, Elisabetano e o Queen Anne, para desenvolver projetos residenciais, sobretudo de campo, para a classe média. Acrescenta Pevsner

⁴⁴ PEVSNER, Nikolaus. **Origens da arquitetura moderna e do design**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, p.28.

que Shaw foi “quem mais prontamente captou as possibilidades de criar o pitoresco pela mistura de motivos dos mais variados estilos...”⁴⁵



Fig. 134: Royal Geographical Society. Projeto de Richard Norman Shaw. Londres. 1872-1875.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Lowther_Lodge

Neste caso, acredita-se que o principal meio de divulgação tenham sido as publicações estrangeiras que circularam na cidade ou que foram trazidas pelos proprietários em viagens realizadas pela Europa. A revista mensal americana “*Architectural Record*” de 1913, por exemplo, apresentou algumas matérias sobre projetos vinculados a essa tipologia, assinalando seu caráter predominantemente pitoresco e rural, ilustrando com fotos residências que salientavam os aspectos que podem ter servido de referência. A título de ilustração, a matéria de junho falava sobre a arquitetura urbana na Filadélfia e trazia, em detalhe, a foto de uma casa que expressa o pitoresco, qualidade característica das casas de campo. Em Setembro, a revista apresentou um portfólio da arquitetura atual, e em dezembro lançou, dentre outras, uma matéria sobre as casas de campo na Califórnia.

⁴⁵ Id., 2002, p.406.



Fig. 135: Foto ilustrando o artigo “Protifolio of current architectural”
Fonte: The Architectural Record, setembro de 1913.



Fig. 136: Artigo sobre as casas de campo na Califórnia
Fonte: The Architectural House, dezembro de 1913.

As construções em área nobre da cidade também podem ter contribuído e estimulado a concepção desses projetos como, por exemplo, a residência de 1910 realizada por Heitor de Mello em Botafogo, atualmente sede da Gurilândia Clube Infantil, e o próprio Castelo Valentim construído em Santa Teresa.



Fig. 137: Projeto de Heitor de Mello, 1910.
Fonte: CZAJKOWSKI, 2000, p.113.



Fig. 138: Castelo Valentim, Santa Teresa, 1879.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.

A volumetria do telhado é uma característica dessa tipologia e foi arranjada a partir da combinação de superfícies de acentuada inclinação. Outro dado a ser assinalado é que, apesar de não ter sido construído, a presença do vidro como elemento de vedação em praticamente toda a extensão do torreão representou uma

solução mais avançada para a época, revelando também a familiaridade do projetista com os novos materiais que estavam se difundindo neste período.



Fig. 139: Fotos da complexa estrutura do telhado com a altura elevada dos pontaletes
Fonte: Arquivo da autora, 2011

Assim como na Villa Alice, verifica-se a introdução de um embasamento em pedra de aparência rústica, cujo objetivo era evitar o contato direto da casa com o nível do solo, uma questão cultural associada à concepção deselegante de se ter uma casa no “rés -do-chão”. Nota-se, ainda, nesta faixa horizontal, o guarda-corpo da varanda em balaustre, um elemento do vocabulário clássico presente nesta fachada vitoriana.

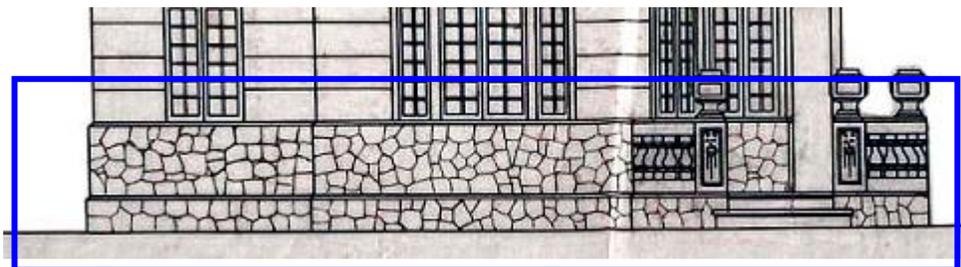


Fig.: 140: Embasamento em pedra da casa
Fonte: Projeto original de 1914. AGCRJ.

Quanto às fachadas laterais, conforme já foi dito, a posição do terreno em relação à via e, conseqüentemente, a localização da casa fizeram com que a fachada leste fosse visualizada por quem subia pela Rua Joaquim Murinho. Esta situação levou o projetista a introduzir um torreão justaposto à parede, a fim de que fosse

facilmente percebido antes mesmo de se chegar ao portão de entrada, transformando-se em referência para todo o conjunto. No entanto, este elemento não foi construído, e em seu lugar foi erguido um alpendre, que também serviu de referência para a entrada da casa, nada impactante se comparado ao torreão. Na fachada oposta, a porção corresponde à escada curva se projeta para fora, criando uma saliência composta por três faces. É provável que esta solução tenha sido resultado de um ajuste vinculado à organização interna, e não propriamente uma atitude com vistas a destacar tal elemento, já que a visibilidade desta fachada é restrita, e possível apenas para quem desce pela rua. Esse ajuste refere-se à entrada do gabinete situado no pavimento de acesso, pois se não fosse o recuo da escada, o acesso àquele ambiente seria feito pela sala de visitas, e não diretamente pelo vestíbulo.

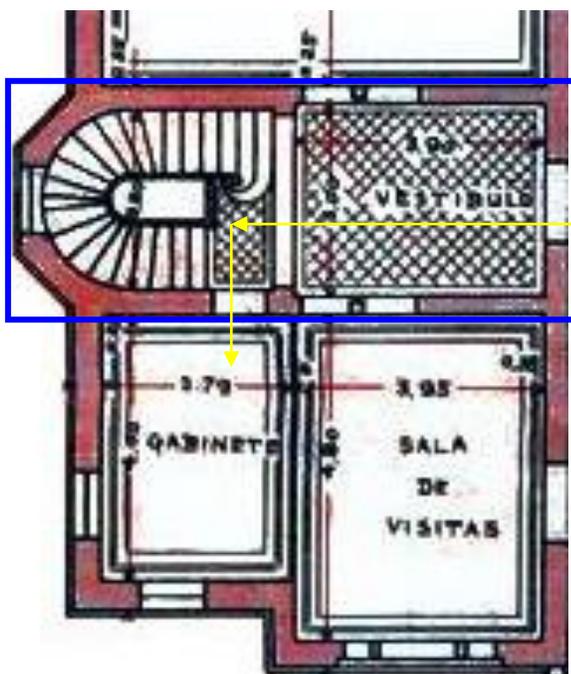


Fig. 141: Detalhe da planta mostrando o acesso direto do gabinete pelo vestíbulo e o recuo da escada.
Fonte: Projeto original de 1914. AGCRJ.

A fachada dos fundos foi bastante alterada, permanecendo apenas as duas janelas dos quartos do pavimento inferior. As construções laterais e o bloco acima são acréscimos posteriores.



Fig. 142: O destaque em azul revela o trecho remanescente da fachada dos fundos da casa.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

As fachadas assinaladas até então compõem um volume prismático único correspondente ao corpo principal da casa e aos espaços mais importantes do programa de necessidades da família, conforme será falado mais adiante. Este volume recebeu a adição de outro bloco prismático puro, de função secundária e mais baixo, situado na parte dos fundos.

Dimensões aproximadas da casa:

Largura: 7,50m

Comprimento: 18,30m

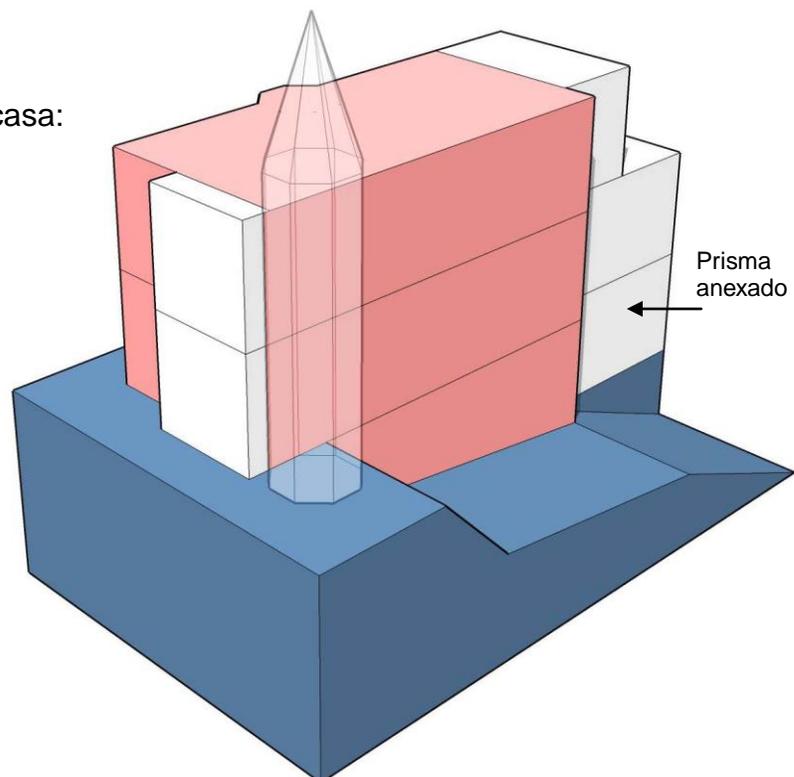


Fig. 143: Configuração volumétrica da casa.

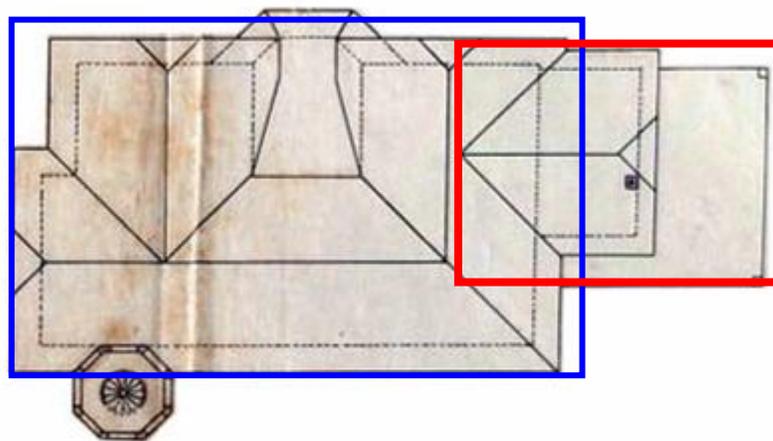


Fig. 145 e 145: A planta do telhado e o corte longitudinal mostram o agrupamento entre o bloco principal e o bloco prismático anexado na parte posterior da casa.
Fonte: Projeto original de 1914. AGCRJ.

Distribuição Espacial

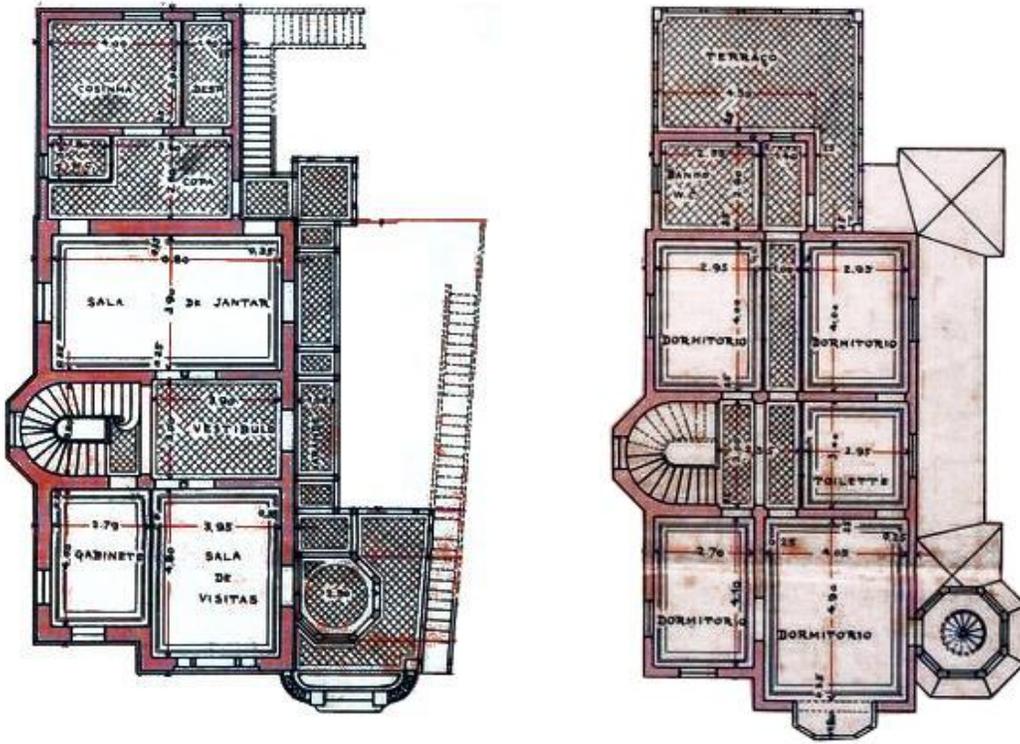
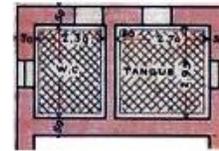
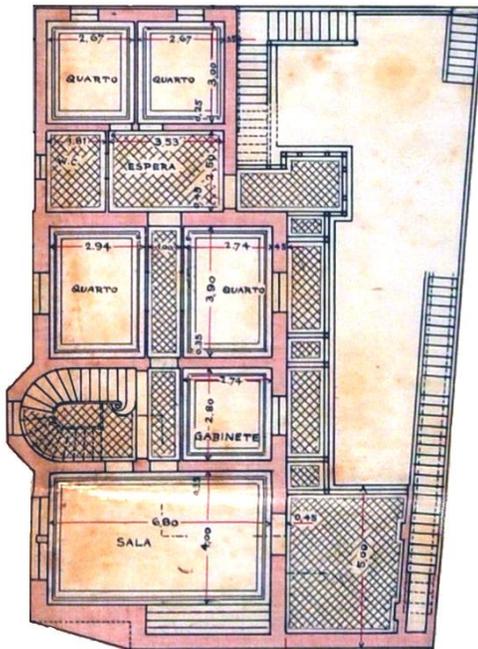


Fig. 146 e 147: Planta baixa do pavimento de acesso e do pavimento superior
 Fonte: Projeto original de 1914, AGCRJ



O porão ficava na fachada dos fundos da casa e correspondia aos quartos do pavimento inferior.

Fig. 148 e 149: Planta baixa do pavimento inferior e do porão.
 Fonte: Projeto original de 1914, AGCRJ

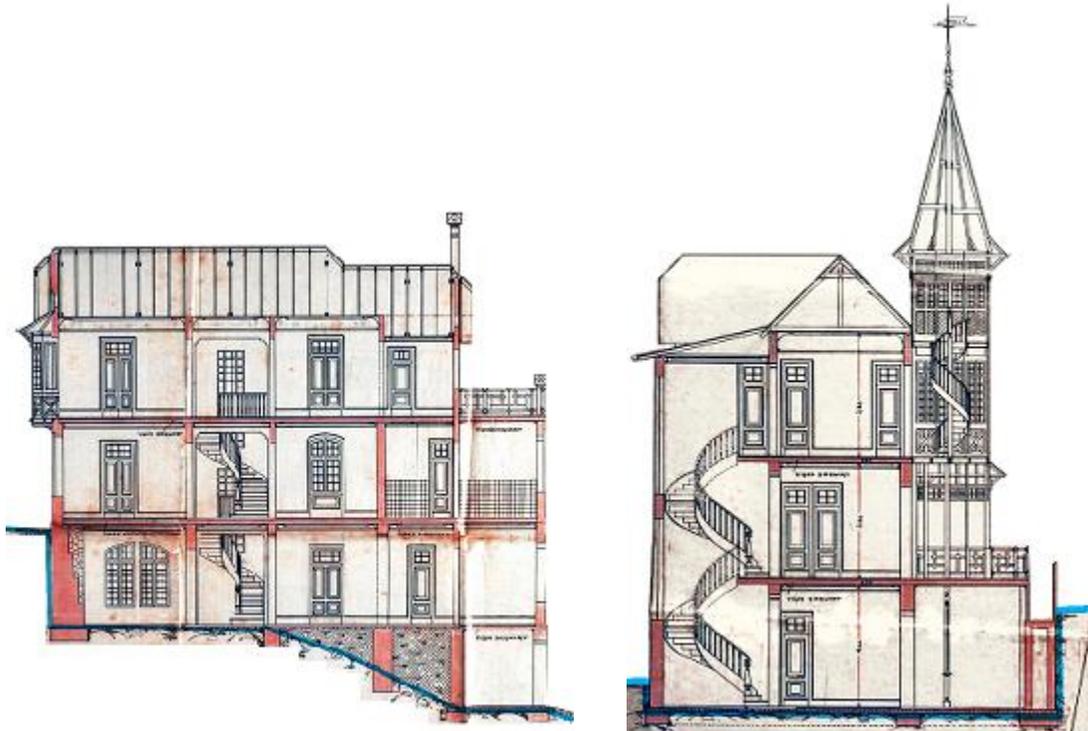


Fig. 150 e 151: Corte longitudinal e corte transversal da casa.
 Fonte: Projeto original de 1914, AGCRJ

Os espaços internos, atualmente com as áreas e usos modificados para abrigar uma escola de acunputura, foram distribuídos ao longo de três pavimentos, dois acima do nível da rua e um abaixo. No pavimento de acesso, a área social ocupava mais da metade da casa e era composta pela sala de visitas, por um gabinete, ambos voltados para a rua, por um amplo vestíbulo contíguo à escada e que permitia o acesso pela lateral da casa, e por uma espaçosa e reservada sala de jantar. Nos fundos, ficava a área de serviços constituída pela copa com escada para o exterior, um pequeno banheiro, a cozinha e uma despensa. Não havia corredores de circulação entre os cômodos, cujo acesso se dava de forma direta. Conforme o projeto original, as salas deveriam ser abertas para uma estreita e comprida varanda ladrilhada projetada na fachada leste, a partir da qual se avistava a cidade do Rio. Parece que, ao analisar a foto de 1916, esta varanda não foi construída.

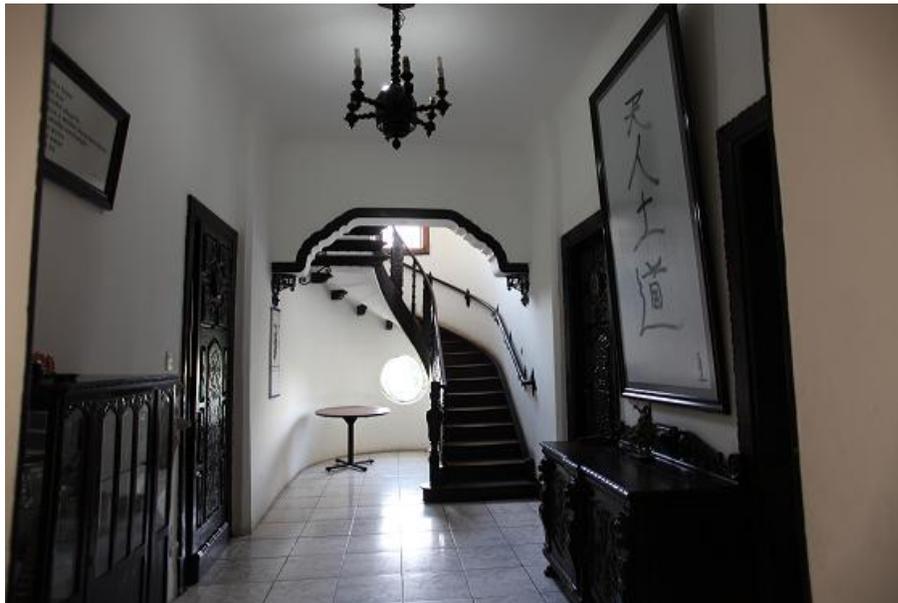


Fig. 152: No pavimento de acesso, o antigo vestíbulo com a escada ao fundo. Atualmente, entra-se pela fachada principal da casa.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 153 e 154: À esquerda, a porta em madeira trabalhada, que dava acesso, no vestíbulo, à antiga sala de jantar. Ao lado, detalhe em metal da escada.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 155: A curvatura da escada vista do pavimento superior.
 Fonte: Arquivo da Autora, 2011.



Fig. 156 e 157: Este espaço, um dos poucos ainda com as dimensões originais, corresponde à copa, por onde se tinha acesso à casa pelos fundos. À esquerda, ficava a cozinha, atualmente escritório da escola.

No pavimento superior, a área íntima foi distribuída ao longo de um corredor e era composta por dois quartos de frente e dois de fundos, sendo que o maior correspondia à *bay window* da fachada principal. Havia ainda um banheiro nos fundos, um toalete comum a dois dormitórios e um amplo terraço no final do corredor.

No pavimento inferior, o projetista, provavelmente apoiado no programa familiar, resolveu mesclar espaços com funções atribuídas aos demais pavimentos, com a introdução de uma sala correspondente à largura da casa, um gabinete de trabalho em frente à escada, quatro quartos, uma sala de espera e um banheiro.

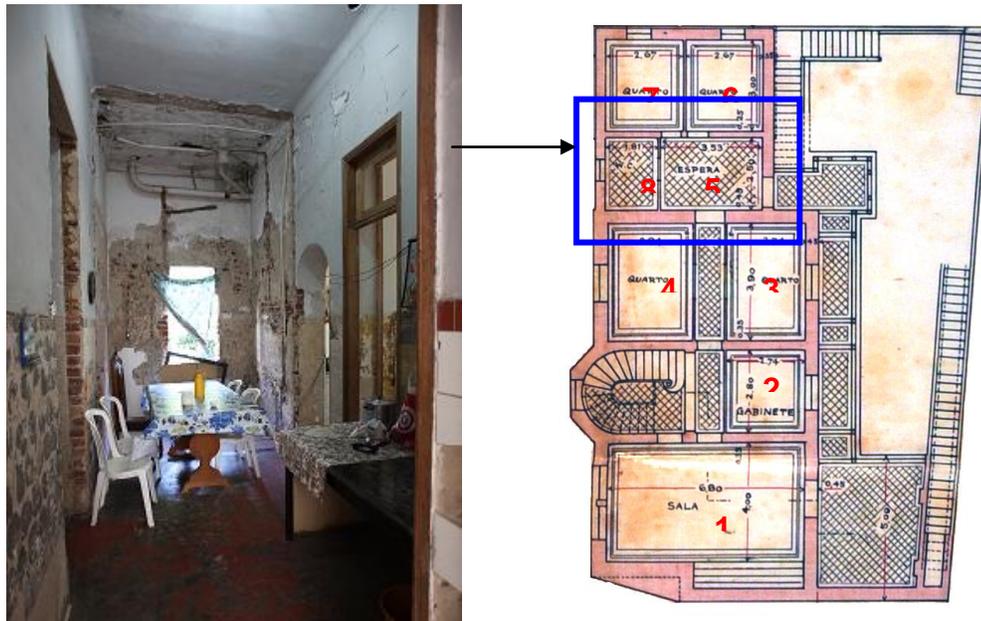


Fig. 158 e 159: A foto mostra a antiga sala de espera do pavimento inferior, com as duas portas à direita que davam acesso aos quartos e, ao fundo, a marca da parede do WC.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Os espaços retangulares e justapostos organizados pelo projetista nos pavimentos superior e inferior foram concebidos de maneira muito simplificada, a partir de pequenas modificações promovidas na planta de composição reticulada do pavimento de acesso, que serviu de matriz para os demais. Essas modificações consistiram no acréscimo ou exclusão de algumas paredes, resultando na ampliação ou redução de espaços. Por exemplo, os dois dormitórios de fundos localizados na área íntima correspondiam à área reservada à sala de jantar do pavimento de acesso, já a sala de frente do pavimento inferior foi resolvida a partir do espaço destinada ao gabinete e à sala de visitas no pavimento de acesso. Essa correspondência entre os pavimentos é um aspecto comum observado na distribuição espacial das residências ecléticas analisadas até o momento.

Parece que a intenção do projetista foi criar um núcleo central na composição do pavimento de acesso, que se repetiu nos demais pavimentos, a fim de abrigar as áreas mais importantes da casa: a área de acesso, a social e a íntima. Foi adicionado um espaço secundário, fora do núcleo, reservado à área de serviço, às varandas, aos terraços e aos cômodos de arrumação.

Apesar da casa se expandir no sentido longitudinal do terreno, as linhas transversais da composição foram responsáveis pela definição dos espaços internos no pavimento de acesso, haja vista a ausência de um corredor de distribuição. Nos demais pavimentos, os eixos longitudinais aparecem marcando presença no arranjo espacial.

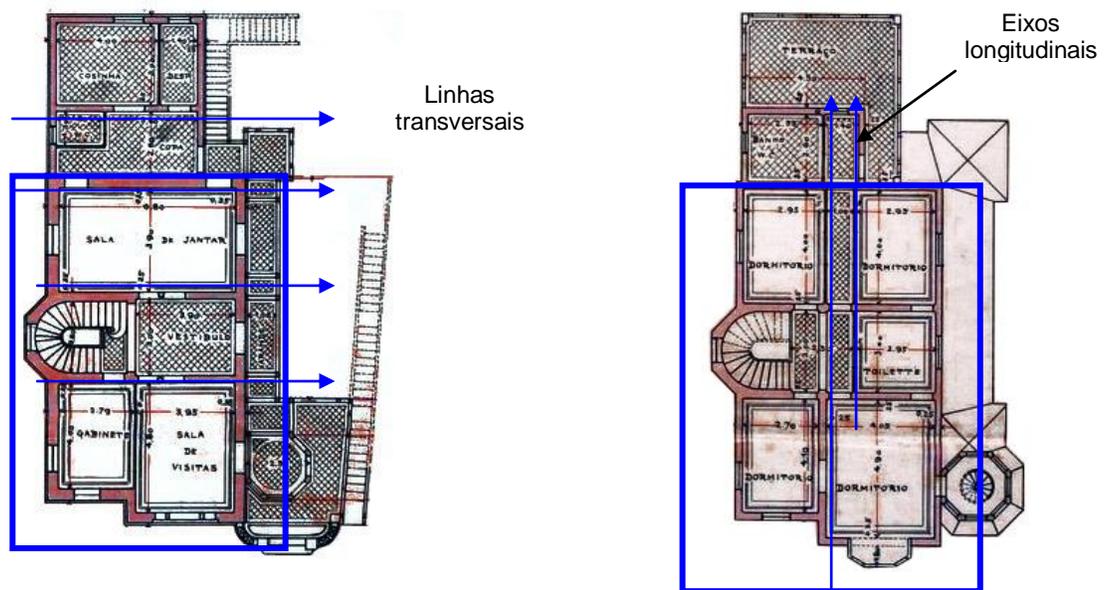


Fig. 160 e 161: O retângulo em azul revela o núcleo central do pavimento de acesso que se repetiu no pavimento superior.

Fonte: Projeto original de 1914, AGCRJ

Na setorização espacial, apesar da área íntima apresentar um número considerável de cômodos, observa-se uma correspondência de dimensionamento entre este e o setor social. Além disso, nota-se a centralização do acesso e da circulação no núcleo da casa, a partir dos quais foram distribuídos os espaços. Quanto à orientação solar, o projetista não levou em consideração este aspecto na distribuição dos espaços, tendo em vista a configuração do terreno. Apesar disso, no pavimento de acesso, o

setor social acabou sendo preservado da incidência do sol da tarde. Conseqüentemente, a área de serviços ficou concentrada na fachada noroeste, tendo em vista a localização padrão deste espaço nos fundos da casa, próximo ao quintal. Em relação ao pavimento superior, o setor íntimo ficou resguardado do sol forte, ao contrário do banheiro e do terraço voltados para fachada noroeste.

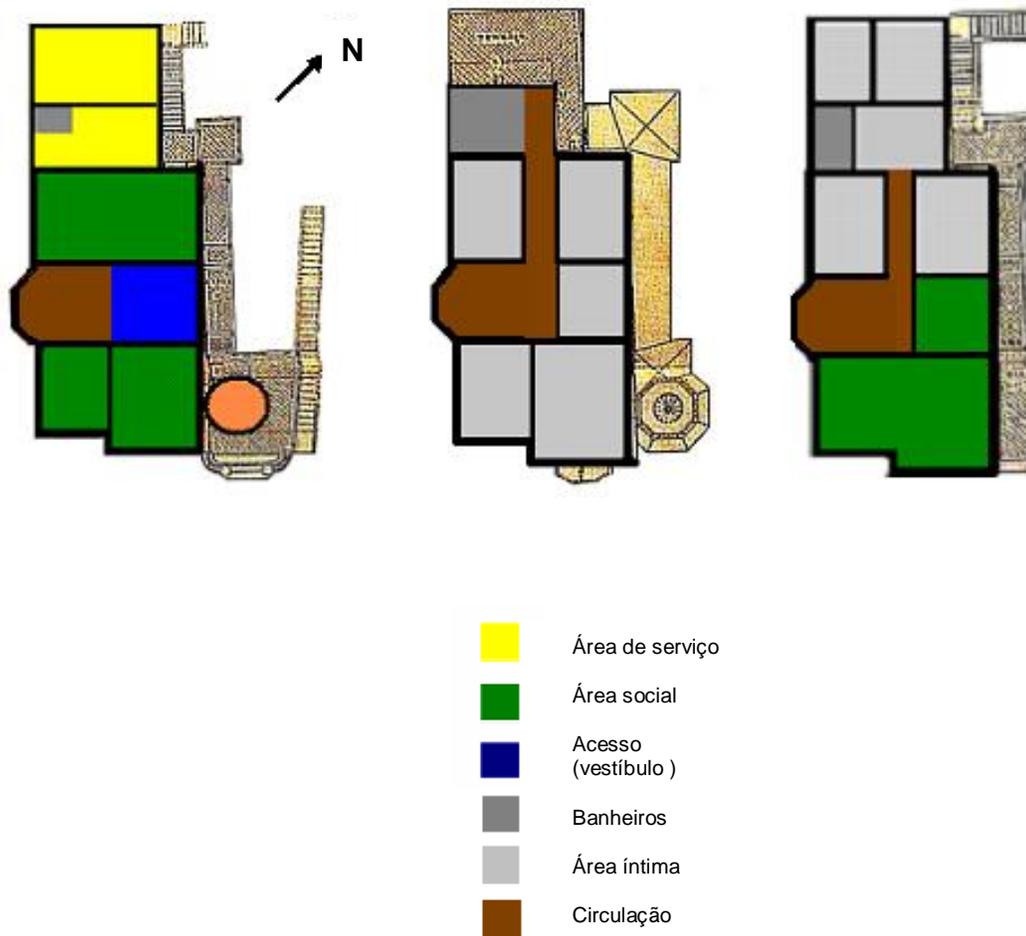


Fig. 162: Setorização espacial da casa
 Fonte: Projeto original de 1914, AGCRJ

3.4 - Casa de José Ferreira Macedo Terra Villa Aurora

Nome do proprietário: José Ferreira Macedo Terra

Engenheiro ou arquiteto: desconhecido

Construtor: Manoel Rodriguez Esteves

Localização: Rua Joaquim Murтинho, 531, antigo 205, Rio de Janeiro/RJ

Data do Projeto: 1916

Data da construção: desconhecida

APAC de Santa Teresa: imóvel preservado

Estado atual de conservação:

Área útil: 151,60 m²

Largura da testada: 13,00 m

Gabarito: dois pavimentos e um porão



Fig. 163: Foto da fachada principal.

Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som

Implantação e Acesso

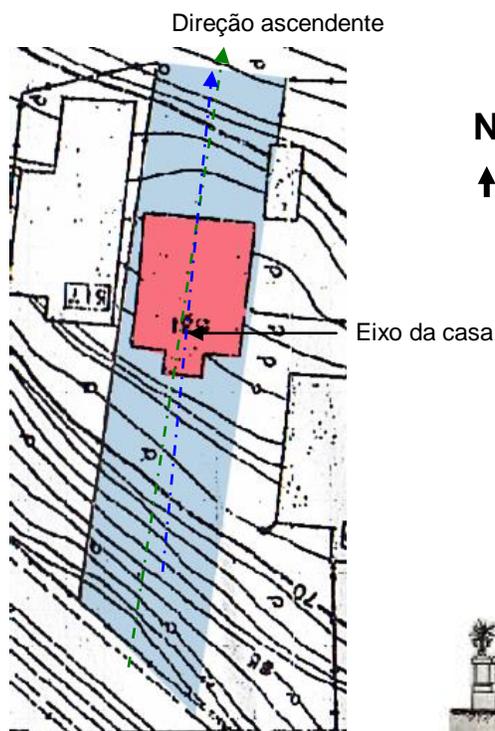


Fig. 164: Implantação da casa no sentido longitudinal do terreno.
Fonte: Planta Cadastral de 1953. Secretaria Municipal de Urbanismo.

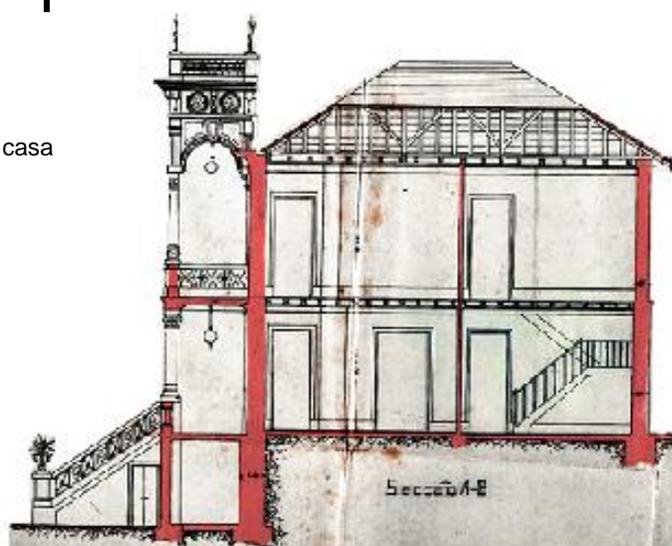


Fig. 165: Corte longitudinal da casa, onde a fundação revela a declividade do terreno.
Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

A casa de número 531, conhecida como Villa Aurora, apresenta implantação longitudinal e ascendente, resultante da topografia e das dimensões do lote. As casas edificadas no acive da montanha eram implantadas em um ponto elevado do terreno, talvez pela vista privilegiada da cidade, o que significava promover o distanciamento, neste caso de aproximadamente 30 metros, da edificação em relação à testada. Por sua vez, esse afastamento criava um amplo espaço para a introdução de jardins frontais em meio as rampas de acesso à casa, valorizando a imagem dos imóveis e reforçando a característica pitoresca do bairro. Conforme as casas deste lado da rua, foi construído um embasamento elevado, sobre o qual foi erguido o porão e a parede estrutural da frente. Sobre outro plano foram edificados os dois pavimentos da casa.

Apesar da implantação tomar como referência a configuração do terreno, o eixo deste não coincide com o da casa, cujo posicionamento, levemente inclinado, teve como guia a linha limítrofe dos fundos do terreno e a provável existência da casa

vizinha que pode ter impedido a sua localização em um platô mais elevado. Como consequência, o afastamento do lado esquerdo permitiu a ampliação da varanda frontal do pavimento de acesso, reservando-se o afastamento do lado oposto para uma estreita escada que conduz aos fundos da casa, onde fica situada a área de serviço.



Fig. 166: Na imagem, a vista lateral da varanda do pavimento de acesso não apresenta obstáculo, por conta do recuo da casa vizinha, em primeiro plano.
Fonte: Coleção Augusto Malta, Museu da Imagem e do Som.

O afastamento frontal ocupado pelo jardim fez com que a casa não fosse imediatamente percebida da mesma forma que as do lado par que ficavam próximas à via de acesso, no entanto a mesma se destacava no alto do morro, haja vista a inexistência, ainda, da espessa vegetação que se vislumbra hoje no local, bem como do tratamento elegante que foi dado à fachada principal.



Fig. 167: A fachada principal da casa não é vista da rua. Esta foto foi tirada da última rampa de acesso.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A entrada do terreno é centralizada e constituída por uma escada que conduz a um pequeno terraço em forma de “U”, de onde parte o primeiro lance de rampa, de suave inclinação, paralela à testada do lote e que dá acesso ao platô sobre o qual foi erguida a casa.



Fig. 168: Entrada do terreno e o terraço de onde se avista a rua.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 169, 170 e 171: Acima, detalhe do terraço que compõe a entrada do lote.
Abaixo, as rampas de acesso à casa e o jardim criado entre as mesmas.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 172: Escada que conduz ao patamar que corresponde ao nível do porão.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A simetria também foi reproduzida na entrada principal da casa, visualmente clara e induzida pela escadaria e pelo pórtico de acentuada verticalidade. Vale acrescentar que esta escadaria que se projeta a partir da superfície do porão teve o aspecto ótico como determinante, sendo um elemento de referência visual, cuja função é indicar, com nitidez, o seu acesso principal. Vários são os exemplos deste tipo de solução na arquitetura oficial e residencial da época.



Fig. 173: Palácio dos Estados da Exposição Nacional de 1908 realizada no Rio de Janeiro e sua escada projetada.

Fonte: LEVY. 2008. p.93



Fig. 174: Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Projeto de Francisco Pereira Passos, 1909.

Fonte: <http://www.metalpan.com.br>

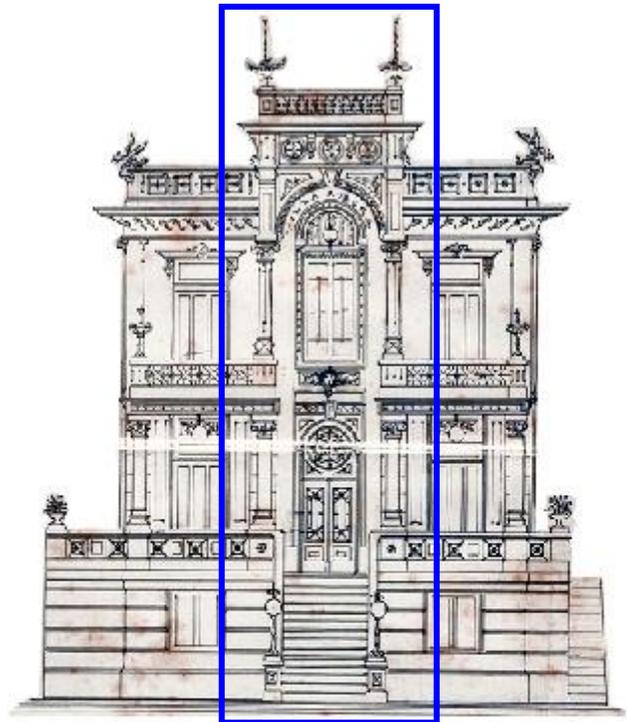
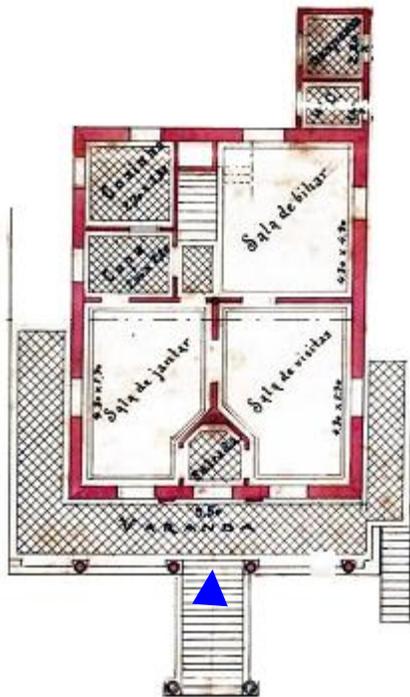


Fig. 175 e 176: Planta baixa do pavimento de acesso e a fachada principal. Observe o destaque que o projetista procurou dar à entrada da casa através da escada, da composição decorativa e da volumetria.

Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.



Fig. 177: Escada que conduz à varanda da casa
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Composição das Fachadas e Volumetria

A Villa Aurora revela uma tipologia clássica de fachada caracterizada por uma modulação tripartida e modular, com hierarquização da parte central constituída pelo pórtico. Nas referências constituídas pelo padrão arquitetônico divulgado e premiado pelo poder público, é fácil perceber a fachada composta por módulos distribuídos a partir de um corpo central hierárquico. O Palácio Monroe, projetado pelo arquiteto Sousa Aguiar para ser o Pavilhão do Brasil na Exposição de Saint Louis e remontado na cidade em 1906, é um bom exemplo deste princípio.



Fig. 178: Palácio Monroe. Projeto do arquiteto Souza Aguiar, Rio de Janeiro, 1906
Fonte:<http://www.vivercidades.org.br>

É o único projeto simétrico dentre os quinze apresentados no segundo capítulo, caracterizado pela regularidade e equilíbrio na distribuição dos elementos de arquitetura. O tratado de Sequeira afirma a necessidade de se colocar “no centro principal um vão de porta, ou de janela e nunca um membro ou intervalo”⁴⁶. O projeto da Villa Aurora se coaduna com essa regra, pois introduziu um pórtico composto por uma janela no segundo andar e uma porta de entrada logo abaixo como eixo a partir do qual foram rebatidas as aberturas e os elementos decorativos e construtivos do edifício.

⁴⁶ SIQUEIRA, op. cit., p.07



Fig. 179: Pórtico de entrada da casa.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A configuração total retangular desta fachada, cujos espaços foram concebidos com base em um traçado regulador de planos geométricos que se repetem, resultou no predomínio do eixo longitudinal. Essa questão da racionalização e do equilíbrio do traçado foi exposta por Gustavo Rocha-Peixoto, ao falar da presença dos princípios clássicos dos tratadistas na arquitetura realizada por Grandjean de Montigny no Rio de Janeiro, no século XIX.

A eqüidistância das colunas, o respeito ao ritmo binário, a geometria clássica do traçado regulador rigoroso, baseado em desenvolvimentos da simetria dinâmica e o equilíbrio entre os diversos eixos hierarquizados garantem uma dispersão da tensão estética através da subordinação de cada parte ao todo da composição”⁴⁷.

⁴⁷ PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Reflexos das luzes na terra do sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência: 1808-1831**. São Paulo: ProEditores, 2000, p.126.

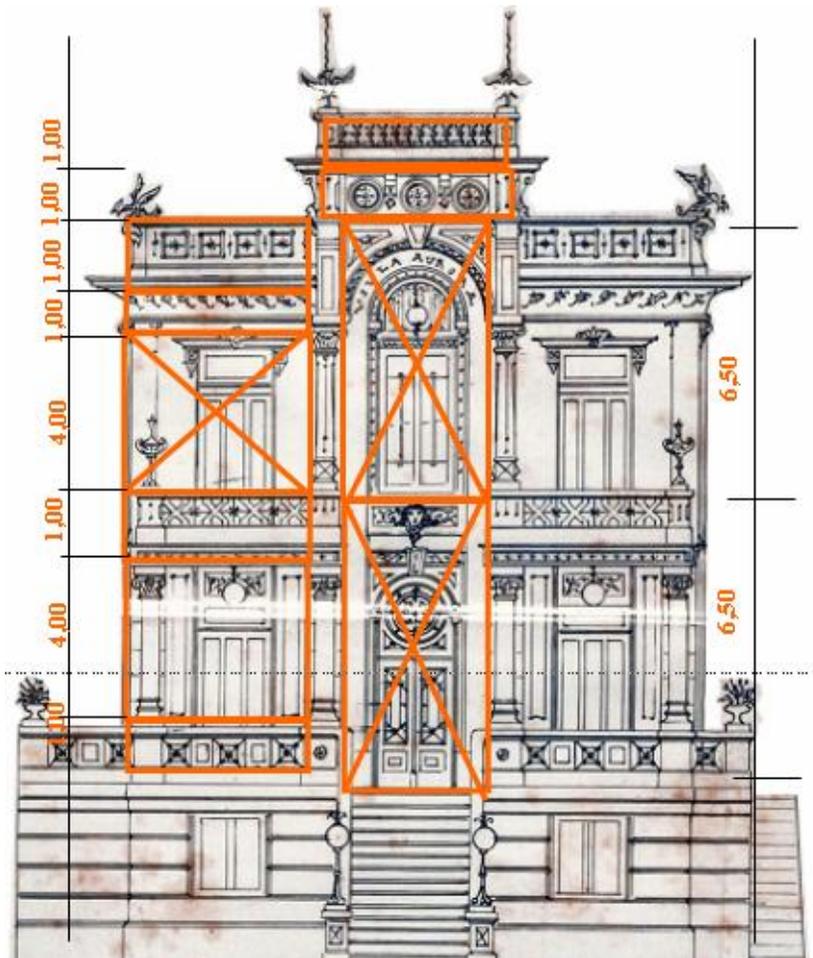


Fig. 180: O esquema acima revela o traçado regulador que determinou a composição da fachada.
 Fonte: Projeto original de 1916. AGCRJ.

O aclave criou uma solução comum nos imóveis de numeração ímpar da Rua Joaquim Murinho que é a presença de um porão comendo a fachada, nitidamente caracterizado como um pavimento mais rústico, que servia de base para os demais, apresentando pequenas aberturas fechadas com gradil de ferro. Na Villa Aurora, esse elemento aparece como base de sustentação do avarandado do pavimento de acesso, sendo responsável também pela verticalidade da fachada, conforme demonstra a simulação abaixo.

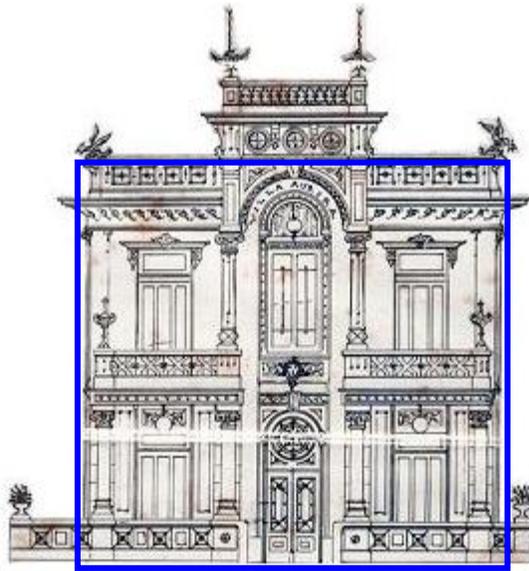


Fig. 181: A ausência da base rústica representada pelo porão criaria equilíbrio entre os eixos que compõem o plano da fachada principal, originando uma configuração aproximadamente quadrangular.
Fonte: Projeto original de 1916. AGCRJ.

Outro dado interessante a ser destacado e que está vinculado não apenas à topografia, mas, sobretudo, à vista da cidade do Rio de Janeiro, é a presença das varandas na fachada principal, tendo em vista que, nas casas construídas nos terrenos em declive, esses elementos eram introduzidos na fachada dos fundos, servindo como mirantes.



Fig. 182: Varanda do pavimento de acesso.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Cabe, ainda, ressaltar que a fachada principal revela as dimensões exatas da divisão espacial interna da casa, correspondendo, no pavimento de acesso, às salas de estar, de jantar e ao vestíbulo, e, no pavimento superior, aos quartos. Quanto à análise da composição decorativa, o projeto, que não corresponde à fachada atual, apresenta uma solução neorenascentista, caracterizada pelo equilíbrio e predominância das linhas retas, e pela ausência de mansardas, torreões e ornamentação excessiva. Para essa solução, as referências empregadas, assim como na Villa Alice, não foram apenas as construtivas, mas também as publicações estrangeiras que reuniam ornamentos de diferentes períodos históricos. A platibanda em balaustrada, por exemplo, que arremata o pórtico da entrada principal da casa está presente em algumas ilustrações do livro “*Styles of Ornament*” de Alexander Speltz , e aparece como uma solução clássica renascentista difundida em diversos países da Europa. A ilustração abaixo mostra detalhe da balaustrada do Palácio de Versalhes como ornamento do renascimento tardio francês.

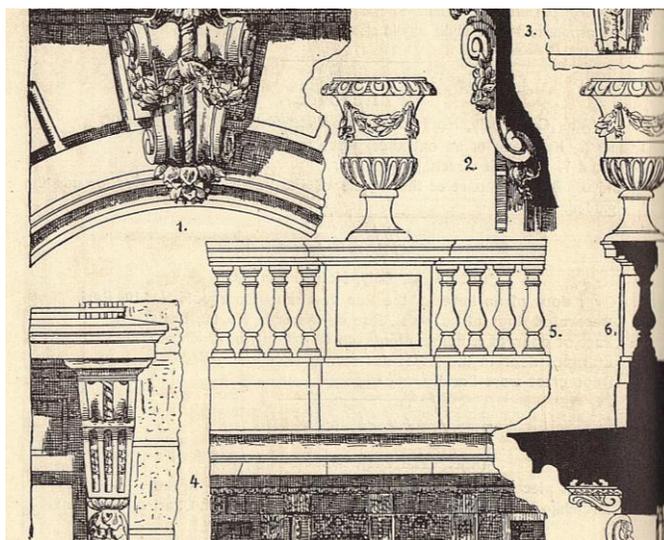


Fig. 183: Detalhe da balaustrada do Palácio de Versalhes. Projeto do francês Louis le Vau, Versalhes, Século XVII.
Fonte: SPELTZ, s.d, p. 550

Esse coroamento com uma platibanda reta e sem adornos de estuque é uma característica da racionalidade do conjunto que pode ser observada, também, em vários projetos residenciais inspirados nas *villas* italianas, dentre eles o de Antonio Jannuzzi para o seu cliente Modesto Leal.

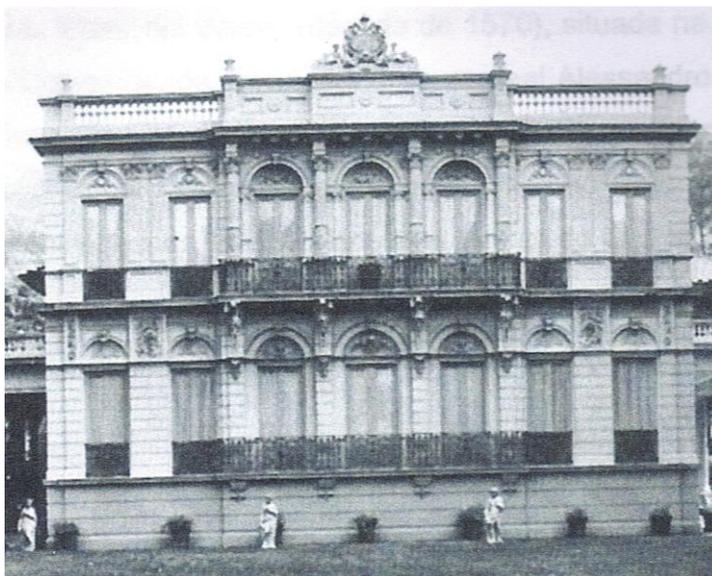


Fig. 184: Residência de Modesto Leal. Projeto de Antonio Jannuzzi. Laranjeiras, Rio de Janeiro, 1895.
Fonte: GRIECO, 2005, p. 94



Fig. 185: Balaustrada do pórtico de entrada.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Além disso, não só o contato, mas a variedade de elementos decorativos à disposição do projetista pode ter estimulado o emprego dos diferentes motivos observados nesta composição, como aqueles de estilo geometrizar presentes nos guarda-corpos das varandas do pavimento de acesso e superior, na platibanda das

porções laterais da fachada, e no arranjo decorativo do friso do entablamento do pórtico.



Fig. 186: Motivo decorativo do guarda-corpo da varanda do pavimento de acesso.
Esta composição corresponde ao projeto.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

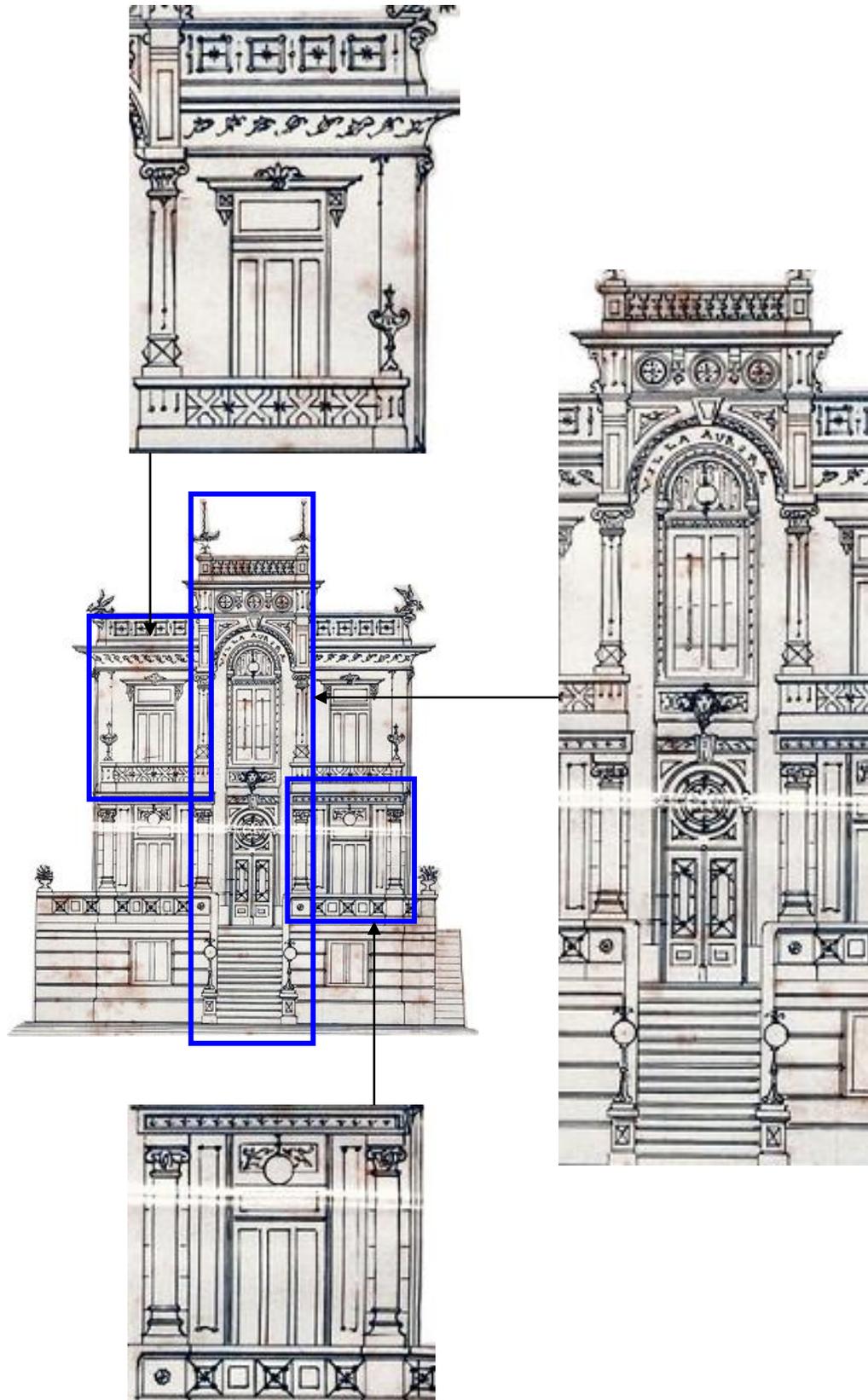


Fig. 187, 188, 189, 190: Detalhes da composição decorativa da fachada.
 Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ

No pórtico centralizado, a composição resultante do arco pleno e das ordens sobrepostas emoldurando as portas de ambos os andares reforça o destaque conferido à entrada da casa. Esse princípio da sobreposição das ordens característico do vocabulário clássico, presente na arquitetura romana e depois consolidada pela renascença, deveria apresentar, segundo o manual de Moisy, eixos coincidentes e proporções pré-estabelecidas⁴⁸. Para Sequeira, o profissional deveria ter um cuidado rigoroso ao dispor as mesmas, onde “a mais simples, e mais forte, deve sempre colocar-se pela parte inferior da mais delicada”⁴⁹. No projeto em estudo, verifica-se esse rigor quanto aos eixos e quanto às ordens, onde a pilastra robusta e mais resistente, que no caso é representada pela jônica, sustenta a ordem compósita, mais delicada. No entanto, pelo que se observa na fachada atual, esse princípio não foi colocado em prática, tendo em vista o mesmo tratamento dado às pilastras de ambos os pavimentos.



Fig. 191: As pilastras que sustentam as varandas do pavimento superior e que compõem o pórtico de entrada.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.

⁴⁸ MOISY, op. cit., p. 49.

⁴⁹ SEQUEIRA, op. cit., p. 24.

Quanto à volumetria, a composição era bem simples, e correspondeu, basicamente, a justaposição de dois blocos prismáticos puros de dimensões e usos diferentes. O principal consistiu no arranjo de praticamente todo o espaço interno, enquanto que o bloco anexado envolveu apenas o banheiro e a despensa dispostos na parte dos fundos do pavimento de acesso.

Dimensões aproximadas da casa:

Largura: 10,00 m

Comprimento: 10,80 m

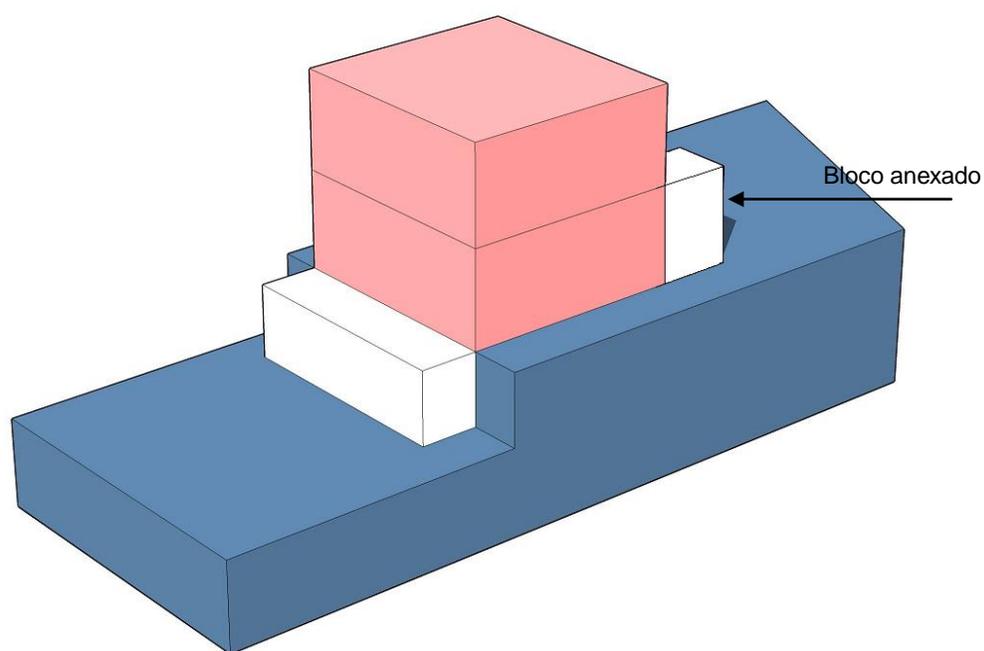


Fig. 192: Configuração volumétrica da casa.

Distribuição Espacial

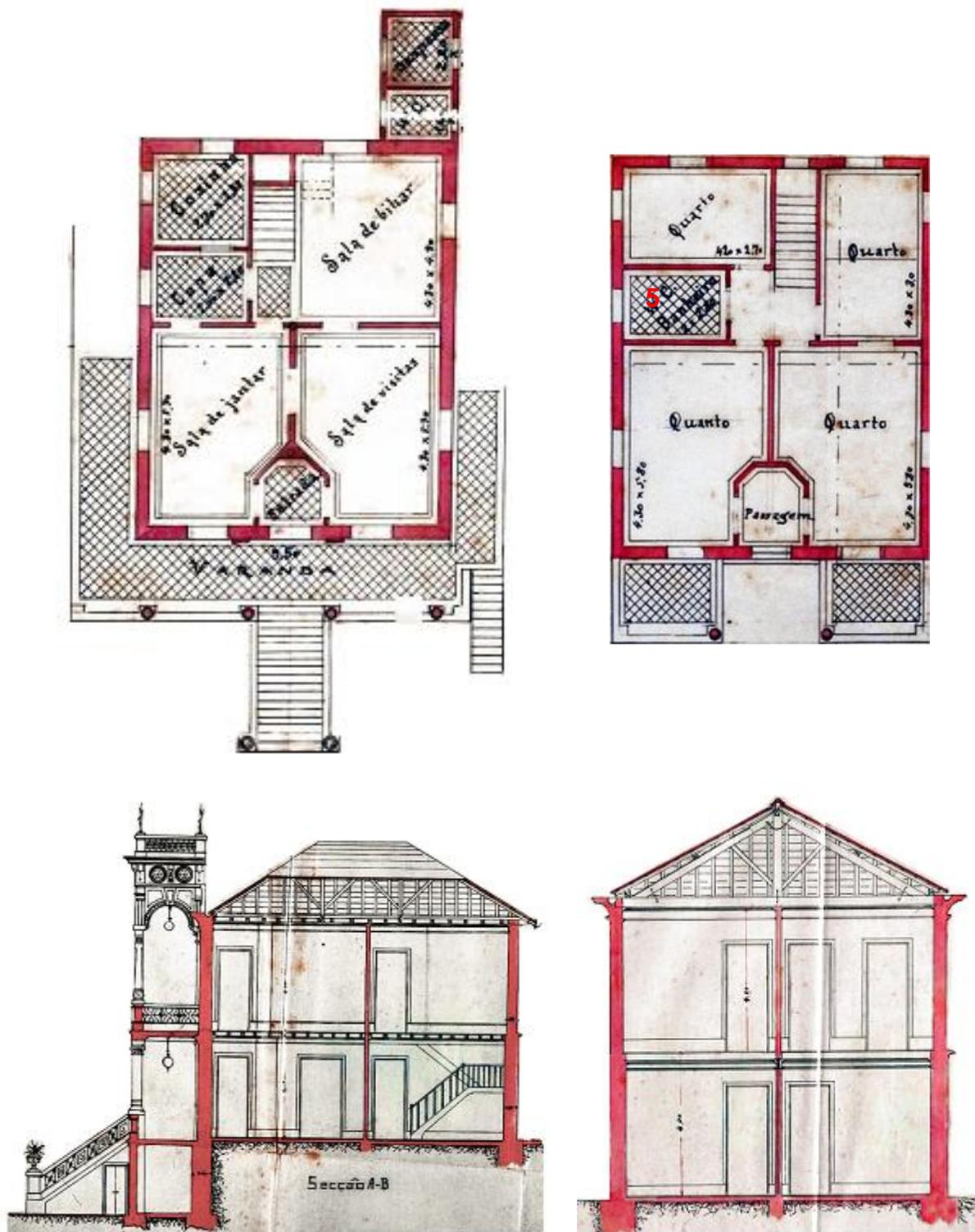


Fig.: 193, 194, 195 e 196: Acima, planta baixa do pavimento de acesso e superior. Abaixo, corte longitudinal e transversal da casa.

Fonte: Projeto original de 1916, AGCRJ.

A simetria da fachada foi reproduzida na planta que traduz o programa de necessidades da família do primeiro proprietário, José Ferreira Macedo Terra. O pavimento de acesso era constituído pela sala de visitas, sala de jantar, sala de bilhar, pelo setor de serviços, e por um vestíbulo, o qual apresentava uma particularidade que o diferenciava dos projetos da época e dos manuais utilizados pelos construtores, que era a distância em relação à escada que conduz ao segundo pavimento, já que a solução mais comum era o acesso direto do vestíbulo à área íntima. A sala de jantar seguia a localização padrão, próxima à cozinha e à copa. A varanda em “L” se deve, possivelmente, ao recuo do lado esquerdo na implantação da casa edificada, ampliando a visão da paisagem circundante.

Outra consideração a ser feita, observada também em alguns projetos consultados, refere-se à presença, do lado de fora, do único banheiro do pavimento de acesso. Não foi projetado um banheiro interno, cuja localização habitual deveria ser próxima à área de serviço, tendo em vista a economia que esta solução proporcionava com uma instalação de água e esgoto mais racional. É provável que o externo fosse usado apenas pelos empregados.

A área íntima, localizada no pavimento superior, correspondia ao arranjo espacial do pavimento de acesso, com alinhamento da maioria das paredes. Era composta de quatro quartos, dois de dimensões significativas voltados para a Rua Joaquim Murtinho, e dois menores voltados para os fundos do lote.

A novidade da concepção formal interna desta casa está vinculada ao vestíbulo, cuja forma corresponde à metade de um hexágono, fruto da subtração de um dos vértices das salas de visitas e de jantar. É interessante observar a necessidade de se transformar este espaço em um diferencial no contexto geral interno, por conta de ser este o primeiro contato do visitante com o interior da casa e com estilo de vida da família. Este destaque era conseguido ou através de uma solução formal como esta, ou através da presença de elementos decorativos como o alpendre da Casa da Família Fraga.

Esta distribuição espacial, composta por quadriláteros de tamanhos diferenciados, foi concebida, basicamente, por um eixo longitudinal dominante e três linhas transversais. A diferença entre os pavimentos envolvia apenas uma solução de

caráter estrutural, referente à localização do vão da escada, já que a área ocupada pelo amplo setor social e pelo setor íntimo era praticamente a mesma, conforme visto, também, nas análises anteriores, talvez por conta da falta de flexibilidade oriunda do sistema construtivo. Infelizmente, a documentação fotográfica do interior não foi permitida pelo proprietário, tendo em vista estar a casa em processo de compra e venda.

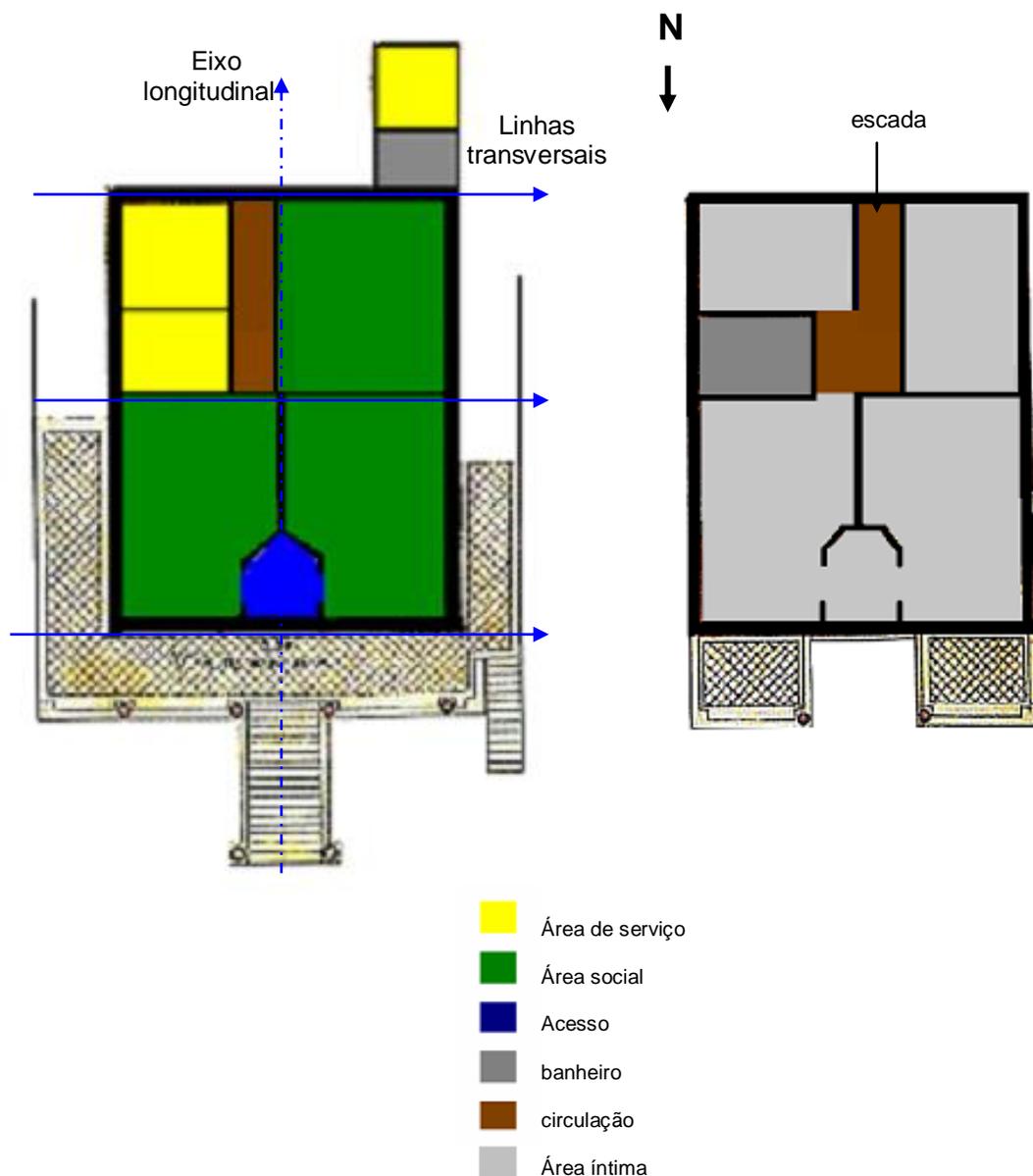


Fig. 197: Setorização espacial da casa.
Fonte: Projeto original de 1916. AGCRJ.

Sem muita alternativa no tocante à orientação solar, as salas e os quartos principais foram dispostos na fachada norte, no entanto as varandas do pavimento superior funcionaram como elementos atenuantes da insolação no interior das salas. Quanto à área de serviço, foi situada nos fundos, nas fachadas sul e sudeste. No pavimento íntimo, os quartos maiores foram projetados na fachada principal e os menores nos fundos, ficando apenas estes resguardados do sol.

3.5 - Casa de Mário Aurélio da Silveira

Nome do proprietário: Marco Aurélio da Silveira

Construtor: Ferro A. Luiz

Arquiteto/engenheiro: desconhecido

Localização: Rua Joaquim Murtinho, 273, antigo 109, Rio de Janeiro/RJ

Data do projeto: 1912

Data da construção: desconhecida

APAC de Santa Teresa: imóvel preservado

Estado atual de conservação: conservado

Área útil: 165,79 m²

Largura da testada: 25,00 m

Gabarito: dois pavimentos e um porão



Fig. 197: Fachada principal concebida conforme o projeto original, salvo algumas modificações no tratamento decorativo das janelas.
Fonte: Coleção Augusto Malta – Museu da Imagem e do Som

Implantação e Acesso

Ao contrário das casas até então analisadas, onde o lote longitudinal não dava margem a outras possibilidades de implantação, a configuração irregular deste lote em aclave e de esquina e o programa reduzido do proprietário Mário Aurélio da Silveira ofereciam outras opções de projeto. No entanto, a solução escolhida, que adotou um eixo diagonal em direção oposta ao eixo também diagonal do terreno, mais uma vez teve como referência a configuração do lote, sobretudo, a considerável largura da testada de 25,00 metros, voltada para o norte. A pequena profundidade do lote também interferiu nesta implantação, impedindo a localização da casa mais alto. Observa-se também uma solução comum nas casas deste lado da rua que é a implantação da casa em um patamar acima do patamar do porão, que corresponde à base aterrada revestida de pedra rústica.

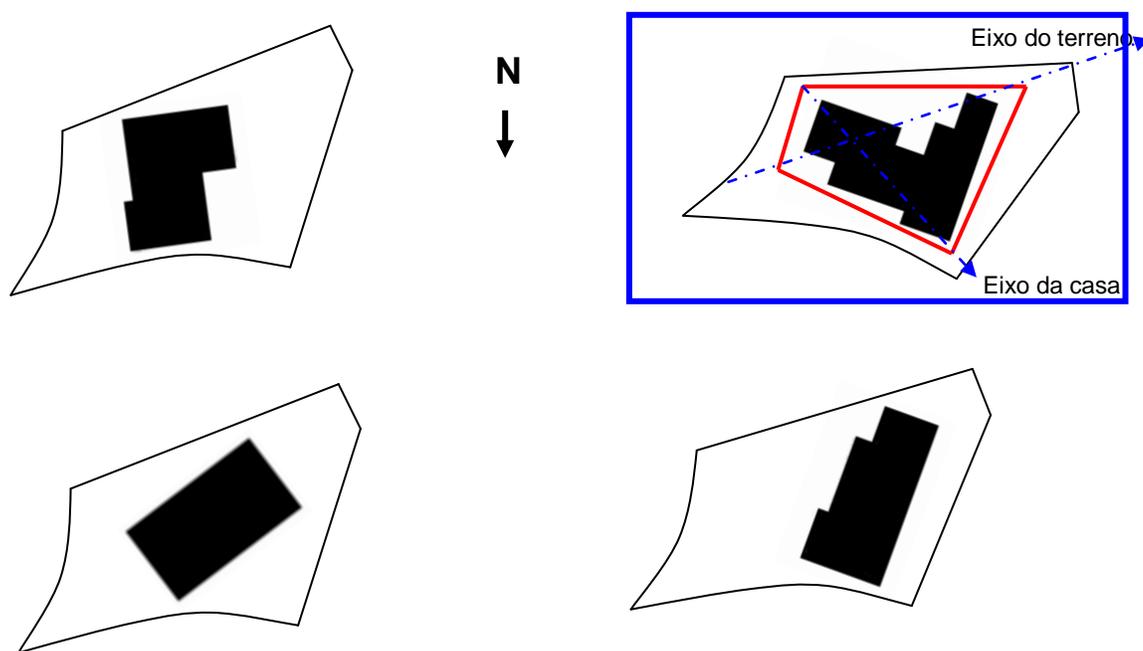


Fig. 199, 200, 201, 202: Exemplos de implantação no lote irregular com outras volumetrias.
Em azul, a figura que corresponde à implantação da casa.

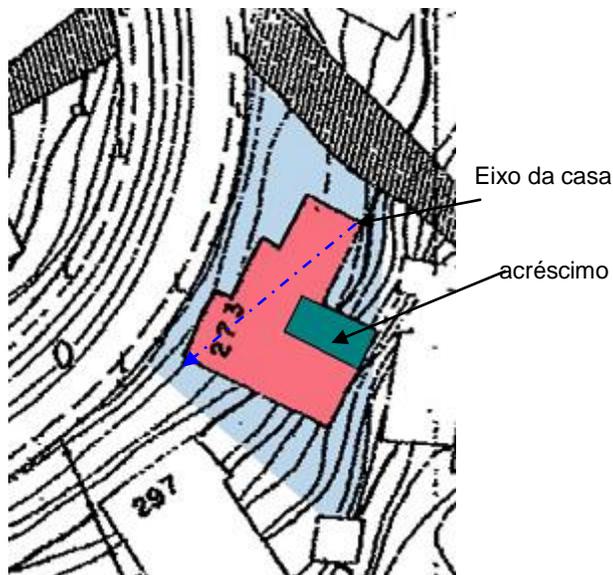


Fig. 203: Implantação da casa em lote de esquina, já com acréscimo que não consta no projeto original de 1912.
 Fonte: Planta cadastral de 1953. Secretaria Municipal de Urbanismo.

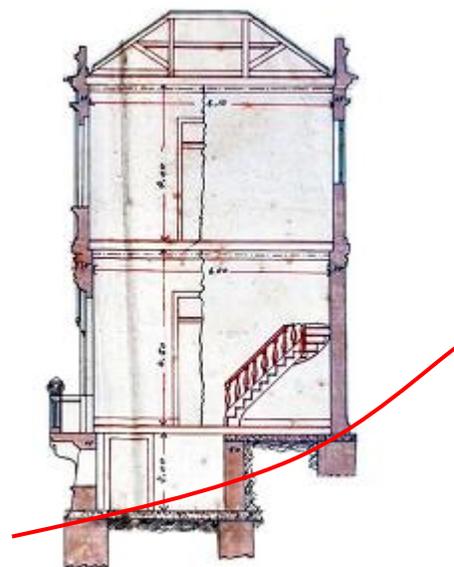


Fig. 204: Corte transversal da casa.
 Fonte: Projeto original de 1912, AGCRJ

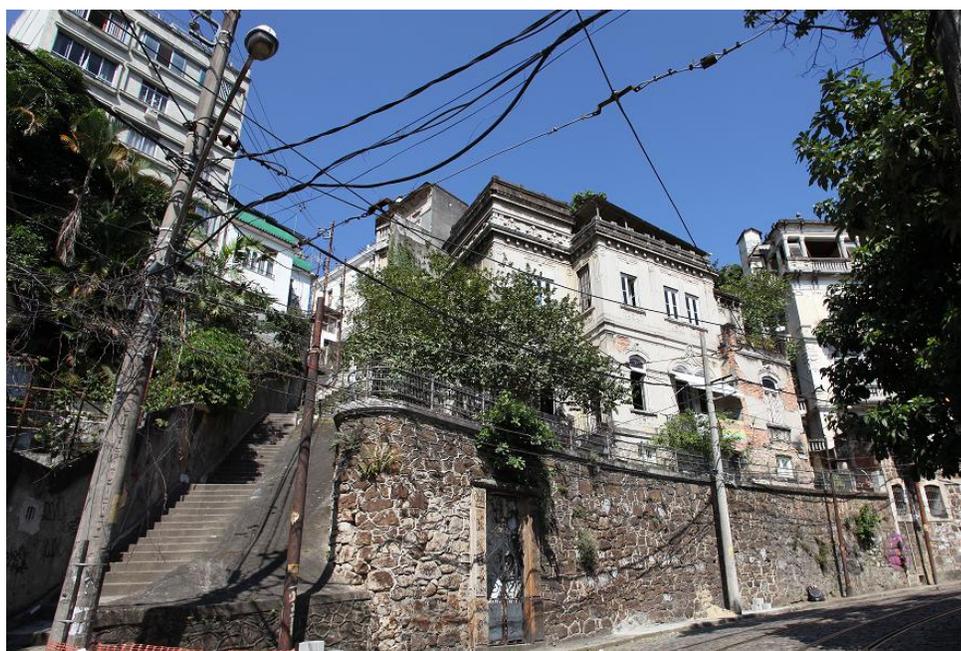


Fig. 205: Lote situado entre a Rua Joaquim Murinho e a Travessa das Escadinhas de Santa Teresa, a qual revela a inclinação do active.
 Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Quanto ao acesso, localizado no muro frontal, do lado esquerdo da casa, o visitante é conduzido do portão da rua ao patamar do terraço, que fica no mesmo nível do porão, mediante uma escada curvilínea encaixada entre as paredes do platô. Por sua vez, este patamar dá acesso à escada com guarda-corpo em ferro da entrada principal projetada na saliência da fachada e que conduz ao pequeno vestíbulo. Foi uma concepção que dispensou arranjos formais ou decorativos, já que, neste caso, o projetista lançou mão de uma característica do lugar: o terreno em aclive e de esquina que possibilitou a visualização desta entrada da própria rua, antes mesmo de se chegar na casa. Quanto ao setor de serviço, os empregados tinham acesso aos fundos por uma escada que partia do terraço em direção ao patamar situado no mesmo nível do pavimento de acesso, onde ficava a entrada da cozinha.

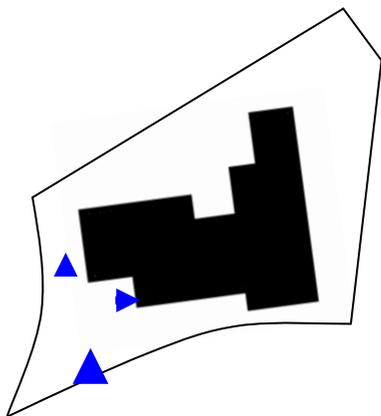


Fig. 206 e 207: No esquema à esquerda, a localização do portão de acesso ao lote e das entradas principal e de serviço. Na foto de Augusto Malta, o destaque para a concentração dos acessos pelo lado esquerdo da casa, de quem sobe a rua.

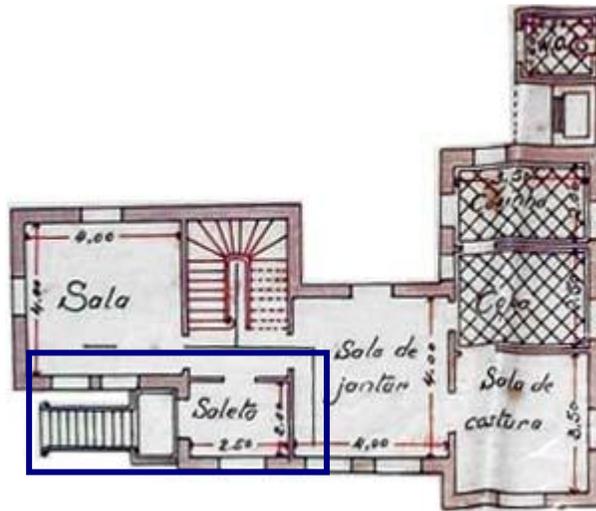


Fig. 208: Na planta do pavimento de acesso, a escada seguida pelo vestibulo (saleta)

Fonte: Projeto original de 1912, AGCRJ



Fig. 209: A entrada do lote.
Fonte: Arquivo da autora, 2011



Fig. 210: Entrada principal da casa
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 211: Escada curvilínea que conduz ao terraço.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 212: Terraço frontal situado sobre o embasamento revestido com pedra rústica.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 213: A Rua Joaquim Murtinho vista do terraço.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 214: Em destaque, a escada que dá acesso aos fundos da casa e, consequentemente, à área de serviço.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Composição das Fachadas e Volumetria



Fig. 215: Fachada Principal da casa.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A largura do lote permitiu que as áreas social e íntima fossem distribuídas ao longo da imponente fachada principal assimétrica e dinâmica, composta de três porções com recuos entre si e alturas escalonadas. A presença da última porção, correspondente ao terraço do pavimento superior, hierarquizou o eixo horizontal, obrigando o observador a percorrer a fachada neste sentido. Nota-se que esse dinamismo é resultado da distribuição dos espaços internos que foram dispostos a partir de um eixo diagonal, conforme será visto mais adiante.



Fig. 216: Em primeiro plano, a terceira porção da casa, mais avançada que as demais, correspondente ao terraço.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Por outro lado, a ausência desta última porção, atribuiria à fachada um sentido ascendente, tendo em vista a configuração das superfícies retangulares verticalizadas. Além disso, o porão habitável, que corresponde ao embasamento que eleva a casa do “res-do chão”, bem como a cobertura, que foi retirada, reforçariam tal característica, conforme figuras a seguir.

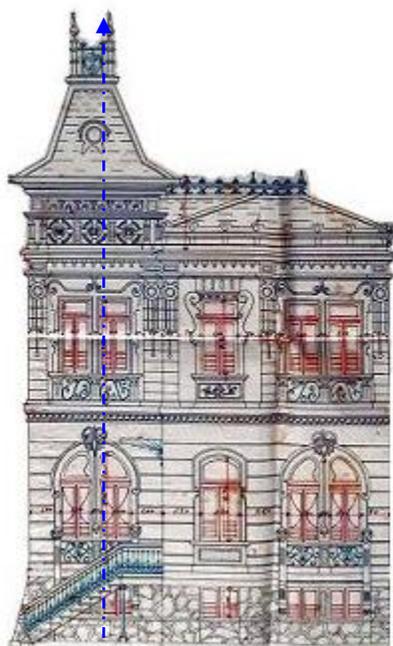
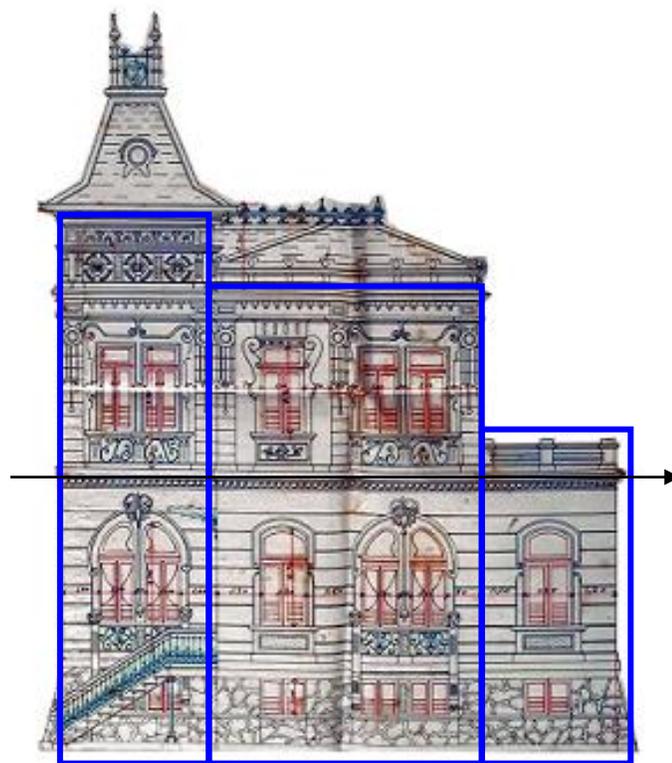


Fig. 217 e 218: Acima, a fachada e o seu eixo horizontal. Abaixo, a simulação que a tornaria ascendente.
Fonte: Projeto original de 1912. AGCRJ.

O afastamento obrigatório dos limites do terreno e o fato de ser de esquina possibilitaram a visibilidade da fachada leste, o que fez com que recebesse o mesmo tratamento decorativo da fachada principal, apesar da largura reduzida. Neste caso, o fachadismo estava presente nas superfícies que estavam expostas à observação daquele que subia à Rua Joaquim Murinho.



Fig. 219: Fachada leste voltada para a esquina da casa.
Fonte: Projeto original de 1912, AGCRJ

Ao contrário das aplicações em estuque típico do repertório de formas que atribuíam volume às fachadas ecléticas, o cuidadoso tratamento art nouveau presente no desenho do projeto da fachada, que não corresponde à composição que se vê atualmente, revela a importância dada ao decorativismo nos projetos de arquitetura eclética, fato observado também nas análises anteriores. Neste caso específico, a composição caracteriza-se pela presença de variados ornamentos planos, de traçado curvilíneo aplicados, sobretudo, no entorno das janelas e nos parapeitos. Esta diversidade de formas estava vinculada não somente às referências construtivas, mas também aos manuais que possibilitaram o contato dos projetistas com inúmeros exemplos de arranjos ornamentais, conforme assinalado em análises anteriores. Além disso, o art nouveau está presente também no elemento em ferro que realça a cumeeira da cobertura no projeto original, e no desenho sinuoso do portão também em

ferro da entrada do lote. As janelas, que apresentam diversidade no tamanho e na forma das vergas, solução comum nas fachadas dos imóveis da Rua Joaquim Murinho, alternam-se no tamanho e seguem o princípio clássico do alinhamento. Clássico também é o entablamento, ainda intacto, do pavimento superior, onde o conjunto formado pela cúpula era, sem dúvida, um dos destaques da fachada.

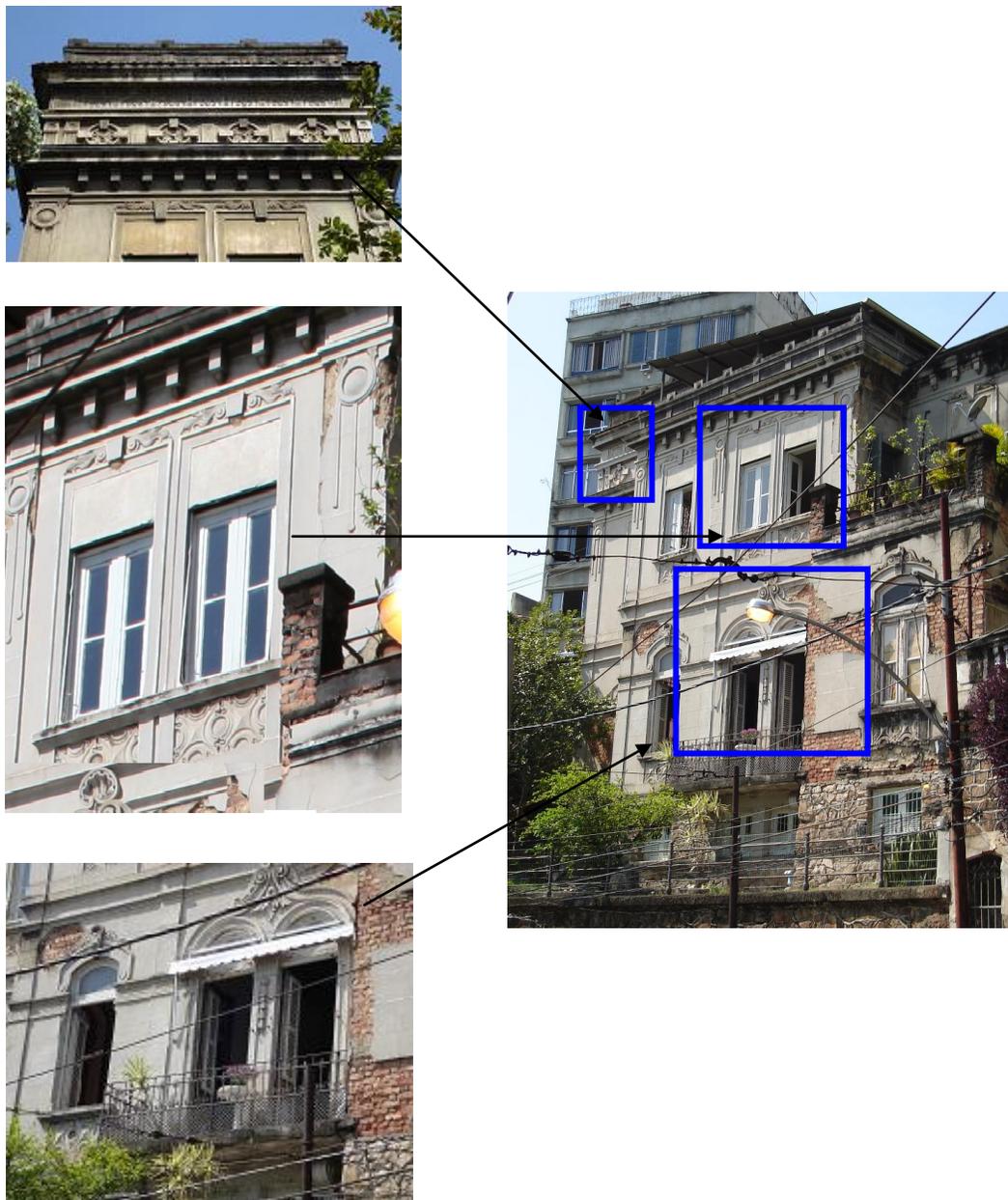


Fig. 220, 221, 222 e 223: Detalhes da fachada principal.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

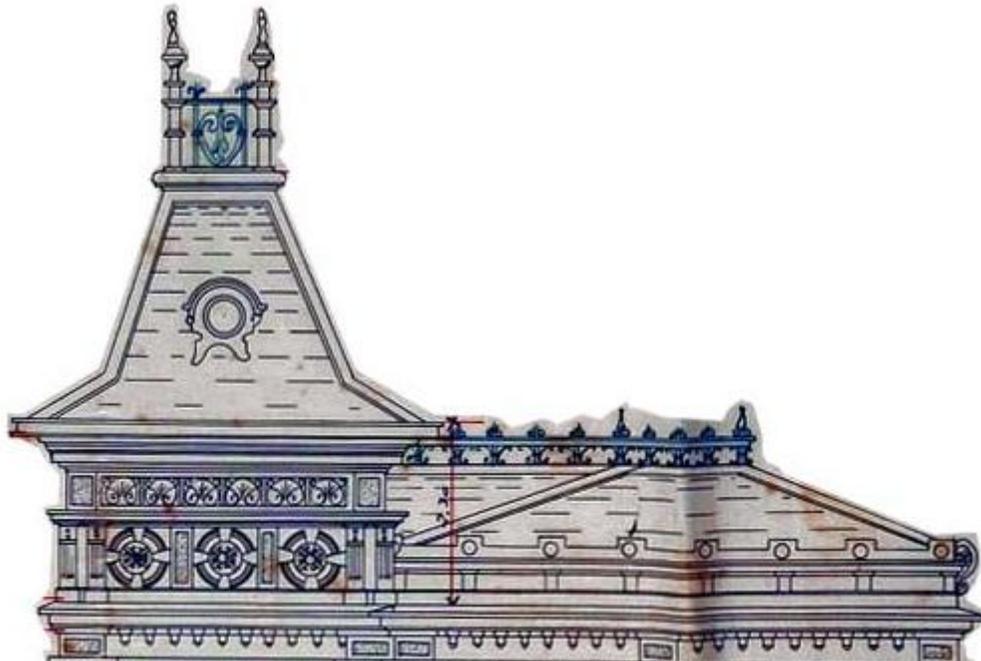


Fig. 224 e 225: Acima, o telhado retirado e o entablamento da primeira porção da fachada. Abaixo, o portão em ferro da entrada do lote.

Fonte: Arquivo da autora, 2011.

A volumetria da casa é composta pela justaposição de três prismas distintos em altura e largura, articulados entre si de forma, criando avanços e recuos na sua configuração total.

Dimensões aproximadas da casa

Largura: 14,00 m

Comprimento: 6,50 m

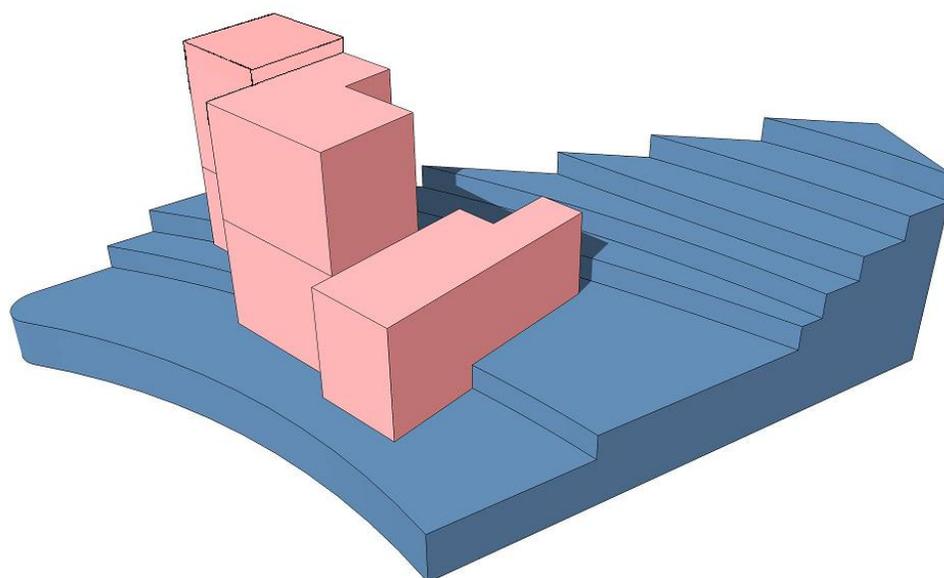


Fig. 226: Configuração volumétrica

Distribuição espacial

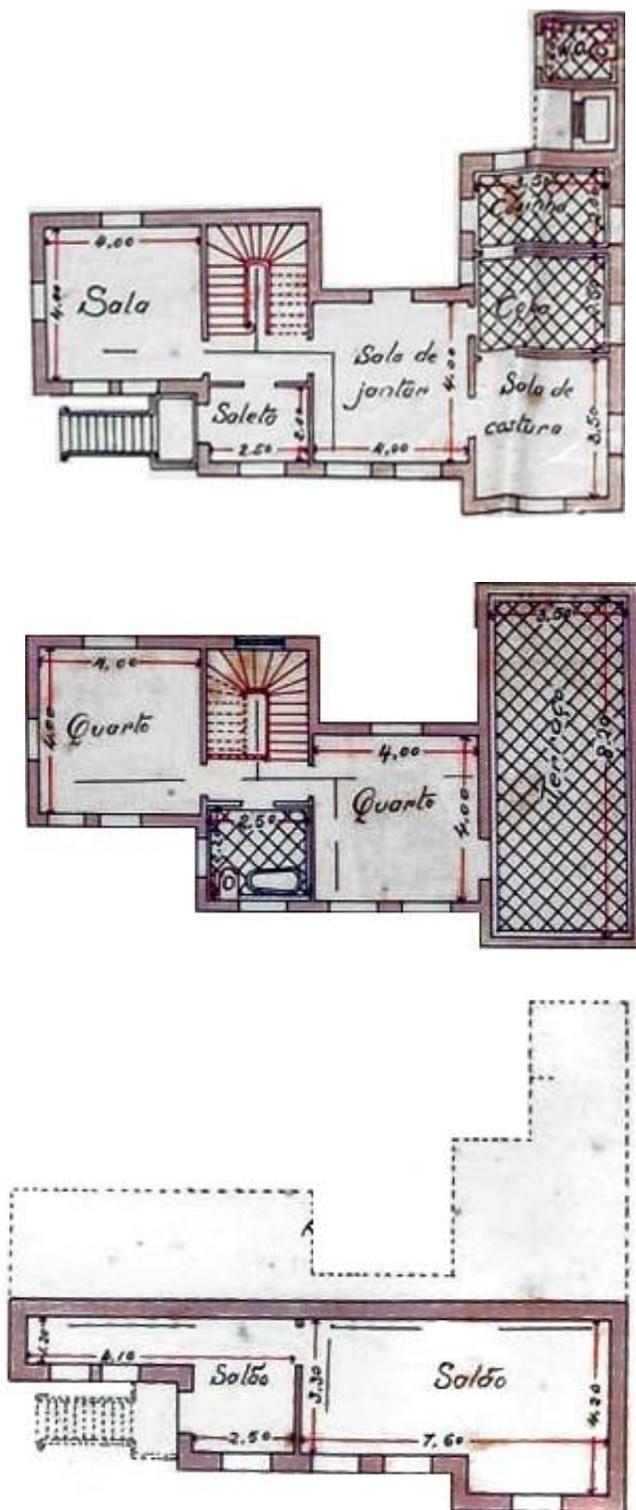


Fig. 227, 228 e 228: Planta baixa do pavimento de acesso, do pavimento superior e do porão.

Fonte: Projeto original de 1912, AGCRJ.

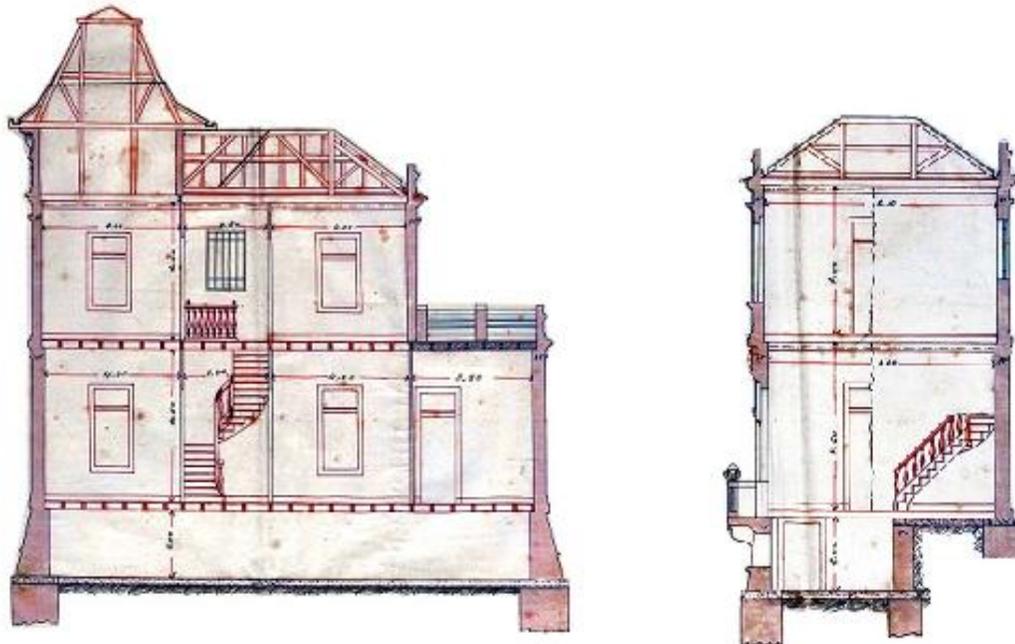


Fig. 230 e 231: Corte longitudinal e transversal. A escada interna foi retirada para que a casa fosse transformada em dois apartamentos.
 Fonte: Projeto original de 1912, 2011.

Assim como na fachada principal, a testada mais larga do lote também foi responsável por uma concepção diferenciada dos espaços, pois permitiu a distribuição dos mesmos ao longo de um eixo diagonal. No pavimento de acesso, o projetista resolveu criar um espaço retangular envolvendo a escada e a saleta, e junto a este introduziu dois quadrados, um para sala de estar e outro para a sala de jantar, alinhando cada um deles nos lados superior e inferior do retângulo inicial. A este núcleo social foi adicionado um retângulo transversal, correspondendo a área de serviços nos fundos e à sala de costura na frente. Nota-se também a presença de um banheiro externo, ao lado do tanque, usado, provavelmente, pelos empregados da casa. Está claro que a visualização da casa ao se subir a rua fez com que o projetista situasse o setor de serviços do lado oposto ao da esquina do terreno, deixando para esta as partes importantes da casa, ou seja, o social e a área íntima.

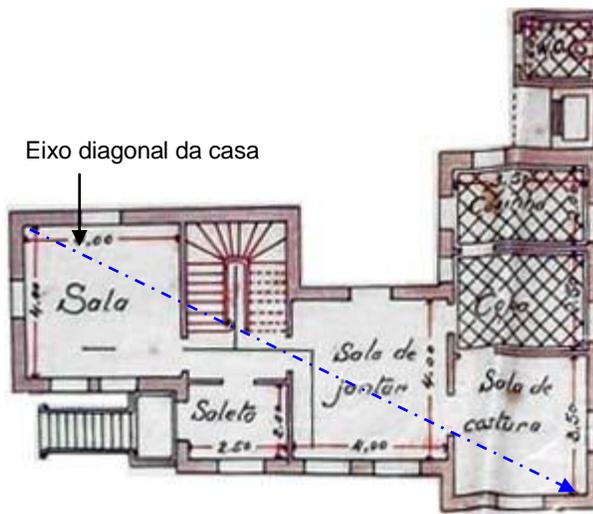


Fig. 232: A distribuição em diagonal dos espaços internos, devido à configuração do lote.
 Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 233: Foto da sala de jantar, cujas portas estão voltadas para uma pequena sacada em ferro, de onde se avista a rua e a cidade do Rio de Janeiro.
 Fonte: Arquivo da autora, 2011.

O projeto mantém, ainda, uma solução característica da época que consiste no hall de entrada com acesso direto à escada, que foi retirada, e às principais salas de convívio social. Este pavimento serviu de matriz para o andar superior, ficando os quartos alinhados às salas, o banheiro ao hall, e o terraço lateral à área de serviço e à sala de costura. Quanto ao porão, seu espaço foi dividido em dois salões, que correspondem, aproximadamente, à metade da casa.

Ao contrário da fachada, na decoração interna, houve uma certa simplicidade na solução adotada, talvez devido à condição sócio-econômica do proprietário, se comparada com a decoração mais suntuosa da pintura da Casa de João Pedro de Fraga Lourenço e com o entalhe em madeira cuidadosamente trabalhado da Casa de Tobias Correa do Amaral. Como exemplo, destaco o revestimento de influência art nouveau de, aproximadamente, um metro de altura, executado nas paredes da sala de jantar, composto por azulejos brancos, azulejos decorados com motivos florais dispostos de forma espaçada, e pelo barramento também floral utilizado como arremate.



Fig. 234: O revestimento em azulejo da sala de jantar.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.



Fig. 235 e 236: Detalhes do revestimento da sala de jantar.
Fonte: Arquivo da autora, 2011.

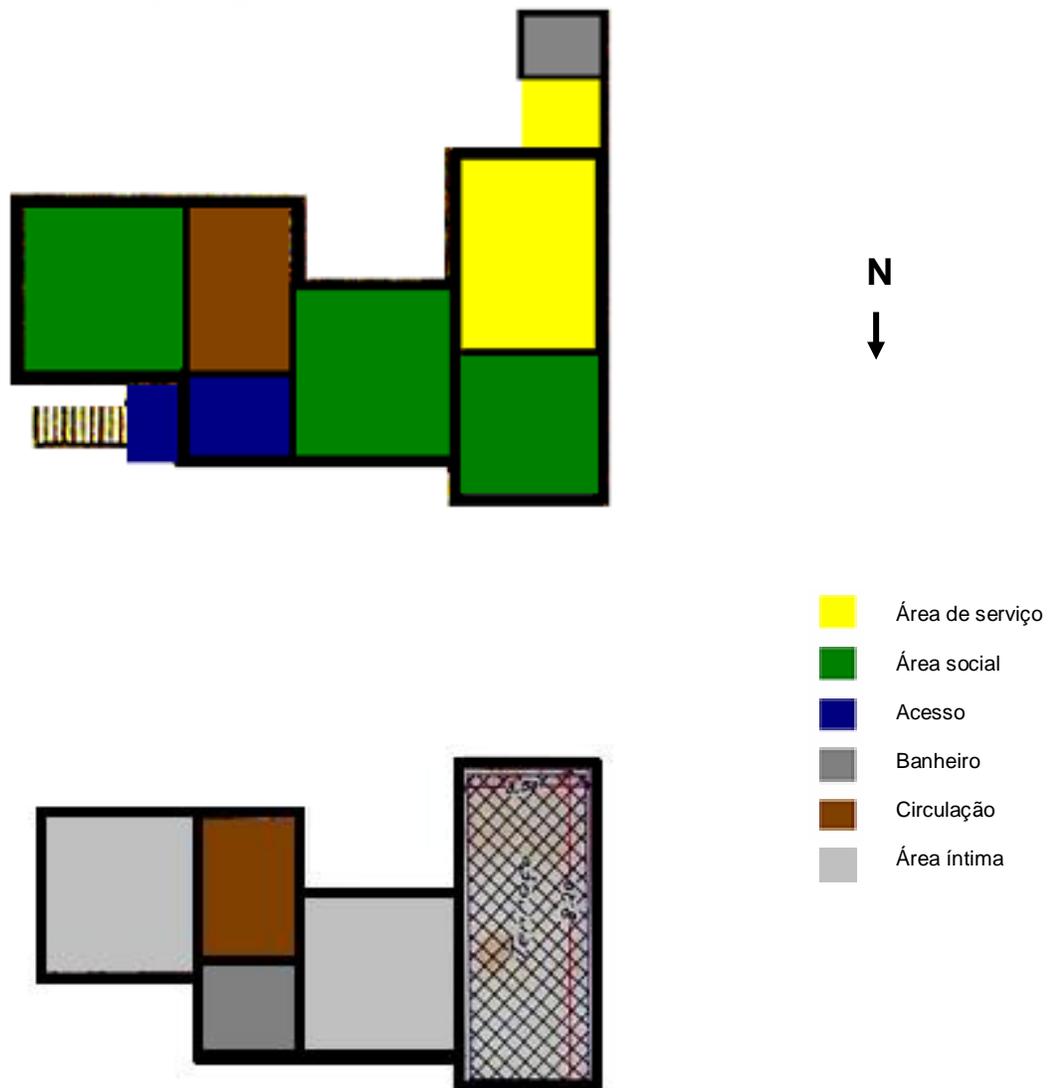


Fig. 237: Setorização espacial da casa.
 Fonte: Projeto original de 1912, AGCRJ.

O setor íntimo no pavimento superior, com apenas dois quartos, reproduz, exatamente, o mesmo espaço do setor social no pavimento de acesso, da mesma forma que o terraço corresponde ao setor de serviços, uma prática comum de projeto, oriunda da rigidez e racionalidade do sistema construtivo de paredes portantes adotado na época. Quanto à orientação solar, como havia dito nas análises anteriores, este aspecto não teve influência na solução adotada para a distribuição espacial, já que quartos e salas, geralmente, ficavam dispostos na fachada principal, que, neste caso

estava direcionada para o norte. Conseqüentemente, o setor de serviços foi situado na fachada oposta.

Conforme foi visto, o ecletismo arquitetônico foi muito bem empregado pelos projetistas das edificações residenciais construídas na Rua Joaquim Murtinho, onde utilizaram um repertório variado para compor as suas fachadas, tanto no que diz respeito à forma quanto aos ornamentos, envolvendo elementos pertencentes ao vocabulário clássico, gótico, art nouveau e vitoriano. Os projetistas enfrentaram, também, desafios resultantes das especificidades do lugar, bem como continuaram empregando práticas construtivas e projetuais tradicionais. Na conclusão, a interpretação destas e de outras informações permitirá compreender melhor a presença do ecletismo na produção local.

Conclusão

A investigação realizada no capítulo precedente permitiu identificar e contextualizar, com base nos grupos de análise definidos pela implantação e acesso, composição das fachadas, volumetria e distribuição espacial, os fatores envolvidos nas fases de concepção dos projetos então analisados.

Na abordagem sobre a implantação, verificou-se que os afastamentos, presentes já no final do século XIX mesmo timidamente em relação a uma das divisas, já se encontravam consolidados no período abordado por este estudo, inclusive como solução obrigatória imposta pelo poder público, representando uma mudança na prática projetual. Essa imposição deve e muito aos estudos e à atuação dos médicos sanitaristas iniciada em meados do século XIX, quando foi estabelecido o vínculo entre as epidemias e o tipo de construção realizada na época.

Nestas implantações, a topografia, que juntamente com o formato do lote determinou a direção longitudinal dos imóveis, interferiu também no dimensionamento do afastamento frontal, mais próximo da testada nos declives e mais afastado nos acíves. Além disso, o procedimento tradicional adotado até então de tomar a configuração do lote como referência foi legitimada pelos projetistas, tendo em vista a completa ausência de alternativa diante de loteamentos compostos por terrenos compridos e estreitos, resultantes da especulação imobiliária promovida no bairro. Sendo assim, tais lotes, aliados à própria trajetória curvilínea da rua, não davam margem a outras possibilidades de posicionamento da casa. A casa de Tobias Correa do Amaral, por exemplo, é bem peculiar quanto a esse aspecto, pois, como foi apresentado na análise, a obliquidade do lote em relação à via determinou para ela uma posição inclinada e bem inusitada da casa, onde a fachada lateral é percebida antes mesmo da principal. No entanto, mesmo no caso da residência de Mário Aurélio da Silveira em que havia alternativa de implantação, devido a uma configuração distinta das demais, o projetista também adotou o lote como referência. O estudo mostra, ainda, que a falta de paralelismo entre o eixo do terreno e o eixo da casa está vinculado à adoção de uma referência para direcionar a fachada principal. É como se tivesse

surgido a necessidade de se criar um critério de correção a ser adotado no posicionamento destas fachadas diante da irregularidade das testadas.

Quanto ao acesso ao lote, nos terrenos em declive, esta solução era definida conforme a localização da entrada principal dos imóveis edificados, tendo em vista o pequeno afastamento frontal que possibilitava essa correspondência. Na Villa Alice, o projetista optou em criar uma visualização oblíqua do pórtico, a fim de destacá-lo. Já nos lotes em aclave, a distância entre a rua e a casa e a própria inclinação da montanha originou, em sua grande maioria, um caminho constituído por lances de rampas em meio ao jardim frontal, como no caso da Villa Aurora, não interferindo, diretamente, na localização do portão da rua. Nota-se também que o predomínio da assimetria na fachada principal, fruto de uma prática projetual mais liberal, influenciou a localização da entrada da casa, deslocando-a do centro para uma das porções laterais, ou mesmo para uma das fachadas laterais, como na casa de Tobias Correa do Amaral. Situação inversa é constatada na Villa Aurora, o único projeto simétrico dentre os quinze encontrados e apresentados no segundo capítulo. Nesta casa, a entrada principal destacada pelo pórtico foi adotada como eixo de rebatimento dos elementos de composição da fachada.

Essas fachadas assobradadas revelam alguns dados interessantes e subjacentes a sua composição. Sem dúvida, a altivez de uma fachada verticalizada ressaltava o status e a afinidade do proprietário com o padrão de sofisticação e civilidade do período, no entanto não deve ter sido apenas esse aspecto de cunho simbólico que orientou o projetista na sua tomada de decisão quanto ao número de pavimentos aparentes. A estreita largura dos lotes, como foi assinalado anteriormente, pode ter sido um fator determinante também, pois a acomodação espacial do programa de necessidades dos proprietários, muito mais complexo que nos períodos precedentes, exigia a projeção de dois ou mais pavimentos. Além disso, as imposições legais também contribuíram na configuração dessas fachadas. O Decreto de 1903, publicado durante o governo de Pereira Passos, determinava valores elevados e diferenciados para o pé-direito dos pavimentos (4,0m para o primeiro, 3,80 para o segundo e 3,60 para os demais), que, aliados à característica dimensional do lote, acabaram reforçando a verticalidade das mesmas. Vale ressaltar que esse assunto foi

ponto de questionamento do arquiteto Gastão Bahiano em outubro de 1921, no artigo intitulado “Os pés-direitos na legislação municipal”, publicado na primeira edição da “Revista de Architectura no Brasil”, a primeira revista especializada no país.

A minha experiência pessoal leva-me a considerar como mínimo desejável a altura livre de 3,50 em qualquer pavimento, suprimindo de vez o porão habitável.⁵⁰

A presença do embasamento da casa representado ou não por um porão, que também contribuía para verticalizar o plano da fachada era, nos casos analisados, resultado não da necessidade higiênica e salubre de se afastar o imóvel da umidade do solo, tendo em vista o material em que se faziam as lajes, mas estava relacionado, sobretudo, a uma concepção de valor estético, ou seja, à adaptação de uma antiga tradição clássica de se introduzir no primeiro plano da fachada uma solução mais rústica, que evitava um contato direto do corpo principal do imóvel com o nível do chão. Sobre esse embasamento erguia-se à fachada que, na verdade, não correspondia ao número total de pavimentos edificados nos terrenos em declive, por conta da topografia que obrigava os projetistas a promoverem uma distribuição espacial ao longo da inclinação do terreno, ficando os demais pavimentos abaixo do nível da rua, como pode ser verificado na Villa Alice.

Além disso, o fato da fachada dos fundos dos terrenos em declive ter vista para a cidade do Rio de Janeiro, sem dúvida nenhuma uma das forças do lugar, determinou a presença de varandas e terraços na sua composição. Nas casas edificadas nos terrenos em aclive, no entanto, esse elemento não constituiu uma regra, dado que os terraços e varandas nos patamares de acesso faziam as vezes de mirantes nestas casas.

A questão sanitária foi um fator de grande relevância no contexto construtivo da época. Os afastamentos obrigatórios permitiram a introdução de janelas com dimensões mínimas exigidas pela legislação vigente, e posicionadas conforme o princípio tradicional clássico do alinhamento entre os pavimentos.

⁵⁰ BAHIANO, Gastão. **Os pés direito da legislação municipal**. Revista de Architectura no Brasil, outubro 1921.

Quanto ao sistema construtivo, as paredes portantes eram responsáveis pelo aspecto estrutural na arquitetura brasileira, e no caso da Rua Joaquim Murtinho, não apenas o tijolo, mas também a pedra fizeram parte da execução desses elementos construtivos. Essa função de sustentabilidade exigia a formação de maciças paredes que acabaram interferindo, também, na configuração total do edifício, gerando volumes prismáticos simples, com anexos em alguns casos, também prismáticos justapostos ao principal. Neste estudo, especificamente, deve-se levar em consideração que não apenas o sistema construtivo, mas também a estreita largura dos lotes influenciou a decisão quanto à forma volumétrica da casa, sem a opção de criar novas configurações. Este fato é constatado pela Casa de Marco Aurélio da Silveira, que apresenta uma configuração ainda constituída pela junção de prismas, mas diferenciada das demais pelos seus recuos e avanços, já que é um terreno de esquina e com testada mais larga.

Na organização dos espaços internos, a arquitetura eclética promoveu mudanças de relevância, como a introdução do hall ou vestibulo de entrada, a presença de espaços com funções diversificadas, os corredores de distribuição e o banheiro incorporado à casa. Esses espaços, no entanto, eram definidos conforme a disposição das paredes internas e em função da rigidez das paredes externas definidas pela estrutura da casa, consistindo em quadriláteros justapostos e fechados em si mesmos, cuja configuração praticamente se repetia de um andar para o outro, correspondendo, em regra, o setor íntimo no pavimento superior ao setor social do pavimento de acesso.

Quanto à composição decorativa, a Rua Joaquim Murtinho apresentou uma variedade de elementos ornamentais oriundos de vocabulários estilísticos distintos. Ao lado da influência dominante dos estilos classicizantes, houve a difusão do art nouveau na Casa de João Pedro de Fraga Lourenço e na Casa de Mário Aurélio da Silveira, e do estilo vitoriano na casa de Tobias Correa do Amaral.

Diante do que foi exposto, apesar da liberdade ensejada pelo caráter pitoresco do lugar, das novidades introduzidas no campo construtivo e arquitetônico que introduziram mudanças nos projetos residenciais, como os afastamentos das divisas por exemplo, pôde-se notar que as soluções propostas pelos projetistas das casas da Rua Joaquim Murtinho, aqui representadas pelos cinco projetos analisados, tiveram um

elevado grau de influência das forças do lugar, aqui representadas por especificidades da rua como a topografia, a configuração do lote e a vista para a cidade do Rio de Janeiro, que, aliadas à influência das práticas tradicionais de projeto e construção, em menor grau, revelaram, de um modo geral, uma certa inflexibilidade e rigidez, sobretudo, em relação à forma e à implantação.

Lista de Figuras:

Fig.1: Rua Joaquim Murtinho, Santa Teresa, p. 2.

Fig. 2: Imagem de Jacinta Rodrigues Aires, p.10.

Fig. 3: Arcos e Convento de Santa Teresa, Richard Bate, 1º metade do século XIX, p. 12.

Fig. 4: Caminho do Aqueduto na região de passeio conhecida como Silvestre, p.13.

Fig. 5: Foto do traçado tortuoso da rua e os trilhos do bonde elétrico, p. 15.

Fig. 6: Projeto de Loteamento de terras pertencentes ao Convento, datado de 1898, realizado na Rua Ferro Carril, p. 17.

Fig. 7: Trecho correspondente ao projeto de loteamento de 1898, entre os números 273 e 491, p. 18.

Fig. 8: Engenheiro e matemático Manoel Amoroso Costa, p. 20.

Fig. 9: Engenheiro Juan Gatell Solá, p. 21.

Fig.10: Escritora Júlia Lopes de Almeida, p.23.

Fig.11:Fotos do Bairro de Santa Teresa. Ao fundo, o casario da Rua Joaquim Murtinho, p. 26.

Fig.12: Fotos do Bairro de Santa Teresa. Ao fundo, o casario da Rua Joaquim Murtinho, p.27.

Fig. 13: A arquitetura eclética da Rua Joaquim Murtinho, p.27.

Fig. 14: Casa situada no nº 15 da Rua Joaquim Murtinho, p. 29

Fig. 15: Villa Lúcia do Dr. Gustavo Armsbrust, p.29.

Fig. 16: Segunda residência de Juan Gatell Solá na Rua Joaquim Murtinho, p. 29.

Fig. 17: Casa de João Pedro de F. Lourenço, p. 30.

Fig. 18: Documento preenchido por Gatell para informar ao proprietário o custo referente ao aterro da casa, p. 31.

Fig. 19: Lote e implantação da casa de Tobias Correa do Amaral, p. 32.

Casa de Marcolino Rodrigues (Villa Alice)

Fig. 20: Foto da fachada principal da Villa Alice, p. 90.

Fig. 21: Implantação da Villa Alice e o acréscimo nos fundos que não consta no projeto original de 1916, p.91.

Fig. 22: Corte longitudinal da Villa Alice, p. 92.

Fig. 23: Visão oblíqua do observador em relação ao pórtico da entrada, a partir do portão, p. 93.

Fig. 24: Portão da rua centralizado no muro curvilíneo da testada e a visão do pórtico avançado em relação ao plano da fachada, p. 93.

Fig. 25: Nesta planta, observa-se o primeiro lance de escadas que conduz ao patamar inferior, e o segundo lance que conduz ao porão, p. 94.

Fig. 26 e 27: As laterais que dão acesso ao pavimento inferior, p. 94.

Fig. 28, 29 e 30: A configuração quadrangular, a verticalidade da fachada e as duas partes que a compõem, p. 95.

Fig. 31: A cúpula do pórtico, p. 97.

Fig. 32: A escada curvilínea que compõe o pórtico da casa, p. 97.

Fig. 33 e 34: Projeto da fachada principal. O desenho à direita corresponde à simulação sugerida na análise, p.98.

Fig. 35: Mansão Figner. Projeto de Gustavo Adolphsson, 1912, p. 99.

Fig. 36: Palácio do Distrito Federal. Projeto de Oliveira Passos, 1908, p. 99.

Fig. 37: Detalhe do degrau da escada do alpendre lateral, p. 100.

Fig. 38 e 39: Detalhes da estrutura do alpendre, p. 100.

Fig. 40: As linhas sinuosas do portão em ferro, p. 101.

Fig. 41: Detalhe de console com figura humana no interior do Town Hall. Augsburg, Alemanha, século XVII, p. 102.

Fig. 42 e 43: Alguns exemplos de guirlandas em detalhes presentes no livro de Speltz, p. 102.

Fig. 44, 45 e 46: detalhes da composição decorativa da Villa Alice, p. 103.

Fig. 47: Detalhe de um capitel compósito, p. 104.

Fig. 48: Foto de uma das colunas que compõem o pórtico, p. 104.

Fig. 49: Real Gabinete Português de Leitura. Projeto de Rafael da Silva e Castro, Século XIX, p. 105.

Fig. 50: Janelas em estilo gótico da fachada principal da Villa Alice, p. 105.

Fig. 51 e 52: Uma das aberturas com gradil de ferro do embasamento da fachada, p. 106.

Fig. 53: Visão da casa ao se subir a rua. Ao fundo, a casa de dois pavimentos da Família Faria, p. 107.

Fig. 54: Corte longitudinal. A fachada vista da rua corresponde apenas ao pavimento de acesso, p. 107.

Fig. 55 e 56: À esquerda, fachada lateral direita, onde a porta localizada entre duas janelas correspondia à sala de jantar do pavimento inferior. Ao lado, uma das janelas desta sala, composta de duas folhas, em madeira, com venezianas e vidro, p. 108.

Fig. 57 e 58: Fachada dos fundos da casa com o acréscimo lateral à direita. Em destaque, a varanda que foi fechada, restando, apenas, um pequeno corredor e o gradil. O terraço acima permanece, p.109.

Fig. 59: Vista da fachada dos fundos, p. 109.

Fig.60: Configuração volumétrica da Villa Alice, p. 110.

Fig. 60, 61, 62, 63: Planta do pavimento de acesso, do pavimento inferior, do porão e corte longitudinal, p. 111.

Fig. 64: O pórtico da entrada principal e o alpendre lateral que davam acesso à sala e ao corredor transversal, p. 112.

Fig. 65: Detalhe do alpendre, p.113.

Fig. 66 e 67: As fotos mostram o corredor de distribuição do pavimento inferior, p.113.

Fig. 68: Eixo longitudinal e as linhas transversais, p.114.

Fig. 69: Setorização espacial da Villa Alice, p.115.

Casa de João Pedro de Fraga Lourenço

Fig. 70: Foto da Casa de João Pedro de Fraga Lourenço, tirada poucos anos depois da construção, p. 117.

Fig. 71: Implantação da casa com acréscimo da garagem no lado direito que não consta no projeto de 1916, p.118.

Fig. 72: Corte longitudinal revelando a declividade do terreno, p.118.

Fig. 73: A largura do terreno permitiu a visualização das fachadas laterais, p. 119.

Fig. 74: Na imagem à esquerda, o portão centralizado no projeto original. À direita, a fachada projetada, p. 120.

Fig. 75 e 76: Detalhe do portão e do alpendre, p. 121.

Fig. 77 e 78: Pintura realizada pelo artista Colon na parede do alpendre à direita, p. 121.

Fig. 79 e 80: A foto à esquerda mostra a escada que percorre todos os patamares do terreno pelo lado esquerdo do lote. À direita, a porta da cozinha na fachada dos fundos da casa, de onde saía a escada, p. 122.

Fig. 81: Parte mais recuada à esquerda e a composição hegemônica da fachada à direita com alternância rítmica, p. 124.

Fig. 82 e 83: O eixo da porção principal da fachada não coincide com o eixo da sala de visitas e do quarto, apesar de parecer que sim, p. 125.

Fig. 84 e 85: Notam-se as linhas verticais dominando o traçado da composição da fachada, p. 126.

Fig. 86: Telhado da fachada principal, p. 126.

Fig. 87: Detalhe da cumeeira e do pináculo que arremata o frontão, p. 127.

Fig. 88: beiral decorado da fachada principal, p. 127.

Fig. 89: vitral presente na fachada, p. 128.

Fig. 90: Esquema de entablamento jônico em manual do século XIX, p. 129.

Fig. 91: A solução em dentículo que assinala a separação entre os pavimentos, p. 129.

Fig. 92 e 93: A arcada correspondente à sala de visitas do pavimento de acesso, p. 130.

Fig. 94: A foto mostra a janela situada acima do alpendre, emoldurada por um arco pleno e colunas em estilo coríntio, p. 131.

Fig. 95: Detalhe do motivo decorativo do beiral das fachadas laterais, p. 132.

Fig. 96: Ao fundo, o beiral da fachada principal. Mais abaixo, o beiral de uma das laterais, p. 132.

Fig. 97: A varanda ao lado era um espaço privativo das salas, limitado por um gradil de ferro, p. 133.

Fig. 98: Foto atual da mesma fachada e a garagem que substituiu a varanda, p. 133.

Fig. 99: Desenho da fachada dos fundos com o terraço e a varanda, p. 134.

Fig.100: Desenhos que revelam como eram os guarda-corpos em madeira da varanda e do terraço da fachada dos fundos, p. 134.

Fig. 101: Nesta foto, observa-se que o terraço e a varanda foram fechados, p. 135.

Fig. 102: O espaço aberto de pé-direito duplo e os arcos plenos que compõem a estrutura, p. 135.

Fig. 103: Configuração volumétrica da casa, p. 136.

Fig. 104, 105, 106, 107: Acima, planta do pavimento de acesso e do pavimento superior. Abaixo, planta do porão e o corte longitudinal, p. 137.

Fig. 108: Sala de estar e Sala de jantar, p. 138.

Fig. 109: O corte acima revela a continuidade das paredes internas e a correspondência entre as dimensões espaciais definidas nos pavimentos da casa, p. 139.

Fig. 110 e 111: Composição dos espaços internos do pavimento de acesso e do superior, p. 140

Fig. 112: Setorização espacial da casa, p. 141.

Fig. 113: Detalhe da faixa decorativa de um dos quartos da casa, p. 142.

Fig. 114: Detalhe da pintura original que reveste a sala de jantar, p. 142.

Casa de Tobias Correa do Amaral

Fig. 115: Na foto de 1916, nota-se a casa construída conforme o projeto original de 1914, mas sem o torreão, p. 143.

Fig. 116: Vista aérea do imóvel, p. 144.

Fig. 117: A imagem mostra a curvatura da Rua Joaquim Murtinho e a implantação oblíqua da casa, p. 144.

Fig. 118: Implantação da casa e o acréscimo posterior na lateral direita, p. 145.

Fig. 119: Corte longitudinal que mostra a declividade do terreno e o patamar que sofreu aterros e desaterros e sobre o qual foi edificada a casa, p. 145.

Fig. 120: Na foto, observa-se ainda o alpendre no lugar do torreão, os limites laterais e o pequeno jardim frontal, p. 145.

Fig. 121: A fachada principal segundo o projeto, p. 146.

Fig. 122: Fachada atual e as modificações sofridas pela casa ao longo do tempo, p. 146.

Fig. 123: Detalhe da planta baixa do pavimento de acesso, p. 147.

Fig. 124: A visão que se tem da fachada lateral atual na subida da Rua Joaquim Murinho, p. 148.

Fig. 125 e 126: Escada dos fundos que dava acesso à área de serviços, p. 148.

Fig. 127: Trecho da escada lateral em pedra, que conduz ao pavimento inferior, p. 149

Fig. 128: Foto do amplo quintal nos fundos, p. 149.

Fig. 129 e 130: Na simulação à direita, o aumento na largura da fachada criaria um equilíbrio entre os eixos. À esquerda, a fachada longitudinal construída, p. 150.

Fig. 131: A estrutura em madeira ainda intacta do frontão do telhado, p. 150.

Fig. 132 e 133: Os pavimentos que compõem a fachada principal, p. 151.

Fig. 134: Royal Geographical Society. Projeto de Richard Norman Shaw. Londres. 1872-1875, p. 152.

Fig. 135: Foto ilustrando o artigo “Protifolio of current architectural”, p. 153.

Fig. 136: Artigo sobre as casas de campo na Califórnia, p. 153.

Fig. 137: Projeto de Heitor de Mello, 1910, p. 153.

Fig. 138: Castelo Valentim, Santa Teresa, 1879, p. 153

Fig. 139: Fotos da complexa estrutura do telhado com a altura elevada dos pontaltes, p. 154.

Fig.: 140: Embasamento em pedra da casa, p. 154.

Fig. 141: Detalhe da planta mostrando o acesso direto do gabinete pelo vestíbulo e o recuo da escada, p. 155.

Fig. 142: O destaque em azul revela o trecho remanescente da fachada dos fundos da casa, p. 156.

Fig. 143: Configuração volumétrica da casa, p. 156.

Fig. 144 e 145: A planta do telhado e o corte longitudinal mostram o agrupamento entre o bloco principal e o bloco prismático anexado na parte posterior da casa, p. 157.

Fig. 146 e 147: Planta baixa do pavimento de acesso e do pavimento superior, p. 158.

Fig. 148 e 149: planta baixa do pavimento inferior e do porão, p. 158

Fig. 150 e 151: corte longitudinal e corte transversal da casa, p. 159.

Fig.152: No pavimento de acesso, o antigo vestíbulo com a escada ao fundo. Atualmente, entra-se pela fachada principal da casa, p. 160.

Fig. 153 e 154: À esquerda, porta em madeira do vestíbulo. Ao lado, detalhe em metal da escada, p. 160.

Fig. 155: A curvatura da escada vista do pavimento superior, p. 160.

Fig. 156 e 157: Este espaço, um dos poucos ainda com as dimensões originais, corresponde à copa, por onde se tinha acesso à casa pelos fundos. À esquerda, ficava a cozinha, atualmente escritório da escola, p. 161.

Fig. 158 e 159: A foto mostra a antiga sala de espera do pavimento inferior, com as duas portas à direita que davam acesso aos quartos e, ao fundo, a marca da parede do WC, p. 162.

Fig. 160 e 161: O retângulo em azul revela o núcleo central do pavimento de acesso que se repetiu no pavimento superior, p. 163.

Fig. 162: Setorização espacial da casa, p. 164.

Casa de José Ferreira Macedo Terra (Villa Aurora)

Fig. 163: Foto da fachada principal, p. 165.

Fig. 164: Implantação da casa no sentido longitudinal do terreno, p. 166.

Fig. 165: Corte longitudinal da casa, onde a fundação revela a declividade do terreno, p.166.

Fig. 166: Na imagem, a vista lateral da varanda do pavimento de acesso não apresenta obstáculo, por conta do recuo da casa vizinha, em primeiro plano, p. 167.

Fig. 167: A fachada principal da casa não é vista da rua. Esta foto foi tirada da última rampa de acesso, p. 168.

Fig. 168: Entrada do terreno e o terraço de onde se avista a rua, p. 168.

Fig. 169, 170 e 171: Acima, detalhe do terraço que compõe a entrada do lote. Abaixo, as rampas de acesso à casa e o jardim criado entre as mesmas, p. 169.

Fig. 172: Escada que conduz ao patamar que corresponde ao nível do porão, p. 170.

Fig. 173: Palácio dos Estados da Exposição Nacional de 1908 realizada no Rio de Janeiro e sua escada projetada, p. 171.

Fig. 174: Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Projeto de Francisco Pereira Passos, 1909, p. 171.

Fig. 175 e 176: Planta baixa do pavimento de acesso e a fachada principal. Observa-se o destaque que o projetista procurou dar à entrada da casa através da escada, da composição decorativa e da volumetria, p. 171.

Fig. 177: Escada que conduz à varanda da casa, p. 172.

Fig. 178: Palácio Monroe. Projeto do arquiteto Souza Aguiar, Rio de Janeiro, 1906, p. 173.

Fig. 179: Pórtico de entrada da casa, p. 174.

Fig. 180: O esquema acima revela o traçado regulador que determinou a composição da fachada, p. 175.

Fig. 181: A ausência da base rústica representada pelo porão criaria equilíbrio entre os eixos que compõem o plano da fachada principal, originando uma configuração aproximadamente quadrangular, p. 176.

Fig. 182: Varanda do pavimento de acesso, p. 176.

Fig. 183: Detalhe da balaustrada do Palácio de Versalhes. Projeto do francês Louis le Vau, Versalhes, Século XVII, p. 177.

Fig. 184: Residência de Modesto Leal. Projeto de Antonio Jannuzzi. Laranjeiras, Rio de Janeiro, 1895, p. 178.

Fig. 185: Balaustrada do pórtico de entrada, p. 178.

Fig. 186: Motivo decorativo do guarda-corpo da varanda do pavimento de acesso. Esta composição corresponde ao projeto, p. 179.

Fig. 187, 188, 189, 190: Detalhes da composição decorativa da fachada, p. 180.

Fig. 191: As pilastras que sustentam as varandas do pavimento superior e que compõem o pórtico de entrada, p. 181.

Fig. 192: Configuração volumétrica da casa, p. 182.

Fig.: 193, 194, 195 e 196: Acima, planta baixa do pavimento de acesso e superior. Abaixo, corte longitudinal e transversal da casa, p. 183.

Fig. 197: Setorização espacial da casa, p. 185.

Casa de Mário Aurélio da Silveira

Fig. 198: Fachada principal concebida conforme o projeto original, salvo algumas modificações no tratamento decorativo das janelas, p. 187.

Fig. 199, 200, 201, 202: Exemplos de implantação no lote irregular com outras volumetrias. Em azul, a figura que corresponde à implantação da casa, p. 188.

Fig. 203: Implantação da casa em lote de esquina, já com acréscimo nos fundos que não consta no projeto original de 1912, p. 189.

Fig. 204: Corte transversal da casa, p. 189.

Fig. 205: Lote situado entre a Rua Joaquim Murtinho e a Travessa das Escadinhas de Santa Teresa, a qual revela a inclinação do aclave, p. 189.

Fig. 206 e 207: No esquema à esquerda, a localização do portão de acesso ao lote e das entradas principal e de serviço. Na foto de Augusto Malta, o destaque para a concentração dos acessos pelo lado esquerdo da casa, de quem sobe a rua, p. 190.

Fig. 208: Na planta do pavimento de acesso, a escada seguida pelo vestíbulo (saleta), p. 191.

Fig. 209: A entrada do lote, p. 191.

Fig. 210: Entrada principal da casa, p. 191.

Fig. 211: Escada curvilínea que conduz ao terraço, p. 192.

Fig. 212: Terraço frontal situado sobre o embasamento revestido com pedra rústica, p. 192.

Fig. 213: A Rua Joaquim Murtinho vista do terraço, p. 193.

Fig. 214: Em destaque, a escada que dá acesso aos fundos da casa e, conseqüentemente, à área de serviço, p. 193.

Fig. 215: Fachada Principal da casa, p. 194.

Fig. 216: Em primeiro plano, a terceira porção da casa, mais avançada que as demais, correspondente ao terraço, p. 195.

Fig. 217 e 218: Acima, a fachada e o seu eixo horizontal. Abaixo, a simulação que tornaria a fachada ascendente, p. 196.

Fig. 219 : Fachada leste voltada para a esquina da casa, p. 197.

Fig. 220, 221, 222 e 223: Detalhes da fachada principal, p. 198.

Fig. 224 e 225: Acima, a cúpula e o entablamento da primeira porção da fachada. Abaixo, o portão em ferro da entrada do lote, Fig. 199.

Fig. 226: Configuração volumétrica, p. 200.

Fig. 227, 228 e 229: Planta baixa do pavimento de acesso, do pavimento superior e do porão, p. 201.

Fig. 230 e 231: Corte longitudinal e transversal. A escada interna foi retirada para que a casa fosse transformada em dois apartamentos, p. 202.

Fig. 232: A distribuição em diagonal dos espaços internos, devido à configuração do lote, p. 203.

Fig. 233: Foto da sala de jantar, cujas portas estão voltadas para uma pequena sacada em ferro, de onde se avista a rua e a cidade do Rio de Janeiro, p. 203.

Fig. 234: O revestimento em azulejo da sala de jantar, p. 204.

Fig. 235 e 236: Detalhes do revestimento da sala de jantar, p. 205.

Fig. 237: Setorização espacial da casa, p. 206.

Referências Bibliográficas

Livros

ABREU, Maurício de Almeida (org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editoração, 1992. Série Biblioteca Carioca.

ADELIN, Jules. **Art dictionary**. Nova York: Editora D Apleton and Company, 1910.

BAKER, Geoffrey H. **Análisis de La Forma. Urbanismo y Arquitectura**. México: Gustavo Gili, 1991.

_____. **Le Corbusier: análise da forma**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984.

BARROS, Cornélio Carneiro de. **Auxiliar do Construtor**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908.

BERNARDES, Lysia M. C. e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Biblioteca Carioca, 1987.

BOUDON, Philippe. **Richelieu, ville nouvelle. Essai d'architecturologie**. Paris: Dunod, 1978.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

BURDEN, Ernest. **Dicionário ilustrado da arquitetura**. São Paulo: Editora Bookman, 2002.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro: quatro séculos de história**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

CZAJKOWSKI, J. (org.). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

ÉPRON, Jean-Pierre. **Comprendre L'Éclectisme**. Paris: Norma, 1997.

FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987.

FAZENDA, Vieira J. **Antiquilhas e memória do Rio de Janeiro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. Tomo 86, volume 140, 1921.

FARRELLY, Lorraine. **Les fondamentaux de L'architecture**. Paris: Pyramyecl, 2008.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Perspectiva. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FULER, Josef. **Elementos de modelação de ornato de figuras**. Lisboa: Biblioteca de Instrução Profissional, 1905.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 2000.

GUSMÃO, Sebastião Silva. **História da Neurocirurgia no Rio de Janeiro**.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anp/v60n2A/a30v60n2.pdf>. Acesso em: 10 jan 2011.

HEYNEMANN, Cláudia. **Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro - século XIX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura. Departamento Geral de documentação e Informação Cultura, Divisão de Editoração, 1995. Série biblioteca Carioca.

Histórico da Companhia Melhoramentos. Disponível em:
http://www.melhoramentos.com.br/site/?page_id=16&lang=br. Acesso em: 05 dez 2010.

Histórico do Colégio Maria Imaculada de São Paulo. Disponível em:.
http://www.colmariaimaculada.com.br/?secao=47235&id_noticia=200575&categoria=47665. Acesso em: 10 novembro 2010.

Histórico do Hospital Municipal Souza Aguiar. Disponível em:
<http://www.saude.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexview.htm?editionsectionid=123>. Acesso em: 10 jan 2011.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEMOS, Carlos A.C. **A república ensina a morar melhor**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

LEUPEN, Bernard et al. **Proyecto y análisis: evolución de los principios em arquitectura**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999.

LEVY, Ruth. **Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da exposição nacional de 1908**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

LIMA, Solange Ferraz. **O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos)**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000100005&script=sci_arttext

(acesso em 10/02/2010).

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, V.42. Edição revisada por Gastão Penalva, 2005.

MACHADO, Hilda. **Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MANUEL Amoroso Costa. Disponível em:

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias>. Acesso em: 05 dez 2010.

MELLO, Maria Cristina Fernandes. **Arquitetura da Rua Joaquim Murtinho**. Rio de Janeiro: Realização Arte de Portas Abertas. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **A casa**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOISY, Pae. **Vinhola dos Proprietários ou as cinco ordens de architectura, segundo J. Barrozio de Vinhola**. Tradução José da Fonseca. Paris: Langlumé Livreiro- Editor, 1853.

MONTANER, Josep Maria. **Arquitectura y crítica**. Barcelona : Gustavo Gili, 1999.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Reflexos das luzes na terra do sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência: 1808-1831**. São Paulo: Pro-Editores, 2000.

PEREIRA, Sônia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da Identidade carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

SÁ, Marcos Moraes de. **Mansão Figner: o ecletismo e a casa burguesa do início do século XX**. Rio de Janeiro: SENAC, 2002.

SAMSON-TOUSSAINT, Adéle. **Uma parisiense no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003.

SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SEGURADO, João Emílio dos Santos Segurado. **Edificações**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s.d.

SEQUEIRA, J. C. **Noções theoricas de architectura civil**. Lisboa: Typografia de José Baptista Morando, 1858.

SPELTZ, Alexander. *Styles of Ornament*. Nova York: Grosset & Dunlap, s.d.

SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Documentos, jornais e revistas

Aqueduto da Carioca: dos primórdios do século VII até 1658. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nº 04, p.42, 1940.

BACKHEUSER, Everardo. **Relatório sobre habitação popular apresentado à comissão nomeada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 1904.

Bi-centenário do Convento de Santa Tereza: origens da venerável instituição nacional. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 14 out. 1942.

De desterro a Santa Tereza: pitoresco na história e na natureza. Revista A Noite. Rio de Janeiro, 30 agosto 1940.

DECRETO nº 134, de 10 de abril de 1895. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p.1653, 11 abril 1895.

Diário de Pernambuco. Disponível em:

<http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/08/22historia.asp>. Acesso em : 10 de novembro de 2010.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 727, 16 Fev 1895.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 5274, 13 dez. 1896.

Diário Oficial (suplemento), Rio de Janeiro, p. 20, 05 dez. 1912.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 15292, 15 nov. 1912.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 17216, 25 novembro 1913.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 1815, 16 fev. 1917.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 1861, 22 fev. 1917.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 14681, 16 agos. 1919.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 12883, 29 jun. 1933.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 6922, 03 out. 1942.

Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 1946, 01 abril 1946.

NOTAS Mundanas – Enlace Murtinh-Lobo. Revista Fon Fon. Rio de Janeiro, abril 1907.

O RIO civiliza-se. Revista Fon Fon, Rio de Janeiro, 07 dezembro 1912.

PERDENEIRAS, Mário. **O quintal e a porta.** Revista Kosmos, jan. 1908.

Projeto original da casa de Mário Aurélio da Silveira. Doc 1251, pasta 37, ano: 1912. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Leonel Ávila Leal. Doc 3612, pasta 79, ano: 1913. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Antonio Olintho Lassance. Doc 06, pasta 09, ano: 1916. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Manoel Gouveia Mourão. Doc 1989, pasta 33, ano: 1915. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Américo Gouveia Mourão. Doc 2212, pasta 37, ano: 1915. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de José Ferreira Macedo Terra. Doc 1570, pasta 25, ano: 1916. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Marcolino Rodrigues. Doc 1447, pasta 22, ano: 1916. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Manuel Alves de Oliveira Lopes. Doc 3596, pasta 79, ano: 1913. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Manoel Amoroso da Costa. Doc 3775, pasta 83, ano: 1913. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de João Pedro de Fraga Lourenço. Doc 1450, pasta 23, ano: 1916. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Domingos de Góes e Vasconcellos Filho. Doc 03, pasta 61, ano: 1920. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Antônio da Costa Lage. Doc 03, pasta 06, ano: 1919. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Albino de Almeida Cardozo. Doc 2231, pasta 37, ano: 1915. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Juvenal Murtinho Nobre. Doc 3610, pasta 79, ano: 1913. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Projeto original da casa de Tobias Correa do Amaral. Doc 641, pasta 14, ano: 1914. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Planta Cadastral de 1953 da Rua Joaquim Murtinho. Numeração: 145 SW, 145 SE, 158 NW, 158 NE. Setor de Cartografia da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Regulamenta a construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios no Districto Federal. DECRETO nº 391, de 10 de março de 1903.

Relatório da Diretoria apresentado à Assembléia Geral Ordinária da Companhia Ferro Carril Carioca, de 31 de dezembro de 1895. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 19 Março 1896.

Revisão de numeração na Rua Joaquim Murtinho, de 05 de setembro de 1952. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 34,10 set 1952.

Dissertações e teses:

CONDE, Maurício Lima. **Modos de ler: estudo do edifício em diferentes leituras gráficas**. 2006. 141 p. Dissertação (Mestrado em Teoria da Arquitetura). Faculdade Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Rio de Janeiro.

GRIECO, Bettina Zellner. **Arquitetura residencial de Antônio Jannuzzi**. 2005. 180 p. Dissertação (Mestrado em História e Preservação do Patrimônio Cultural) Faculdade Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Rio de Janeiro.

LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira: **A exposição centenária e o meio arquitetônico carioca no início dos anos**. 2003. 278 p. Tese (Doutorado em Artes visuais). Escola de Belas Artes da UFRJ. Rio de Janeiro.

MARTINS, Elizabete Rodrigues de Campos. **Santa Teresa, entre a cidade e a floresta: a estruturação e preservação de um bairro carioca**. 2002. Tese de Doutorado. Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

Depoimentos colhidos:

Junto à Maria Inês de G. Souza em: 27/11/2010

Junto ao Sr. Gilberto Perdeneiras em: 13/11/2010

Junto ao Sr. Paulo, proprietário da Villa Alice em: 11/12/2010

Junto ao Sr. Manuel Magarinos Torres e Denise Maria M. Torres em: 06/11/2010